

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo

Flora d'El Rei Lopes Passos

**CIDADE TOMBADA, TERRITÓRIOS TOMADOS:
sobre-vivências e r-existências a partir do rompimento da barragem de rejeitos
de Minério do Fundão, em Mariana, Minas Gerais**

Belo Horizonte
2020

Flora d'El Rei Lopes Passos

**CIDADE TOMBADA, TERRITÓRIOS TOMADOS:
sobre-vivências e r-existências a partir do rompimento da barragem de rejeitos
de minério do Fundão, em Mariana, Minas Gerais**

Versão final

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Teoria, Produção e Experiência do Espaço.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Raquel Garcia Gonçalves

Prof^a. Dr^a. Fernanda Borges de Moraes (*in memoriam*)

Belo Horizonte
2020

FICHA CATALOGRÁFICA

P289c

Passos, Flora d'El Rei Lopes.

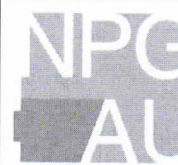
Cidade Tombada, Territórios Tomados [manuscrito] : sobre-vivências e r-existências a partir do rompimento da barragem de rejeitos de minério do Fundão em Mariana, Minas Gerais / Flora d'El Rei Lopes Passos. - 2020.
266f. : il.

Orientador: Raquel Garcia Gonçalves.

Tese (doutorado)– Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Patrimônio cultural - Cidades e vilas - Teses. 2. Meio ambiente - Conflito social - Teses. 3. Comportamento – Teses. 4. Barragem do Fundão (MG) - Teses. 5. Mariana (MG) - Teses. I. Gonçalves, Raquel Garcia. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 350.85



FOLHA DE APROVAÇÃO

Cidade tombada, territórios tomados: Sobre-vivências e r-existências a partir do rompimento da barragem de rejeitos de minério do Fundão, em Mariana, Minas Gerais

FLORA D'EL-REI LOPES PASSOS

Tese submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do grau de Doutor em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Aprovada em 29 de novembro de 2019, pela Comissão constituída pelos membros:

Profa. Dra. Raquel Garcia Gonçalves - Orientadora
EA/UFMG

Prof. Dr. Altamiro Sérgio Mol Bessa
EA/UFMG

Prof. Dr. Marcos Felipe Sudré Saidler
EA/UFMG

Prof. Dr. João Pinto Furtado
FAFICH/UFMG

Profa. Dra. Monique Sanches Marques
UFOP

Profa. Dra. Maria Cristina Rocha Simão
IFMG

Aos moradores atingidos pelo rompimento da barragem de rejeitos de minérios do Fundão, que sobrevivem, resistem e pertencem àqueles territórios tomados.

À Fernanda (*in memoriam*), que me incentivou a procurar as r-existências.

AGRADECIMENTOS

Na edição nº 21 do Jornal A Sirene (dez. 2017), elaborado por moradores atingidos pela barragem do Fundão, um morador do subdistrito de Bento Rodrigues, que, dentre os muitos trabalhos na luta cotidiana, é apicultor, escreveu uma matéria em que conta como as abelhas ensinam-nos sobre a vida coletiva. Ele explica que as abelhas campeiras saem em busca do néctar das flores, deixando pra trás a proteção que tinham na colmeia e arriscam-se aos perigos do mundo de fora por um objetivo maior que é o de fazerem o mel. Quando retornam, entregam o néctar para as “abelhas engenheiras”, que vão depositá-lo nos favos, cobrir de cera e esperar, pelo menos dois dias, para que o mel fique pronto. Uma abelha é inútil sozinha, mas juntas, a colônia de abelhas transforma-se num obstáculo temível para qualquer predador. E, compartilhando essa lição, ele finaliza seu texto agradecendo a todos que fortalecem a união e a luta coletiva dos moradores atingidos pela barragem do Fundão, pra que eles consigam suas “colmeias” de volta.

Inicio meus agradecimentos a elas, as abelhas de Mariana, moradores dos territórios atingidos deste município que, juntos, continuam resistindo bravamente durante mais de quatro anos e ensinando-nos todos os dias que essa luta precisa ser de todas e todos. Agradeço, em especial, àqueles que abriram as portas de suas casas, compartilharam o cafezinho, a broa, o feijão feito no fogão de lenha, dividiram histórias, memórias, raiva, lágrimas, sorrisos e relatos tão sinceros vindos de corações tão abertos. Gostaria de citar o nome de cada um(a), mas, para não cometer nenhuma injustiça, prefiro agradecer de forma ampla e coletiva, afinal foi a coletividade ensinada por essas pessoas que deu sentido à pesquisa.

Estendo meus agradecimentos aos demais moradores de Mariana. À Aline Soares, pelo apoio com os mapas produzidos para a tese, e a todas(os) que dividiram comigo experiências nesta cidade, que (mesmo eu sendo forasteira) acolheu-me carinhosamente por cinco anos.

Aos atores institucionais entrevistados durante a pesquisa, representantes da Prefeitura, Ministério Público e Iphan, também agradeço enormemente pela confiança e diálogo. À Ana Cristina, pela parceria, bem como aos demais colegas conselheiros do patrimônio cultural de Mariana, pelos importantes debates. Também agradeço à equipe de assessoria técnica dos atingidos de Mariana, especialmente Gladston Figueiredo, Luanna Gerusa e Isabella Walter, pelas trocas sempre sinceras. Ao time

que mantém o Jornal A Sirene como um forte instrumento de comunicação dos atingidos e ao Lucas Godoy por gentilmente ceder fotos impactantes do momento imediatamente após o rompimento da barragem do Fundão.

Aos colegas e amigas(os) que assim como eu passaram pelo Iphan e compartilharam comigo momentos importantes dessa trajetória também deixo meus agradecimentos e votos de ânimo pra que sigam na luta em tempos tão difíceis. Em especial, aos que fizeram da Casa Setecentista de Mariana uma segunda morada, mesmo que temporariamente: Isabel Nicolielo, Filipe Pires, André Macieira, Mariana Priester, Letícia Mattos, Sibebe Passos, Cássio Salles, Tatiana Sintra, Carminha Silvano, Terezinha Silvano e à então Superintendente do Iphan-MG, Célia Corsino.

Agradeço à Prof^a. Fernanda (*in memoriam*) que me escolheu como orientanda em 2015 e ajudou-me a transformar qualquer obstáculo em profundo aprendizado. Infelizmente, deixou-nos muito cedo, mas certamente virou semente e continuará fazendo florescer nos lugares menos óbvios. Mais que uma referência na vida acadêmica, tornou-se referência de pesquisadora-mulher-humana.

Agradeço à Prof^a. Raquel Gonçalves que assumiu o desafio de me orientar aos quarenta e cinco minutos do segundo tempo e que transformou cada minuto do curto período de prorrogação em experiências fundamentais de troca, aprendizado e verdadeiras injeções de ânimo, com olhar atento e sempre disposta a dividir e doar-se. A sua cumplicidade e sensibilidade foram fundamentais nos últimos passos. Estendo os agradecimentos aos demais professores, funcionários e colegas do NPGAU/UFMG e do Grupo de Pesquisa Observatório dos Conflitos Urbanos, e aos integrantes da banca que contribuíram profundamente para o meu amadurecimento enquanto pesquisadora: Prof^a. Cristina Simão e Prof^a. Monique Sanchez, admiradas desde o primeiro encontro em Ouro Preto, Prof. Marcos Felipe Sudré, Prof. Altamiro Bessa e Prof. João Furtado.

Às amigas e amigos também registro minha gratidão. Trouxeram a alegria, a leveza e a descontração necessárias em um processo por vezes tão solitário e carregado de pressões externas e internas. Em especial, aos *pacangaiahs* sempre presentes (mesmo quando distantes) e à Bel, Mari, Adê, Poly, Gui e Wawá pelo dia a dia em Ouro Preto.

Aos meus familiares, agradeço por nunca me deixarem na mão. Minhas tias corujas, sempre prontas para orientações e conselhos, especialmente Fátima e Elisa, que não hesitaram em me incluir nas tarefas das recentes aposentadorias. Meu pai Fred, mãe Flávia, irmã Fabi, agradeço a parceria e o amor incondicional. Serão sempre meus maiores espelhos, dentro e fora da Academia. Ao cunhado e amigo Rodrigo, e ao meu lindo e amado sobrinho Gael, que apareceram na minha vida durante esse processo e deixaram tudo mais alegre, também deixo meus agradecimentos.

Ao meu carinhoso companheiro Rodrigo, que para além da parceria acadêmica, nas visitas de campo, conversas e revisões de texto, esteve sempre presente no aconchego e no colo, dividindo angústias e, mesmo quando a minha bateria parecia perto de chegar ao fim, soube desanuviar qualquer céu carregado de Ouro Preto; deixo os meus mais sinceros agradecimentos. Essa caminhada foi definitivamente (e literalmente) mais doce ao seu lado.

A todas e todos que, mesmo sem citá-los, fizeram parte dessa minha colmeia de abelhas... que continuemos fazendo o mel.

*Minas Gerais
Minerais
minas de Minas
demais,
de menos?
minas exploradas
no duplo, no múltiplo
sem-sentido,
minas esgotadas
a suor e ais,
minas de mil
e uma noites presas
do fisco, do fausto,
da farra; do fim
[...]*

*Minas, nos ares,
Minas que te quero
Minas que te perco
e torno a ganhar-te
com seres metal
diluído em genes,
com seres aço
de minha couraça
Minas que me feres
com pontiagudas
lascas de minério
e laminadas de ironia,
vês?
[...]*

[trecho do poema *Canto Mineral*, de Carlos Drummond de Andrade, 1974]

*Eu era uma pessoa assim, quietinha no meu canto...
Ah, se eu tivesse em Bento, qual seria a minha rotina?
Em casa, na igreja, conversando com um amigo.
Eu poderia estar vivendo essa vida tranquilamente.
Nós não pedimos pra entrar nessa história triste,
então ela tem que ser contada.*

[M.M., morador atingido de Bento Rodrigues]

RESUMO

Em uma mesma cidade, coexistem muitas cidades. Uma cidade tombada, ou seja, patrimonializada, integra territórios tomados, ora pelos interesses do mercado, refletindo processos de dominação, ora pelos sujeitos e coletividades que se apropriam dos espaços no cotidiano. Reconhecer a relação dialética entre dominação e apropriação nas cidades e territórios é o objetivo central desta pesquisa. De forma recorrente é possível notar que a dominação estabelecida nos territórios se materializa em projetos de renovação urbana, que buscam criar cenários consensuais e visibilizados. Contudo, existem outras formas de dominação, especialmente nas pequenas e médias cidades do estado de Minas Gerais, relacionadas aos grandes empreendimentos da mineração que definem áreas de interesse de exploração, estrategicamente, invisibilizadas. Ao mesmo tempo, práticas sociais de apropriação cotidiana nestes territórios tomados podem ser apreendidas enquanto experiências de troca social e ferramentas de luta por justiça nas cidades. Qual o campo de forças estabelecido a partir do imbricamento entre cultura e território nas cidades patrimonializadas? Em que medida as relações de dominação são engendradas nos territórios e evidenciadas em situações de conflito? Como reconhecer as vivências, sobrevivências, existências e resistências que contrariam a ordem hegemônica e sugerem a luta por direitos e justiça social nas cidades? Tais questões constituem o eixo estruturante deste trabalho, cujo município de Mariana, no estado brasileiro de Minas Gerais, é apresentado como estudo de caso. Esta cidade é considerada uma cidade patrimonializada, explorada pela mineração, tendo se tornado palco de um desastre-crime socioambiental sem precedentes no Brasil e no mundo: o rompimento da barragem de rejeitos de minério denominada Fundão, sob responsabilidade das empresas Samarco/Vale/BHP Billiton, em 5 de novembro de 2015. Desde então, se iniciou a luta dos moradores atingidos de diversas localidades do município, pela garantia dos seus direitos. Os passos metodológicos percorridos incluem: pesquisa bibliográfica e de matérias jornalísticas; entrevistas semiestruturadas, com atores institucionais locais; entrevistas abertas, com moradores atingidos de Mariana; observação participante em reuniões, audiências públicas e em festas tradicionais, organizadas pelos moradores nos territórios atingidos. A pesquisa mostra um campo de forças assimétrico, onde as empresas responsáveis pelo desastre-crime e pelas rupturas nos modos de vida e vínculos sociais nos territórios, mantêm uma relação de dominação e de contínua violação de direitos, dentre os quais, o direito à apropriação dos territórios atingidos. Dialeticamente, práticas sociais cotidianas podem ser apreendidas enquanto experiências de troca social, conflito e dissenso, bem como instrumentos de luta e resistência. As festas organizadas pelos moradores, ao proporcionarem o encontro dos corpos nos espaços comuns e, portanto, a apropriação, reafirmam o sentimento de pertencimento e o desejo pelo reestabelecimento dos modos de vida destruídos. Sobre-vivências e re-existências que permitem a construção de processos contra-hegemônicos nas cidades, contrariando a ordem dominante.

Palavras-chave: Cidades patrimonializadas; Cidades minerárias; Modos de vida; Barragem do Fundão; Mariana/MG.

ABSTRACT

In a same city, many cities coexist. A heritage city integrates taken territories, sometimes by economic interests, reflecting domination processes, sometimes by social groups that appropriate spaces in daily life. Recognizing this dialectical relationship between domination and appropriation in cities and territories is the main goal of this research. Most of the time, it is possible to notice that domination established in the territories materialize in urban renovation projects, which intend to create consensual and visible scenarios. However, there are other forms of domination, especially in small and medium-sized cities of the state of Minas Gerais, Brazil, which are related to large mining enterprises that define areas of exploration interest, turning them into strategically invisible territories. At the same time, social practices of daily appropriation of territories can be apprehended as experiences of social exchange and tools of struggling for justice in cities. What is the force field established from the intertwining of culture and territory in heritage cities? To what extent are relations of domination engendered in territories and evidenced in situations of conflict? How to recognize the experiences, permanencies, existences and resistances that contradict the hegemonic order and suggest the struggle for rights and social justice in cities? The municipality of Mariana, in the state of Minas Gerais, Brazil, is presented as a case study in this research, as it is considered a heritage city and is exploited by mining, having become the scene of an unprecedented socio-environmental disaster in Brazil and in the world: the disruption of the ore tailings dam called Fundão, under the responsibility of Samarco/Vale/BHP Billiton companies, in November 5th 2015. The methodological paths taken in this research include bibliographic and journalistic research; semi-structured interviews with local institutional actors; open interviews with affected Mariana's residents; besides participant observation in meetings, public hearings and traditional festivities organized by the residents in the affected territories. The research showed an asymmetrical force field, where the companies responsible for the disaster-crime and for the reparation and compensation of damages maintained the domination and continuous violation of rights, including the right to the appropriation of the affected territories. Dialectically, everyday social practices in these territories can be apprehended as experiences of social exchange, conflict and dissent and as instruments of struggle and resistance. Popular festivities organized by the residents, provided the gathering of people in common spaces and, therefore, the appropriation, reaffirming the sense of belonging and the desire for the reestablishment of the destroyed ways of life. Experiences and re-existences are those that allow the construction of counterhegemonic processes in the cities, contrarily to the dominant order.

Key words: Heritage cities; Mining cities; Fundão's dam; Mariana.

RESUMEN

En una misma ciudad, muchas ciudades coexisten. Una ciudad patrimonial integra territorios tomados, a veces por los intereses del mercado, reflejando procesos de dominación, a veces por los sujetos y colectividades que se apropian de los espacios en la vida cotidiana. Reconocer esta relación dialéctica entre dominación y apropiación en ciudades y territorios es el objetivo central de esta investigación. Recurrentemente, es posible notar que la dominación establecida en los territorios se materializa en proyectos de renovación urbana, que buscan visibilizar algunos escenarios. Sin embargo, existen otras formas de dominación, especialmente en las ciudades pequeñas y medianas del estado de Minas Gerais, Brasil, relacionadas con grandes empresas mineras que definen áreas de interés para la explotación, tornándose estratégicamente invisibles. Al mismo tiempo, las prácticas sociales de apropiación diaria de los territorios pueden entenderse como experiencias de intercambio social y herramientas de lucha por la justicia en las ciudades. ¿Cuál es el campo de fuerza establecido a partir del entrelazamiento de la cultura y el territorio en las ciudades patrimoniales? ¿En qué medida las relaciones de dominación se engendran en los territorios y se evidencian en situaciones de conflicto? ¿Cómo reconocer las vivencias, permanencias, existencias y resistencias que contradicen el orden hegemónico y sugieren la lucha por los derechos y la justicia social en las ciudades? El municipio de Mariana, en el estado brasileño de Minas Gerais, se presenta como un estudio de caso. Mariana es una ciudad patrimonial y tiene relaciones de dominación, principalmente relacionadas con la minería, convirtiéndose en el escenario de un desastre socioambiental sin precedentes en Brasil y en el mundo: la ruptura de la presa de relaves de mineral llamada Fundão, bajo la responsabilidad de las empresas Samarco/Vale/BHP Billiton, el 5 de noviembre de 2015. Desde entonces, comenzó la lucha de los residentes afectados en el municipio por la garantía de sus derechos. Las rutas metodológicas tomadas en la investigación incluyen investigación bibliográfica y periodística; entrevistas semiestructuradas con actores institucionales locales; entrevistas abiertas con residentes afectados de Mariana; además de la observación participante en reuniones, audiencias públicas y fiestas organizadas por los residentes en los territorios afectados. La investigación muestra un campo de fuerza asimétrico, donde las compañías responsables del desastre y de la reparación y compensación de daños mantienen una relación de dominación y violación continua de los derechos, incluido el derecho a la apropiación de los territorios afectados. Dialécticamente, las prácticas sociales cotidianas en estos territorios pueden entenderse como experiencias de intercambio social, conflicto y disensión y como instrumentos de lucha y resistencia. Las fiestas organizadas por los residentes, al proporcionar la reunión de los cuerpos en los espacios comunes y, por lo tanto, la apropiación, reafirman el sentimiento de pertenencia y el deseo de restablecer las formas de vida destruidas. Sobrevivencias y re-existencias que permiten la construcción de procesos contrahegemónicos en las ciudades, contrarios al orden dominante.

Palabras claves: Ciudades patrimoniales; Ciudades minerales; presa mineral de Fundão; Mariana.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do município de Mariana em Minas Gerais e das localidades atingidas junto ao rio Gualaxo do Norte, em Mariana	23
Figura 2: Renovação urbana nas regiões portuárias de Londres/ING (a), Baltimore/EUA (b, c) e Barcelona/ESP (d).....	51
Figura 3: Imagem do Porto Maravilha já implantado na Zona Portuária do Rio de Janeiro/RJ, com destaque para o Museu do Amanhã em primeiro plano	55
Figura 4: Imagem atual do Pelourinho, em Salvador/BA, com suas fachadas pintadas em cores fortes	55
Figura 5: Território Autônomo Zapatista, Oventik, México	75
Figura 6: Narrativa de um morador sobre as origens de Bento Rodrigues [“colagem” Jornal A Sirene].....	80
Figura 7: Mariana (sede) em 1817, aquarela de Thomas Ender	85
Figura 8: Imagens de Mariana (sede) no início do século XX.....	85
Figura 9: Mapa de Mariana em 1938	85
Figura 10: Bens materiais tombados em nível federal no município de Mariana.....	92
Figura 11: Expansão urbana da sede de Mariana, início (a) e fim (b) do séc. XX.	111
Figura 12: Imagens atuais dos bairros Alto do Rosário (a) e Cabanas, aos fundos (b), Mariana	114
Figura 13: Capela de São Bento e cenas de Bento Rodrigues antes do desastre	124
Figura 14: Capela Santo Antônio e cenas de Paracatu de Baixo antes do desastre	124
Figura 15: Infográfico sobre os tipos de alteamento de barragem de minério à montante (Fundão e Germano), à jusante e central	127
Figura 16: Alteamento da barragem do Fundão, conforme aprovado no licenciamento ambiental (a); e conforme executado (b).	127
Figura 17: Trajeto da lama de rejeitos de minério pelos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.....	131
Figura 18: Trajeto da lama de rejeitos de minério em Mariana.....	131
Figura 19: Ser atingido [“colagem” Jornal A Sirene]	132
Figura 20: Complexo Germano e a proximidade com o subdistrito de Bento Rodrigues	138
Figura 21: Imagens de satélite de Bento Rodrigues antes (a) e depois (b) do rompimento da barragem do Fundão.....	138
Figura 22: Bento Rodrigues tomada pelos rejeitos de minério	139
Figura 23: Ponte do Gama tomado pelos rejeitos de minério	142
Figura 24: Paracatu de Baixo tomada pelos rejeitos de minério.....	145
Figura 25: Borba e Pedras tomados pelos rejeitos de minério	150
Figura 26: O rio Gualaxo do Norte tomado pelos rejeitos de minério	151
Figura 27: A chegada da lama de rejeitos [“colagem” Jornal A Sirene].....	153
Figura 28: Modos de vida I [“colagem” Jornal A Sirene]	163
Figura 29: Modos de vida II [“colagem” Jornal A Sirene]	164
Figura 30: Modos de vida III [“colagem” Jornal A Sirene]	165
Figura 31: Modos de vida IV [“colagem” Jornal A Sirene].....	166
Figura 32: Modos de vida V [“colagem” Jornal A Sirene].....	167
Figura 33: Comemoração do dia da consciência negra na Escola Municipal de Campinas	173
Figura 34: Imagens recentes das obras de reassentamento coletivo de Bento Rodrigues e simulações dos equipamentos comunitários	183

Figura 35: Imagens recentes das obras de reassentamento coletivo de Paracatu de Baixo e simulações dos equipamentos comunitários.....	184
Figura 36: Os atrasos e dúvidas quanto aos reassentamentos coletivos [“colagem” Jornal A Sirene].....	185
Figura 37: Por que decidem ficar? [“colagem” Jornal A Sirene].....	186
Figura 38: Reassentamentos familiares concluídos em Paracatu de Cima (a), entre Paracatu e Borba (b, c), em Borba (d), em Pedras (e) e Campinas (f).....	187
Figura 39: Imagem do projeto para as ruínas da Capela de São Bento (Bento Rodrigues), divulgado em 13/10/2019 em mídia social de livre acesso	197
Figura 40: O debate em torno do patrimônio cultural [“colagem” Jornal A Sirene]	197
Figura 41: As festas como tradição em Mariana.....	209
Figura 42: As festas e a importância de retorno aos territórios atingidos, em 2016 [“colagem” Jornal A Sirene].....	214
Figura 43: As festas e a retomada dos territórios, em 2017 [“colagem” Jornal A Sirene].....	215
Figura 44: Festas, fé e tradição em 2018 [“colagem” Jornal A Sirene].....	216
Figura 45: Festas, memória e resistência, em 2019 [“colagem” Jornal A Sirene]..	217
Figura 46: Festas, memória e resistência, em 2019 II [“colagem” Jornal A Sirene]	218
Figura 47: Festa de Santo Antônio, Paracatu de Baixo [16/06/2019]	224
Figura 48: Festa da Santa Cruz, Camargos [01/05/2018].....	226
Figura 49: Festa de Nossa Senhora Aparecida, Pedras [13/10/2019].....	231
Figura 50: Bento Rodrigues após os saques [27/07/2019]	232
Figura 51: Bento Rodrigues tomado e alagado depois do dique S4.....	239
Figura 52: Festa de São Bento, Bento Rodrigues [27/07/2019].....	244
Figura 53: Festa de Nossa Senhora das Mercês, Bento Rodrigues [22/09/2019].	245

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Município de Mariana.....	120
Mapa 2: Sobre-vivências e r-existências.....	213

LISTA DE SIGLAS

ACP – Ação Civil Pública

BHP – Broken Hill Proprietary Company

CECOR – Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais

CFEM – Compensação Financeira por Exploração de Recursos Minerais

CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural

COMPAT – Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Mariana

COPAM – Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral

EIA-RIMA – Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental

EPIC/RPIC – Estudo Prévio de Impacto ao Patrimônio Cultural e Relatório de Impacto ao Patrimônio Cultural

FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente

FJP – Fundação João Pinheiro

GESTA – Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais

GT – Grupo de Trabalho

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MPF – Ministério Público Federal

MPMG – Ministério Público de Minas Gerais

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PPP – Parceria Público Privada

SEMAD – Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta

TAP – Termo de Acordo Preliminar

TCP – Termo de Compromisso Preliminar

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

TTAC – Termo de Transação e Ajustamento de Conduta

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	17
INTRODUÇÃO	19
Caminhos teórico-metodológicos.....	25
Estrutura da tese.....	31
1. CIDADES TOM(B)ADAS: SOBRE DOMINAÇÃO E APROPRIAÇÃO	34
1.1. Entrelaçamentos entre cultura e território na produção do espaço.....	39
1.2. Territórios tom(b)ados pelos interesses do mercado.....	45
1.2.1. Cenários visibilizados nos projetos de renovação urbana.....	46
1.2.2. Cantos invisibilizados nos empreendimentos da mineração.....	59
1.3. Territórios tom(b)ados pelos muitos outros sujeitos sociais.....	68
1.3.1. Experiências coletivas nos espaços comuns.....	70
2. MARIANA: UMA CIDADE “HISTÓRICA” CONTEMPORÂNEA	79
2.1. Cidade tombada: a patrimonialização da indiferença?.....	81
2.2. Cidade tomada: mineração, urbanização e dominação.....	107
3. DA CRISE AO CRIME, DO CRIME À CRISE: ROMPIMENTO E RUPTURAS	130
3.1. O trajeto dos rejeitos de minério do Fundão em Mariana.....	136
3.2. Desterritorialização e rupturas nos modos de vida.....	168
3.3. Patrimônio cultural na reparação e compensação.....	188
3.4. Descaminhos do empreendedorismo na “renovação”.....	198
4. O CANTO É NOSSO: FESTA E DIREITO À APROPRIAÇÃO NOS TERRITÓRIOS ATINGIDOS	207
4.1. Costurando feridas nos reencontros festivos.....	219
4.2. As festas e a luta pela não-desapropriação.....	232
CONSIDERAÇÕES FINAIS	247
REFERÊNCIAS	253

APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa nasce de inquietações acadêmicas, profissionais e, sobretudo, pelas afetações vindas do encontro com pessoas *atingidas* pelo rompimento da barragem de rejeitos de minério denominado Fundão, sob responsabilidade das empresas Samarco/Vale/BHP Billiton e ocorrido em 5 de novembro de 2015, e que há mais de quatro anos lutam pela apropriação coletiva dos seus territórios e contra um quadro de dominação e constante violação de direitos.

Iniciei o Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) pouco tempo depois de ter ingressado como arquiteta no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em março de 2014, a partir de uma contratação temporária para acompanhar o Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas (PAC-CH) no Escritório Técnico do Iphan em Mariana, Minas Gerais. Depois de ter vivido no Rio de Janeiro-RJ por seis anos, quando me dediquei a trabalhos também na esfera pública e ao mestrado em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói-RJ, voltei para Minas, trazendo reflexões sobre *espaço* e *cultura*, aprofundadas no mestrado, mas que me tocam desde quando ainda era graduanda em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa-MG.

No mestrado, o imbricamento entre *espaço* e *cultura* foi investigado usando como pano de fundo a zona portuária do Rio de Janeiro. Busquei descortinar ali as múltiplas identidades territoriais, expressões culturais e corporais presentes nos seus espaços públicos que, de alguma maneira, caminhavam na contramão do modelo de cidade espetacularizada do projeto de “revitalização” *Porto Maravilha*, promovido a partir de uma parceria público-privada na qual a “valorização cultural” se relaciona à concepção de grandes projetos de entretenimento voltados para o consumo e o turismo. Tratava-se de um território em disputa e, ao questionar os consensos forjados para a criação da imagem de cidade-olímpica dos cartões-postais, procurei investigar outras ideias e projetos de cidade, trazendo à tona referências culturais presentes nas rodas de samba, nos blocos do carnaval de rua, na apropriação dos espaços públicos e nas vozes de artistas locais.

A mudança para a região de Ouro Preto e Mariana, em 2014, e o trabalho na gestão do patrimônio cultural em Mariana, fizeram emergir diversas questões, como

das referências culturais e processos de resignificação do patrimônio cultural no cotidiano e da importância de se fazer pesquisa sobre e nas pequenas e médias cidades brasileiras, menos enfatizadas no campo teórico da Arquitetura e Urbanismo e do Planejamento Territorial. A experiência profissional no Iphan – das análises de projetos, às fiscalizações de obras de restauração; das reuniões no conselho municipal do patrimônio cultural ou com atores políticos locais, aos atendimentos com os moradores da cidade-patrimônio – enfim, a vivência empírica, foi fundamental para a construção de um caminho de pesquisa cujo movimento teórico e prático ampliou minha percepção de mundo.

Pouco depois da entrada no Doutorado, já tendo escolhido Mariana como estudo de caso, aconteceu o rompimento da barragem do Fundão, sob responsabilidade das empresas Samarco/Vale/BHP Billiton, quando uma avalanche de rejeitos de minério tomou subdistritos e localidades rurais do município que até então eu não tinha visitado ou sequer sabia da existência. A invisibilidade instituída desses cantos – ou “bibocas”, como apelidava a professora e orientadora Fernanda – me afligia. Incomodava-me a evidente relação de dominação das grandes empresas. E, ter visto e vivenciado bem de perto a incansável luta dos moradores atingidos de Mariana, me afetou profunda e decisivamente, tornando este trabalho um instrumento crítico e reflexivo, construído e processado no âmbito da razão e da emoção.

Opto pelo uso da primeira pessoa do plural a partir das próximas páginas, recusando a ideia de neutralidade técnico-científica, recusando o distanciamento entre sujeito-objeto e sugerindo que minha voz enquanto pesquisadora e arquiteta e urbanista se soma às vozes das(os) muitas(os) outras(os) que lutam por cidades mais justas social e ambientalmente. Encaro o desafio de falar sobre rompimentos, rupturas, conflitos, mas também sobre vivências, existências e resistências, assumindo o desafio de abordar processos e práticas em curso e em constante transformação e resignificação.

INTRODUÇÃO

Minas Gerais/ Mineraiis/ minas de Minas/ demais,/ de menos? [...] Minas que me feres/ com pontiagudas/ lascas de minério/ e laminadas de ironia,/ vês?

Talvez tenha faltado para muitos “ver” a ironia nos versos do poema “Canto Mineral”, de Carlos Drummond de Andrade, escrito ainda em 1974 em Itabira, sua cidade natal, assolada pela mineração. Passaram-se 41 anos de publicação do poema e o mundo inteiro viu o poder das pontiagudas lascas de minério que, para muitos, causou feridas ainda abertas. O rompimento da barragem de minérios do Fundão, em Mariana, Minas Gerais, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015 e sob responsabilidade das empresas Samarco Mineração S.A., Vale S.A. e BHP Billiton Ltda.¹, foi um *desastre-crime*² sem precedentes no Brasil e no mundo³.

Na cidade de Mariana, assim como em Itabira, a década de 1970 também marcou a tomada dos territórios pelos grandes empreendimentos da mineração. Tal processo de industrialização incentivou dinâmicas urbanas de adensamento na sede municipal, com a promoção de bairros sem infraestrutura urbana e moradia digna, enquanto, estrategicamente, buscou tornar invisíveis outros cantos do município, com potencial interesse para a exploração das grandes empresas e onde viviam (e ainda vivem) grupos sociais com modos de vida intrinsecamente relacionados ao meio natural e às atividades agropecuárias. Assim, o modelo privatista da mineração

¹ Ao longo da tese, será utilizado o termo “Samarco/Vale/BHP Billiton” para expressar o entendimento da responsabilidade compartilhada entre a empresa Samarco Mineração S.A., e suas controladoras, a empresa brasileira Vale S.A. e a anglo-australiana BHP Billiton Ltda., pelo rompimento da barragem de minérios do Fundão, em Mariana/MG. A Samarco é uma *joint venture* societária entre a Vale e a BHP Billiton, como será abordado mais adiante.

² O termo *desastre-crime*, no contexto de disputa de narrativas (MARQUES; NOGUEIRA, 2017) pareceu-nos o mais recorrente nas falas da população atingida de Mariana, particularmente daqueles entrevistados nesta pesquisa e, portanto, será aqui utilizado enquanto síntese para designar um “desastre sociotécnico” (ZHOURI *et al.*, 2018), ou seja, que evidencia a existência de uma rede sociotécnica por trás de uma ação destrutiva de grande proporções, e criminoso (crime doloso), conforme denúncia do Ministério Público Federal que analisou documentos de posse da empresas responsável como laudo técnico que constata o risco de rompimento, elaborado ainda em 2014.

³ Ainda que o rompimento da barragem do Fundão seja considerado o maior desastre socioambiental do país e o maior relacionado a barragens de mineração no mundo em relação ao volume de rejeitos derramados no meio ambiente e a extensão territorial percorrida, é fundamental notar que, no início de 2019, o estado de Minas Gerais foi *locus* de outro desastre-crime: o rompimento de barragem de rejeitos de minério no Córrego do Feijão, de propriedade da empresa Vale S.A., localizado no município de Brumadinho e que matou cerca de 300 pessoas. Importante notar que em diversos municípios de Minas Gerais (e de outros estados brasileiros) os moradores vivem em estado de alerta e medo constante desde o anúncio de risco de novos rompimentos, como em Congonhas e Barão de Cocais, onde diversas famílias foram deslocadas compulsoriamente e tiveram suas vidas transformadas desde então.

deflagrou um processo de mercantilização do espaço específico, que difere em alguns aspectos das operações de renovação (ou “revitalização”) urbana característicos dos espaços patrimonializados, isto é, núcleos urbanos institucionalmente reconhecidos como patrimônio cultural (tombados em nível municipal, estadual e/ou federal). Mariana é uma cidade patrimonializada, pois integra conjunto arquitetônico e urbanístico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1938, tombamento este, que se situa na fase inicial da patrimonialização no Brasil, da proteção de bens materiais representativos do período colonial.

Quando as relações de dominação estabelecidas nos territórios se “materializam” nos projetos de renovação urbana, recorrentemente, transformam os espaços em cenários espetaculares e consensuais. Via de regra, a cultura é instrumentalizada e associada a equipamentos de entretenimento e consumo direcionados a um turismo dirigido e a grupos sociais mais abastados. E, onde existe uma “herança cultural” institucionalmente reconhecida, o próprio patrimônio cultural urbano torna-se ingrediente forte dos processos de mercantilização e reificação dos espaços, na esteira das políticas neoliberais e do planejamento estratégico de cidades, o que afeta não apenas os grandes centros urbanos, mas também as pequenas e médias cidades.

Ao mesmo tempo, existem outras formas de dominação que também devem ser investigadas, especialmente nas pequenas e médias cidades do estado de Minas Gerais, como é o caso de Mariana, relacionadas aos grandes empreendimentos de mineração. O quadro de dependência dos municípios com o setor minerário e a retórica da crise fazem parte das estratégias traçadas pelas grandes empresas e sobre as quais os poderes locais também exercem papel fundamental. Nesses casos, ao invés de iluminar e visibilizar os cenários, vendidos a um público selecionado, trata-se de ocultar ou invisibilizar as áreas de interesse de exploração, e conseqüentemente eliminar tradicionais modos de vida, mantendo a mesma lógica mercantil: eliminar o dissenso, as contradições, e buscar o consenso em torno de um projeto de sociedade – e conseqüentemente de cidade – que gera lucro e privilégios para poucos em detrimento dos muitos sujeitos sociais que sobrevivem e resistem cotidianamente.

Neste contexto de disputa, práticas de apropriação coletiva e cotidiana dos territórios pelos sujeitos, podem ser apreendidas enquanto experiências de troca – *sobre-vivências* e *r-existências* – que sugerem a construção contra-hegemônica da

luta por justiça social nas cidades. Ao proporcionar o encontro (e confronto) dos corpos nos espaços comuns e, portanto, a *apropriação* e a experiência coletiva nos territórios, a *feira* apresenta-se como prática sobrevivente e resistente que contraria a lógica de *dominação* dos grandes projetos que, estrategicamente, tanto buscam dar visibilidade (luminosidade) para alguns cenários, quanto buscam invisibilizar (tornar opacos) outros cantos. Assim, o estudo empírico da *feira*, no âmbito das teorias lefebvrianas e como experiência de pertencimento e autogestão, é motivado por permitir uma leitura crítica dos processos de dominação e apropriação nos espaços e da relação entre os sujeitos sociais e os territórios.

Partimos do pressuposto de que em uma mesma cidade coexistem muitas cidades. Na cidade *tombada*, coexistem territórios *tomados*, ora *tomados* pelos interesses do mercado, ora *tomados* pelos sujeitos sociais, que coletivamente e cotidianamente apropriam-se dos espaços. Assim, a problemática desta tese insere-se numa relação *dialética* entre dominação e apropriação nos territórios e nas cidades. O método dialético, no sentido dado pela corrente de pensamento marxista, nos permite ter consciência das constantes mudanças e contradições das práticas sociais, da necessidade da contestação, e nos incita a revermos o passado à luz do que está acontecendo no presente, na realidade concreta.

As cidades patrimonializadas, integrando territórios em disputa, são percebidas enquanto *locus* de resignificação da própria ideia de patrimônio cultural que ainda parece rígida nas suas interpretações e representações, apesar das importantes ampliações conceituais no campo teórico e no campo político brasileiro, a partir do movimento pela redemocratização que inseriu a dimensão imaterial e o caráter plural dos diversos grupos sociais na valorização do patrimônio cultural.

Qual o campo de forças estabelecido a partir do imbricamento entre *cultura* e *território* nas cidades patrimonializadas? Em que medidas as relações de dominação são engendradas e podem ser evidenciadas nos territórios em disputa? Como reconhecer as vivências, sobrevivências, existências e resistências que contrariam a ordem hegemônica e sugerem a luta por direitos e justiça social nas cidades? Estas são as principais questões que estruturam os eixos da pesquisa. Como estudo de caso, apresentamos o município de Mariana, no estado de Minas Gerais, e o campo de forças estabelecido a partir do rompimento da barragem de minérios do Fundão.

Mariana é um município brasileiro de pequeno porte localizado no centro-sul do Estado de Minas Gerais, com histórico oficial de formação relacionado à exploração aurífera em fins do século XVII. Tendo sido a única a ganhar a categoria de cidade na capitania durante todo o século XVIII, seu crescimento urbano está imbricado a disputas e relações de poder econômico, político e simbólico no território. Dois momentos recebem maior atenção nesta tese: a patrimonialização da cidade, a partir do tombamento do seu conjunto urbano em 1938, que marca a fase inicial de patrimonialização no Brasil; e a implantação das grandes empresas da mineração, a partir da década de 1970, responsáveis por marcas profundas na paisagem e dinâmicas socioespaciais até os dias atuais. O município integra o denominado Quadrilátero Ferrífero e está entre as cidades que respondem pela maior produção de minério de ferro do país. Com extensa dimensão territorial, inclui dez distritos além da sede municipal, bem como diversos subdistritos e localidades rurais. Importante ressaltar que esses territórios estão distantes (cerca de 40 km ou 50 km) da sede do município e, comparativamente a esta, recebem bem menos atenção do poder público. Os modos de vida estão relacionados a práticas agropecuárias e ao contato dos moradores com os rios e a paisagem natural de um modo geral. Muitas vezes, esses cantos tornam-se área de interesse para exploração da mineração e, portanto, a relação de dominação não é no sentido de iluminar, mas de ocultar e invisibilizar.

É dentro do quadro de dominação instalado pela mineração no município de Mariana que ocorreu o rompimento da barragem de rejeitos de minério denominado Fundão, das empresas Samarco/Vale/BHP Billiton.

A figura 01 inclui um mapa que situa o município de Mariana no estado de Minas Gerais, Brasil, bem como, um mapa do município destacando a localização da barragem do Fundão, o córrego de Santarém, o rio Gualaxo do Norte e o distrito, os subdistritos e localidades rurais por onde os rejeitos de minério despejados pelo rompimento da barragem deixaram o rastro de destruição: Bento Rodrigues, Camargos, Bicas, Ponte do Gama, Paracatu de Cima, Paracatu de Baixo, Borba, Pedras e Campinas.

O mapa demonstra a extensa dimensão territorial do município de Mariana e a significativa distância entre os territórios atingidos e a sede municipal. Essa distância contribui para o que chamamos de uma invisibilidade estratégica das empresas danosas na escolha de suas áreas de exploração minerária.

Figura 1: Localização do município de Mariana em Minas Gerais e das localidades atingidas junto ao rio Gualaxo do Norte, em Mariana



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Mariana>.



Fonte: Diagnóstico Preliminar dos bens culturais identificados no território atingido em Mariana pelo rompimento da barragem de Fundão (POLÉN, 2017).

O desastre-crime resultou em 20 mortes (considerando um aborto), destruiu localidades em Mariana e outros municípios, devastou o rio Gualaxo do Norte e toda a Bacia do Rio Doce, desaguou no mar de Regência, litoral do Espírito Santo, alcançou unidades marinhas do Sul da Bahia, deixando um passivo ambiental irrecuperável e milhares de pessoas *atingidas* do estado de Minas Gerais ao litoral do Espírito Santo. Como será abordado adiante, o próprio conceito de *atingido* torna-se objeto de disputa, uma vez que as empresas não reconhecem a totalidade de pessoas atingidas, impondo ao máximo as restrições no processo de reparação e compensação e, assim, violam o direito dos sujeitos a serem reconhecidos como atingidos.

Em Mariana, destacamos aspectos dos processos de desterritorialização e ruptura dos modos de vida, bem como novas relações de dominação da própria empresa responsável pelo desastre-crime no município, legitimadas pela retórica da crise. Passados mais de quatro anos desde o desastre-crime, a população atingida de Mariana, e da extensa Bacia do Rio Doce, ainda luta por indenizações justas e ações de reparação integral pelos danos ocasionados pelas empresas.

O relato de um dos moradores atingidos de Mariana é emblemático: *“Eu era uma pessoa assim, quietinha no meu canto... Em casa, na igreja, conversando com um amigo. Eu poderia estar vivendo essa vida tranquilamente”* (M.M., de Bento Rodrigues, informação oral). As empresas da mineração lhe tiraram tudo – casa, terra, criações, plantações, formas de lazer e sociabilidade, modos de vida, etc. São sujeitos que pertenciam a um espaço, cada qual no seu *canto*, usufruindo pouco das obrigações do Estado, destituídos dos “benefícios” do centro urbano e somente plantavam e criavam o necessário pra viver e sobreviver, dignamente. Este status é modificado, pois de repente, uma avalanche de rejeitos de minério destruiu tudo: bens materiais e imateriais, individuais e coletivos. Inclusive tirou muitas desses sujeitos dos seus *cantos*. Os “cantos” – categoria nativa que surgiu em falas de moradores atingidos entrevistados – assumem o significado de espaços recorrentemente invisibilizados pela ordem dominante, devido ao interesse de mercado e que, ao mesmo tempo, são os locais onde estão preservados modos de vida e práticas cotidianas, não apenas “tradicionais”, mas considerados contra-hegemônicos. Em contraposição às estratégias de visibilizar ou iluminar os cenários, sugerimos aprofundar o debate sobre a importância em desvelar as sobre-vivências e r-

existências encontradas nesses cantos, espaços invisibilizados pela ordem dominante.

Diante do contexto apresentado, o objetivo principal desta pesquisa é investigar como as cidades tombadas são tomadas pelos interesses do mercado e em que medida podem ser apropriadas e vivenciadas pelos sujeitos e coletividades a partir de práticas e processos contra-hegemônicos.

Os objetivos específicos são: a) investigar como *cultura* e *território* relacionam-se no campo teórico e a partir da análise de experiências práticas, no sentido de apreender a cidade enquanto produto social, onde estão implicadas relações de dominação e apropriação; b) levantar o histórico de formação do município de Mariana, destacando dois momentos chaves, o da patrimonialização de seu conjunto urbano e o da chegada das grandes empresas de mineração; c) abordar o rompimento da barragem de rejeitos de minérios do Fundão, a consequente desterritorialização e rupturas nos modos de vida da população atingida e as novas relações de dominação estabelecidas a partir do desastre-crime; d) investigar (sobre)vivências e processos de resistência no contexto de luta por direitos coletivos nos territórios atingidos de Mariana.

CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Em primeiro lugar, cabe destacar que a etapa de estudo de campo não sucedeu à pesquisa teórica, mas sim ocorreu em simultâneo, permitindo que os elementos e questões surgidos a partir da experiência e da vivência concreta (práxis) fossem problematizados à luz das teorias.

A pesquisa aos referenciais teóricos, no que se refere aos conceitos de *cultura* e *território* e, sobretudo, ao entrelaçamento entre esses dois conceitos nas experiências práticas das cidades, buscou autores de distintos campos do conhecimento, principalmente da Arquitetura e Urbanismo, da Geografia, da Sociologia, da Antropologia e da Filosofia.

Para o levantamento de informações acerca do município de Mariana e do rompimento da barragem de Fundão, foram utilizadas publicações acadêmicas e, por se tratar de um acontecimento recente e em curso, dados veiculados em mídias

diversas. Importante ressaltar que essas mídias incluem tanto matérias jornalísticas como notícias publicadas nas páginas eletrônicas oficiais de órgãos públicos e empresas (contribuindo na análise dos discursos oficiais) e, ainda, matérias publicadas no Jornal A Sirene⁴, que pode ser considerado um instrumento de comunicação próprio da população atingida de Mariana e entorno, com o apoio de colaboradores, e de importância fundamental dada a assimetria no processo de reparação e compensação em curso. O direito à comunicação e à memória tem sido as principais bandeiras levantadas pelo Jornal A Sirene, cujos recortes apresentados nesta tese buscaram mesclar distintas edições, mostrando a continuidade do processo de luta por direitos e justiça social nos territórios.

A etapa de estudo de campo incluiu: a) observação participante em reuniões, assembleias, audiências, dentre outras atividades e eventos que contavam com a participação de moradores atingidos e/ou atores institucionais locais de Mariana; b) entrevistas semiestruturadas com atores institucionais locais – representantes da Prefeitura Municipal de Mariana, Iphan, Conselho Municipal de Patrimônio do Cultural de Mariana, Ministério Público; c) entrevistas abertas com atores envolvidos na assessoria técnica dos atingidos – o coordenador da equipe local da Cáritas Regional e uma assessora responsável pelo eixo do patrimônio cultural; d) entrevistas abertas com moradores atingidos das oito localidades de Mariana que foram afetadas pelos rejeitos de minério – Bento Rodrigues, Camargos, Ponte do Gama, Paracatu de Cima, Paracatu de Baixo, Borba, Pedras e Campinas –; e e) “experiências etnográficas” em diversas festas organizadas nos territórios atingidos de Mariana – festas de São Bento e de Nossa Senhora das Mercês, em Bento Rodrigues; festa de Santo Antônio em Paracatu de Baixo; festa de Nossa Senhora Aparecida em Pedras; festa do Santo Cruzeiro, em Camargos. As festas, que faziam parte do cotidiano destes territórios atingidos pelos rejeitos de minério, foram ressignificadas após o desastre-crime, transformando-se em experiências ainda mais fortes de autogestão, coletividade,

⁴ “A luta pelo direito de voz dos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, da mineradora Samarco, em Mariana/MG, tem uma importante arma: o Jornal A Sirene. Produzido pelos próprios atingidos, o veículo está no epicentro da maior tragédia ambiental do Brasil e é mantido por um acordo entre os atingidos, o Ministério Público e a Arquidiocese de Mariana. Sempre no dia 5 [...] são veiculados relatos sobre as dificuldades enfrentadas e, também, denúncias sobre a Samarco e suas controladoras, esclarecimentos para as comunidades atingidas e a troca de experiências entre os antigos vizinhos.” Disponível em: <http://jornalasirene.com.br>. Acesso em: 22 out. 2019.

pertencimento e de apropriação dos sujeitos nos espaços e, portanto, enquanto práticas de sobre-vivência e r-existência na luta por direitos coletivos e justiça social.

Por fim, cabe notar que dois produtos gráficos foram elaborados com o objetivo de sintetizar algumas informações e, sobretudo, as afetações que a pesquisa proporcionou: o Mapa de Mariana (Mapa 1) e o Mapa das sobre-vivências e r-existências (Mapa 2).

Especificamente sobre as entrevistas realizadas, é importante destacarmos que esta pesquisa aborda acontecimentos do tempo presente em Mariana. Portanto, percebemos a necessidade de coletar informações de atores institucionais locais que participam atualmente das ações institucionais no campo das políticas urbanas e culturais. Foram entrevistados três atores representantes da atual gestão da Prefeitura Municipal de Mariana: o Vice-prefeito, o Secretário de Cultura Patrimônio, Turismo e Esportes e o Secretário de Obras e Gestão Urbana⁵. Foi entrevistado o Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado Minas Gerais (MPMG), Titular da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Mariana e que acompanha uma das principais ações contra as empresas Samarco/Vale/BHP Billiton no âmbito da reparação e compensação dos danos ocasionados pelo rompimento da barragem de Fundão. Foi também entrevistada a atual Presidente do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Mariana (COMPAT)⁶ que é Titular do Cartório de Registro de Imóveis. E, por fim, a então Chefe do Escritório Técnico do Iphan em Mariana⁷, responsável pela gestão dos bens tombados pelo Iphan no município de Mariana. As entrevistas com esses atores foram do tipo semiestruturada, utilizando o mesmo modelo para todos os atores e, assim, buscando perceber dissensos e consensos nas narrativas dos diferentes atores institucionais. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas,

⁵ A atual gestão municipal iniciou-se em 2017, sendo que o prefeito era vice na gestão anterior iniciada em 2013 e assumiu o cargo de prefeito em meados de 2015. O atual vice, entrevistado para esta pesquisa, já havia assumido cargos em gestões municipais anteriores, inclusive, o de diretor de obras, na década de 1970.

⁶ Conforme a página eletrônica do Ipea, os conselhos gestores de políticas públicas são canais efetivos de participação democrática da população na formulação e implementação de políticas públicas. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/noticiasmidia/participacao-institucional/conselhos/1218-o-que-e-um-conselho-municipal>. Acesso em: 03 out. 2019.

⁷ Conforme sua página eletrônica, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) é uma autarquia federal vinculada atualmente ao Ministério da Cidadania e que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Possui 27 superintendências (uma em cada Unidade Federativa) e 37 escritórios técnicos, a maioria deles localizada em cidades que são conjuntos urbanos tombados, as chamadas cidades históricas. É o caso de Mariana e outras 6 cidades no estado de Minas Gerais. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>. Acesso em: 03 out. 2019.

conforme termo de consentimento assinado pelos participantes. O quadro 01 relaciona os atores institucionais entrevistados.

Quadro 01: Relação dos atores institucionais entrevistados*

NOME	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	FORMAÇÃO	BAIRRO (TRABALHO)	BAIRRO/CIDADE (RESIDÊNCIA)
Newton Godoy	Prefeitura Municipal de Mariana	Vice-prefeito	Engenharia Civil	Centro, Mariana/MG	Rosário, Mariana/MG
Efraim Leopoldo Rocha	Prefeitura Municipal de Mariana	Secretário de Cultura	Direito	Centro, Mariana/MG	Distrito de Passagem, Mariana/MG
Fábio Fernandes Vieira	Prefeitura Municipal de Mariana	Secretário de Obras	Engenharia Civil	Centro, Mariana/MG	Centro, Mariana/MG (e Belo Horizonte/MG)
Guilherme Meneghin	Ministério Público Estadual	Promotor de Justiça de Mariana	Direito	Centro, Mariana/MG	Ouro Preto/MG
Ana Cristina Maia	Conselho Municipal do Patrimônio Cultural	Presidente	Direito	Centro, Mariana/MG	Residencial Bandeirantes
(s. id.)**	Iphan	Chefe do Escritório Técnico do Iphan em Mariana	Arquitetura e Urbanismo	Centro, Mariana/MG	Barro Preto, Mariana/MG

* Cartas e e-mails solicitando entrevistas com representantes do poder legislativo, Câmara Municipal de Mariana foram encaminhados, contudo não respondidos.

** A pessoa que ocupava o cargo de Chefe do Escritório Técnico do Iphan em Mariana preferiu não se identificar na entrevista.

Fonte: Autora.

Com relação às entrevistas com os moradores atingidos pelo rompimento da barragem do Fundão, é importante observar que não foi nosso objetivo generalizar os depoimentos dessas pessoas como se representassem a opinião dos demais moradores atingidos das diferentes localidades. Algumas das entrevistas abertas ocorreram como conversas ou prosas (às vezes acompanhadas de um café feito no fogão de lenha), nas quais as pessoas puderam falar dos temas que se sentissem com desejo de falar. E, ao mesmo tempo, alguns temas recebiam o incentivo para serem mais explorados, mas sempre buscando deixar o nosso interlocutor o mais à vontade possível na conversa. Todas as entrevistas foram consentidas pelos moradores atingidos, incluindo a gravação dos áudios, o que possibilitou a transcrição exatamente conforme as falas foram ditas. Contudo, optamos por manter sigilo dos seus nomes para resguardá-los de qualquer abordagem posterior. Entendemos que a informalidade da entrevista/conversa pode ter sido um dos motivos para a relação de confiança, que nos pareceu ter sido estabelecida mesmo com tão curto tempo de convívio. Foram entrevistados ao todo 19 moradores atingidos, conforme quadro 02

Quadro 02: Relação dos moradores atingidos entrevistados

IDENTIFICAÇÃO*	LOCALIDADE	SITUAÇÃO ATUAL
M.M.	Bento Rodrigues	Morando em imóvel alugado pela empresa na sede, aguardando reassentamento coletivo.
S.Q.	Bento Rodrigues	Morando em imóvel alugado pela empresa na sede, aguardando reassentamento coletivo.
M.Q.	Bento Rodrigues	Morando em imóvel alugado pela empresa na sede, aguardando reassentamento coletivo.
G.P.	Bento Rodrigues	Morando em imóvel alugado pela empresa na sede, aguardando reassentamento coletivo.
M.S.	Bento Rodrigues	Morando em imóvel alugado pela empresa na sede, aguardando reassentamento coletivo.
S.F.	Bento Rodrigues	Morando em imóvel alugado pela empresa na sede, aguardando reassentamento coletivo.
M. J.	Camargos	Morando em sua casa em Camargos.
M.S.	Ponte do Gama	Morando em imóvel na Sede, mantendo casa em Ponte do Gama.
M.C.	Paracatu de Cima	Morando em imóvel alugado pela empresa em Paracatu de Cima, aguardando reassentamento ou pecúnia.
M.D.	Paracatu de Cima	Morando em imóvel alugado pela empresa em Paracatu de Cima, aguardando reassentamento ou pecúnia.
A.P.	Paracatu de Baixo	Morando em imóvel alugado pela empresa na sede, aguardando reassentamento.
M.S.	Paracatu de Baixo	Morando em sua casa em Paracatu de Baixo.
M.A.R.	Borba	Morando em casa reconstruída pela empresa no mesmo terreno.
M.R.	Borba	Morando em casa reconstruída pela empresa no mesmo terreno.
V.P.	Borba	Morando em imóvel na sede após divórcio.
M.A.	Pedras	Morando em sua casa em Pedras.
J.G.	Pedras	Morando em sua casa em Pedras.
F.A.	Campinas	Morando em sua casa em Campinas.

* Ainda que a maioria dos entrevistados tenha assinado termos de consentimento, permitindo a divulgação dos seus nomes, optamos por preservar as identificações para evitar qualquer tipo de desconforto futuro a essas pessoas.

Fonte: Autora.

Passados quatro anos desde o rompimento, é importante ressaltar que muitos moradores atingidos (especialmente integrantes da Comissão de Atingidos) mantêm uma agenda cheia de compromissos – incluindo reuniões semanais quando não diárias, além de assembleias e audiências judiciais –, demonstrando um quadro preocupante no que se refere à saúde mental, estresse gerado não apenas pelo rompimento da barragem em si e as perdas e traumas resultantes, mas pelo desgaste, desconfiança e exaustão com o processo de reparação e compensação operacionalizado pelas empresas responsáveis, que reforça as assimetrias e a lógica do lucro das empresas em detrimento das demandas da população.

É uma luta árdua, diária e coletiva para a garantia dos direitos, direitos estes que continuam sendo violados pelas empresas responsáveis pelo desastre-crime. E, neste sentido, enquanto pesquisadora, houve uma dificuldade em saber quando e como procurar as pessoas para as conversas ou entrevistas sem que isso significasse para elas mais um compromisso ou mais alguém (pesquisador/técnico/jornalista/etc.) que pudesse lhes gerar desconforto ou inconveniente.

As pessoas atingidas entrevistadas foram definidas a partir do próprio contato em reuniões ou audiências, de indicações da equipe de assessoria técnica e dos encontros que foram possibilitados no decorrer do próprio estudo de campo. No caso dos moradores de Bento Rodrigues e Paracatu, grande parte dos moradores precisa conciliar diariamente os afazeres pessoais, profissionais com as diversas reuniões e audiências, que fazem parte do cotidiano de luta pela garantia dos direitos. Por isso, algumas das entrevistas, inclusive, foram realizadas no escritório da Comissão de Atingidos localizado na sede do município, antes de alguma reunião que os moradores já tinham ali. As idas ao território atingido de Bento Rodrigues não só nas ocasiões de festa, mas em fins de semana ordinários – quando se encontram os integrantes do grupo autointitulado “Loucos pelo Bento” –, foram fundamentais para que se estabelecesse uma relação de confiança entre pesquisadora e alguns dos moradores. Já no caso dos atingidos das localidades de Borba, Pedras e Campinas (e de uma moradora de Paracatu de Baixo que retornou ao território atingido), o maior desafio refere-se aos deslocamentos para os territórios, sendo difícil o contato prévio com os moradores e os acessos. Esses encontros foram possíveis porque uma gentil moradora atingida de Borba (e professora em Campinas), com vínculos estabelecidos com as famílias visitadas, acompanhou as idas às localidades. Importante ressaltarmos, ainda, que o contato próximo com as pessoas exatamente num momento de conflito e de insegurança com relação ao processo de reparação e compensação, em constantes mudanças, no nosso entendimento, exigiria um tempo maior de maturação das informações coletadas em campo.

Em síntese, os caminhos metodológicos traçados permitiram momentos de troca e compartilhamento de histórias, memórias e reivindicações que certamente deram sentido a esta pesquisa. Buscamos dar visibilidade aos olhares e vozes dos sujeitos que foram impactados de diferentes formas pelos rejeitos de minério despejados pelas empresas da mineração, afinal, como diz Milton Santos: “o centro

do mundo está em todo lugar, o mundo é o que se vê de onde se está”.⁸ Há os que perderam casa e terreno e tiveram de ser deslocados compulsoriamente para a sede de Mariana, onde ainda aguardam o reassentamento coletivo; há os que perderam casa e terreno e foram reassentados em casas construídas no mesmo terreno (sobre os rejeitos de minério) ou na mesma localidade; há os que perderam os terrenos para plantio e criação e ainda não reestabeleceram suas atividades e rendas; e muitos perderam vínculos sociais, afetivos e, utilizando suas palavras, estão “desgostosos” da vida. Ao mesmo tempo, não parecem ter perdido o sentimento de pertencimento em relação aos seus territórios, ainda que tomados pela lama de rejeitos, ou perdido a fé e a esperança pela justiça.

ESTRUTURA DE TESE

No que se refere à estruturação da tese, para além desta Introdução, são elaborados quatro capítulos, além das considerações finais.

O primeiro capítulo, “*Cidades Tom(b)adas: sobre dominação e apropriação*”, apresenta o aporte teórico que embasa a pesquisa. Em seu primeiro subcapítulo “*Entrelaçamentos entre cultura e território na produção do espaço*”, são levantadas diferentes abordagens, sob distintos campos de conhecimento, para os conceitos de *cultura* e *território*. Sobretudo, pretendemos entender o entrelaçamento entre esses dois conceitos. Em seu segundo subcapítulo “*Territórios tom(b)ados pelos interesses do mercado*”, abordamos as relações de dominação que se estabelecem nas cidades e nos territórios, trazendo exemplos de projetos de renovação urbana em que cultura e o patrimônio cultural são instrumentalizados, visando ao consumo e a um turismo dirigido. E são enfatizadas outras formas de dominação, principalmente no contexto das pequenas e médias cidades em Minas Gerais, quando são instalados grandes empreendimentos da mineração, cujas áreas de interesse de exploração são estrategicamente invisibilizadas. Em seu terceiro subcapítulo “*Territórios tom(b)ados pelos muitos outros sujeitos sociais*”, apresentamos reflexões sobre a importância de investigar vivências, sobrevivências e processos de resistência nos territórios, a partir do reconhecimento da troca, dissenso, conflitos relacionados às experiências de

⁸ C.f. Documentário dirigido por Silvio Tendler, lançado em 2006, “Encontro com Milton Santos ou o mundo global visto do lado de cá”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ifZ7PNTazgY>. Acesso em: 03 out. 2019.

apropriação coletiva nos espaços comuns. Trazemos a festa como ferramenta potente para as reflexões sobre possibilidades de construção de cidades mais justas e, mais especificamente, de cidades patrimonializadas mais justas. Ou seja, trata-se de uma outra ideia ou projeto de cidade e de produção do espaço que parte dos “muitos outros sujeitos”, contrariando a ordem hegemônica.

O segundo capítulo, “*Mariana: uma cidade “histórica” contemporânea*”, aborda dois momentos-chaves no histórico de formação do município de Mariana. O primeiro deles, apresentado no subcapítulo “*Cidade tombada: a patrimonialização da indiferença?*”, refere-se ao momento de patrimonialização do conjunto urbano de Mariana, em 1938, que resulta na representação da cidade tombada, e que coincide com o início das ações no campo do patrimônio cultural no Brasil. E, o segundo deles, apresentado no subcapítulo “*Cidade tomada: mineração, urbanização e dominação*”, trata da instalação das empresas mineradoras, a partir da década de 1970, que significou interferências diretas no processo de urbanização, com adensamento da sede municipal e o esvaziamento dos distritos, subdistritos e localidades rurais, de interesse mineral. Relatos dos atores institucionais locais entrevistados ganham destaque neste capítulo pretendendo colocar em debate questões do momento presente, relacionados à patrimonialização urbana e à mineração. Por fim, são apresentados elementos que constroem um quadro de anúncio do desastre-crime.

O terceiro capítulo, “*Da crise ao crime, do crime à crise: rompimento e rupturas*”, aborda o desastre-crime sob responsabilidade das empresas Samarco/Vale/BHP Billiton: o rompimento da barragem de rejeitos de minério do Fundão, no dia 5 de novembro de 2015 em Mariana. Informações sobre os impactos “imediatos” são apresentados no subcapítulo “*O trajeto dos rejeitos de minério do Fundão em Mariana*”. No subcapítulo “*Desterritorialização e rupturas nos modos de vida*”, são relacionadas diversas falas de moradores atingidos em Mariana nos territórios de Bento Rodrigues, Camargos, Ponte do Gama, Paracatu de Cima, Paracatu de Baixo, Borba, Pedras, Campinas, entrevistados nesta pesquisa, no sentido de revelar a continuidade do desastre-crime ao longo dos últimos quatro anos, especificamente associada aos impactos nos modos de vida da população atingida de Mariana. Outro subcapítulo trata do “*Patrimônio cultural na reparação e compensação*”, buscando evidenciar as ações que vêm sendo implantadas no campo do patrimônio cultural pelas empresas responsáveis pelo desastre-crime, mas também por entes públicos e

atores externos desde o rompimento e a conseqüente destruição de parte considerável de subdistritos do município. Finalizando este capítulo, no item “*Descaminhos do empreendedorismo na ‘renovação’*” sugere a importância em aprofundarmos o debate sobre algumas ações em curso no município de Mariana, protagonizadas pelas empresas responsáveis pelo desastre-crime.

O quarto capítulo, “*O canto é nosso: festa e direito à apropriação nos territórios atingidos*”, consideramos uma síntese sobre a importância do debate e de reflexões sobre práticas e processos contra-hegemônicos no campo imbricado entre cultura e território, usando o contexto de luta dos moradores atingidos pelo desastre-crime em Mariana. As experiências etnográficas nas festas, bem como a reunião das informações, impressões e afetações a partir das entrevistas com os moradores atingidos e das leituras ao Jornal A Sirene são divididas em dois subcapítulos: “*Costurando feridas nos reencontros festivos*”, que apresenta reflexões acerca da apropriação durante as festas nos territórios de Camargos, Ponte do Gama, Paracatu de Baixo e de Cima, Pedras/Borba e Campinas; e “*As festas e a luta pela não-desapropriação*”, que aborda a festa como ferramenta de luta pela não desapropriação do território de Bento Rodrigues. A festa pode ser entendida como vivência e ferramenta de resistência por estar na ordem do cotidiano e impregnada de histórias, memórias e do sentimento de pertencimento dos moradores com seus territórios e, portanto, pode se revelar como instrumento de debate sobre a “retomada” destes territórios em disputa pelos seus moradores.

Nossas reflexões buscam, principalmente, levantar questionamentos sobre os cenários, cantos, fissuras, desvios e tessituras sociais do cotidiano. Buscam contribuir para uma possível desconstrução da ideia rígida de patrimônio cultural e sobre reconhecer as existências e r-existências das várias cidades que cabem numa mesma cidade, dos “*outros espaços*” invisibilizados pela ordem dominante e de onde ecoam vozes que lutam pelo direito a uma apropriação coletiva e justa nos territórios.

1. CIDADES TOM(B)ADAS: SOBRE DOMINAÇÃO E APROPRIAÇÃO

Se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos. A cidade tem uma história; ela é obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas (LEFEBVRE, 2011, p. 52).

Em “O direito à cidade”⁹, livro publicado originalmente em 1968, o filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre defende o entendimento da cidade enquanto *obra*, sendo que não há obra sem uma série de ações, decisões, condutas, e tampouco há obra sem materialidade, sem uma “realidade prático-sensível”, sem um meio (LEFEBVRE, 2011, p. 54). Para o autor, a *industrialização* iniciada no século XVIII, na Europa Ocidental, é o ponto de partida para a leitura sobre a *problemática urbana*, ainda que as cidades – a exemplo das cidades gregas e romanas essencialmente políticas ou das medievais caracterizadas pelo comércio e troca – preexistam à industrialização e ao nascimento do capitalismo concorrencial.

O marco dá-se na absorção pela cidade do excedente agrícola do campo, que gerou um processo de “implosão-explosão”, sobre o qual Lefebvre (2004) aprofunda-se em “A revolução urbana”. Nessa obra, publicada dois anos depois de “O direito à cidade”, Lefebvre parte da seguinte hipótese: a urbanização completa da sociedade. A indústria, que inicialmente foi implantada próxima às fontes de energia e matéria-prima, passa a se aproximar das cidades, dos capitais, e, ao penetrá-la e gerar uma grande concentração populacional (*implosão*) – recobrando as remanescências dos núcleos antigos –, faz a cidade estender-se (*explosão*), na medida em que as pessoas se deslocam para as periferias residenciais e produtivas (LEFEBVRE, 2004).

O urbano (abreviação de “sociedade urbana”) define-se, portanto, não como uma realidade acabada, situada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora [...]. De agora em diante o urbano é abstrato unicamente sob o título de abstração científica, isto é, legítima. O conhecimento teórico pode e deve mostrar o terreno e a base sobre os quais ele se funda: uma prática social em marcha, a prática social em via de constituição, apesar dos obstáculos que a ela se opõe (LEFEBVRE, 2004, p. 28).

⁹ Publicada na França pouco antes da eclosão de “Maio de 1968” e em meio a transformações sociais e urbanísticas, como o processo de periferização da classe trabalhadora em Paris, a obra – *Le droit à la ville*, título original – pode ser considerada um manifesto contra o urbanismo formalista e tecnocrata.

Trazidas pelo “tecido urbano”, a sociedade e a vida urbana penetram nos campos a partir de sistemas de objetos (águas, eletricidade, gás, etc.) e de valores (lazer, costumes, preocupações com a segurança, etc.), intensificando-se a relação “urbanidade-ruralidade”, suas tensões e conflitos (LEFEBVRE, 2011). Ao mesmo tempo, o autor sugere que no processo de “implosão-explosão” das cidades, decorrente da industrialização, muitos “núcleos antigos” resistiram ao se transformarem.

Esses núcleos *resistem* ao se transformarem. [...] Não contém apenas monumentos, sedes de instituições, mas também espaços apropriados para as *festas*, para os desfiles, passeios, diversões. O núcleo urbano torna-se, assim, produto de consumo de uma alta qualidade de estrangeiros, turistas, pessoas oriundas da periferia, suburbanos. *Sobrevive* graças a este duplo papel: lugar de consumo e consumo de lugar. Assim, os *antigos centros entram de modo mais completo na troca e no valor de troca, não sem continuar a ser valor de uso* (LEFEBVRE, 2011, p. 20, grifo nosso).

Assim, dialeticamente, *dominação e apropriação* coexistem nas cidades. Ainda que evidenciado o *valor de troca* que as cidades – e especialmente os núcleos antigos – adquirem, quando tornam-se produtos de consumo de turistas e grupos sociais específicos, refletindo processos de dominação que as fazem “sobreviver”; é no *valor de uso* dos seus espaços “apropriados para as *festas*”, nas vivências e resistências, que se funda a ideia do “direito à cidade”, sugerido por Lefebvre, e o caminho para a emancipação social. No âmbito das teorias lefebvrianas, o entendimento da festa, como apropriação do espaço pelos sujeitos, está diretamente relacionada à ideia do direito à cidade.

[...] o direito à cidade (não à cidade arcaica, mas à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o *uso* pleno e inteiro desses momentos e locais etc.). A proclamação e a realização da vida urbana como reino do uso (da troca e do encontro separados do valor de troca) exigem o domínio do econômico (do valor de troca, do mercado e da mercadoria) (LEFEBVRE, 2011, p. 139).

Também sob uma leitura dialética do espaço, e das cidades enquanto produtos sociais, o geógrafo Milton Santos (2008) propõe como ponto de partida a definição do espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, sendo que esses objetos e essas ações são reunidos numa lógica da história passada (sua datação, sua realidade material, sua causação original) e na lógica da atualidade (seu funcionamento e sua significação presentes).

Ao propor sua abordagem sobre a urbanização brasileira, impulsionada pela industrialização, processo social complexo, Santos (2009) encontra explicações tanto no “sistema de engenharia”, das materialidades, quanto no “sistema social”, uma vez que o nível de urbanização, o desenho urbano, as manifestações das carências da população são realidades a serem analisadas à luz dos subprocessos econômicos, políticos e socioculturais, assim como das realizações técnicas e das modalidades de uso do território nos diversos momentos históricos. Ao focar na situação desigual da propagação das técnicas, por sua vez, o conceito de “rugosidades”, sugerido pelo autor, ou seja, as *permanências*, elementos que ficam no “passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares” (SANTOS, 2008, p. 140), não abrange apenas as “heranças físico-territoriais”, mas também as “heranças socioterritoriais ou sociogeográficas”. Nesse sentido, “o valor de um dado elemento do espaço, seja ele o objeto técnico mais concreto ou mais performante, é dado pelo conjunto da sociedade, e se exprime através da realidade do espaço em que se encaixou” (SANTOS, 2008, p. 43). Usando como aporte as reflexões de Milton Santos, a socióloga Ana Clara Torres Ribeiro (2012) explica que as rugosidades podem ser reconhecidas tanto nos “espaços opacos” – invisibilizados pelo pensamento dominante – quanto nos “espaços luminosos” – produtos da racionalidade – que, ao visibilizar, selecionar (e iluminar) o que tem ou não valor, é capaz de seduzir e convencer (RIBEIRO, 2012).

Superar as representações hegemônicas do espaço popular implica em confrontar a noção predominante de território, permitindo o reconhecimento de historicidades singulares, da potência de sujeito dos muitos outros, da rugosidade que permite a sua sobrevivência e dos vínculos sociais (RIBEIRO, 2012, p. 65, grifo nosso).

Na relação espaço-tempo, Santos (2004) defende a atualidade do espaço, formada de momentos cristalizados como objetos geográficos atuais, formas-objetos do tempo passado que são também do tempo presente.

Por isso, o momento passado está morto como *tempo*, não porém como *espaço*; o momento passado já não é, nem voltará a ser, mas sua objetivação não equivale totalmente ao passado, uma vez que está sempre aqui e participa da vida atual como forma indispensável à realização social (SANTOS, 2004, p. 14).

Para o sociólogo Boaventura de Souza Santos (2002) três considerações servem como pontos de partida na criação do “espaço-tempo necessário para conhecer e valorizar a inesgotável experiência social que está em curso no mundo de hoje” (SANTOS, 2002, p. 239). Em primeiro lugar, considerar que a compreensão do mundo excede em muito a compreensão ocidental do mundo; em segundo lugar considerar que a compreensão do mundo e a forma como ela cria e legitima o poder social tem muito que ver com concepções do tempo e da temporalidade; e em terceiro lugar, considerar que a característica mais fundamental da concepção ocidental de racionalidade é o fato de, por um lado, contrair o presente e, por outro, expandir o futuro. Neste sentido, o autor propõe um trajeto inverso: expandir o presente, a partir de uma “sociologia das ausências”, e contrair o futuro, a partir de uma “sociologia das emergências”.

No âmbito da “sociologia das ausências”, trata-se de transformar objetos impossíveis em possíveis e, com base neles, transformar as ausências em presenças. Para isso, primeiramente, devemos questionar as lógicas da produção de inexistências: a) a lógica da monocultura e do rigor do saber; b) a lógica da monocultura do tempo linear – a ideia de que a história tem sentido e direção únicos e conhecidos –; c) a lógica da classificação social, que assenta na monocultura da naturalização das diferenças e consiste na distribuição das populações por categorias que naturalizam hierarquias; d) a lógica da escala dominante; e) a lógica produtivista que assenta na monocultura dos critérios de produtividade capitalista, sendo o crescimento econômico um objetivo racional inquestionável. Nos termos da lógica da escala dominante (d), a escala adotada como primordial determina a irrelevância de todas as outras possíveis escalas e, neste sentido, a não-existência é produzida sob a forma do particular e do *local*: “as entidades ou realidades definidas como particulares ou locais estão aprisionadas em escalas que as incapacitam de serem alternativas credíveis ao que existe de modo universal ou global” (SANTOS, 2002, p. 248). Ao “desglobalizar” o local, a “sociologia das ausências” explora também a possibilidade de uma globalização contra-hegemônica e, assim, as experiências produzidas como ausentes (ou invisibilizadas) são libertadas das relações de produção e, por sua vez, se tornam presentes, o que significa serem consideradas alternativas às experiências hegemônicas e parte nas disputas políticas.

Em outro ponto, a “sociologia das emergências”, sugerida por Santos (2002), consiste em substituir o vazio do futuro segundo o tempo linear, um vazio que tanto é tudo como é nada, por um futuro de possibilidades plurais e concretas, simultaneamente utópicas e realistas, que se constroem no presente. Trata-se de um “futuro concreto, sempre incerto e sempre em perigo” (SANTOS, 2002, p. 256).

Aumentando o campo das experiências, é possível avaliar melhor as alternativas que são hoje possíveis e disponíveis. Esta diversificação das experiências visa recriar a tensão entre experiências e expectativas, mas de tal modo que umas e outras aconteçam no presente. [...] As expectativas são as possibilidades de reinventar a nossa experiência, confrontando as experiências hegemônicas, que nos são impostas [...]. A possibilidade de um futuro melhor não está, assim, num futuro distante, mas na reinvenção do presente, ampliado pela sociologia das ausências e pela sociologia das emergências e tornado coerente pelo trabalho de tradução.

Entendemos que as cidades se constituem como obras, produtos sociais, estando a sociedade em constante transformação e engajada em relações de dominação e apropriação entre os mais distintos grupos sociais. Particularmente, nos interessamos em pesquisar aqui as cidades que apresentam conjuntos urbanos patrimonializados, espaços por excelência das permanências, rugosidades ou sobrevivências, que ora tornam-se objetos de estratégias de visibilidade da ordem dominante/hegemônica na construção de “espaços luminosos”, ora revelam processos de ocultamento (“invisibilização”) na construção (que é também estratégica) de espaços opacos. Tornar as ausências presentes e o futuro expandido em um presente emergencial é também colocado em debate nesta tese uma vez que abordamos um acontecimento recente, o rompimento da barragem de minérios do Fundão, em Mariana, 2015, desastre-crime que desde então vem transformando e ressignificando territórios, vidas, práticas sociais.

Como será tratado ao longo deste capítulo, os conceitos de *cultura* e *território* se entrelaçam no campo teórico e em leituras críticas sobre experiências práticas nas cidades (patrimonializadas ou não), sugerindo que em uma mesma cidade, coexistem muitas (outras) cidades. As ditas *cidades tombadas* integram *territórios tomados*, ora pelos interesses do mercado, ora pelos muitos outros sujeitos sociais, que se apropriam coletivamente dos espaços em suas vivências cotidianas.

1.1. ENTRELAÇAMENTOS ENTRE CULTURA E TERRITÓRIO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Na construção de sua teoria sobre a *produção do espaço*, Lefebvre (1991) sugere três dimensões espaciais: 1) *prática espacial*, que engloba produção e reprodução, lugares específicos e conjuntos espaciais próprios de cada formação social – *espaço percebido*, ou seja, das apreensões que variam de acordo com cada sujeito social; 2) *representações do espaço*, que estão ligadas às relações de produção e à ‘ordem’ que essas relações impõem e, conseqüentemente, aos detentores do saber, signos e códigos – tratando-se dos *espaços concebidos* pelos urbanistas tecnocratas, o espaço dominante; e 3) *espaços de representação*, incorporando simbologias complexas, às vezes codificadas, outras vezes não, ligadas à clandestinidade da vida social, bem como à arte, sendo assim o *espaço vivido*, dos moradores e usuários, espaço dominado e passivamente experienciado, onde a imaginação busca a transformação e a apropriação sobrepõe-se ao espaço físico, fazendo uso simbólico de seus objetos (LEFEBVRE, 1991, p. 33/38-39). Ao sugerir uma tríade dialética do espaço – *percebido*, *concebido* e *vivido* – Lefebvre (1991) busca romper com as análises dicotômicas que acabam caindo em oposições, contrastes e antagonismos:

[...] prática espacial, representações do espaço e espaços de representação contribuem em diferentes formas para a produção do espaço, de acordo com suas qualidades e atributos, de acordo com a sociedade ou modo de produção em questão e de acordo com o período histórico (LEFEBVRE, 1991, p. 46).

O que o autor define como representações do espaço, ou “espaços concebidos” pelos “urbanistas tecnocratas”, podem ser associados no contexto atual aos grandes projetos de renovação urbana ou aos grandes empreendimentos implantados conforme a lógica do mercado e são, portanto, reflexos da ordem dominante e hegemônica. São erguidos equipamentos voltados para o consumo e o turismo, são implantadas obras de infraestrutura para servir a um público mais abastado com o intuito de selecionar aqueles que tem ou não direito à cidade, resultando, assim, em espaços privatizados, elitizados e segregados socialmente.

Em uma cidade patrimonializada, por exemplo, onde estão preservados conjuntos espaciais, produções e reproduções de distintas formações sociais e que, então, integram “espaços percebidos” de diferentes formas por cada sujeito social,

não é raro vermos as operações características da ordem dominante ao transformarem tais conjuntos preservados em cenários, “espaços concebidos”.

Mas é também fundamental o reconhecimento que nesta mesma cidade dos espaços percebidos e concebidos, onde grupos sociais sob os interesses do mercado possuem o domínio e o poder em definir quem tem ou não acessos e direitos, coexiste a clandestinidade da vida social, coexistem práticas de apropriação cotidiana dos moradores e usuários, “espaço dominado e passivamente experienciado”, portanto, “espaços vividos”.

Lefebvre (1991) segue tecendo dialeticamente sua perspectiva sobre a produção do espaço, apresentando mais três categorias: o *espaço absoluto*, o *espaço abstrato* e o *espaço diferencial*. O *espaço absoluto* seria o da antiguidade, ou seja, religioso e político em caráter, que não desapareceu, mas sim sobreviveu enquanto “rochedo” do espaço histórico e base dos espaços de representação. Com a eliminação total dos elementos naturais e a sobreposição do espaço da acumulação, quando a atividade produtiva (trabalho) deixa de ser parte integrante do processo de reprodução que perpetuava a vida social, surgem os *espaços abstratos*, isto é, dominantes, centros de riqueza e poder, que moldam os espaços que dominam (periféricos) e buscam, usualmente de maneira violenta, reduzir os obstáculos e resistências que encontra ali. E, apesar – ou em consequência – de sua negatividade, o espaço abstrato carrega as sementes de um novo tipo de espaço, o *espaço diferencial* (LEFEBVRE, 1991).

Enquanto o espaço abstrato tende à homogeneidade e à eliminação das diferenças e particularidades existentes, o *espaço diferencial* não pode ser produzido, senão *acentuando diferenças*, o que ainda reconstitui unidade no que o espaço abstrato rompe: “as funcionalidades, elementos e momentos da prática social” (LEFEBVRE, 1991, p. 52). A luta pela criação do espaço diferencial, então, surge do conflito e da disputa entre dominação e apropriação do espaço social. E é na apropriação, afirmação do valor de uso dos espaços vividos, reforçando o sentido da festa nos espaços urbanos, que Henri Lefebvre vê a possibilidade de transformar a vida e a sociedade.

Neste sentido, a investigação sobre as cidades patrimonializadas requer uma apreensão dialética sobre a produção dos espaços – percebido, concebido e vivido;

absoluto, abstrato e diferencial – e uma leitura entrelaçada entre dois conceitos: o de *território* e o de *cultura*.

O geógrafo Rogério Haesbaert (2004) sugere que o conceito de *território* é concebido a partir das múltiplas relações de poder, considerando tanto o poder material das relações econômico-políticas, quanto o poder simbólico das relações de ordem cultural (HAESBAERT, 2004). Conforme enunciado pelo autor, desde a sua origem, a noção de território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tanto próxima à terra (*terra-territorium*) como ao terror (*terreo-territor*), ou seja, tanto se refere à dominação (jurídico-política) da terra, como à inspiração do terror e do medo – especialmente para aqueles que, devido à dominação, ficam alijados da terra, ou no “*territorium*” são impedidos de entrar, ao passo que “para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva ‘apropriação’” (HAESBAERT, 2005, p. 6774).

O também geógrafo Marcelo Lopes de Souza (2016, p. 78) sintetiza o conceito de território, em uma primeira aproximação, como sendo um “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, sendo que:

[...] enquanto o *poder heterônomo* dificilmente poderá renunciar ao auxílio sistemático e ostensivo da violência, ainda que apenas na qualidade de uma ameaça ou intimidação latente [...], a coisa se coloca de maneira bem diversa em se tratando de um *poder autônomo* [...] do ponto de vista do poder autônomo, a violência é algo a ser profundamente desprezado e utilizado somente como último recurso (SOUZA, 2016, p. 85, grifo nosso).

Assim, ainda que seja mais comum vermos a noção de território atrelada ao poder heterônomo, dominante e opressor, conforme sugere Haesbaert (2004) e Souza (2016), é fundamental reconhecer nos territórios as relações de ordem cultural e os poderes autônomos estabelecidos a partir da apropriação.

Santos (1994) esclarece que o Estado-Nação entronizou uma noção jurídico-política do território herdada da Modernidade e, posteriormente, o território passou a se relacionar com a transnacionalização, mundialização e globalização. Contudo, “mesmo nos lugares onde os vetores da mundialização são mais operantes e eficazes, o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor, ao mundo, uma revanche” (SANTOS, 1994, p. 15). O autor utiliza o conceito de território usado para designar objetos e ações, espaço humano e habitado e, neste contexto, retoma a ideia de

Jacques Boudeville de “espaço banal” – o espaço de todos, todo o espaço – em contraposição à ideia das “redes” da escala Mundo.

Quando se fala em Mundo, está se falando, sobretudo, em Mercado que hoje, ao contrário de ontem, atravessa tudo, inclusive a consciência das pessoas. Mercado das coisas, inclusive a natureza; mercado das ideias, inclusive a ciência e a informação; mercado político. [...] A arena da oposição entre o mercado – que singulariza – e a sociedade civil – que generaliza – é o território, em suas diversas dimensões e escalas (SANTOS, 1994, p. 18/19).

É sob essa perspectiva que Santos (1994) ressalta a importância em conhecer a realidade mediante o tratamento analítico do território e rever a realidade de dentro, interrogar sua própria constituição no momento histórico presente. Neste sentido, reforçamos a importância do imbricamento entre as noções de cultura e território, visando às leituras socioespaciais que partem da experiência vivida do cotidiano.

O conceito de *cultura* é abordado nos mais diversos campos de conhecimento e, inclusive, dentro de cada um desses campos, pode assumir conotações diferenciadas de acordo com as correntes teóricas, que por vezes se entrecruzam. Em “Ensaio sobre o conceito de cultura”, o sociólogo e filósofo Zygmunt Bauman (2012) aborda o conceito sob três universos discursivos distintos: a cultura como *conceito hierárquico*, a cultura como *conceito diferencial* e o *conceito genérico* de cultura. No primeiro contexto, a cultura é entendida como uma propriedade herdada ou adquirida e, como tal, pode ser dissipada, manipulada, transformada, moldada e adaptada. No segundo caso, o termo é empregado para explicar as diferenças visíveis entre comunidades de pessoas (temporária, ecológica ou socialmente discriminadas). Enquanto *cultura*, em seu sentido genérico, representa a excepcional capacidade dos indivíduos de gerar estruturas e a transformar-se, transformando o mundo (PIAGET *apud* BAUMAN, 2012, p.147).

Um dos principais estudiosos sobre o tema, Raymond Williams (2000), apresenta a cultura enquanto sistema de significados através do qual uma ordem social é comunicada, reproduzida, experienciada e explorada. Sob essa mesma perspectiva, o geógrafo Peter Jackson (1989, p. 2) sugere ser “o nível no qual grupos sociais desenvolvem modelos distintos de vida [...] mapas de significados através dos quais o mundo se torna inteligível”. Enquanto o antropólogo Clifford Geertz (1989) considera a diversidade cultural complexa e mutável, como descrição interpretativa

que forneça inteligibilidade a cada cultura, para desvendar as teias de significados tecidas pelos seus membros e compreendendo sua lógica interna (GEERTZ, 1989).

Não importa como seja definida e descrita, a esfera da cultura sempre se acomoda entre os dois polos da experiência básica. Ao mesmo tempo, é o alicerce objetivo da experiência subjetivamente significativa e a “apropriação” subjetiva de um mundo que de outra forma seria desumanamente estranho [...] Em suma, o conceito de cultura, quaisquer que sejam suas elaborações específicas, pertence à família dos termos que representam a *práxis* humana (BAUMAN, 2012, p. 227, grifo nosso).

Defendemos uma leitura sobre a produção dos espaços a partir do entrelaçamento entre cultura e território e ao rés do chão, ou seja, sob a lógica da realidade concreta, da *práxis*, onde teoria e prática, sujeitos e objetos são indissociáveis.

Dessa forma, sob a perspectiva das teorias contemporâneas no campo do patrimônio cultural (VIÑAS, 2004), entendemos que o elemento característico da preservação não está no objeto e, portanto, não deve ser determinado em função de critérios externos aos sujeitos sociais, mas sim por critérios inerentes aos sujeitos e, portanto, subjetivos, da ordem simbólica.

Os objetos do passado [...] podem acumular níveis de significados diferentes. [...] Quando o tempo passa [os objetos patrimoniais] vão se associando de forma quase imperceptível a elementos de significados novos com os quais já não se pode dizer que existe uma relação de caráter intrínseco. A nova constelação de significados com os quais o objeto original mantém uma relação tem então caráter simbólico (BALLART, 1997 *apud* VIÑAS, 2004, p. 42, tradução livre).

Dentre os dogmas do campo patrimonial que se busca quebrar – como as ideias de autenticidade, objetividade, universalidade e reversibilidade – Viñas (2004) reúne ideias de autores que abordam o patrimônio cultural na atualidade para sugerir a importância de uma desconstrução das interpretações e representações rígidas das teorias da preservação.

Ressaltando que também esses sujeitos possuem caráter mutante e, ao defender que o patrimônio é um conceito difuso, relativo e circunstancial, Carsalade (2017) afirma que:

Se, por um lado, é clara a função identitária da cultura e a importância da preservação de seus valores para a coesão dos povos, por outro lado, isso não significa que a cultura seja imutável e que a identidade seja fixa. Estamos submetidos a processos de transformação de crença e valores, tanto como indivíduos quanto como grupos, e uma análise, ainda que breve, sobre as

transformações culturais, mostraria como um mesmo povo, em diferentes épocas, valoriza ou vê de maneiras diferentes o mesmo bem cultural (CARSALADE, 2017, p. 205-206).

Na construção da noção de “patrimônio ambiental urbano”, Ulpiano Bezerra de Meneses (2006) estuda a cidade a partir de três dimensões: da cidade como *artefato*, ou seja, coisa feita, fabricada, ao qual se impôs, segundo padrões sociais, uma forma ou uma função ou um sentido; da cidade enquanto *campo de forças*, produzida no interior de relações, de tensões, conflitos, de natureza territorial econômica, política, social, cultural; e, finalmente, da cidade como *representação*, imagem. A cidade como bem cultural está “marcada diferencialmente por sentidos e valores, instituídos nas práticas sociais e necessários para que estas se revistam da marca específica da condição humana” (MENESES, 2006, p. 39) e, sendo assim, o município – e não o estado, a região, o país, o mundo – é *locus* privilegiado da fruição concreta, aprofundada e diversificada da cidade como bem cultural.

Também pesquisadora no campo das cidades patrimonializadas, a exemplo da cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, a arquiteta e urbanista Maria Cristina Simão (2017) explica que:

[...] a permanência dos bens patrimonializados está condicionada à existência de efetiva ligação entre os fragmentos do passado preservados em sua materialidade e os sucessivos significados atribuídos pelos diversos grupos que com eles conviveram ao longo do tempo. O valor intrínseco até então atribuído a esses bens é posto em questionamento, na medida em que a perspectiva da preservação é invertida, ou seja, é a partir do olhar dos sujeitos que se justifica a permanência dos bens (SIMÃO, 2017, p. 46).

Defendemos o aprofundamento do debate no sentido de questionar a retórica do patrimônio cultural relacionado à excepcionalidade inerente aos objetos (bens isolados ou conjuntos urbanos) que, muitas vezes, resultam em processos de reificação, buscando afirmar a centralidade nos sujeitos, nas práticas sociais, na apropriação do patrimônio cultural que promovem a constante ressignificação dos bens e espaços. Nesse sentido, a cultura e o patrimônio cultural são aqui defendidos enquanto campo de constantes ressignificações e construções de pensamentos contra-hegemônicos sobre as cidades e territórios. Afinal:

[...] a cultura é a capacidade de decifrar as formas da produção social da memória e do esquecimento, das experiências, das ideias e dos valores, da produção das obras de pensamento e das obras de arte e, sobretudo, é a esperança racional de que dessas experiências e ideias, desses valores e obras surjam um sentido libertário, com forças para orientar novas práticas

sociais e políticas das quais possa nascer outra sociedade (CHAUI, 2006, p. 08).

As *idades tombadas*, ou patrimonializadas – que possuem conjuntos urbanos institucionalmente protegidos pelo Estado enquanto patrimônio cultural –, como resultado das ações de preservação (institucionais ou não), são muitas vezes denominadas de “idades históricas”, talvez porque as temporalidades parecem mais evidentes em comparação a outras cidades, no que se refere ao “sistema de objetos”, características materiais que constituem os imóveis, elementos urbanos, pavimentação das ruas, etc., que permitem discernir diferentes momentos históricos.

Entretanto, entendendo que essas cidades patrimonializadas são contemporâneas, defendemos leituras socioespaciais que considerem, sobretudo, as relações e práticas sociais, modos de vida e (sobre)vivências que estão em constante transformação e ressignificação no cotidiano. Dialeticamente, ora afirmam a dominação (territórios tomados pelos interesses do mercado), ora a apropriação (territórios tomados pelos muitos outros).

1.2. TERRITÓRIOS TOM(B)ADOS PELOS INTERESSES DO MERCADO

Os territórios são tomados pelos interesses do mercado de diferentes formas. Como exemplo, podemos citar os grandes projetos de renovação urbana implantados nas áreas centrais, “centros históricos”, e/ou em áreas portuárias com alterações de usos, principalmente, nas grandes cidades, e que surgem no Brasil a partir da importação de modelos externos e atrelados a políticas neoliberais da década de 1990. Tais projetos, também denominados “revitalização urbana” pelos discursos hegemônicos, usam como mote “retomar a vida” nos espaços urbanos objetos das intervenções, quando, muitas vezes, buscam substituir vidas e modos de vida de uma população mais pobre por outra mais abastada. O patrimônio cultural (institucionalmente reconhecido ou não) e a ideia da “valorização cultural” tornam-se instrumentos num processo de reificação dos espaços, beneficiando em primeira mão os grandes empreendedores da esfera privada. Via de regra, são erguidos grandes equipamentos, museus, cenários homogêneos e hegemônicos para um consumo dirigido.

Ao mesmo tempo, é possível notar outras formas de dominação nas cidades e territórios (tombados ou não), como nos casos de implantação dos grandes empreendimentos de exploração minerária. Nesses casos, o que está em jogo não é espetacularizar ou iluminar alguns espaços para que se transformem em cenários de consumo, mas sim ocultar, invisibilizar, tornar opacos outros cantos de interesse de lavra das grandes empresas e, portanto, precisam estar fora dos holofotes. Nesses cantos, o controle é feito pelas empresas, o Estado não chega (e não deve chegar).

Sob essa perspectiva, este subcapítulo pretende investigar como os territórios são tomados pelos interesses do mercado, com destaque para as cidades pequenas e médias e, particularmente, patrimonializadas.

1.2.1. Cenários visibilizados nos projetos de renovação urbana

Ao adotar a ideia de “simultaneidade simbólica”, Lefebvre (2011) sugere que cada época histórica constrói uma centralidade específica e, na cidade capitalista moderna, a dimensão lúdica – ligada ao imprevisto, ao jogo das relações sociais, aos encontros, ao “teatro espontâneo” – muitas vezes entrelaça-se à dimensão do consumo, que é o tipo peculiar e específico de centralidade criado pela cidade capitalista, onde o domínio prevalece sobre a apropriação, negando a possibilidade do lúdico no espaço urbano, agora instrumentalizado para o turismo e a diversão programada e previsível. Nesse processo de reificação das cidades, ou seja, de apreensão das cidades como mercadorias, o valor de troca prevalece sobre o valor de uso, o que resulta em espaços mais elitizados e segregados socialmente, espaços antidemocráticos.

Sob a mesma perspectiva, o geógrafo David Harvey (2007) defende que, na passagem do modernismo para o pós-modernismo, a ênfase dos ricos no consumo levou a uma maior diferenciação de produtos no projeto urbano. O *fetichismo*, que, conforme descreve, é a preocupação direta com aparências superficiais que ocultam significados subjacentes, serve para ocultar deliberadamente, através dos domínios da cultura e do gosto, a base real das distinções econômicas (HARVEY, 2007).

A qualidade da vida urbana tornou-se mercadoria para os que têm dinheiro, como aconteceu com a própria cidade em um mundo no qual o consumismo, o turismo, as atividades culturais e baseadas no conhecimento, assim como o eterno recurso à economia do espetáculo, tornaram-se aspectos fundamentais da economia política urbana (HARVEY, 2014, p. 46).

Sob um contexto de espetacularização das cidades, no sentido de “espetáculo” enquanto afirmação da aparência (DEBORD, 1997), a arquitetura e os projetos urbanos servem de alicerce para uma estratégia maior de elitização e segregação socioespacial nos espaços urbanos. É o que ocorre nos projetos de renovação urbana ou, como dito nos discursos dominantes, nos projetos de “revitalização” urbana. Como sugere o termo, é vendida a ideia de recuperar a vida em certos espaços urbanos supostamente sem vida, quando o objetivo é, muitas vezes, ocultar e eliminar as vivências cotidianas relacionadas aos grupos sociais subalternizados para transformar esses espaços em vitrines para o consumo, incluindo grandes equipamentos de cultura, hotéis, edifícios empresariais, restaurantes e lojas de grife, por exemplo. Assim, existe uma estratégia, nem sempre velada, de eleger quais vidas devem consumir (mais do que se apropriar) naqueles espaços. Nesses projetos de cidade-espetáculo a cultura torna-se a “mercadoria vedete” (DEBORD, 1997), instrumentalizada para que o valor de troca nos espaços urbanos prevaleça sobre o valor de uso.

Para a autora Otilia Arantes (2000), o ponto inicial de inflexão entre *cultura e gestão das cidades* está nos grandes projetos realizados em Paris, sob o governo do prefeito Mitterrand, na década de 1980, após o sucesso de público e crítica do Centre Georges Pompidou, museu de arte projetado pelos arquitetos Renzo Piano e Richard Rogers. O então prefeito, empenhado em devolver a Paris a posição de capital internacional da cultura, anunciou um pacote de grandes obras orçado em três bilhões de dólares, o que seria a invenção do cultural por um *star system* arquitetônico e a gênese da “conjunção de empreendimento urbano e investimentos culturais de porte industrial” (ARANTES, 2000, p. 49).

A própria cidade passa a ser o produto inédito para promoção ampliada e o planejamento busca, acima de tudo, inserir a cidade-alvo em um nó de rede internacional de cidades, tornando-a atraente para o capital estrangeiro, inclusive no setor imobiliário e, assim, “a nova centralidade da cultura é econômica e a velha centralidade da economia tornou-se cultural” (ARANTES, 2000, p. 47). A cultura torna-se dado essencial na coalizão de classes e interesses e o mote da “valorização cultural” torna-se um ingrediente-chave, um meio para que as cidades, como produtos, sejam promovidas mundialmente em um mercado globalizado, o que Arantes (2000)

descreve como o *turning point*, quando a cultura vira o planejamento/urbanismo pelo avesso, fazendo da cidade apenas uma mercadoria (ARANTES, 2000).

Como âncoras do processo de venda das cidades, erguem-se equipamentos culturais, projetados por um “‘star system’ arquitetônico, associado a governantes movidos pela mosca azul da monumentalidade espetacular, capaz de produzir, através de uma política de coalizões, os consensos indispensáveis” (ARANTES, 2000, p. 45). Como explica Henri Pierre Jeudy (2005), os museus construídos por arquitetos “estrelares” tornam-se peças essenciais na revitalização do espaço urbano que descobre a possibilidade de adquirir um sentido graças ao poder da fagocitose, exercido no meio ambiente pela obra arquitetônica. Assim, a espetacularização das cidades pode ser também enxergada como um processo de “museificação”, ou seja: “a exposição da cidade, as maneiras de pensá-la e de representá-la, se cristalizam em torno da imagem, nos forçando a olhar para a cidade como imagem de si mesma, a vê-la como exposição” (JEUDY, 2005, p. 118).

Segundo Fernanda Sánchez (2010), os “edifícios-marca”, obras de arquitetos renomados internacionalmente, são tornados ícones midiáticos, cujo sentido é transmitir a reversão de uma imagem negativa – a “cidade-problema”, “cidade-degradada” – em uma “‘cidade-confiável’, leia-se ‘boa para negócios’” (SÁNCHEZ, 2010, p. 488). Trata-se do território recontado, reformatado, no espaço-mundo.

Como construção social, a produção da imagem da cidade está intrinsecamente ligada a representações e valores. Encontra-se, portanto, subordinada à visão de mundo daqueles atores que se impõem nos processos de produção do espaço e que são, ao mesmo tempo, aqueles que ocupam posição privilegiada para enunciar uma intenção de cidade, o projeto de cidade é ação material no espaço (urbanística, cultural, econômica) junto com uma intenção de cidade, que dá conteúdo ao discurso sobre o espaço (SÁNCHEZ, 2010, p. 504).

Ao propor uma leitura crítica em torno dos “espaços da renovação” e da construção de “cidades-modelo”, Sanchez (2010) explica que os projetos de renovação de áreas centrais, “revitalização de áreas degradadas”, recuperação de frentes marítimas e áreas portuárias, investimentos em espaços públicos considerados emblemas da modernização, fazem parte dos novos imperativos do planejamento urbano, capazes de tornar as cidades “atraentes e competitivas”, no âmbito do planejamento urbano estratégico.

Conforme Pedro Novais (2010), o planejamento urbano estratégico pode ser estudado em três momentos distintos. O primeiro deles é o momento da “invenção” nos Estados Unidos, mais precisamente na Universidade de Harvard entre as décadas de 1970-80, quando as propostas de ajustes organizacionais internos para enfrentar as competições externas, estratégias características do meio empresarial, passam a ser implantadas no planejamento das cidades: uma competição entre cidades em escala global e uma “necessidade” de se reorganizar para enfrentar a concorrência (NOVAIS, 2010).

A cidade de São Francisco pode ser considerada uma das pioneiras a receber um plano estratégico, mas outras cidades estadunidenses foram palco da renovação urbana como é o caso dos projetos empreendidos nas frentes marítimas de Londres (*Docklands*), na Inglaterra, e nas cidades estadunidenses de São Francisco (*Fisherman’s Wharf*), Boston (*Boston Waterfront*) e Baltimore (*Inner Harbor*), conforme figura 2. Em “Cidades Rebeldes”, Harvey (2014) conta que a “revitalização” no sul de Baltimore substituiu a vitalidade das ruas, em que as pessoas se sentavam em suas varandas nas noites quentes de verão e conversava com os vizinhos: “segundo a opinião local, a revitalização significou desvitalização” (HARVEY, 2010, p. 153).

A captura das cidades para um consumo dirigido, não raro, resulta em processos de gentrificação. O termo que vem do inglês *gentrification* foi usado pela primeira vez em 1963, por Ruth Glass (apud SMITH, 2006), para descrever um fenômeno ocorrido no início da década de 1960, em Londres, quando famílias de classe média haviam povoado antigos bairros desvalorizados do centro da cidade e não os subúrbios residenciais, modelo até então dominante entre esse grupo social. Além da questão de substituição de uma classe trabalhadora habitante do centro por uma classe média assalariada, a autora identifica um processo de investimento de recursos para garantir a reabilitação e apropriação das moradias pelas camadas mais abastadas. Na maioria das vezes, a gentrificação não aparece como uma simples “anomalia local”, ou como uma consequência natural, mas torna-se uma estratégia urbana articulada e global (SMITH, 2006). O incentivo da moradia ou do uso dos espaços por grupos sociais com maior poder aquisitivo resulta no aumento do valor imobiliário da região e, por conseguinte, em uma competição desigual com os moradores e usuários locais, que, mesmo que não sejam removidos à força, veem-se

obrigados a abandonar seus imóveis e terras, pois não conseguem arcar com as despesas da valorização.

O segundo momento do planejamento estratégico urbano, conforme Novais (2010), seria o da “modelização”, durante as décadas de 1980-90, a partir do caso emblemático de Barcelona (figura 2) no contexto de preparação para os Jogos Olímpicos de 1992. O megaevento serviu de alavanca para grandes intervenções voltadas para o turismo e a inserção da cidade na competição de cidades globais, sendo importante observar que as próprias obras foram capturadas pela imagem promocional e transformadas num autêntico espetáculo (SÁNCHEZ, 2010). Os defensores do ideário do planejamento estratégico implantado em Barcelona, ressaltam três fatores: a) a sensação de crise aguda pela conscientização da globalização da economia; b) a negociação entre os atores urbanos, públicos e privados e a geração de liderança local (política e cívica); c) a vontade conjunta e o consenso público para que a cidade desse um salto adiante (CASTELLS; BORJA, 1996). Dentro de uma perspectiva crítica, observa-se que, conquistada a trégua social pelo sentimento generalizado de crise, a promoção sistemática e planejada do patriotismo de cidade constitui vetor estratégico da reprodução das condições da paz social no contexto da cidade-empresa e cidade-pátria (VAINER, 2000).

O terceiro momento do planejamento estratégico, na abordagem de Novais (2010), é o da “experimentação do planejamento estratégico no Brasil”, a partir da década de 1990. A intervenção nas cidades por meio de grandes projetos urbanos passou a ganhar uma nova importância e o *Master Project* tomou boa parte do espaço reservado ao *Master Plan*, que prevaleceu na década anterior. Esse novo modelo emergiu e vem sendo implantado com objetivo de inserir as cidades no circuito da competição urbana vinculada à acumulação globalizada. A cidade passa a ser entendida como “motor de desenvolvimento econômico” e busca-se “concebê-la e instaurá-la como agente econômico que atua no contexto de um mercado e que encontra neste mercado a regra e o modelo de planejamento e execução de suas ações” (VAINER, 2000, p. 86).

Figura 2: Renovação urbana nas regiões portuárias de Londres/ING (a), Baltimore/EUA (b, c) e Barcelona/ESP (d)



a.



b.



c.



d.

Fonte: Autora.

Além da coalizão entre diferentes escalas de governo e entre estas e a esfera privada, principalmente através das parcerias público-privadas (PPP), as “inovações e o acirramento da competitividade originados da globalização da economia possibilitam a manipulação do espetáculo como epicentro dos processos de legitimação do exercício do poder econômico e político” (RIBEIRO, 2010, p. 33). Seguindo as reflexões de Ribeiro (2010), a espetacularização das intervenções na cidade, ditadas pelo planejamento estratégico, remete aos elos entre as práticas contemporâneas de modernização urbanística, os interesses políticos em cena e a relação dos governos com a mídia. Com a disseminação dos consensos criados, papel assumido principalmente pela mídia, a produção do espetáculo dispensa o dissenso, o conflito, o diálogo, a participação popular ou compromissos sociais e ambientais em longo prazo nas cidades.

No Brasil, os modelos de cidade-espetáculo implantados nos países centrais, e mencionados anteriormente, são importados sob a lógica das políticas neoliberais alavancadas a partir da década de 1990. Dentre os casos recentes mais emblemáticos podemos citar o projeto de renovação da área central da Luz em São Paulo/SP e das frentes marítimas e/ou portuárias no Rio de Janeiro/RJ, Porto Alegre/RS e Recife/PE.

Oficializado em 2009 pelo então prefeito Eduardo Paes (PMDB), o projeto *Porto Maravilha*, de “revitalização” da zona portuária do Rio de Janeiro foi alavancado após o anúncio dos Jogos Olímpicos de 2016. Mediante uma parceria público-privada (PPP), administrado pela Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP) e com execução pela Concessionária Porto Novo S.A. – formada pelas grandes empreiteiras Noberto Odebrecht, OAS e Carioca Engenharia –, orçado em aproximadamente R\$ 8 bi, o projeto caminha em direção ao fortalecimento da esfera privada na gestão urbana, deixando o território vulnerável à crescente especulação imobiliária. O financiamento de todas as obras foi feito, num primeiro momento, com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e, depois, para cobrir esses gastos, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro leiloou Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACs) a empresários interessados em construir acima do gabarito permitido. É possível notar, de antemão, que os políticos comprometidos com os interesses da esfera privada apropriam-se e desvirtuam instrumentos legais, desfigurando seus significados originais para

incentivar a captura do espaço pelas grandes empresas inseridas no fluxo internacional de capital e informação (PASSOS, 2014).

Com custo de R\$ 215 milhões e projeto assinado pelo arquiteto catalão Santiago Calatrava, que figura no rol dos arquitetos-estrelas mundiais, o Museu do Amanhã é o principal equipamento cultural, “a cereja do bolo” nas palavras do então prefeito, construído para atrair novo público à região tida até então como “degradada” no discurso oficial. Auditoria encomendada pela Prefeitura em 2017 comprovou que R\$ 112,3 milhões antes destinados a obras de infraestrutura na favela Morro do Pinto, também situada na Zona Portuária, foram realocados para a construção do museu em 2012 e que 3/4 dos recursos investidos no fomento da cultura na região portuária – R\$ 89,9 milhões de um total de R\$ 122,7 milhões – estão concentrados no Museu do Amanhã e no Museu de Arte do Rio (MAR), outro equipamento cultural do projeto, excluindo as demais instituições e centros culturais locais, a exemplo do Instituto dos Pretos Novos que se dedica ao estudo da história de cerca de 50 mil africanos escravizados que aportaram no chamado Cais do Valongo¹⁰. Ao comentar sobre a destinação de 73% da verba cultural para os dois museus em detrimento de patrimônios culturais da área, o ex-prefeito Eduardo Paes respondeu que:

a decisão da administração anterior foi no sentido de criar dois ícones que permitissem a valorização da região e fossem âncoras do processo de revitalização - como o são [...] E isso não impediu que a municipalidade fizesse uma série de atividades, como o apoio e resgate do Instituto Pretos Novos e a ‘redescoberta’ do Valongo (O ESTADO DE S. PAULO, 2017).¹¹

No campo do patrimônio cultural, ainda que a declaração do Cais do Valongo como patrimônio mundial possa parecer um ato de resistência frente à espetacularização representada pelos grandes equipamentos culturais, a exemplo do Museu do Amanhã, o descaso e exclusão dos coletivos culturais locais e de suas narrativas sobre o território denunciam que o “selo de patrimônio mundial” acaba por reafirmar a estratégia de atração turística no mercado mundial de cidades.

Outros projetos de renovação urbana nas áreas centrais e portuárias de grandes centros urbanos brasileiros podem ser citados, como é o caso do Projeto Novo Recife para o Cais José Estelita, Recife/PE, apresentado em 2012. Conforme

¹⁰ Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,dinheiro-de-obra-em-favela-foi-para-museu-do-amanha,70001752056>. Acesso em: 06 jun. 2019.

¹¹ Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,dinheiro-de-obra-em-favela-foi-para-museu-do-amanha,70001752056>. Acesso em: 06 jun. 2019.

Nascimento (2015), trata-se de um grande negócio para um grupo seletivo de empreendedores que tendem a proporcionar altos lucros para o mercado imobiliário e buscar melhor qualidade de vida para os setores da classe média alta do Recife, conformando um verdadeiro circuito de inclusão/exclusão socioespacial, aumentando os índices econômicos, ao passo que também aumenta a desigualdade.

Esse projeto – representante do modelo de produção do espaço abstrato do capitalismo – está imerso em uma batalha que envolve a produção e a apropriação do espaço, consubstanciada na luta de empreendedores urbanos (Construtora Moura Dubeux e Queiroz Galvão, principalmente), em aliança com o Estado (NASCIMENTO, 2015, p. 54).

Nos projetos Porto Maravilha (figura 3) e Novo Recife a cultura é instrumentalizada para o consumo de um público abastado e a favor dos interesses privados, colocando em risco modos de viver e morar, bem como dinâmicas socioespaciais e culturais pré-existentes.

É importante destacar que os projetos de renovação não são uma prática tão recente nas cidades brasileiras. Um dos exemplos mais emblemáticos do país ocorreu em Salvador/BA, pelo Governo de Estado, a partir da década de 1990, e teve como foco um dos maiores conjuntos urbanos patrimonializados do país (figura 4). Com mudanças relevantes ao longo do tempo, no que se refere aos gestores, linhas de financiamento e no envolvimento dos moradores no processo, o programa foi responsável pela transformação do Pelourinho, até então caracterizado por residências de população de baixa renda, em área turística voltada para um público de alta renda, o que se deu principalmente nas duas primeiras fases, entre 1991 e 1995 e entre 1996 e 1999 (SANT'ANNA, 2002).

Figura 3: Imagem do Porto Maravilha já implantado na Zona Portuária do Rio de Janeiro/RJ, com destaque para o Museu do Amanhã em primeiro plano



Fonte: https://www.portomaravilha.com.br/fotos_videos/g/22. Acesso em: 14 out. 2019.

Figura 4: Imagem atual do Pelourinho, em Salvador/BA, com suas fachadas pintadas em cores fortes



Fonte: <https://dicasdonosso brasil.com.br/salvador/o-que-fazer-no-pelourinho-em-salvador/>. Acesso em: 14 out. 2019.

É o seu uso como instrumento de promoção do governo estadual e vitrine de sua capacidade e eficiência o que explica, em última análise, a não sustentabilidade do programa. [...] o que pesou, aparentemente, de modo decisivo, na permanência dessa forma de gestão pública centralizada, foi a possibilidade de controlar e manter a área recuperada como uma espécie de *outdoor* permanente da administração estadual e uma "sala de visitas" sempre arrumada para o turista. Para que funcione desse modo, o Pelourinho tem de ser pintado constantemente e se parecer o tempo todo com uma fotografia. Tem de ser um hiper Pelourinho, sempre novo em folha e isento das marcas de suas próprias contradições, a fim de cumprir essa função midiática e múltipla de signo da baianidade, ícone do turismo e do lazer e de símbolo do consenso e do bom governo (SANT'ANNA, 2002, p. 52).

A aparência e a "sensação" da cidade, decorrentes das intervenções de "revitalização", refletem decisões sobre o quê e quem deve ou não ser visível, ou sobre a quem simbolicamente pertence o espaço transformado (ZUKIN, 1991). Nas palavras de Marilena Chauí: "o lugar da cultura dominante é bastante claro: é o lugar a partir do qual se legitima o exercício da exploração econômica, da dominação política e da exclusão social" (CHAUI, 2006, p. 133).

Nas cidades patrimonializadas, sobre as quais buscamos nos aprofundar nesta pesquisa, a espetacularização pode ser reforçada por ações que buscam transformá-las em cenários congelados do passado, via de regra, para um turismo programado, lugar de consumo e consumo do lugar (LEFEBVRE, 2011).

A partir de interesses particulares que influenciam as decisões políticas, a cultura é eleita instrumento poderoso de controle simbólico, especialmente em estratégias de desenvolvimento urbano apoiadas na preservação histórica ou na "herança local" (ZUKIN, 1995) e voltadas para um turismo programado, com público-alvo delimitado.

Produzimos, damos forma, vendemos representações de ordem simbólica, uma vez que o valor simbólico e o valor de mercado do objeto se confundem. Este é o dilema da gestão contemporânea dos patrimônios: se o patrimônio não dispõe de um estatuto "à parte", se ele se torna uma mercadoria como as outras (os bens culturais), perderá seu poder simbólico. É necessário que, de alguma forma, o patrimônio seja excluído do circuito dos valores mercadológicos, para salvar seu próprio valor simbólico (JEUDY, 2005, p. 20).

Muitas vezes, os imóveis nos ditos "centros históricos" deixam de ser moradia, a despeito do alto déficit habitacional presente em nossas cidades, para neles serem instalados museus, restaurantes, hotéis, dentre outros usos mais ou menos elitistas e

excludentes, voltados, principalmente para um turismo programado, onde a estratégia da gentrificação se torna generalizada (ZUKIN, 2010).

Matéria publicada na Revista Forbes¹², em 29 de maio de 2017, denuncia a situação extrema resultante do turismo na cidade de Veneza, Itália, que parece próxima a entrar na lista dos patrimônios da humanidade em perigo devido às preocupações (não tão recentes) da UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – com os grandes cruzeiros que aportam na cidade, o turismo em massa e os danos irreversíveis que estão causando no sistema hídrico. Segundo dados da matéria, a Veneza recebe 30 milhões de visitantes ao ano e possui 54.500 residentes. Especificamente em relação à gentrificação, a matéria informa que, a cada ano, cerca de 1.000 residentes abandonam a cidade por conta dos altos preços para se morar.

Em “A alegoria do patrimônio”, François Choay (2006) explica que a cultura perdeu seu caráter de realização pessoal, tornando-se empresa e logo indústria: “por sua vez, os monumentos e o patrimônio históricos adquirem dupla função – obras que propiciam saber e prazer, posto à disposição de todos; mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos” (CHOAY, 2006, p. 211).

No universo das pequenas ou médias cidades brasileiras, e mais especificamente dentre aquelas que integram sítios urbanos tombados no estado de Minas Gerais, encontramos, em Tiradentes, um exemplo de processo de gentrificação. A valorização imobiliária iniciou-se na década de 1980 a partir de uma campanha que reuniu atores das três esferas de governo – municipal, estadual e nacional – e investidores privados que arcaram com obras de infraestrutura e restauração arquitetônica, “multiplicando a chegada de turistas e de seus recursos; atraindo migrantes de várias partes do país; ‘vendendo’ a imagem da cidade pelo país” (CAMPOS, 2013, p. 78). Atualmente, os usos nos imóveis no centro histórico de Tiradentes estão principalmente voltados para o turismo, incluindo hotéis, bares, restaurantes, lojas, restando poucos moradores “originais” de Tiradentes. Devido à

¹² Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/ceciliarodriguez/2017/05/29/blacklisting-venice-to-save-it-from-too-many-tourists-and-too-few-venetians/#949f2281e505>. Acesso em: 16 fev. 2018.

valorização dos imóveis, os moradores preferem alugá-los ou vendê-los, indo morar nas periferias ou em municípios próximos onde o custo de vida é mais baixo.

Importante ressaltar que desde o fim de 2016 os brasileiros vêm assistindo a um processo de desmonte no campo das políticas culturais no país, com crescentes práticas de censura, aparelhamento de órgãos públicos, cortes de verbas, dentre outros retrocessos que impactam fortemente o dia a dia dos cidadãos, moradores das cidades, patrimonializadas ou não. Com a recente extinção do Ministério da Cultura, já ensaiada no contexto do golpe de 2016 e concretizada no início de 2019 quando Jair Bolsonaro assume a Presidência, o patrimônio cultural vem sendo entendido como um instrumento preponderantemente voltado ao turismo e, via de regra, sob um modelo de turismo dirigido a grupos sociais mais abastados, na mesma esteira dos projetos da renovação urbana aqui abordados.

No município de Mariana seria de fundamental importância um estudo mais aprofundado para verificar se há indícios de gentrificação no interior de seu perímetro tombado. Ainda que os valores imobiliários sejam inflacionados no dito “centro histórico”, ainda é possível verificar que muitas famílias habitam ali por gerações consecutivas e possuem dificuldades em arcar com as obras de manutenção, não havendo políticas locais de isenção de IPTU ou outros meios de incentivo para a permanência dos moradores. A tipologia dos comércios nas principais ruas do dito “centro histórico” também não demonstra reflexos de um projeto de cidade espetacularizada ou voltada para o turista.

Contudo, é importante observar que o discurso em torno do patrimônio cultural associado ao turismo, prevalente no atual contexto governamental do país, também apresenta reflexos em nível local. Nos últimos anos, têm sido elaboradas propostas de implantação de museus no centro histórico de Mariana, mais precisamente vinculadas ao Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas (PAC-CH), que não parecem ser resultantes de projetos museológicos construídos em conjunto com os moradores. E, assim, aquilo que poderia ser um equipamento educacional e cultural importante para a população local e para a construção de uma narrativa sobre a cidade a partir de seus moradores, pode se transformar em mero equipamento voltado para um turismo que se encontra esvaziado e desarticulado no município.

De todo modo, o que se percebe de forma evidente em Mariana é uma tomada da cidade pelos interesses do mercado, sob outro viés, que se expressa na relação de dominação decorrente dos grandes empreendimentos da mineração, sendo importante abordar o tema, primeiramente, dentro de uma perspectiva ampla da relação de dominação da mineração nas pequenas e médias cidades brasileiras e, em particular, de Minas Gerais.

1.2.2. Cantos invisibilizados nos empreendimentos da mineração

Chego à sacada e vejo a minha serra,/a serra de meu pai e meu avô,/de todos os Andrades que passaram/e passarão, a serra que não passa./Era coisa de índios e a tomamos/para enfeitar e presidir a vida/neste vale soturno onde a riqueza/maior é a sua vista a contemplá-la./De longe nos revela o perfil grave./A cada volta de caminho aponta/uma forma de ser, em ferro, eterna,/e sopra eternidade na fluência./Esta manhã acordo e não a encontro,/britada em bilhões de lascas,/deslizando em correia transportadora/entupindo 150 vagões,/no trem-monstro de 5 locomotivas/- trem maior do mundo, tomem nota -/foge minha serra vai,/deixando no meu corpo a paisagem/miserio pó de ferro, e este não passa (DRUMMOND DE ANDRADE, 1973).

Os versos proféticos do poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade, em “A montanha pulverizada”, publicados em 1973, já denunciavam os impactos da exploração extensiva do minério de ferro em Minas Gerais. Em “Maquinação do Mundo: Drummond e a Mineração”, Wisnik (2018, p. 19) demonstra que, “na poesia, na crônica ou no debate jornalístico, a obra de Carlos Drummond de Andrade tocou pioneiramente numa ferida que está aberta hoje: a degradação do ambiente e da vida nas áreas afetadas pela mineração cega às suas próprias consequências”. Em outro poema intitulado “Itabira”, Drummond mescla cenas da dominação estabelecida pela exploração minerária, com cenas da apropriação cotidiana dos moradores em sua cidade natal:

Cada um de nós tem seu pedaço no pico do Cauê./ Na cidade toda de ferro/ as ferraduras batem como sinos./ Os meninos seguem para a escola./ Os homens olham para o chão./ Os ingleses compram a mina./ Só, na porta da venda, Tutu Caramujo cisma na derrota incomparável (DRUMMOND DE ANDRADE, 1930).

Segundo Wisnik (2018), Itabira oferece uma conjunção conflitiva e desusada, em que marcas da vida popular convivem com modelos oligárquicos da conformação social brasileira (WISNIK, 2018). O pico do Cauê, homenageado no verso de Drummond, não existe mais, virou uma cratera cavada pela mineração, assim como

a antiga igreja Matriz do Rosário, de onde o poeta ouvia os sinos também registrados nos versos, que foi demolida por um grupo em que se confundiam bombeiros com técnicos e dirigentes da Companhia Vale do Rio Doce, ainda na década de 1970.

Inegavelmente, a mineração sempre teve papel dominante nas dinâmicas territoriais do Estado e na constante (trans)formação de grande parte dos seus 853 municípios. Sendo importante ressaltarmos que, conforme dados do IBGE, 849 desses municípios são classificados como de pequeno ou médio porte.

Conforme Santos (2005), a rede urbana no Brasil consiste em uma estrutura complexa, tendo no vértice metrópoles completas e incompletas, vindo a seguir as cidades regionais e, finalmente, na base, as *cidades locais*, que sempre se acham na periferia do sistema urbano, mas desempenham importante papel junto às zonas de produção primária (SANTOS, 2005), sendo que há no país uma distinção entre um Brasil urbano, incluindo áreas agrícolas, e um Brasil agrícola, incluindo áreas urbanas (SANTOS, 2009).

A maioria dos estudos urbano, em países subdesenvolvidos, se interessa de preferência pelas cidades grandes, principalmente pelo fenômeno da microcefalia. Todavia, se considerarmos com atenção tanto as estatísticas como a realidade, vemos perfilar-se outro fenômeno urbano, o das *cidades locais* que, a nosso ver, merece tanto interesse quanto o precedente. Outros fariam, preferentemente, de *cidades pequenas* (SANTOS, 2005, p. 85).

Um dos pontos-chaves na discussão sobre a exploração mineral e seus impactos nas pequenas e médias cidades refere-se ao modo como é empreendida tal exploração no Brasil, e nos países do Sul global, que respondem a um modelo de desenvolvimento econômico global exploratório. O termo *Sul global* é utilizado aqui tendo como aporte o autor Boaventura de Souza Santos (2007) e que faz referência às regiões periféricas e semiperiféricas do sistema-mundo moderno, que, após a Segunda Guerra Mundial, foram denominadas “Terceiro Mundo”.

Para Saskia Sassen (2016), o que denominamos desenvolvimento econômico dependeu, por muito tempo, da extração de materiais de uma parte do mundo e de seu transporte até a outra, sendo que, nas últimas décadas, essa geografia da extração expandiu-se rapidamente por meio de novas tecnologias complexas, aumentando o desequilíbrio ambiental e as extensões de terras e águas mortas. Entretanto, é importante pontuarmos que, nos países do Sul global, ainda que estejam sendo explorados por multinacionais estrangeiras, as tecnologias usualmente não são

novas e nem complexas. As técnicas são aquelas que permitem a maior obtenção de lucro, mesmo que isso signifique maiores riscos sociais e ambientais. Aqueles sujeitos mais afetados pelos riscos, ou seja, inseridos nesse quadro de vulnerabilidade resultante da exploração extensiva da mineração, são os que habitam nas áreas de interesse das empresas mineradoras. No caso específico do estado de Minas Gerais, por exemplo, são muitas vezes áreas (principalmente rurais ou agrícolas) dos municípios de pequeno ou médio porte, em que os reflexos das relações de dominação e do interesse do mercado são particulares e, por isso, a importância de uma investigação atrelada à realidade prática.

[...] a dependência do Estado brasileiro em relação a esse setor assim como a respectiva relação entre diferentes esferas do governo seja municipal, estadual ou federal e as empresas mineradoras têm um caráter histórico relevante. Desde a sua inserção no sistema-mundo capitalista, o território brasileiro (e latino-americano) é utilizado como uma fonte de recursos naturais, no qual o setor mineral está inserido, voltado para atender às demandas da metrópole. Apesar de ter passado por reestruturações políticas, econômicas e sociais, essa característica de uma economia extremamente dependente da exploração de recursos naturais se mantém até a atualidade (LEROY, 2014, p. 27).

A exploração mineral foi alavancada no Brasil visando ao fornecimento de matéria-prima no contexto da Segunda Guerra Mundial. Ao reforçar o abastecimento das aciarias aliadas, ganhou o apoio financeiro para abrir uma mina na bacia do Rio Doce e construir uma indústria siderúrgica integrada. Assim, em 1942, a criação da Companhia Siderúrgica Nacional e da Companhia Vale do Rio Doce modificou substancialmente a indústria mineral brasileira, e esta última tornou-se uma das maiores empresas do mundo em fornecimento de minério de ferro na década de 1960, período em que foi criado o Ministério de Minas e Energia. A partir de então, a atividade mineradora passou a ser amplamente potencializada pelo governo militar, que publicou o Código da Mineração em 1967 (atualizando o Código de Minas assinado em 1934). O Estado passou a aplicar vultosos recursos no setor, e as empresas estrangeiras foram atraídas pelo crescimento econômico que caracterizou o início do período militar. O auge da exploração mineral brasileira da década de 1970, porém, não perdurou por muito tempo. Com o aprofundamento da crise econômica mundial na década de 1980, ocorreu o declínio dos investimentos internacionais e a decadência do governo militar. Os dados referentes à produção mineral de Minas Gerais apontam que, em 1975, a produção do estado correspondia a 60% da produção nacional, enquanto, em 1986, durante a crise, essa participação declinou

para 35,5%, mantendo-se acima de 30% ao longo de toda a década de 1990 (BDMG, 1989). Notamos que, mesmo nos períodos de crise, a exploração do minério nunca deixou de apontar para altos índices de produção e lucro.

O processo de redemocratização e a promulgação da Constituição Federal de 1988 trouxeram uma nova visão institucional sobre a mineração, ao apontá-la como atividade agressiva ao meio ambiente. Assim, o art. 225, parágrafo 2º, Capítulo VI da Constituição Federal atribuiu às empresas mineradoras a responsabilidade pela recuperação do meio ambiente degradado, a fim de garantir o direito de todos “ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida” (BRASIL, 1988).

No entanto, sob a égide das políticas neoliberais, houve um distanciamento desses preceitos e um fortalecimento da esfera empresarial, acentuando relações de poder e dependência. É nesse contexto que se insere a privatização, em 1997, da então Companhia Vale do Rio Doce (que passou a se chamar apenas Vale¹³ em 2007) – a maior empresa brasileira de mineração –, bem como a multiplicação de estruturas de operação, como as barragens de rejeitos de minério alteadas à montante, deflagrando constantes conflitos socioambientais.

Tais barragens são estruturas construídas para deposição dos rejeitos que, no processo de lavagem com água do material extraído das rochas, não são aproveitados e, portanto, são “descartados”. A diferença com as cavas é que não são depósitos abaixo do nível natural do terreno, mas sim são criadas estruturas de contenção e os rejeitos, portanto, ficam armazenados à montante dos cursos d’água e da população que se encontra abaixo das barragens.

Pesquisas realizadas por Bowker e Chambers (*apud* MANSUR *et al.*, 2016) apontam para o aumento das ocorrências de rompimentos de barragens no mundo, principalmente depois de 1990, reflexo das tecnologias modernas de mineração que permitem a extração em reservas com concentrações cada vez menores de minério, sendo que, à medida que a qualidade de minério diminui, aumenta a quantidade de rejeitos e, conseqüentemente, o tamanho das barragens, estruturas de deposição desses rejeitos. No Brasil, e via de regra nos países do Sul global, as estruturas para

¹³ A empresa Vale S.A. é uma das controladoras da empresa Samarco Mineração S.A. juntamente com a anglo-australiana BHP Billiton.

deposição desses rejeitos são aquelas de menor custo, que permitem maior obtenção de lucro pelas empresas mineradoras, ainda que signifiquem também maiores riscos sociais e ambientais, caso da barragem do Fundão e de pelo menos outras 60 barragens no Brasil e 40 em Minas Gerais, de acordo com a Agência Nacional de Mineração¹⁴.

As empresas mineradoras podem ser identificadas como “indústrias danosas” – do termo em inglês *harm industries* – que para os autores Benson e Kirsch (2010, p. 461) são as “empresas capitalistas cujas práticas têm um pressuposto destrutivo ou danoso às pessoas e ao meio ambiente: o dano é parte ou parcela de seu funcionamento normal”. Diversos pesquisadores que investigam temas como a “injustiça ambiental” e “racismo ambiental” apontam como momento chave da origem dos embates sobre o tema, a disseminação de estudos – realizados ainda no final da década de 1960 nos Estados Unidos e relacionados à deposição de lixo tóxico – cujos resultados mostraram que os impactos dos acidentes ambientais estão desigualmente distribuídos por raça e por renda: “áreas de concentração de minorias raciais têm uma probabilidade desproporcionalmente maior de sofrer com riscos e acidentes ambientais” (ACSELRAD *et al.*, 2009, p. 18). A experiência concreta de luta de moradores na cidade de Afton, na Carolina do Norte, em 1982, foi crucial para o Movimento por Justiça Ambiental.

Ainda, Acselrad *et al.* (2009) contam que, em 1991, o chamado *Memorando Summers* elaborado por um economista do Banco Mundial e divulgado pela revista estadunidense *The Economist*, apresentava três razões para que os países periféricos fossem o destino dos ramos industriais mais danosos do meio ambiente: 1) o meio ambiente seria uma preocupação “estética” típica apenas dos bens de vida; 2) os mais pobres, em sua maioria, não vivem o tempo necessário para sofrer os efeitos da poluição ambiental; 3) pela “lógica” econômica, pode-se considerar que as mortes em países pobres têm custo mais baixo que nos países ricos, pois seus moradores recebem salários mais baixos. A repercussão negativa dos apontamentos do memorando, confirmando que a distribuição desigual dos riscos ambientais é parte estratégica da atuação das empresas danosas, deflagrou movimento de luta contra a injustiça ambiental.

¹⁴ Disponível em: <http://www.anm.gov.br/noticias/anm-publica-nova-norma-para-barragens-de-mineracao>. Acesso em: 24 out. 2019.

Do mesmo modo, é nas áreas de maior privação socioeconômica e/ou habitada por grupos sociais étnicos sem acesso às esferas decisórias do Estado e do mercado que se concentram a falta de investimento em infraestrutura de saneamento, a ausência de políticas de controle dos depósitos de lixo tóxico, a moradia de risco, a desertificação, entre outros fatores, concorrendo para suas más condições ambientais de vida e de trabalho (ACSELRAD et al, 2009, p. 8-9).

Sob este contexto, as barragens de rejeitos de minério no Brasil são, via de regra, alteadas à montante colocando em risco comunidades majoritariamente negras e pobres, evidenciando o racismo ambiental. Conforme aponta Acsehrad (2016), enquanto os danos associados aos projetos de desenvolvimento forem destinados, de forma concentrada, a grupos étnicos e de baixa renda, não haverá mudanças nos padrões correntes das escolhas técnicas e locacionais dos empreendimentos, o que coloca em questão o discurso corrente do “meio ambiente comum a todos”:

Os riscos são tanto maiores quanto se sabe que os que ocupam posições dominantes no espaço social também estão em posições dominantes no campo da produção das representações e ideias. Se o Estado e o empresariado – forças hegemônicas no projeto desenvolvimentista – incorporam a crítica à insustentabilidade do modelo de desenvolvimento, passam a ocupar também posição privilegiada para dar conteúdo à própria noção de sustentabilidade (ACSELRAD, 1999, p. 81).

A dependência econômica de Minas Gerais e do Brasil com relação ao setor mineiro-exportador aprofundou-se durante a primeira década dos anos 2000, período do megaciclo das *commodities*, quando as importações globais de minério aumentaram 630% (MANSUR et al., 2016). Os pesquisadores mostram que, em 2013, apenas cinco países foram responsáveis pela produção de dois terços da produção global de minérios, ficando o Brasil em segundo lugar, o que aprofundou a relação de dependência econômica do país com relação ao setor mineiro-exportador.

Por ser uma atividade cíclica, o período posterior, de desvalorização do preço do minério no mercado internacional (*pós-boom das commodities*), caracteriza-se pela desvalorização dos minérios, fase em que ocorre um aumento das demissões, terceirizações e outras formas de precarização do trabalho, aumento das pressões nos órgãos licenciadores e fiscalizatórios para a flexibilização dos processos de licenciamento ambiental e fiscalização, aumento da extração e consequente do volume de rejeitos depositados nas barragens e, como resultado, um aumento do número de rompimentos de barragens.

Santos e Wanderley (2017) indicam que a exaustão das minas com maiores teores de minérios faz com que as mineradoras expandam a exploração nas minas de teores menores, aumentando o volume de rejeitos e, conseqüentemente, a dimensão das estruturas (altura das barragens e profundidade das cavas)¹⁵, sendo que, até 2015, foram identificados 7 rompimentos de barragens de rejeitos no estado de Minas Gerais: em 1986, sob responsabilidade da empresa Itaminas, o rompimento de uma barragem matou sete pessoas, em Itabirito; em 2001, sob responsabilidade da empresa Mineração Rio Verde, um rompimento matou 5 pessoas, em Nova Lima; em 2006 e 2007, sob responsabilidade da mineradora Rio Pomba Cataguases houve, respectivamente, um vazamento de 1.200.000 m³ e um rompimento de barragem que desalojou 4.000 pessoas, em Miraí; em 2008, sob responsabilidade da Companhia Siderúrgica Nacional, um rompimento de estrutura desalojou 40 famílias, em Congonhas; no mesmo ano, ocorreu outro vazamento em Itabira; e, em 2014, sob responsabilidade da empresa Herculano Mineração, um rompimento de barragem matou 3 pessoas, em Itabirito (SANTOS; WANDERLEY, 2017). Importante notarmos que todas as cidades citadas são de pequeno ou médio porte, onde, invariavelmente, a exploração mineral emprega um grande percentual da população e onde se apresenta, proporcionalmente, um quadro de menor conflito e resistência.

A flexibilização da legislação que regulamenta a atividade de exploração mineral, o regime “de urgência” e o caráter não participativo têm caracterizado os processos de análise e aprovação por instâncias do poder público dos processos de licenciamento ambiental para operação das empresas mineradoras, sendo essas últimas as maiores beneficiadas, pois aumentam seu lucro. Além disso, o sucateamento dos órgãos e instituições de fiscalização ambiental, a má remuneração dos trabalhadores e a interferência política nas decisões das esferas legislativas e executivas aprofundam a ingerência ambiental e a supremacia das grandes empresas, já que muitos políticos recebem apoios financeiros advindos das empresas mineradoras em suas campanhas eleitorais. A relação de dominação econômica da mineração também se estabelece em nível local, associada à arrecadação dos royalties da mineração e da geração de emprego, dependência esta que perdura fortemente em diversos municípios de Minas Gerais, como é o caso de Mariana.

¹⁵ Apenas a empresa Vale tinha sob sua responsabilidade, em 2009, 300 estruturas geotécnicas em operação no país.

Todas as questões socioambientais que circundam a mineração são secundarizadas e silenciadas diante da imponência econômica da exploração mineral da qual o País e, principalmente, o estado de Minas Gerais são dependentes. Responsável por aproximadamente 67% da produção de minério de ferro do Brasil (IBRAM, 2012), o estado de Minas Gerais arrecadou R\$300.069.000,00 de Compensação Financeira por Exploração de Recursos Minerais (CFEM), o que equivale a 43,3% da arrecadação nacional. A CFEM é uma contrapartida da empresa exploradora distribuída para a União (12%), Estados/Distrito Federal (23%) e Municípios (65%), incluída no art. 20 § 1º da Constituição federal de 1988:

É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração (BRASIL, 1988).

São movimentados cerca de 450 milhões de toneladas de minério nas diversas minas no Estado (PEREIRA *et al.*, 2008). O peso da arrecadação econômica ante as questões ambientais é evidente.

[...] evidencia-se a predominância de municípios com Índice de Fatores Condicionantes Muito Alto nas regiões Norte, Leste e Jequitinhonha. Isso porque, se os empreendimentos minerários forem implantados nestas regiões, sem a devida contrapartida de investimentos em áreas sociais e institucionais, poderá ocorrer concentração de riquezas, acentuar a desigualdade socioeconômica e a exclusão social. Além disso, deve-se considerar que a atividade de mineração tem impactos negativos em termos ambientais, mas gera riquezas importantes para o desenvolvimento do país e pode gerar riquezas para o desenvolvimento dos municípios, desde que a economia gerada permaneça no local e na região de exploração (PEREIRA *et al.*, 2008, p. 110).

A relação de poder que se estabelece não é apenas econômica, mas também simbólica e transpõe-se no território. O discurso da geração de emprego e do “progresso” trazido com a mineração – comumente associado à falta de ações do poder público na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos – é um fator importante de análise, já que, nos contextos de crise ou de desastre socioambiental, não é raro ver a população tomando partido da empresa. Santos (2007) sugere que existe dentro do fascismo social o fascismo territorial, ou seja, quando os atores sociais com forte capital patrimonial retiram do Estado o controle do território onde atuam ou neutralizam esse controle cooptando ou violentando as instituições estatais e

exercendo a regulação social sobre os habitantes do território sem a participação destes e contra os seus interesses.

A dominação do capital na gestão e no planejamento territorial tem reflexo na histórica relação de poder da atividade minerária. E, de forma mais perversa, na perda de direitos da população que habita as áreas de interesse das empresas mineradoras. Para além da precarização da força de trabalho e do aumento dos casos de violência urbana, destacamos os impactos relacionados à transformação arbitrária de dinâmicas socioespaciais construídas historicamente. Famílias que habitam as áreas de interesse das empresas mineradoras são, muitas vezes, removidas e forçadas a aceitarem indenizações irrisórias ou outras formas de moradia que desconsideram os vínculos afetivos e de pertencimento com o lugar, as identidades territoriais construídas coletivamente e, não raro, também o real conceito de moradia digna.

Na lógica da mineração, o aparelho produtivo capitalista destrói dia e noite o meio ambiente, buscando o lucro máximo, deixando a população ao redor refém e, enquanto as cidades enchem-se de minerais, as barragens se inundam de rejeitos (ZONTA e TROCATE, 2017).

Em tempo, é importante destacarmos que um dos principais desafios da preservação do patrimônio cultural atualmente no Brasil está relacionado ao licenciamento ambiental de grandes empreendimentos, imobiliários ou industriais (tendo a mineração como exemplo). Para além da ausência de quadro técnico suficiente dentro dos órgãos estatais de preservação para conseguir analisar os volumosos processos – que incluem os chamados Estudos Prévios de Impacto ao Patrimônio Cultural e Relatórios de Impacto no Patrimônio Cultural (EPIC/RPIC) – as pressões por parte das grandes empresas fazem prevalecer seus interesses em detrimento da proteção patrimonial, preservação dos modos de vida pré-existentes e da garantia dos direitos dos moradores do entorno dos empreendimentos e comunidades tradicionais.

Neste sentido, as pequenas e médias cidades de Minas Gerais são muitas vezes *tomadas* pelos interesses das grandes empresas da mineração. É o caso de Itabira, que apresentou uma exploração extensiva desde a década de 1970, conforme denunciado por Carlos Drummond de Andrade. E é também o caso do município de Mariana, estudo de caso desta pesquisa.

1.3. TERRITÓRIOS TOM(B)ADOS PELOS MUITOS OUTROS SUJEITOS SOCIAIS

Quem disputa a superfície da experiência urbana? Qual a essência da aparência? Como acontece, atualmente, a tensão entre *visibilidade* e *invisibilidade*? [...] o direito a ser visto e à co-presença, assim como o direito a ser retomado como referência positiva para a ação de *muitos outros*. A garantia desses direitos encontra-se relacionada ao enfrentamento de preconceitos, à afirmação da autonomia dos atores sociais, à *resistência* contra diferentes formas de violência simbólica, à indiferença social e à invisibilidade [...]. Existem, no presente, uma nova efervescência e um novo ativismo que, mesmo que inoculados pela ação dominante, admitem diferentes apropriações e outros sentidos [...]. Essas luminosidades correspondem a uma luta surda por virar acontecimento, que cada vez mais se articula à luta pela *sobrevivência*. Por que desconhecer essa luta surda e a força do acontecimento? (RIBEIRO, 2010, p. 37, grifo nosso).

É na tensão entre a visibilidade e a invisibilidade e entre dominação e apropriação que a socióloga Ana Clara Ribeiro (2010) critica a entrega do diálogo com os “muitos outros” às classes dominantes, “que sempre souberam manipular as regras dos jogos sociais e encenar, com bastante sucesso, o pseudo reconhecimento da autonomia e do saber alheio” (RIBEIRO, 2010, p. 27), o que acaba por alimentar as relações de poder e violência, mantendo hierarquias sociais.

Em contrapartida, a autora sugere a disputa pela visibilidade dos “muitos outros” na experiência e na luta urbana, isto é, “valorizar o espetáculo criado pelo ‘estar junto’ e reconhecer o ‘dar espetáculo’ como possibilidade de reinvenção da experiência urbana” (RIBEIRO, 2010, p. 39). Ao contrariar o sentido pacificante do espetáculo, a autora sugere que os sujeitos comumente invisibilizados, e cujas vozes são ocultadas nas tomadas de decisão nas cidades, devem ser percebidos enquanto protagonistas da luta e da experiência urbana. E nos convida, assim, para uma produção técnica e de conhecimento que parte dessas outras leituras do espaço urbano, não hegemônicas, mas sim, construídas com os “muitos outros”, sujeitos comuns, corporificados, ou seja, aqueles que lutam e resistem no cotidiano das cidades, reinventando e ressignificando os territórios.

Os “muitos outros” em Ribeiro (2010) se aproxima dos conceitos de “homem ordinário” (CERTEAU, 1998) e “homem lento” (SANTOS, 2008). Michel de Certeau (1998) sugere, o reconhecimento dos procedimentos populares “minúsculos e cotidianos”, “maneiras de fazer” que formam a contrapartida do lado dos dominados e

que são, portanto, processos mudos que organizam a ordenação sócio-política. Em contraposição à ideia de “estratégia”, cálculo das relações de forças que se torna possível quando o sujeito é isolável e circunscreve um lugar próprio para se relacionar com a exterioridade distinta, o autor propõe a ideia de “tática”, que tem por lugar o do outro, podendo abranger práticas cotidianas diversas, “maneiras de fazer” que são:

[...] vitórias do ‘fracos’ sobre o mais ‘forte’ [...] apresentam continuidades e permanências [...] manifestam igualmente a que ponto a inteligência é indissociável dos combates e dos prazeres cotidianos que articulam, ao passo que as estratégias escondem sob cálculos objetivos a sua relação com o poder que os sustenta, guardado pelo lugar próprio ou pela instituição (CERTEAU, 1998, p. 47).

É também na contramão da “luz ofuscante” da ordem dominante, que Didi-Huberman (2014), em “A sobrevivência dos vaga-lumes”, usando como pano de fundo um contexto de guerra, traz a obra literária e cinematográfica de Pasolini¹⁶, a filosofia em Giorgio Agamben e Walter Benjamin, dentre outras referências, para propor “na brecha entre o passado e o futuro”, tornarmo-nos vaga-lumes e, assim, formar “uma comunidade de desejo, uma comunidade de lampejos emitidos, de danças apesar de tudo, de pensamentos a transmitir. Dizer sim na noite atravessada de lampejos e não se contentar em descrever o não da luz que nos ofusca” (DIDI-HUBERMAN, 2014, p. 154-155). O autor busca as sobrevivências e resistências nas experiências transmitidas para além dos “espetáculos”.

Como foi abordado anteriormente, as relações de dominação nos territórios podem se expressar e se “materializar” de diferentes formas. Enquanto nos projetos de renovação (ou “revitalização”) urbana a estratégia é visibilizar e iluminar cenários específicos, voltando-os para o consumo e o turismo; nos projetos da mineração, que se instalam nas pequenas e médias cidades, a estratégia é invisibilizar e tornar opaco alguns territórios (ainda quem tenham comunidades ali estabelecidas), pois há um interesse em explorar os minérios. Sendo importante notar que existem especificidades nesses processos para os casos das cidades patrimonializadas. Devemos reconhecer que onde há dominação, há apropriação, onde há poder, há resistência.

¹⁶ “Pasolini parece de fato atravessado por tais momentos de exceção em que os seres humanos se tornam vaga-lumes – seres luminescentes, dançantes, erráticos, intocáveis e resistentes enquanto tais – sob nosso olhar maravilhado” (DIDI-HUBERMAN, 2014, p. 22-23)

Sob esta perspectiva, partimos do reconhecimento das experiências coletivas de apropriação nos espaços comuns que confrontam as ações e os discursos hegemônicos, de dominação, exploração e segregação nos territórios. Ao mesmo tempo em que práticas e modos de vida sobrevivem, em uma conjuntura capitalista que pretende eliminar a diversidade, o conflito e o dissenso, resistem e reexistem no sentido de ressignificarem o território usado ou apropriado. Nesse sentido, podem ser percebidos como campo de reflexão sobre as lutas por justiça social nas cidades.

1.3.1. Experiências coletivas nos espaços comuns

Ao denunciar a construção dos espaços luminosos enquanto expressão das alianças entre atores dominantes – o Estado e as grandes corporações –, Ribeiro (2012) adverte que o próprio conceito de território se torna elemento estratégico nos discursos e narrativas hegemônicas. Logo, um instrumento de poder. Em contrapartida, a noção de “território usado” (SANTOS *et al.*, 2000) compreende o espaço humano e habitado e aproxima-se teoricamente das ideias de “espaço opaco” e “espaço banal”, que é de todos e de todas as práticas, incluindo as solidariedades e o agir comunicativo (RIBEIRO, 2012).

Do mesmo modo, Souza (2016) defende que o conceito de território seja aplicado às mais diferentes escalas e situações, incluindo aquelas relacionadas ao cotidiano, tradicionalmente negligenciadas pelas pesquisas que privilegiam a “visão de sobrevoos”. A expressão “visão de sobrevoos” é usada pelo autor em analogia à expressão “pensamento de sobrevoos” utilizada por Maurice Merleau-Ponty (2004) com a qual ele criticava o “saber onisciente” típico da ciência moderna, completamente desenraizado do solo do mundo sensível e do mundo trabalhado pelos corpos. Nos projetos de cidade elaborados no âmbito da ciência moderna os mapas (visões de sobrevoos) sintetizam à distância diagnósticos e propostas de intervenções que via de regra escondem conflitos, contradições e vivências cotidianas, apreendidas a partir da escala do corpo e dos “nanoterritórios”¹⁷ – “escala, por excelência, dos oprimidos e de suas táticas, com suas resistências cotidianas inscritas no espaço ou expressas

¹⁷ Para Souza (2016), não basta chegar ao nível “microlocal”, do quarteirão ou bairro, pois nessa escala o “intraurbano” permanece apreendido “do alto” ou “de cima”.

espacialmente” (SOUZA, 2016, p. 105), onde acontece o “mundo da vida”, realidades espaço-temporais diferentes da aparente fixidez das fronteiras estatais.

Frente à pacificação e espetacularização urbana, Paola Jacques (2010) sugere a resistência em forma de “infiltração”, de pequenos desvios ou “micro-resistências”. A autora propõe, então, desvendar as possibilidades de micro-resistências sob três pistas principais, “zonas de tensão” entre a cidade espetacularizada e a “outra cidade” (opaca): “a profanação dos espaços públicos, a experiência corporal das cidades e a arte como construtora de dissensos” (JACQUES, 2010, p. 110).

Em primeiro lugar, a “profanação dos espaços públicos” significaria tirar os espaços públicos da esfera do consumo e exibição espetacular, restituindo-os ao uso comum dos habitantes, passantes ou demais usuários. Restituir o espaço público aos usos comuns dos habitantes, passantes e demais usuários poderia significar, então, restituir o caráter político e democrático que está na gênese dos espaços públicos, considerando que “é a sociabilidade, o prazer de estar com o outro, que estabelece em definitivo a diferença urbana, a urbanidade” (LE GOFF, 1988, p. 124).

Para Harvey (2014), a perda de “comunalidade” urbana reflete-se nos impactos das privatizações, nos cercamentos, nos controles espaciais, no policiamento e na vigilância na qualidade da vida urbana em geral e, em particular, na potencialidade de se criar ou inibir novas formas de relações sociais em um processo urbano influenciado, quando não dominado, por interesses de classe dos capitalistas.

Ao analisar as manifestações deflagradas em 2011 que tomaram as praças *Sintagma*, em Atenas, *Tahir*, no Cairo, e *Catalunha*, em Barcelona, Harvey (2014) afirma que esses espaços públicos se tornaram “comuns urbanos”, quando as pessoas ali se reuniram para expressar suas opiniões políticas e fazer suas reivindicações. O autor define o “comum urbano” como “uma relação social instável e maleável entre determinado grupo social autodefinido e os aspectos já existentes ou ainda por criar do meio social e/ou físico, considerada crucial para sua vida e subsistência” (HARVEY, 2014, p. 145).

Do mesmo modo, Raquel Rolnik (2015) ao reconhecer as “porosidades”, resistências e quebras de consenso, discute duas experiências coletivas de ocupação de espaços comuns ocorridas em junho de 2013, que se tornaram gatilhos para reivindicações maiores. A primeira delas, em 17 de junho de 2013 na cidade de São

Paulo/SP, quando mais de 100 mil pessoas ocuparam as ruas contra o aumento da tarifa do ônibus, o que desencadeou uma série de manifestações em diversas outras cidades brasileiras. A segunda experiência aconteceu em Istambul, Turquia, quando diversos manifestantes contra a construção de um shopping center ocuparam a praça *Taksim*. Em ambos os casos, conforme afirma a autora, os protestos ecoavam vozes vindas de movimentos, coletivos e pessoas que expressavam um múltiplo e vasto campo de dissenso em relação às suas cidades e países e foram violentamente reprimidos através da ação policial do Estado. Por estarmos diante de uma “guerra de lugares” ou de uma guerra “pelos lugares”, torna-se necessário enfatizar os “contraespaços”, isto é, “movimentos de resistência à redução dos lugares a *loci* de extração de renda e, simultaneamente, movimentos de experimentação de alternativas e futuros possíveis” (ROLNIK, 2015, p. 378).

Na troca social resultante da apropriação do comum urbano, podemos perceber a segunda “pista” para as micro-resistências investigadas por Jacques (2010): a *experiência corporal das cidades*.

Muitos estudos, que reconhecem o corpo como referência espacial em contraposição à visão cartesiana do urbanismo moderno, baseiam-se na Internacional Situacionista (IS), grupo de artistas, pensadores e ativistas, do contexto europeu dos anos 1950-1960, entre eles Guy Debord, que lutava contra o espetáculo, a cultura espetacular e a espetacularização em geral, ou seja, contra a não-participação, a alienação e a passividade da sociedade. “Os situacionistas foram um dos primeiros grupos a criticar de forma radical o movimento moderno em arquitetura e urbanismo” (JACQUES, 2003, p. 14) e, nesse sentido, defendiam uma construção coletiva das cidades contra o monopólio urbano dos urbanistas e planejadores.

A construção de situações começa após o desmoronamento moderno da noção de espetáculo. É fácil ver a que ponto está ligado à alienação do velho mundo o princípio característico do espetáculo: a não-participação. Ao contrário, percebe-se como as melhores pesquisas revolucionárias na cultura tentaram romper a identificação psicológica de espectador com o herói, a fim de estimular esse espectador a agir, instigando suas capacidades para mudar a própria vida. A situação é feita de modo a ser vivida por seus construtores. O papel de “público”, se não passivo pelo menos de mero figurante, deve ir diminuindo, enquanto aumenta o número dos que já não serão chamados atores, mas, num sentido novo do termo, vivenciadores (DEBORD, 2003, p. 57).

Para Jacques (2010), através das *corpografias urbanas*¹⁸ – decorrentes das *errâncias*, experiências ou práticas conflituosas e dissensuais da cidade –, descobre-se uma “outra cidade” escondida, ocultada, apagada ou tornada opaca pelas estratégias de *marketing* urbano, que coexiste por trás dos cartões postais das cidades espetaculares contemporâneas e sobrevive no corpo daqueles que a experimentam. Em “*Elogio aos errantes*” (2012), a autora explica que:

A experiência errática pode ser vista como possibilidade de experiência da alteridade na cidade. A experiência errática seria uma experiência da diferença, do Outro, dos *vários outros*, o que a aproxima de algumas práticas etnográficas e posturas antropológicas. O errante, em suas errâncias pela cidade, se confronta com os vários outros urbanos (JACQUES, 2012, p. 22, grifo nosso).

Assim como os jogos psicogeográficos e as derivas – exercícios de experimentação no meio urbano praticados pelos situacionistas – a *experiência artística* também poderia ser considerada questionadora dos consensos estabelecidos ou ainda como fomentadora de outras formas de dissenso, conforme indica a terceira pista proposta pela autora para a apreensão da possibilidade de micro-resistência nas cidades. Trata-se de perceber a:

[...] arte como uma forma de ação dissensual que possibilitaria a explicação dos conflitos escondidos, do campo de forças que está por trás da cidade-logotipo-imagem espetacular. Uma ação artística enquanto micro-resistência, experiência sensível questionadora de consensos estabelecidos e, sobretudo, potência explicitadora de tensões do e no espaço público, em particular diante da atual pacificação, despolitização e estetização consensual dos espaços públicos globalizados (JACQUES, 2010, p. 116).

Buscando ampliar nosso horizonte, podemos sugerir que práticas culturais diversas podem significar experiências questionadoras dos consensos. E não é por acaso, portanto, que em contexto de governos autoritários o setor da Cultura é um dos primeiros a ser atacado, sob a forma de censuras ou capturas pelos interesses hegemônicos de mercantilização.

Ao entender a “cultura popular” como expressão dos dominados, Chauí (2014) ressalta a impossibilidade de mantermos tanto uma perspectiva romântica, quanto ilustrada, uma vez que a perspectiva romântica supõe a autonomia da cultura popular,

¹⁸ O termo *corpografia*, para designar um tipo de registro da cidade no corpo de seus habitantes, foi inicialmente sugerido pelo arquiteto urbanista Alain Guez, a partir da leitura do artigo “Éloge des errants! art d’habiter la ville” apresentado por Paola Berenstein Jacques no Colóquio Cerisy-la-Salle em setembro de 2006, publicado em: BIASE, Alessia; BONNIN Philippe. *L’habiter dans as poétique première – actes Du colloque de Cerisy-la-salle*. Paris: Éditions Donner Lieu, 2008.

ou seja, a ideia de que para além da cultura ilustrada dominante, existiria uma outra cultura “autêntica”, sem contaminação e sem contato com a cultura oficial e suscetível de ser resgatada; enquanto a perspectiva ilustrada vê a cultura popular como resíduo morto, como museu e arquivo. Assim, em sua abordagem, a autora considera as correlações de forças e “as diferenças culturais postas pelo movimento histórico-social de uma sociedade de classes” (CHAUÍ, 2014, p. 27).

[...] não trataremos a cultura popular, no Brasil, pelo prisma de uma totalidade que se põe como antagônica à totalidade dominante, mas como um conjunto disperso de práticas, representações e formas de consciência que possuem lógica própria (o jogo interno do conformismo, do inconformismo e da resistência, distinguindo-se da cultura dominante exatamente por essa lógica de práticas, representações e formas de consciência (CHAUÍ, 2014, p. 28).

Sob esta lógica, a resistência é investigada pela autora não nas ações deliberadamente resistentes, mas nas práticas difusas – como na irreverência do humor anônimo que percorre as ruas, nos ditos populares, nos grafites espalhados pelos muros das cidades – quanto nas ações coletivas.

Para John Holloway (2010) a transformação social é principalmente o resultado das transformações quase invisíveis das atividades cotidianas de milhões de pessoas e, neste sentido, o autor sugere “fissurar o capitalismo”, isto é, “quebrá-lo de várias maneiras e tentar expandir e multiplicar as fissuras e promover suas confluências” (HOLLOWAY, 2010, p. 11, tradução livre). O autor, traz a luta do Movimento Zapatista, do México (figura 5), com o lema “perguntando caminhamos”, para defender a quebra do sistema e coesão social que nos segura e nos obriga a atuar de certas formas e, assim, defender a luta por uma política da dignidade, já que a “repressão violenta de fissuras não-violentas, em nome da propriedade, lei ou ordem é recorrente em toda parte do mundo” (HOLLOWAY, 2010, p. 54, tradução livre).

Figura 5: Território Autônomo Zapatista, Oventik, México



Fonte: Autora (jan. 2017).

Trazendo a discussão para o campo do planejamento e da gestão das cidades, cabe, além da crítica aos modelos hegemônicos dos projetos de renovação urbana, estudarmos as possibilidades de desvios e resistências, no campo teórico e prático.

Ao criticar o modelo de planejamento urbano modernista, que “*desincorpora o presente*”, Holston (1996) defende as “*cidadanias insurgentes*” e um planejamento baseado em uma “*possibilidade etnográfica*”, ou seja, que busquem situações de envolvimento na prática sobre a natureza problemática do pertencer à sociedade e que corporifiquem tais problemas como narrativas sobre a cidade.

[...] de um lado, o projeto de futuros dirigidos pelo estado, que podem ser transformativos, mas resultam sempre em uma política específica; e, do outro, o projeto de comprometer planejadores com as formas insurgentes do social, que muitas vezes derivam do primeiro e o transformam, mas que de importantes maneiras estão fora do estado e são heterogêneas. Essas formas são encontradas tanto nas manifestações organizadas de base quanto em *práticas cotidianas que, de diferentes maneiras, legitimam, parodiam, desordenam ou subvertem as agendas do estado* (HOLSTON, 1996, p. 249, grifo nosso).

Em outra obra em que se aprofunda no tema, Holston (2013) associa a ideia de cidadania insurgente às oportunidades para novas mudanças não baseadas em imposições utópicas, e sim fundadas num presente etnográfico desfamiliarizado e desarrumado, no qual projetos de democracia social, de justiça e de igualdade possam florescer.

Para a autora Faranak Miraftab (2009), em seu artigo “Insurgent Planning: situating radical planning in the global South”, para além dos espaços convidados (ou seja, aqueles oficiais e institucionalizados), existem os “espaços inventados”, ou seja, ações coletivas que partem da população subalternizada e confrontam diretamente as autoridades e desafiam o *status quo*. A relação entre os dois tipos de espaços não é dicotômica, mas interacional e mútua. O *planejamento insurgente* é caracterizado como *contra-hegemônico* (pois desestabiliza a ordem normal das coisas), *transgressor* (pois transpassa o tempo e o espaço, colocando memória e consciência histórica no centro das atenções) e *imaginativo* (na medida em que promove um novo conceito de mundo possível e necessário e defende uma sociedade justa) e, neste sentido, subentende ações coletivas para a transformação da realidade urbana, buscando a justiça social nas cidades (MIRAFTAB, 2009).

O *planejamento radical* (FRIEDMANN, 1991) aproxima-se ao conceito de planejamento insurgente, uma vez que desafia as estruturas existentes de dominação

e dependência. Friedmann (2003) explora no texto “Toward a Non-Euclidian Mode of Planning”, como deve ser pensado o planejamento em contraposição ao que ele denomina de planejamento “euclidiano”, ou seja, mais relacionado ao modelo da engenharia cientificista. Com relação ao tempo, por exemplo, ele levanta a necessidade de o planejamento ser no tempo real, do *cotidiano*, e não no tempo futuro. Sobre a dimensão espacial, defende a valorização do *regional e do local* em detrimento da escala nacional e transnacional. São três razões pelas quais o autor defende privilegiar o regional e o local: 1) a necessidade de atentarmos para a variedade existente nas escalas regionais e locais e valorizarmos essas especificidades; 2) a presença da sociedade civil organizada nas decisões públicas; e 3) as regiões e localidades serem o espaço do dia a dia das pessoas. Friedman (2003) defende esse novo planejamento “não-euclidiano” com cinco características básicas: *normativo; inovativo; político; transacional*; e, baseado no ensinamento social, ou seja, no *senso comum*.

Devemos ressaltar a importância de abordarmos o planejamento territorial sob o viés resistente, insurgente ou radical de forma atrelada ao contexto social brasileiro, enquanto país do Sul, com realidades distintas no que se refere às desigualdades e lutas sociais e onde as relações de dominação produzem vítimas (DUSSEL, 2000), em comparação aos países do Norte global.

Ao fundamentar a importância em ler as experiências de planejamento autônomo nas lutas sociais em andamento nas cidades brasileiras, Tanaka (2017) sugere um *planejamento conflitual*, no qual as práticas se realizam em contexto de conflitos sociais urbanos e abrem espaço de política e de criação social. É o caso da experiência de planejamento conflitual na construção do Plano Popular da Vila Autódromo, apresentado pela autora no contexto das remoções compulsórias que acompanharam a preparação do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2016 e que impulsionou processos de resistência urbana. Essas experiências de planejamento, muitas vezes, desafiam os modelos dominantes, principalmente voltados para os interesses do mercado, e denunciam o não cumprimento da função social do solo urbano nas cidades. Os planos, normalmente construídos coletivamente pelos moradores e movimentos sociais com auxílio técnico, transformam-se em ferramentas de luta pelo direito à cidade.

Assim, em contraste aos consensos forjados no âmbito do planejamento estratégico, entendemos como fundamental reconhecer os conflitos e dissensos nas reflexões e na construção de ações contra-hegemônicas. Defendemos que as questões relacionadas ao jogo de forças devem ser levantadas a partir de uma abordagem etnográfica nos territórios, da práxis, experiências concretas e em disputa no cotidiano.

É no sentido de descortinar na cidade tombada de Mariana, os territórios tomados – dialeticamente, pelos interesses dominantes e pelas vivências e re-existências –, que pretendemos aprofundar nosso debate sobre outras ideias de cidades inclusivas e justas socialmente.

2. MARIANA UMA CIDADE “HISTÓRICA” CONTEMPORÂNEA

Muita coisa que aconteceu aqui eu já me esqueci né, principalmente depois desse acontecido, porque eu tive problema de saúde. Eu tinha toda a documentação daqui de Bento, desde a descoberta. Então de vez em quando eu dava uma lida né? Mas depois do acontecido a documentação foi toda embora. Aí acabou. Mas o que já tava gravado na memória, essa não foge né? (F. S., de Bento Rodrigues, informação oral)¹⁹

Aos 86 anos de idade, o morador de Bento Rodrigues autor do relato acima, lamenta a perda dos documentos sobre a origem de Bento Rodrigues, guardados cuidadosamente em sua casa, mas destruídos pelos rejeitos de minério vazados do rompimento da barragem do Fundão. O depoimento foi colhido em 22 de setembro de 2019, no dia da celebração à Nossa Senhora das Mercês no território atingido de Bento Rodrigues. Terminada a missa e a procissão, enquanto caminhava da Capela das Mercês à quadra onde os moradores se reuniam para jantar, o morador segurava o crucifixo que foi encontrado em meio aos rejeitos e entregou a ele pelo padre, para que cuidasse e trouxesse nas festividades de Bento. “É guardado no meu quarto de dormir”, ele explicou, mostrando alguns vestígios dos rejeitos que ainda davam prova do acontecido. A passos lentos, ele prosseguiu contando que:

[...] o pessoal invadia os terrenos da Igreja aqui e eu não deixava. Quando começava a cercar eu embargava as pessoas e comunicava na Cúria [...], isso desde a década de 60, 62 mais ou menos. [...] o pároco daqui, quando eu era criança, sempre me incentivava muito (F. S., de Bento Rodrigues, informação oral).

Mais do que o papel da Igreja na formação do território, a fala acima demonstra que a preservação do território era (e é) cotidianamente assumida pelos moradores. Em uma reunião do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Mariana (COMPAT) no início de 2016, pouco depois do desastre-crime, o mesmo morador havia sido convidado para compartilhar suas memórias sobre o subdistrito, já que desde os 13 anos de idade era zelador da Capela de São Bento. Os dois senhores presentes, de Bento Rodrigues e de Paracatu de Baixo, ressignificaram a ideia de patrimônio cultural ainda rígida, especialmente, nas instâncias institucionais²⁰. Narrativa sobre Bento Rodrigues também foi matéria na primeira Edição do Jornal A Sirene (figura 6).

¹⁹ A entrevista com F.S., de Bento Rodrigues, foi realizada em 22 de setembro de 2019, no território atingido de Bento Rodrigues, na ocasião da festa de Nossa Senhora das Mercês.

²⁰ Em 07/04/2016, o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Mariana (COMPAT) deliberou pelo tombamento da Capela de Nossa Senhora das Mercês (não destruída pelos rejeitos, por se situar em

Figura 6: Narrativa de um morador sobre as origens de Bento Rodrigues [“colagem” Jornal A Sirene]

Seu Filomeno me contou

POR ELIAS SOUZA E FILOMENO DA SILVA
COM APOIO DE CLÁUDIA PESSOA, MARÍLIA MESQUITA

Um dia, Seu Filomeno contou a história do Bento para o Elias.
Elias procurou no livro e viu que estava do mesmo jeito.
Então, Elias escreveu...

Bandeirantes em Mariana e Ouro Preto que não estavam satisfeitos com seu líder, procuraram ir para outros locais. Desceram a Serra de Antônio Pereira, seguiram o rio Gualaxo até o entroncamento com o rio Gregário (no Tico Tico). Lá tiravam em torno de 250 a 300 oitavas de ouro e assim subiram mais acima no leito do rio onde formou o acampamento formado pelo líder Bento Rodrigues .

Em 1697, nasceu o povoado formado pela imigração dos senhores donos de escravos, montando suas fazendas e marcando seus territórios.

Um casal de fazendeiros chegou no Morro do Fraga, ali onde hoje se chama “Mina de Fábrica Nova”. Seus escravos começaram a fazer retirada de ouro, em quantidade até maior que a encontrada pelo bandeirante Bento.

Os donos da fazenda, Seu Georvazio e Dona Olinda, não tiveram filhos e doaram seus terrenos para a Diocese de Mariana.

A primeira capela foi construída em 1718, parecia com a igreja de Camargos, tendo suas estruturas maiores. Por forças da natureza, teve sua estrutura demolida em 1853 , então os habitantes constituíram a segunda capela dedicada a Nossa Senhora das Mercês em local diferente, no terreno cedido pelo antigo casal à Diocese de Mariana.

A nova capela foi reconstruída com as madeiras da parte superior da fazenda onde depois foi bar da Sandra e com restos de madeiras que sobraram da igreja anterior.

Em 1916 este terreno da Fazenda foi cedido a um garimpeiro cujo o nome ninguém sabe. Ele cedeu a Carlos Pinto (engenheiro e professor da Escola de Minas de Ouro Preto) que demarcou o terreno por inteiro como se fosse sua propriedade. Explorava as minas até encontrar o veio mais rico, pois era de seu interesse só descobrir as riquezas ali existentes.



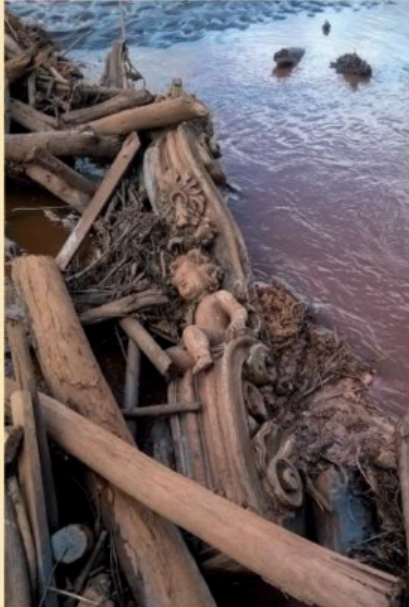
Não só o ouro e a bauxita, mas também a platina encontrada, em 1907, pelo Carlos Pinto, num riacho chamado Moysés, (ouro fino), deu fama ao Bento. Esta descoberta foi até noticiada na edição do jornal Minas Gerais.

Bento Rodrigues teve até uma banda que se apresentava em toda data comemorativa, em nossas festas todas e também nas da igreja e de santos.

Quando o prefeito de Mariana era Jadir Macedo, chegou luz elétrica a Bento Rodrigues. Depois veio o telefone.

A extração do metal precioso em ouro fino, bauxita no Morro do Fraga, de cristal nas mediações e a plantação de eucaliptos deram trabalho ao povo do Bento.

Então, a história do Bento é essa. Começou há 318 anos.
Nem tinha barragem...



A SIRENE 7

Fonte: Jornal A Sirene, Ed. 0, fev. 2016. Disponível em: <http://jornalasurene.com.br/edicoes>. Acesso em: 20 out. 2019.

área mais alta do subdistrito de Bento Rodrigues); e, depois de audiência pública, realizada em 19/04/2016, o COMPAT deliberou pelo tombamento provisório de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, conforme Deliberação 002/2016, de 28/04/2016. Disponível em: <https://www.compat.info/atos-normativos-deliberacoes-resolu>. Acesso em: 23 out. 2019.

Retomando a sociologia das ausências e das emergências proposto por Santos (2002), que ressalta a importância em estender o presente e encurtar o futuro, propomos a primeira aproximação com nosso estudo de caso, o município de Mariana, a partir da leitura sobre dois momentos-chaves da sua formação urbana que atravessam fortemente questões latentes do presente.

Já não podemos depender de um fio narrativo que se desdobre sequencialmente, de uma história em eterna acumulação que marche diretamente em frente, na trama e no desenlace, pois há coisas demais acontecendo contra o contexto temporal, coisas demais atravessando continuamente o fio narrativo em direção lateral (SOJA, 1993, p. 32).

Assim, dominação e apropriação aparecem, neste segundo capítulo, relacionadas ao município de Mariana. Uma cidade que é tombada, ainda em 1938, momento em que o processo de patrimonialização tem origem no Brasil num contexto de formação da identidade nacional do governo de Getúlio Vargas. É uma cidade que é tomada pela mineração a partir da década de 1970, com a instalação das grandes empresas, configurando um quadro que anuncia o desastre-crime de 5 de novembro de 2015: o rompimento da barragem de Fundão.

2.1. CIDADE TOMBADA: A PATRIMONIALIZAÇÃO DA INDIFERENÇA?

Toda cidade, sociedade tensa com suas crises, seus cortes, seus pânicos, seus cálculos necessários, tem que ser recolocada no complexo dos campos próximos que a rodeiam (BRAUDEL, 1978, p. 58).

A história oficial das cidades em Minas Gerais, via de regra, enfatiza a chegada dos bandeirantes paulistas como “marco” inicial da ocupação, desconsiderando a população originária. Em Mariana, outros “marcos” são também destacados nessas narrativas, como a chegada do bispado e a elaboração do chamado Plano Alpoim quando da elevação da Vila do Carmo à categoria de cidade em 1745, enquanto pouco se diz sobre a formação e histórias (no plural) dos muitos sujeitos que viveram e construíram os diversos territórios que integram o atual município, incluindo os distritos, subdistritos e localidades rurais. Podemos dizer que as narrativas oficiais refletem uma indiferença, privilegiando alguns atores e acontecimentos em detrimento de outros.²¹

²¹ Ao mesmo tempo, existem arquivos históricos em Mariana com um relevante acervo documental que compreende os séculos XVIII e XIX (documentos de cartórios, câmara municipal, eclesiásticos, etc.), pouco consultado e cuja preservação e acesso público devem ser incentivados, buscando as

A história da colonização nessa região, onde antes habitavam povos indígenas, tem início no fim do século XVII e início do século XVIII, motivada pela exploração do ouro, principalmente encontrado no curso d'água que seria chamado de ribeirão do Carmo (atual rio do Carmo), e também decorrente das práticas de agricultura, pecuária e manufatura. Sobre a concessão das terras, durante o século XVIII, era praticado o sistema de sesmarias, ou seja, a terra era concedida em troca do pagamento do dízimo (a décima parte da produção), não à Coroa, mas à corporação detentora das terras e sua concedente, a Ordem de Cristo (MARX, 1991), o que mostra um papel preponderante da Igreja Católica desde os primórdios das dinâmicas territorial e da formação da “rede urbana das Minas coloniais” (MORAES, 2006) e, portanto, também de Mariana.

Se o que distinguiu e conferiu um caráter especial ao processo de urbanização em Minas foi, por um lado, o seu impacto na estrutura econômica e territorial da colônia, com o deslocamento do eixo econômico-administrativo para o centro-sul e o desenvolvimento de articulações com regiões distantes, integrando mercados, ampliando fronteiras e fortalecendo a unidade territorial interna; por outro lado, no interior da capitania, as peculiaridades dessa urbanização revelavam-se nas formas como a população ocupou um território de vasta extensão, distribuindo-se em aglomerações de características diversas, articuladas segundo uma estrutura hierárquica dinâmica e complexa (MORAES, 2006, p. 38).

Para além do antigo Arraial do Carmo (atual sede de Mariana), outras aglomerações também surgiram na passagem do século XVII para o século XVIII, como é o caso de Bento Rodrigues e Camargos (distritos que recebem atenção especial nesta pesquisa, por terem sido atingidos pelo rompimento da barragem do Fundão). Estes e outros povoados foram sendo incorporados ao denominado Termo de Mariana, que, até o século XIX, manteve uma extensa área de abrangência.

Com o rápido crescimento advindo da exploração aurífera, em 1711, o Arraial do Carmo é promovido à Vila do Carmo, capital da Capitania das Minas até 1720. E, em 1745, com a decisão de ali se instalar a primeira diocese do interior do Brasil, a

escritas e reescritas das várias histórias que cabem nessa cidade. Ainda que prevaleçam documentos relacionados aos grupos mais abastados da época, existe um acervo ainda pouco explorado (com demanda em investimentos para conservação) que contam histórias relacionadas aos povos escravizados e negros libertos, por exemplo. Indicamos a leitura dos volumes do *Termo de Mariana: história e documentação*, organizados pelo Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), que trazem artigos resultantes de pesquisas, tendo como fonte principal os acervos de documentação histórica abrigados no município.

vila foi elevada à categoria de cidade²², recebendo o nome de Mariana em homenagem à esposa do rei Dom João V, Maria Anna d'Áustria. Foi a primeira e única cidade da capitania durante o século XVIII e, ao receber a sede do primeiro bispado das Minas, assumiu a posição de principal centro religioso, condição esta que é efetivada por um grande número de obras civis e religiosas. Ao mesmo tempo, em outras localidades, a exploração aurífera não foi tão expoente, como no caso de Bento Rodrigues e Camargos, onde a produção representava cerca de 2% do total da região, entre 1721 e 1733 (LIMA, 2017).

Por outro lado, a produção dos gêneros alimentícios era também fundamental para a manutenção da população local. Conforme Carrara (2004), nos roçados marianenses prevaleciam o cultivo do milho e do feijão, seguido pela cana de açúcar, mandioca, amendoim e arroz. O declínio do ouro na passagem do século XVIII para o século XIX também contribuiu para acentuar as atividades de agricultura e pecuária.

A crise da mineração só teria feito acentuar uma tendência, indissociável da formação econômica mineira desde a sua instalação [...] a da concomitância entre atividades extrativas e agropastoris e, ainda, fato correlacionado ao anterior, que tal diversificação gerou possibilidades de acumulação endógenas, fundamentais para o período posterior à crise da mineração (GONÇALVES, 1998, p. 18-19).

Procurando enfrentar tal crise, em 1817, a Coroa Portuguesa autorizou a instalação de companhias estrangeiras para atuar na mineração em Mariana, destacando-se a produção da companhia inglesa “The Ouro Preto Gold Mines of Brazil Ltd.”, que explorou a mina situada no atual distrito de Passagem. O decréscimo populacional de 2.950 habitantes, em 1837, para 2.266, em 1862, não é identificado por Fonseca (1995), necessariamente, como um sinal de “estagnação” econômica pelo declínio da produção nas jazidas de ouro, podendo ter relação com epidemias, como a varíola, conforme registram fontes primárias pesquisadas por Vasconcellos (1938), mas também com o deslocamento populacional para a nova capital mineira

²² Para se afastar das enchentes do Ribeirão do Carmo, que já haviam causado destruições em extensa área, o rei D. João V encomendou uma proposta de traçado urbano ortogonal, que ficou conhecido como *Plano Alpoim*, por ser atribuído ao engenheiro José Fernandes Pinto de Alpoim. O projeto se restringiu ao alinhamento das vias longitudinais já existentes ao sul (rua da Olaria, rua dos Cortes e rua Nova) e dos córregos que seguiam paralelamente nas duas extremidades (córregos do e Catete do Seminário – à época “do Secretário”) e à criação de vias transversais com declividades bastante acentuadas formando ângulos quase retos com as primeiras. Uma malha ortogonal que nasceu maneirista, mas foi reorganizada, preenchida e utilizada de uma forma tipicamente barroca (FONSECA, 1995).

(Belo Horizonte), em 1987, com projeto elaborado pelo engenheiro Aarão Reis. A promulgação da Lei de Terras, em 1850, fundamentou uma grande alteração relacionada à posse da terra, que não se daria mais pela concessão do Estado, mas pela compra e venda, o que significou a concentração das propriedades de terra nas mãos daqueles que tinham recursos num país escravocrata. No caso particular de Mariana, para além das consequências que se apresentavam também nas diversas cidades brasileiras – o início das ocupações informais em situação de risco e precariedade –, significou uma ruptura no “casamento” entre o Estado e a Igreja, reforçada com a proclamação da República, em 1989 (MARX, 1991).

Ainda assim, Mariana manteve-se como principal centro religioso, sendo criada a Arquidiocese em 1906. A expoente exploração na mina da Passagem trouxe a Estrada de Ferro Central do Brasil, ligando Ouro Preto à Mariana (1914), e a energia elétrica (1918). E, já no final da década de 1930, foi instalada a fábrica de tecidos São José, contudo não resultando em um aumento populacional significativo, se mantendo estável: de 5.851 habitantes, em 1920, para 6.596, em 1940. As figuras 7 a 9 buscam mostrar aspectos urbanos de Mariana no início do século XIX e XX.

Figura 7: Mariana (sede) em 1817, aquarela de Thomas Ender



Fonte: <https://www.compat.info/tombamentos-de-mariana>. Acesso em: outubro/2019.

Figura 8: Imagens de Mariana (sede) no início do século XX



Fonte: Acervo fotográfico do Arquivo Histórico da Casa Setecentista (AHCS), Mariana/MG.

Figura 9: Mapa de Mariana em 1938



Fonte: Acervo fotográfico do Arquivo Histórico da Casa Setecentista (AHCS), Mariana/MG.

Conforme Cláudia Fonseca (1995), a estabilidade populacional em Mariana possivelmente contribuiu para o “congelamento” da paisagem urbana da sede. E foi esse “congelamento” da paisagem urbana – em Mariana e outras cidades mineiras – que chamou a atenção de intelectuais e artistas modernistas durante as décadas de 1920 e 1930. Em suas viagens para o interior do estado, encontraram conjuntos urbanos relativamente íntegros com predomínio da arquitetura barroca do período setecentista e a conservação de elementos determinantes na ocupação inicial como os rios, os morros e os primeiros caminhos (CHUVA, 2009). O movimento modernista buscou o “popular”, o “tradicional” e o “histórico” para a construção de uma identidade nacional, buscando desprezar o europeísmo, mas ao mesmo tempo valorizando o período colonial. De um modo próprio e peculiar, houve a associação entre as noções de modernidade e tradição nos primeiros discursos e práticas nacionalistas de proteção ao patrimônio no Brasil (CHUVA, 2017).

Em “O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação do Brasil”, a pesquisadora Maria Cecília Londres Fonseca (2017) destaca dois aspectos sobre a relação entre o modernismo e o patrimônio: “o sentido de ruptura específico desse movimento no Brasil e a presença de Minas Gerais como tema e dos mineiros como personagens” (FONSECA, 2017, p. 90).

O rompimento da política do café-com-leite e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, manteve Minas no centro das atenções e, especialmente, a cidade de Ouro Preto (*lócus* da Inconfidência Mineira), elevada à categoria de Monumento Nacional em 1933, através do decreto nº 22.928, primeira medida do Estado para a proteção do patrimônio brasileiro. O entrelaçamento das ações de proteção ao patrimônio histórico e artístico à formação de uma identidade nacional estava em simetria com a política populista que marcou o primeiro momento do governo de Vargas.

Geralmente, o primeiro governo de Getúlio Vargas [...] é dividido em três momentos distintos: o governo provisório (1930-1934); o período constitucional (1934-1937); a ditadura do Estado Novo (1937-1945). [...] Em 1930, Getúlio Vargas criou o Ministério da Educação e Saúde (MES) chefiado por Francisco Campos até 1934 quando foi substituído por Gustavo Capanema, que permaneceu à frente do órgão até 1945. [...] A gestão Capanema foi marcada por um processo de construção institucional do campo da cultura (CALABARE, 2009, p. 16).

Convidado pelo então ministro Gustavo Capanema, Mário de Andrade elaborou o anteprojeto de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)²³. Conforme o documento entregue²⁴, o órgão seria responsável por determinar e organizar o tombamento, sugerir a conservação e defesa, determinar a conservação e restauração, sugerir aquisição e fazer os serviços de publicidade necessários para a propagação e conhecimento do patrimônio artístico nacional. As obras de arte patrimoniais eram divididas, nesse documento, em oito categorias: 1) arqueológica; 2) ameríndia; 3) popular; 4) histórica; 5) erudita nacional; 6) erudita estrangeira; 7) aplicada nacional; e 8) aplicada estrangeira – e deveriam ser registradas em quatro Livros de Tombo – arqueológico e etnográfico (1, 2 e 3); histórico (4); belas artes (5 e 6); e, por fim, das artes aplicadas (7 e 8). Para cada Livro de Tombo, haveria um museu nacional onde seriam expostas as obras de arte correspondentes. Importante destacarmos que, nesse anteprojeto escrito por Mário de Andrade, estavam compreendidas as obras populares, para além de objetos (cerâmicas, indumentária, etc.) e monumentos (arquitetura popular, cruzeiros, capelas, etc.), também paisagens (como vilarejos lacustres da Amazônia ou morros do Rio de Janeiro) e folclore (música, cantos, lendas, culinária, superstições, etc.), sendo considerado bastante abrangente para a época e o contexto de criação (CALABARE, 2009).

Entretanto, para além da extensão do projeto, dois fatores foram decisivos para a não implementação do projeto de Mário de Andrade, conforme destaca Fonseca (2017): o fator jurídico, uma vez que seria inviável criar um instrumento legal aplicável para a proteção de bens materiais e imateriais; e o fator político, pois a pluralidade da cultura brasileira expressa no documento ia de encontro ao projeto oficial de unidade nacional do governo getulista.

²³ Em 1946, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) passou a se chamar Departamento (Dphan). Em 1970, transformou-se em Instituto (Iphan), e, em 1979, com a reforma institucional do MEC, foi criada a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), que, por sua vez, transformou-se em subsecretaria em 1981 com a criação da Secretaria de Cultura. Com a criação do Ministério da Cultura no Governo de José Sarney, em 1985, voltou a ser secretaria, sendo extinta por decreto do Governo Fernando Collor em 1990. Foi então criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) que, em 1994, voltou a se chamar Iphan. Em maio de 2016, sob o Governo de Michel Temer, o Ministério da Cultura extinguiu-se, mas sob atos de protesto em menos de um mês o Ministério foi reestabelecido. Em 2019, o Ministério da Cultura extinguiu-se novamente sob o Governo de Jair Bolsonaro. Atualmente, o Iphan está vinculado à Secretaria de Cultura do Ministério da Cidadania.

²⁴ O documento pode ser consultado no CPDOC/FGV – Arquivo Gustavo Capanema (Ref. 36.03.24/2) e na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2002, n. 30.

E, então, através da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, e do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, foi criado e organizado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), sob direção de Rodrigo de Melo Franco de Andrade.

Na definição daquilo que integra o patrimônio nacional, conforme descrito no art. 1º do Decreto-lei nº 25 de 1937:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens *móveis e imóveis* existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a *atos memoráveis da história do Brasil*, quer por seu *excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico* (BRASIL, 1937, grifo nosso).

Importante notarmos que, à época, apesar de se utilizar o termo “patrimônio histórico e artístico”, considerou-se apenas bens materiais móveis e imóveis, cuja conservação era motivada pela vinculação com “atos memoráveis da história do Brasil” e/ou pelo “excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. Assim, a atribuição de valor àqueles bens considerados símbolos da identidade nacional no contexto político seria determinante para a sua conservação e preservação, com dois focos principais: o *valor artístico* e/ou o *valor histórico*.

Como na definição do anteprojeto escrito por Mário de Andrade, mantiveram-se no Decreto-lei os quatro Livros de Tombo, para inscrição dos bens tombados: Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Histórico; das Belas Artes; e das Artes Aplicadas.

O Decreto-lei nº 25/1937 foi a primeira norma jurídica que dispôs, objetivamente, acerca da limitação administrativa ao direito de propriedade (RABELLO, 2009), atrelando o tombamento à ideia da *função social* já lançada na Constituição de 1934 (BRASIL, 1934) e que apontava a preservação de bens enquanto interesse público da nação. Ao mesmo tempo, garantiu ao proprietário tanto o uso quanto a posse do bem material, não sendo necessária sua desapropriação, o que demandaria significativos recursos financeiros do Estado. Dois artigos do referido Decreto-lei destacam-se com relação ao tombamento:

Art. 17. As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum, ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.

[...]

Art. 18. Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto (BRASIL, 1937).

A partir da análise da listagem de bens tombados no período de 1938 e 1946, Chuva (2017) aponta, primeiramente, para uma concentração de tombamentos de bens arquitetônicos, representando 93,76%, situados, principalmente, em quatro estados: Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Minas Gerais. Segundo a autora, através dessa prática seletiva, o Sphan investiu no projeto de construção da nação, consagrando e autenticando uma história pela materialidade de um patrimônio histórico e artístico nacional apresentado. O processo histórico de Minas Gerais foi considerado a expressão-síntese da origem da nacionalidade, concretizada com o tombamento das cidades mineiras e “a chamada ‘arquitetura tradicional’, então selecionada como representativa das origens da nação, reafirmava permanentemente as raízes portuguesas, especialmente expressivas nas construções religiosas, como fundadoras da nacionalidade” (CHUVA, 2017, p. 212).

Dentro desse contexto, o tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Mariana pelo SPHAN deu-se em 14 de maio de 1938, conforme o processo 0069-T-38, inscrição nº 062 no Livro de Belas Artes. Juntamente com as demais cidades mineiras, seu conjunto está entre os primeiros processos de tombamento na fase inicial do órgão federal criado em 1937. A pesquisadora Márcia Sant’Anna (2017) identifica que o tombamento, em 1938, das seis cidades mineiras – Ouro Preto, Mariana, São João Del Rei, Tiradentes, Diamantina e Serro – foi uma ação sem precedentes no mundo e “assinalava o momento de construção da brasilidade [...]destinado a propiciar aos cidadãos brasileiros o entendimento da formação da sua própria cultura, arte e história” (SANT’ANNA, 2017, p. 140). Foram denominadas como “cidades-monumento” e, nesse sentido, seus conjuntos arquitetônicos e urbanísticos foram inscritos no Livro de Tombo de Belas Artes²⁵. A maior parte dos objetos tombados, nessa fase inicial, foi inscrita no Livro de Tombo de Belas Artes, ou seja, associada à ideia de monumentalidade com “excepcional valor artístico”. No período entre 1938 e 1946, somam-se 358 inscrições no Livro de Tombo de Belas Artes ou no

²⁵ O conjunto urbano de Congonhas foi tombado apenas em 1941 e inscrito no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Livro de Tombo de Belas Artes e Histórico, o que representava 85,8% do total de bens tombados. Termos como “genuíno”, “autêntico” e “excepcional” marcaram tais processos de tombamento.

Se o objeto arquitetônico foi privilegiado de uma forma geral, imóveis localizados em áreas urbanas e centrais foram consideradas obras de arte. Essas áreas foram primordiais na economia portuguesa escravista colonial e suas histórias em bases sólidas – de pedra e cal –, riqueza material e técnica que qualificavam o patrimônio (CHUVA, 2017, p. 220).

Conforme o quadro 03, destaca-se um volume significativo de tombamentos federais de templos religiosos católicos representativos da arquitetura barroca do período colonial, no estado de Minas Gerais, incluindo também exemplares da arquitetura civil, equipamentos públicos (chafarizes e pontes) e bens móveis (fontes, oratórios, imagens sacras) originários do século XVIII.

Quadro 03: Número de bens tombados à nível federal por tipologia em Minas Gerais (Ouro Preto, Mariana, São João Del Rei, Tiradentes, Diamantina, Serro e Congonhas)

MUNICÍPIO	BENS TOMBADOS EM MINAS GERAIS NA FASE INICIAL DO ÓRGÃO FEDERAL (1930-1967)					
	CONJUNTOS URBANOS	EQUIPAMENTOS PÚBLICOS (CHAFARIZES/PONTES)	ARQUITETURA CIVIL	TEMPLOS RELIGIOSOS CATÓLICOS	BENS MÓVEIS	TOTAL
Ouro Preto	1	12	5	27	2	47
Mariana	1	0	5	15	1	22
São João Del Rei	1	0	1	4	0	6
Tiradentes	1	1	2	7	0	11
Diamantina	1	0	6	7	0	14
Serro	1	0	1	3	0	5
Congonhas	1	0	0	2	1	4
Minas Gerais	7	13	20	65	4	109

Fonte: Autora, com base nos dados dos Arquivos Noronha Santos.²⁶

Especificamente no caso de Mariana, no mesmo período que se tombou o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico, situado em sua sede, foram empreendidas diversas ações de inventário e tombamento isolado, com o enfoque no monumento arquitetônico. Incluíram-se alguns exemplares da arquitetura civil e, principalmente, templos religiosos, não apenas localizados na atual sede, mas também em alguns dos

²⁶ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/ans/>. Acesso em 14 out. 21019.

atuais distritos. Conforme o quadro 04 e figura 10 (relacionada ao quadro) é possível notar que quase a totalidade dos bens materiais de Mariana foram inscritos pelo Sphan no Livro de Tombo de Belas Artes e destacando-se os templos religiosos.

Quadro 04: Bens materiais tombados em nível federal em Mariana

	BENS TOMBADOS	LOCAL	DATA	PROCESSO
Conjunto Urbano	Conjunto Arquitetônico e Urbanístico (Figura 5-a)	Sede	14/05/1938	0069-T-38, Livro de Belas Artes, inscrição 062
Bem Imóvel (Arquitetura Religiosa)	Igreja de São Francisco de Assis (Figura 5-b)	Sede	08/07/1938	0072-T-38, Livro de Belas Artes, inscrição 163
	Igreja de Nossa Senhora das Mercês (Figura 5-c)	Sede	05/08/1938	0071-T-38, Livro de Belas Artes, inscrição 201
	Capela de Santana (Figura 5-d)	Sede	08/09/1939	0075-T-38, Livro de Belas Artes, inscrição 262
	Catedral de Nossa Senhora da Assunção (Figura 5-e)	Sede	08/09/1939	0075-T-38, Livro de Belas Artes, inscrição 263
	Capela de Nossa Senhora dos Anjos (Figura 5-f)	Sede	08/09/1939	0075-T-38, Livro de Belas Artes, inscrição 264
	Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (Figura 5-g)	Sede	08/09/1939	0075-T-38, Livro de Belas Artes, inscrição 265
	Igreja de Nossa Senhora do Carmo (Figura 5-h)	Sede	08/09/1939	0075-T-38, Livro de Belas Artes, inscrição 266
	Igreja M. de Nossa Senhora de Nazaré (Figura 5-i)	Santa Rita Durão	05/11/1945	0356-T, Livro de Belas Artes, inscrição 306
			05/11/1945	0356-T, Livro Histórico, inscrição 240
	Igreja de Nossa Senhora do Rosário (Figura 5-j)	Santa Rita Durão	05/11/1945	0357-T, Livro de Belas Artes, inscrição 307
			05/11/1945	0357-T, Livro Histórico, inscrição 241
	Seminário Menor e Capela Nossa Senhora da Boa Morte (Figura 5-k)	Sede	06/12/1949	0410-T-49, Livro de Belas Artes, inscrição 337
	Passo da Ponte da Areia (Figura 5-l)	Sede	06/12/1949	0410-T-49, Livro de Belas Artes, inscrição 338
	Passo da Ladeira do Rosário (Figura 5-m)	Sede	06/12/1949	0410-T-49, Livro de Belas Artes, inscrição 339
	Igreja M. de Bom Jesus do Monte (Figura 5-n)	Furquim	06/12/1949	0410-T-49, Livro de Belas Artes, inscrição 340
	Igreja M. de Nossa Senhora da Conceição (Figura 5-o)	Camargos	06/12/1949	0410-T-49, Livro de Belas Artes, inscrição 341
	Igreja M. de São Caetano (Figura 5-p)	Monsenhor Horta	25/05/1953	0340-T, Livro de Belas Artes, inscrição 411
Igreja de Nossa Senhora da Glória (Figura 5-q)	Passagem	21/05/1954	0502-T, Livro de Belas Artes, inscrição 415	
Bem Imóvel (Arquitetura Civil)	Casa Capitular (Figura 5-r)	Sede	06/12/1949	0410-T-49, Livro de Belas Artes, inscrição 336
	Casa de Câmara e Cadeia (Figura 5-s)	Sede	19/12/1949	0414-T, Livro de Belas Artes, inscrição 345
	Casa com rótulas (Figura 5-t)	Sede	02/12/1950	0438-T, Livro de Belas Artes, inscrição 389
	Casa do Barão de Pontal (Figura 5-u)	Sede	06/07/1962	0500-T-54, Livro Histórico, inscrição 344
Bem Móvel	Fonte da Samaritana	Sede	19/12/1949	0410-T-49, Livro de Belas Artes, inscrição 346

Fonte: Autora, com base nos dados dos Arquivos Noronha Santos.²⁷

²⁷ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/ans/>. Acesso em 14 out. 21019.

Figura 10: Bens materiais tombados em nível federal no município de Mariana



Fonte: Autora.

No caso dos tombamentos dos conjuntos urbanos representativos do período colonial, o discurso na década de 1930 fundava-se, principalmente, sob a aceleração do processo de urbanização no país e uma conseqüente possibilidade de perda dessas edificações remanescentes, o que José Reginaldo Gonçalves (2002) explica em seu livro “A retórica da perda”. De fato, é a partir da década de 1940 que ocorreu o processo de industrialização no país, acompanhado por um acelerado crescimento urbano. Contudo, essa urbanização só ocorreria nas cidades patrimonializadas mineiras, e particularmente em Mariana, algumas décadas depois. Conforme dados do “Plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana”, elaborado pela Fundação João Pinheiro (1974), houve uma queda populacional na sede de Mariana, passando de 6.596 habitantes, em 1940, para 4.387, em 1950. Apenas a partir do final da década de 1960, houve um incentivo para a instalação de grandes empresas de mineração na região do quadrilátero ferrífero do estado, onde está situado o município de Mariana, acarretando um acelerado processo de urbanização da sede, como será tratado mais adiante.

Assim, mesmo que tenham sido realizados tombamentos de bens nos distritos de Santa Rita Durão, Furquim, Camargos, Monsenhor Horta e Passagem (conforme mostra o quadro 03), é o tombamento do conjunto urbano na sede do município de Mariana que fez (e faz) ela ser chamada de “cidade tombada”. E esse tombamento é fator central na arena de imbricamento entre políticas urbanas e culturais no município nas últimas décadas.

Ainda hoje existem reflexos do processo de patrimonialização inicial, focado no monumento (na cidade-monumento ou no monumento isolado), tanto na atuação dos órgãos de preservação como no ideário construído em torno do patrimônio, especialmente, por ter sido uma das cidades objeto de tombamento na fase inicial do então Sphan, atual Iphan. Em curso atualmente, o PAC Cidades Históricas, programa implantado pelo Iphan que aloca recursos federais para a preservação do patrimônio cultural em sítios urbanos tombados – com repasses financeiros do Ministério do Planejamento, ao Iphan e em última instância às prefeituras municipais – contempla, no município de Mariana 15 ações de restauração/requalificação (21 imóveis, em sua maioria, igrejas). Assim, os templos religiosos, objetos de tombamentos isolados pelo Iphan nas cidades patrimonializadas de Minas Gerais, apesar da propriedade particular, concentram grande parte dos investimentos públicos em obras de

restauração atualmente, atrelados ao discurso do “excepcional valor artístico e histórico”, sem, necessariamente, um debate aprofundado sobre a ressignificação desses bens no cotidiano dos moradores das cidades, como no caso de Mariana.

As teorias contemporâneas no campo da preservação do patrimônio apontam limitações no enquadramento do patrimônio enquanto obras de arte, por exemplo, devido à complexidade em definir o que é obra de arte e porque muitos bens objetos de preservação dificilmente poderiam ser considerados obras de arte. Do mesmo modo, para admitir que o que caracteriza os objetos de preservação é seu caráter histórico, seria necessário entender por “história” não apenas a História da qual se ocupam os historiadores, senão também as milhares de *histórias* de cada pessoa, o que obrigaria a incluir a totalidade de objetos (VIÑAS, 2004). Cabe reconhecermos que os objetos e os lugares não são, por si mesmos, o que tem de importante como patrimônio cultural, sendo importantes os significados e usos que as pessoas atribuem a esses bens materiais e os valores que representam (AVRAMI *et al.*, 2000 *apud* VIÑAS, 2004).

A partir de meados da década de 1970, diferentes fatores contribuíram para mudanças nas políticas de preservação do patrimônio, a exemplo de alterações nas orientações de algumas disciplinas, como a história, que fundamentava a seleção dos bens a serem preservados; a difusão do ideário da democracia e afirmação de identidades coletivas em contraponto à ideia de identidade nacional, o que levou ao encontro com a antropologia; o fortalecimento de movimentos anticoloniais e antirracistas em diferentes países; e, no campo político, as redefinições sobre os direitos humanos e sobre a própria noção de Estado nacional (FONSECA, 2017). Dado o contexto político autoritário da ditadura militar no Brasil, que deflagrou uma crise política, econômica e social, as críticas também foram marcadas pelo “antitecnicismo”, “politização do cotidiano” e pelo “anti-intelectualismo” (PEREIRA, 1981 *apud* FONSECA, 2017).

O enfoque quase exclusivo na preservação da materialidade dos monumentos e sítios urbanos de “excepcional” valor artístico e/ou histórico passou a ser considerado uma postura elitista. O acervo em “pedra e cal”, principal objeto dos tombamentos na fase inicial da patrimonialização brasileira, abordado anteriormente, passou a ser vinculado ao poder das classes dominantes do passado (colonizador) e daquele momento presente.

O problema é que essa crítica, até que bastante procedente, pecava ao não distinguir os bens que haviam sido tombados – e que, como patrimônio, não referiam apenas os grupos dominantes – da leitura e do tratamento que o Iphan lhes havia dado, esses sim, frequentemente desvinculados dos valores de outros grupos sociais que não as elites intelectualizadas (FONSECA, 2017, p. 185).

A imaterialidade no campo patrimonial passou a receber atenção, principalmente a partir dos trabalhos do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC)²⁸, que introduziu a noção de “referência cultural” (centrada nos sujeitos e na sua atribuição de valor) em contraposição à ideia de “patrimônio histórico e artístico” (centrada no objeto). Importante notar como a noção de referência cultural – que foi incorporada ao texto da Constituição Federal de 1988 – aproxima-se das teorias contemporâneas da preservação do patrimônio, na medida em que está associada a critérios inerentes aos sujeitos, subjetivos e com *caráter simbólico* (VIÑAS, 2004). As referências culturais *significam* algo para um grupo ou para grupos sociais particulares.

Os anos de 1980 foram marcados pelas mobilizações sociais a favor da democracia e pelo debate em torno dos direitos civis (em particular trabalhistas), da questão fundiária, da ordem política e econômica, bem como do meio ambiente, das comunicações, da ciência e da tecnologia (FONSECA, 2017).

Os direitos humanos surgem junto a uma revalorização da democracia como construção, e não como algo dado e preexistente. Todos aqueles valores que eram óbvios, e que conformavam algo assim como um conjunto mínimo de normas éticas que se davam por aceitas e além das quais se dirigiam as lutas políticas e sociais, tiveram que tornar a ser reconstruídos, recolocados e revalorizados a partir da experiência de sua violação sistemática pelos governos ditatoriais (CALDERÓN; JELIN, 1987 *apud* FONSECA, 2017, p. 76).

Os tipos de bens passíveis de patrimonialização e as perspectivas sobre eles transformaram-se, como é o caso do tombamento do Terreiro da Casa Branca, Ilê Axé Iyá Nassô Oká, em Salvador-BA (1984); da Fábrica de Vinho de Caju, em João Pessoa-PB (1984); e dos Vestígios do Quilombo dos Palmares, em Alagoas-SE (1986), exemplos emblemáticos da utilização dos instrumentos disponíveis (como o

²⁸ Durante o governo Geisel, chamada “fase de abertura” do militarismo, mais especificamente em 1975, é criado o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) com o objetivo inicial de criar um banco de dados sobre a cultura brasileira, a partir de um trabalho etnográfico de dimensão cultural (FONSECA, 2017). O CNRC fundiu-se ao Iphan em 1979.

tombamento) nas lutas para a inclusão de representações de grupos de identidade diversificados na categoria de patrimônio cultural brasileiro, a partir dos movimentos sociais (CHUVA, 2017). Afinal, era preciso “levar em conta com o devido peso a questão da diversidade [...], discutir e levar em conta os costumes e valores dos grupos e segmentos sociais que ocupam posições subordinadas e hierarquicamente inferiores na sociedade” (VELHO, 1984, p. 38).

[...] o paradigma da excepcionalidade do patrimônio nacional que marcou a ação institucional passava a conviver com a compreensão do bem como peça do cotidiano, do mundo do trabalho, de religiosidades não dominantes, dos subalternos e das minorias e, nem por isso, menos significativo como referência de identidades e como fonte para a produção de conhecimento sobre a história do Brasil (CHUVA, 2017, p. 83).

A Constituição Federal promulgada em 1988, ao incorporar reivindicações resultantes das mobilizações sociais e particularmente a noção de referência cultural, significou um marco na ampliação conceitual do patrimônio, relacionado à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, não sendo mais responsabilidade única do Estado e incluindo os bens de natureza imaterial. Para Fonseca (2017), as modificações na conceituação e no gerenciamento do patrimônio como objeto de políticas públicas indicaram a importância na apropriação como tema político por parte da sociedade, que surgiu no texto da Constituição como parceira do Estado na promoção e na proteção da cultura. Ainda, a expressão “diversos grupos formadores da sociedade brasileira” consagrou a importância no reconhecimento da diversidade cultural do país.

Tais aspectos podem ser verificados nos dois principais artigos constitucionais referentes às políticas patrimoniais (art. 215 e 216), conforme publicados em 1988:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno *exercício dos direitos culturais* e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as *manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras*, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza *material e imaterial*, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de *referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira*, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O poder público, com a *colaboração da comunidade*, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos *antigos quilombos* (BRASIL, 1988, grifo nosso).

As representações, categorias e políticas patrimoniais passaram então a abarcar o local, o comunitário, a natureza, as expressões das minorias e o intangível (PEIXOTO, 2017), com destaque para o parágrafo 5º do art. 216, resultado da luta do movimento negro. A categoria de quilombo teve forte papel numa mudança de paradigma no campo do patrimônio cultural que antes de 1988 estava restrito ao reconhecimento enquanto sítios arqueológicos e passou a focar nos “grupos detentores de modos de vida específicos associados à vivência da territorialidade e da diferenciação étnica” (CHUVA, 2017, p. 93). No entanto, os grupos remanescentes quilombolas ainda precisaram de muita luta pela garantia do direito à terra, o que só avançou depois do Decreto nº 4.887/2003, assinado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.²⁹

No que se refere ao processo de patrimonialização das cidades, Sant’Anna (2014) aponta para uma mudança entre a compreensão até então em vigor da “cidade-monumento”, para a noção de “cidade-documento”. Enquanto os tombamentos da primeira fase de institucionalização do patrimônio enfatizaram a percepção das cidades (especialmente de matriz colonial) sob seus atributos estéticos, a partir de 1980 as cidades objetos de tombamento (ainda que em menor número) ou de

²⁹ Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm. Acesso em: 14 out. 2019.

inventários³⁰ passaram a ser vistas como documentos dos processos históricos de formação, desenvolvimento e produção do espaço urbano (SANT'ANNA, 2017).

Nesse contexto os centros históricos ganham dimensão mais real como objetos de uso social e começam a ser encarados como registro de uma trajetória histórica ainda viva, devendo ser compreendidos pelos significados que lhes são atribuídos pelas comunidades locais (MOTTA, 1987, p. 119).

Grande parte das questões referentes às políticas urbanas na Constituição Federal de 1988 foi escrita com base na Emenda Constitucional de Iniciativa Popular pela Reforma Urbana, por atores envolvidos no Movimento Nacional pela Reforma Urbana e propunha o reconhecimento dos seguintes princípios gerais: autonomia do governo municipal; gestão democrática das cidades; direito social de moradia; direito à regularização de assentamentos informais consolidados; função social da propriedade urbana; e combate à especulação imobiliária nas áreas urbanas (FERNANDES, 2008).

A Constituição Federal de 1988 pôs fim a todas as controvérsias: além de reconhecer explicitamente o Direito Urbanístico e o Direito Ambiental como ramos autônomos, a Constituição distribui competências legislativas em matérias urbanísticas e ambientais enfatizando a *ação municipal*, e, sobretudo, define o princípio da *função social da propriedade* como sendo o fator fundamental para a determinação dos direitos de propriedade imobiliária urbana e da ação do Estado na condução do processo de desenvolvimento urbano (FERNANDES, 2001, p. 21, grifo nosso).

Os dois capítulos 182 e 183 referentes à política urbana foram assim publicados na Constituição:

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O *plano diretor*, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º A *propriedade urbana cumpre sua função social* quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do

³⁰ Diversas cidades tombadas nos períodos anteriores foram objetos do Inventário Nacional de Bens Imóveis - Sítios Urbanos Tombados (INBI-SU) – metodologia para levantamento de dados históricos, morfológicos e socioeconômicos na perspectiva da importância da gestão em um contexto de grande acervo tombado, dificuldades de fiscalização e conservação e a evidência de processos de crescimento das cidades. O INBI-SU foi aplicado, primeiramente, com recursos do Iphan, mas, depois, com recursos do Programa Monumenta através de parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - *parcelamento ou edificação compulsórios*;

II - *imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo*;

III - *desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública* de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

[...]

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

§ 3º Os imóveis públicos não serão adquiridos por *usucapião* (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Sobre a integração entre o planejamento urbano e a preservação do patrimônio, Simão (2017) identifica a autonomia do governo municipal como um dos princípios constitucionais que reforçou no compartilhamento entre os entes públicos o dever da preservação do patrimônio cultural urbano e, assim, “o papel do instituto federal preservacionista, o IPHAN, soberano e paternal, começa a se transformar, na medida em que as municipalidades e os Estados-membros também receberam a função constitucional da proteção do patrimônio cultural” (SIMÃO, 2017, p. 62).

Sant’Anna (2017) indica que ao invés de uma gestão coordenada entre as esferas de governo (federal, estadual e, quando existente, municipal), continuou a vigorar no país uma compreensão hierarquizada e equivocada que se desdobrou em sistemas de proteção isolados, superpostos e impermeáveis entre si.

Ainda, a aplicação dos preceitos da política urbana da Constituição dependeria de regulamentação por lei federal e só ocorreu treze anos depois, através do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001). Porém, os instrumentos contidos no Estatuto, visando à garantia da função social da cidade – e abarcando a preservação do patrimônio enquanto um bem comum –, foram raramente aplicados pelos municípios, principalmente nas cidades onde prevaleceram as práticas e políticas clientelistas e paternalistas.

O neoliberalismo no Brasil contribuiu para um distanciamento decisivo dos preceitos constitucionais e teve como marco inicial as eleições diretas para

Presidente. Os dois anos do governo de Fernando Collor (1900-1902) atingiram drasticamente o setor cultural do país de uma forma geral. De “cidade-monumento”, passando pela “cidade-documento”, a década de 1990 inaugurou no Brasil a “cidade-atração” (SANT’ANNA, 2014), quando o patrimônio urbano se atrelou definitivamente a um modelo de turismo elitizado, percebido enquanto cenário e espaço de consumo dirigido.

No caso de Mariana, contudo, mesmo depois de empreendidos alguns programas e projetos interinstitucionais, principalmente, visando às obras de restauração e à ativação do turismo³¹, os visitantes acabam optando pela cidade de Ouro Preto, com passeios em Mariana que duram menos de um dia. De todo modo, o conjunto urbano e os templos religiosos característicos do barroco mineiro, tombados pelo Iphan e que representam o período colonial, parecem exercer papel significativo no imaginário social ligado à ideia de patrimônio cultural, bastante vinculado aos valores históricos e artísticos difundidos na fase inicial de tombamentos do órgão federal.

Em nível estadual, podemos citar o tombamento via Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA) de Minas Gerais, em 16 de janeiro de 1996, do Núcleo Histórico de Santa Rita Durão, distrito de Mariana, através do Decreto nº 27.927. Contudo, o que há de mais relevante sobre a atuação do Instituto em Mariana, assim como nos demais municípios de pequeno e médio porte em Minas Gerais, refere-se ao Programa ICMS Patrimônio Cultural, que incentiva ações de preservação pelo Município, na medida em que os recursos de impostos arrecadados pelo Estado são repassados no ano corrente (mensalmente), quando são comprovadas políticas públicas e ações de preservação ao patrimônio cultural no ano anterior³². Em consequência desse programa, Mariana soma um considerável número de bens tombados, inventariados, alguns registros, além de promover obras de conservação e incentivar projetos de salvaguarda de patrimônio imaterial (ainda que em menor quantidade), através do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAT) que se

³¹ Com destaque para o Programa Monumenta, a partir dos anos 2000, e o Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas, a partir de 2013, ambos implantados via Iphan em parcerias com a Prefeitura Municipal e no primeiro caso com incentivo financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

³² Mais informações disponíveis na página eletrônica do Iepha: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoas/icms-patrimonio-cultural>. Acesso em: 14 out. 2019.

reúne mensalmente. Conforme aponta o atual Secretário Municipal de Cultura, Patrimônio Histórico, Turismo, Esportes e Lazer de Mariana, Sr. Efraim Leopoldo Rocha:

[...] o olhar agora que se tem com Mariana sendo cuidada, com ações importantes do ICMS Cultural, a importância da atual administração estar destinando 100% do ICMS Cultural para o FUMPAC, que é o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio, tem permitido que monumentos importantes, igrejas e outros bens patrimoniais não sejam perdidos. Se não se teve ainda a oportunidade de se fazer uma obra completa, se tem, pelo menos, a oportunidade de preservar muito do que ainda temos (EFRAIM ROCHA, Secretário de Cultura de Mariana, informação oral).³³

A fala acima do Secretário esclarece que a maior parte dos recursos que integram o Fundo Municipal do Patrimônio Cultural (FUMPAC) de Mariana tem sido investidos em monumentos, igrejas e bens imóveis, de modo similar aos mais recentes programas para alocação de recursos federais na preservação do patrimônio cultural, a exemplo do PAC Cidades Históricas, já mencionado.

A lista de bens tombados (patrimônio material), em nível municipal (quadro 05), também relaciona diversos itens representativos do período colonial. Entretanto, é importante ressaltar que o primeiro tombamento municipal em Mariana foi da Estação Ferroviária localizada na sede (tendo também outras estações ferroviárias de distritos tombados pelo Município), edificação em arquitetura eclética e que marca um outro momento histórico da formação de Mariana, o início do século XX. E outra ressalva importante seria o número significativo de tombamentos de núcleos históricos localizados em distritos, incluindo, ainda, o conjunto paisagístico e arqueológico dos Morros de Santana e Santo Antônio, chamado “Morro do Gogô”³⁴, o que não significa, necessariamente, em ações efetivas de conservação sendo implementadas cotidianamente pelos proprietários e/ou órgãos públicos.

³³ A entrevista com o Sr. Efraim Leopoldo Rocha, Secretário de Cultura Patrimônio Histórico Turismo e Esportes, foi realizada no dia 30/07/2019 em sua sala de trabalho, na sede da Secretaria de Cultura (bairro Centro). Em sua apresentação explicou que foi criado em Mariana, atualmente morador do distrito de Passagem, é formado em Direito e tem forte atuação na área da música de Mariana, tendo sido integrante da Banda XV de Novembro e coordenador de grupos de canto coral, além de trabalhos em arquivos históricos.

³⁴ Trata-se de um sítio arqueológico localizado na sede municipal, com área extensa e um volume significativo de estruturas em pedra remanescentes da mineração do período setecentista. Contudo, entraves com o proprietário de parte do terreno (Companhia Mina da Passagem) parecem impedir ações efetivas de preservação, a começar por um plano de gestão que inclua a participação ativa dos moradores dos bairros do entorno em dinâmica expansão urbana.

Quadro 05: Bens materiais tombados em nível municipal em Mariana até 2015

BENS TOMBADOS		LOCAL	DATA	DECRETO
Bem Imóvel (Arquitetura Religiosa)	Estação Ferroviária	Sede	12/04/2005	Decreto nº 3.485.
	Sobrado Pedro Aleixo	Bandeirantes	20/01/2006	Decreto nº 3.680
	Sobrado Praça Luiz Macedo	Monsenhor Horta	20/03/2006	Decreto nº 3.743
Conjunto Paisagístico e Arqueológico	Conjunto Paisagístico e Arqueológico Morros Santana e Santo Antônio	Sede	28/02/2008	Decreto: nº 4481
Núcleo Histórico Urbano	Núcleo Histórico Urbano de Santa Rita Durão	Santa Rita Durão	14/04/2009	Decreto nº 4982
	Núcleo Histórico Urbano da sede	Sede	05/01/2010	Decreto nº 5272
	Núcleo Histórico Urbano Monsenhor Horta	Monsenhor Horta	16/12/2010	Decreto nº 5630
	Núcleo Histórico Urbano Padre Viegas	Padre Viegas	16/12/2010	Decreto nº 5630
	Núcleo Histórico Urbano Furquim de 09 de janeiro 2012	Furquim	09/01/2012	Decreto nº 6165
	Núcleo Histórico Urbano Camargos	Camargos	09/01/2012	Decreto nº 6165
Bem Imóvel (Arquitetura Religiosa)	Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário	Padre Viegas	(não disponível)	(não disponível)
Bem Móvel	Órgão Arp Schnitger	Sede	14/04/2009	Decreto nº 4983

Fonte: Autoria própria com base nos dados do COMPAT.³⁵

Sobre o papel do conjunto tombado em Mariana, a pessoa que ocupava o cargo de Chefe do Escritório Técnico do Iphan em Mariana (ET-Iphan-Mariana) destaca que:

[...] a proposta sempre foi preservar determinadas características arquitetônicas, mas eu acho que em alguma medida acentua alguns conflitos, privilegia alguns grupos sociais [...]. Por outro lado, tem os seus benefícios. Existe, sim, uma preservação, alguns vazios urbanos que foram mantidos e que são importantes [...]. Hoje não são áreas de estacionamento ou a gente não tem uma ocupação desenfreada nesse trecho do conjunto. Tem algumas características ambientais importantes, não só no sentido ecológico, mas de ar circulando, altimetria (Chefe do ET- Iphan-Mariana, informação oral).³⁶

³⁵ Disponível em: <https://www.compat.info>. Acesso em: 20 out. 2019.

³⁶ A entrevista foi realizada no dia 30 de julho de 2019 na sede da Casa Setecentista, onde funciona o ET-Iphan-Mariana (bairro Centro). A pessoa entrevistada preferiu não se identificar. Importante pontuar que os cargos comissionados de chefia de escritórios técnicos do Iphan em Minas Gerais são, atualmente, assumidos por arquitetos e urbanistas com atuação e interesse no campo do patrimônio cultural, porém a instabilidade e baixo salário do cargo não permitem gestões prolongadas, com exceção de Ouro Preto e Diamantina, onde estão no posto servidores efetivos do Iphan. Nos últimos cinco anos, quatro pessoas diferentes assumiram o cargo de Chefe do Escritório do Iphan em Mariana, estando atualmente vago, aguardando nomeação de novo/a Chefe e de Superintendente do Iphan- MG, exonerada recentemente dentro de um contexto de desmonte da Cultura pelo Governo de Jair Bolsonaro. Matéria sobre a exoneração está disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/09/26/interna_gerais,1088156/superintendente-do-iphan-em-mg-e-exonerada-e-prefeitos-tentam-reverter.shtml. Acesso em: 24 out. 2019.

Para o Promotor de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), lotado na Comarca de Mariana, Sr. Guilherme Meneghin, responsável por mover ações contra os danos ao patrimônio cultural de Mariana, o tombamento do conjunto urbano:

[...] conseguiu preservar grande parte do conjunto arquitetônico que eu acredito que seria totalmente descaracterizado [...] O tombamento salvou a essência, que eu acho que é a Praça Gomes Freire, a Praça Minas Gerais, a rua onde tem a Igreja da Sé, aquela região ali até a Igreja de São Pedro, que eu acho que é a essência de Mariana, felizmente foi preservada [...]. Infelizmente, o que nós vemos muitas vezes, é uma falta de regulamentação e fiscalização dessas áreas. Por exemplo, essa região, especialmente a Praça Gomes Freire, da Praça Minas Gerais e a Praça da Sé, geralmente são usadas para eventos e festividades, mas o município não regulamenta e também não fez o estudo de impacto ambiental de vizinhança sobre a utilização desses espaços (GUILHERME MENECHIN, Promotor de Justiça do MPMG - Comarca de Mariana, informação oral).³⁷

A falta de fiscalização do poder público, citada pelo Promotor de Justiça, é ainda mais evidente nos distritos, subdistritos e localidades rurais. Nesses casos, é possível notar que as igrejas, um dos principais espaços de uso e apropriação coletiva dos moradores, não recebem a mesma atenção das igrejas do Distrito Sede de Mariana. Com relação ao uso dos espaços patrimonializados, a Presidente do COMPAT, Sra. Ana Cristina Maia, destaca o uso dos espaços públicos no conjunto tombado do Distrito Sede:

[...] o centro histórico da cidade, onde está a área tombada, tem muita função de agregar as pessoas. Então se você chega ao Jardim [Praça Gomes Freire], num domingo à tarde, todas as classes sociais estão ali, de todos os bairros da cidade, Cabanas, Colina, Prainha, Rosário, todo mundo ali (ANA CRISTINA MAIA, Presidente do COMPAT e Titular do Cartório de Registro de Imóveis, informação oral).³⁸

A relação dos sujeitos, mais especificamente dos moradores de Mariana, com o tombamento e a preservação do patrimônio cultural também surge na fala do Secretário de Cultura de Mariana, Sr. Efraim Rocha:

³⁷ A entrevista com o Sr. Guilherme Meneghin, Promotor de Justiça de Mariana, foi realizada no dia 09 de agosto de 2019 em sua sala de trabalho, na sede do Fórum de Mariana (bairro Centro). Em sua apresentação explicou que possui uma relação familiar com Mariana, é formado em Direito e está atuando na Comarca de Mariana desde 2014.

³⁸ A entrevista com a Sra. Ana Cristina Maia, Presidente do COMPAT e Titular do Cartório de Registro de Imóveis, foi realizada no dia 29 de julho de 2019, em sua sala de trabalho, no Cartório de Registro de Imóveis de Mariana (bairro Centro). Em sua apresentação, explicou que foi criada no centro histórico de Mariana, possuindo diversos familiares dedicados à questão cultural no município, é formada em Direito e ocupa uma cadeira do conselho (desde 2012) por ser a Titular do Cartório de Registro de Imóveis de Mariana (desde 2004).

[...] precisa ter ações que façam as pessoas, verdadeiramente, se sentirem donas disso. Qual a importância disso para aquela comunidade, para aquela cidade, para aquele município? Tombar por tombar, pura e simplesmente, não resguarda, não protege. A gente sabe do esforço grande que o IPHAN exerce, mas até um tempo atrás ele talvez não tivesse as ferramentas adequadas para ter todas essas ações. Nós, como moradores do lugar, devemos saber daquilo que agride, aquilo que não agride, aquilo que deveria ser protegido (EFRAIM ROCHA, Secretário de Cultura de Mariana, informação oral).

Ao serem perguntados sobre o que acham da relação dos moradores de Mariana com o patrimônio cultural, os atores institucionais apontam questões diferentes, sendo interessante destacar aqui algumas falas, inclusive, no sentido de colocar os atores em debate. O Vice-Prefeito traz um enfoque nas restrições que a legislação de proteção ao patrimônio cultural impõe aos proprietários do conjunto urbano tombado.

Uma relação de medo. As famílias de Mariana são tradicionais, mas são pobres. Então as pessoas que detêm ainda muitos imóveis, elas não têm condições de fazer uma restauração, têm medo de fazer um projeto de reforma e acabam deixando cair, aí entra um especulador, compra aquele terreno, faz uma coisa que não é nem moderna e nem antiga, vão fazendo uns monstros por aí, nem sempre com pessoas que são da cidade ou que tem uma consciência da história, muitas vezes pessoas vindas de fora. (NEWTON GODOY, Vice-Prefeito de Mariana, informação oral).³⁹

Já o Secretário de Cultura entende que falta, para grande parte dos moradores, o conhecimento sobre o patrimônio cultural e a história da cidade.

Os moradores de Mariana (quando eu falo assim eu falo de modo geral, é claro que existem muitas exceções) ainda não conhecem o próprio patrimônio de Mariana. Poucos marianenses conhecem o Museu de Arte Sacra, sabem da existência do Museu da Música, conhecem a fundo ou um pouco melhor a história da cidade. Eu só vejo essa melhoria, volto a dizer, trabalhando, especialmente, com as crianças, com cartilhas, para que elas levem até os seus pais essas curiosidades. [...] A riqueza que a gente tem é muito grande, é uma riqueza que não está sendo mostrada porque talvez as pessoas guardem isso como um tesouro. Toda arte tem que ser colocada para as pessoas verem (EFRAIM ROCHA, Secretário de Cultura de Mariana, informação oral).

³⁹ A entrevista com o Sr. Newton Godoy, Vice-prefeito de Mariana (Gestão do Prefeito Duarte Júnior, período 2017-2020), foi realizada no dia 23 de julho de 2019 em sua sala de trabalho, na sede da Prefeitura Municipal de Mariana (bairro Centro). Em sua apresentação, explicou que é nascido e criado em Mariana, formado em Engenharia Civil, e teve atuação na Prefeitura de Mariana em momentos distintos. A primeira foi ainda como estagiário (1977-1979), depois como secretário de obras na gestão do prefeito João Ramos Filho (1983-1989), posteriormente como secretário de obras em curto período quando Duarte Júnior assumiu a prefeitura no lugar do prefeito Celso Cota (cassado em 2016) e, finalmente, como vice-prefeito quando Duarte Júnior foi eleito prefeito (a partir de 2017).

Para a Presidente do COMPAT, ainda que varie o grau de valorização do patrimônio cultural de Mariana pelos distintos moradores (nativos ou não), em sua opinião, todos se afetam e sentem orgulho de certa forma.

Eu costumo falar que o povo que é de Mariana, das antigas, tem bastante preconceito em relação ao que chegou depois. Mas vejo gente que chegou depois que dá mais valor ao patrimônio do que quem nasceu e tem umbigo enterrado aqui. Mas, de certa maneira, o valor do patrimônio cultural permeia a mente assim, e o sentimento de todo mundo que mora aqui. Todo mundo é afetado por aquilo em algum momento. Quando, por exemplo, aparece uma imagem da praça na Globo, no Fantástico, você vê que é uma coisa que repercute, a pessoa tem orgulho de falar que mora aqui ou que morou aqui. Mas na medida em que aquilo também representa alguma restrição, a alguma vontade da pessoa, ela apresenta uma oposição (ANA CRISTINA MAIA, Presidente do COMPAT e Titular do Cartório de Registro de Imóveis, informação oral).

O sentimento de orgulho também aparece na fala do Promotor de Justiça. No entanto, sua fala deixa também transparecer que o patrimônio é campo de disputa dissenso, conflitos.

Eu acredito que a maioria dos moradores de Mariana tem muito orgulho do patrimônio cultural, respeitam o patrimônio cultural da cidade [...] existe uma consciência social em geral, da população quanto ao patrimônio cultural. Em segundo lugar, a gente sabe que muitas pessoas não têm condições de cuidar daquele lugar e as coisas vão deteriorando, [...] Claro que, às vezes, existem as exceções, pessoas que não se importam, deixa-se deteriorar propositadamente para depois tentar vender o lote e essas coisas, mas eu vejo isso como uma exceção. Além disso, eu acredito que junto da população, a arquidiocese de Mariana, tem um papel central nisso, porque a própria arquidiocese é proprietária de grande parte desse patrimônio cultural, imobiliário [...] Eu não vejo problemas na população, eu vejo mais problemas no Poder Público Municipal, que arrecadou milhões, se for para falar bem a verdade bilhões, com a mineração nos últimos trinta e quarenta anos, e a gente não viu isso reverter em, realmente, coisas muito positivas para o município (GUILHERME MENEGHIN, Promotor de Justiça do MPMG - Comarca de Mariana, informação oral).

O patrimônio enquanto campo de conflito é também ressaltado na fala da então Chefe do Escritório Técnico do Iphan em Mariana.

Existe uma relação afetiva que a gente percebe, uma preocupação, um carinho com a cidade, até uma vivência que acho que é muito interessante. O Jardim [Praça Gomes Freire] continua sendo um lugar superimportante para as pessoas se socializarem no domingo, e elas vêm e ocupam o espaço público. Então, sem dúvida, nenhuma é uma relação afetiva mesmo, com a cidade, com os bens tombados ou não. E um pouco conflituosa em relação à política de preservação, eu acho que o conflito tá na política, na forma como isso foi conduzido, na forma com que o IPHAN, historicamente, se comunica com essas pessoas e não necessariamente em relação ao patrimônio. O patrimônio não é o problema, o problema é como fazer a gestão do patrimônio (Chefe do ET-Iphan-Mariana, informação oral).

Segundo Fonseca (2017), por ser necessariamente uma atividade seletiva (entre conservar ou deixar destruir), a preservação de patrimônio é exercida por determinados agentes e segundo determinados critérios, havendo uma dimensão implícita (muitas vezes deliberadamente ocultada) das relações de poder e dos conflitos entre os agentes envolvidos com a preservação “em nome do interesse público”.

Arantes (2006) entende que a prática institucional da preservação patrimonial acarreta necessariamente a consolidação de arenas políticas em que os diversos sujeitos envolvidos desenvolvem estratégias e assumem posicionamentos conflitantes. E, ainda:

A preservação não reconhece e oficializa, simplesmente, significados e sentidos preexistentes. Ela põe em prática critérios, concepções e valores que, por pertencerem a campos de conhecimento especializado (arquitetura, urbanismo, história, arqueologia, antropologia, museologia, entre outros) são, com frequência, externos à cultura comum (ARANTES, 2006, p. 55).

Enquanto na sede municipal de Mariana múltiplas vozes surgem na arena política (que, dissonantes ou não, criam um debate importante) e participam da implementação de ações e políticas públicas de preservação do patrimônio cultural; em outros cantos do município, a exemplo dos distritos, subdistritos e localidades rurais, tanto a preservação (ou não preservação) está na ordem do cotidiano dos seus próprios moradores.

Retomando o exemplo de Bento Rodrigues que abriu este subcapítulo, em que o zelador da Capela de São Bento assumia essa função desde os 13 anos de idade (até que houve o desastre-crime que destruiu a capela), cabe finalizarmos com o relato de um morador que mostra como de fato eram os próprios moradores que cuidavam e, inclusive, reformavam as capelas antigas do subdistrito:

Você já deve ter ouvido falar, [S.F.], desde a idade de 13 anos, ele mais a mãe dele tomavam conta, eram zeladores da igreja de São Bento. Pro meu lado, eu não sei se você já ouviu falar. Meu pai, na década de 70, nós estávamos chegando em Bento, ele filho dali. A Igreja de Nossa Senhora das Mercês estava muito ruim, precisando de uma reforma, aí ele tomou a frente pra essa reforma. [...] Desde os 7, 8 anos eu já trabalhava, ajudei na reforma daquela Igreja das Mercês (M. M., de Bento Rodrigues, informação oral).⁴⁰

⁴⁰ A entrevista com M.M., de Bento Rodrigues e integrante da Comissão dos Atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, foi realizada no dia 11 de setembro de 2019 no escritório da Comissão, em Mariana. Em sua apresentação, explicou com detalhes o momento de sua chegada em Bento, aos seis anos de idade. Seu pai começara a trabalhar na empresa Samitri e, portanto, voltava com a família para a casa onde havia nascido e sido criado.

2.2. CIDADE TOMADA: MINERAÇÃO, URBANIZAÇÃO E DOMINAÇÃO

A Samarco iniciou na região em 1975, 1976, quando ela estava chegando pra fazer as montagens [...] montando inclusive o mineroduto, a estrutura em Germano, porque o primeiro bombeamento dela foi 1977, quando ela conseguiu produzir e colocar o primeiro minério na tubulação. [...] Aqueles tubos passaram dentro de Bento Rodrigues, os tubos do primeiro mineroduto, então eu tenho essa lembrança. [...] Os pais [falavam]: ‘ah meu filho, estuda pra você ir trabalhar na Samarco’. [...] Eram as empresas que existiam aqui né, Samarco, Samitri e Alcan, em Saramenha [Ouro Preto]. A Vale chegou em 1982 em Tiropeba. [...] no decorrer dos anos, a Samarco foi crescendo, foi tendo as expansões [...] ela construiu Santarém em 1994 [...] que está muito próxima de Bento [...] 2006, 2007 já vinha falando que ia construir a barragem de Mirandinha que é do lado [...], 2007/08 construiu a adutora de captação do rio Gualaxo [...] pra bombear o minério, lavar o minério. Já a outra expansão se eu não me engano foi 2012/13, ela buscou água em Brumal para construir outro mineroduto (M. M., de Bento Rodrigues, informação oral).

Esse trecho da fala, de um morador de Bento Rodrigues, ex-funcionário da empresa Samarco Mineração S.A., relata o processo de expansão da mineradora na região a partir da década de 1970, o que significou em Mariana um acelerado processo de urbanização, particularmente na sede do município, e que trouxe marcas profundas nas dinâmicas territoriais do município como um todo.

O processo de urbanização no Brasil, assim como nos demais países da América Latina, guarda forte relação com a industrialização. Santos (2009) esclarece que o termo *industrialização* não pode ser tomado em seu sentido estrito, mas como processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território para torná-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações e ativa o próprio processo de urbanização.

Em “A urbanização brasileira”, o autor alinhava estudos demográficos sobre a “urbanização pretérita” no país, para demonstrar que durante séculos o país foi essencialmente agrário, começando a se transformar a partir da segunda metade do século XIX, quando se dá a implantação de estradas de ferro, melhorias dos portos, criação de meios de comunicação e, sob os influxos do comércio internacional, novas formas capitalistas de produção, trabalho, intercâmbio e consumo, que vão resultar em uma nova fluidez, porém em apenas parte do território: São Paulo e, ainda de modo incompleto, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Segundo o autor, sustentada nessa base desigual ou “polarizada”, desenvolveu-se a industrialização no país até 1930 e, a partir de 1940-1950, esta se impulsionou sob novas condições políticas e

organizacionais, que resultou em um rápido processo de urbanização. Enquanto, em 1940, a população urbana representava 26,35% do total do país; em 1960, passou a representar 45,52%; e, em 1980, alcançou 68,86% (SANTOS, 2009, p. 31-32). Diferentemente do que ocorreu na Ásia e África, em “Ensaio sobre a urbanização latino-americana”, Santos (2017) sugere que todas as cidades latino-americanas nasceram a serviço das relações internacionais com os países dominantes, a serviço de uma colonização verdadeiramente arraigada que “fundava-se na expansão agrícola e na exploração mineira, responsáveis pelo comércio que alimentava a vida urbana” (SANTOS, 2017, p. 11).

Apesar de o processo de urbanização da população brasileira ter se dado, praticamente, no século XX, conserva muitas raízes da sociedade patrimonialista e clientelista pré-republicana, fundada sobre relações de dominação externa e interna (MARICATO, 2013). Trata-se de um processo de urbanização marcado pela exclusão social. A privatização da terra (Lei de Terras, em 1850) e a emergência do trabalho livre (a abolição da escravidão, em 1888) foram determinantes para o crescimento urbano desigual e excludente no país. Maricato (2013) explica que não só os trabalhadores que atuavam fora do mercado formal, mas também aqueles regularmente empregados, não eram remunerados em quantia suficiente que garantisse a moradia formal, iniciando-se as ocupações informais, principalmente, em morros e cortiços. O latifúndio, que permanece incólume no país é outra marca que define as relações de poder nas cidades brasileiras, implicando em trocas clientelistas, em especulação imobiliária e nos recorrentes processos de segregação socioespacial e periferização urbana, jogando sobre os ombros dos trabalhadores o custo de sua própria reprodução na cidade, por meio da autoconstrução, em áreas periféricas e com riscos. O “quadro trágico”, conforme definido pela autora, apresenta-se nos elevados índices de violência, de pobreza, de depredação urbana e ambiental, de poluição do ar e da água, de epidemias, etc. Importante ressaltarmos que tais características não são exclusivas dos grandes centros urbanos e metrópoles, mas também evidentes nas pequenas e médias cidades brasileiras.

Dentro desse contexto, a cidade industrial originou-se no Brasil, principalmente a partir de duas vertentes não excludentes entre si: a) a transformação da cidade política, tradicional sede do aparelho burocrático de Estado e espaço de comando das oligarquias rurais ligadas à economia agroexportadora, em cidade mercantil, marcada

pela presença do capital exportador e/ou da concentração de comércio e serviços centrais de apoio às atividades produtivas rurais em centro de produção industrial; e b) a criação e/ou captura de pequenas cidades como espaços de produção monoindustrial por grandes indústrias (MONTE-MÓR, 2006).

O município de Mariana integra a segunda vertente apresentada por Monte-Mór (2006), sendo que a mineração predominou enquanto atividade industrial, impulsionada pela política nacional de exportação de matéria prima, alavancada no contexto da Segunda Guerra Mundial. Ainda, em 1967, instalou-se no município a empresa mineradora S.A. Mineração Trindade (Samitri), atraindo volume considerável de trabalhadores, fazendo com que a população da sede passasse de 6.837 habitantes, em 1960, para 7.720 habitantes, em 1970. Em 1973, a partir de uma fusão entre a empresa brasileira Samitri e a empresa estadunidense Marcona Mining Company, surgiu a empresa Samarco Mineração S.A., que começou suas atividades em Mariana em 1977. A extração do minério de ferro era feita nos terrenos adquiridos em Mariana e Ouro Preto, a polpa levada por minerodutos (não necessitando, portanto, do transporte ferroviário) até as usinas no Espírito Santo, onde era feito o processo de pelletização, para então exportar em pelotas às indústrias siderúrgicas internacionais.⁴¹ Assim, o conjunto de operações inclui desde a extração mineral, passando pelo processamento secundário, até o transporte oceânico. Para depositar os rejeitos extraídos, foi construída, primeiramente, a barragem de Germano, com 170 hectares e capacidade de armazenamento de 200 milhões de m³. Ao longo dos anos, as estruturas da empresa foram se expandindo no território de Mariana, conforme bem explica o relato que introduz este subcapítulo.

A chegada da empresa Samarco em Mariana provocou um grande afluxo de pessoas para a sede do município, vindas dos distritos, áreas rurais e de outros municípios. Cerca de 10.000 pessoas foram atraídas pela empresa, conforme Fischer (1993), população que continuou a crescer com o início de produção da Companhia Vale do Rio Doce no município, a partir de 1983. Importante destacarmos que, em 1984, a empresa Marcona foi comprada pela empresa australiana The Broken Hill

⁴¹ Quando inaugurado, o mineroduto da Samarco era o maior do mundo, com 396 km de extensão, passando por 24 municípios e 700 propriedades rurais. Conforme informado no sítio eletrônico da empresa (<https://www.samarco.com/a-samarco/>), atualmente existem duas unidades operacionais: Germano, em Mariana e Ouro Preto, onde era realizada a extração e o beneficiamento de minério de ferro em três concentradores; e Ubu, em Anchieta (ES), onde estão quatro usinas de pelletização.

Proprietary Company Limited (BHP) e, em 2000, a já privatizada Companhia Vale do Rio Doce (que passou a se chamar apenas Vale em 2007) comprou a Samitri. Em 2001, a BHP australiana fundiu-se à BHP inglesa, criando a BHP Billiton Ltd. E, então, a Samarco Mineração S.A. tornou-se uma “joint venture”, controlada pelas empresas Vale S.A. e BHP Billiton Brasil Ltda., que dividiram igualmente as ações.

Fischer (1993) explica que a maior parte dos operários que participou das construções das estruturas das empresas mineradoras acabou fixando-se em Mariana depois de terminadas as obras, apesar da falta de novos empregos. Essa explicação corrobora os dados populacionais apresentados pela Fundação João Pinheiro (1974) sobre um aumento de 7.720 habitantes, em 1970, para 12.853, em 1980, chegando a 19.294 habitantes na sede de acordo com o censo de 1991. O aumento populacional significou um crescimento urbano do município em 18,63% (FISCHER, 1993).

Assim, a busca por empregos relacionados à mineração promoveu um crescimento e adensamento na sede de Mariana (figura 11), bem como um relativo esvaziamento em alguns dos distritos e subdistritos, uma vez que a indústria atraiu as pessoas que viviam da agropecuária nessas localidades de difícil acesso. O setor industrial, que representava apenas 23,55%, em 1970, passou a representar 35,64%, em 1980, conforme dados da Secretaria do Estado e Planejamento - SEPLAN (*apud* FISCHER, 1993).

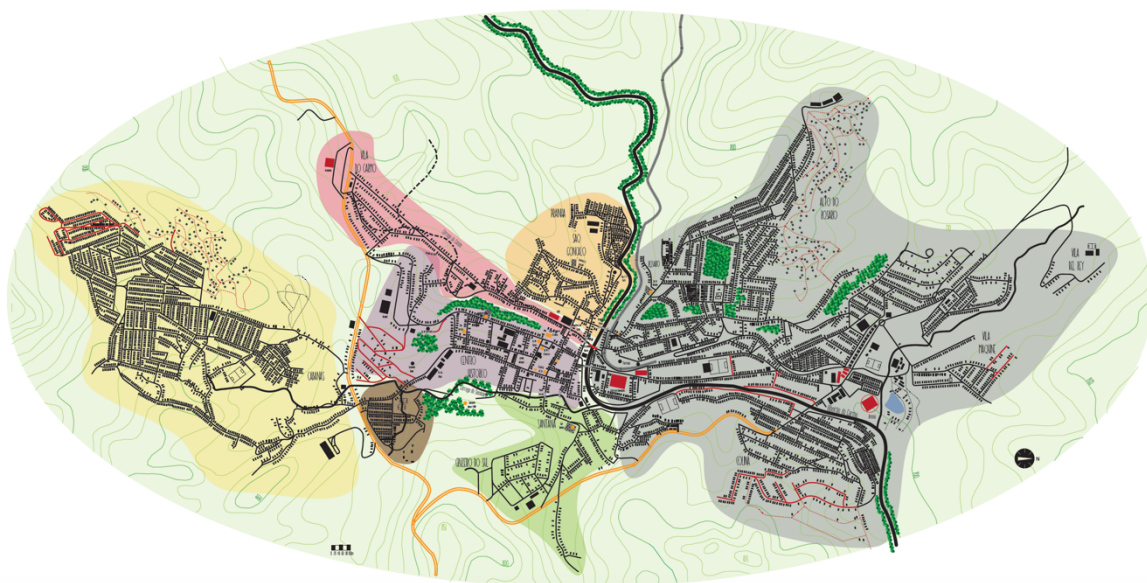
As empresas mineradoras construíam casas apenas para uma parcela de trabalhadores e, portanto, a falta de moradia e a expansão urbana sem infraestrutura urbana adequada trouxeram diversos problemas que ainda hoje são marcantes no município de Mariana.

A nova periferia urbana em Mariana vem sendo constituída tanto através de processo espontâneo de ocupação do solo, por populações de baixa renda em regiões desvalorizadas, quanto através de loteamentos implementados durante o mandato do ex-prefeito João Ramos Filho [...]. Os loteamentos promovidos pelo ex-prefeito, na maioria das vezes por desapropriação de terras da CMP [Companhia Mina da Passagem], constituem-se em empreendimentos realizados em contexto de bastante improvisado, pois não se balizaram em nenhum Plano Diretor ou outro tipo de instrumento de planejamento, que possibilitasse garantir uma ocupação mais coerente do espaço, em termos de garantias mínimas de bem-estar coletivo. Estes loteamentos foram implementados, portanto, sem inclusão de nenhuma praça, área verde ou algum tipo de equipamento urbano necessário ao súbito adensamento urbano, como escolas, creches ou posto de saúde. A maioria destes loteamentos não é dotada sequer da infraestrutura urbana básica, de água tratada, esgotos sanitários, energia elétrica e calçamento de ruas (FISCHER, 1993, p. 70).

Figura 11: Expansão urbana da sede de Mariana, início (a) e fim (b) do séc. XX



a.



b.



Fonte: Isabela Walter (2013), com base nos dados da FJP (1974) e Fonseca (1995).

A pesquisa desenvolvida por Fischer (1993) é do final do século XX e aponta, para além do processo de ocupação informal – característico da urbanização brasileira resultante da industrialização –, uma crescente criação de loteamentos pelo poder público municipal, especialmente em meados da década de 1970, durante a gestão do prefeito João Ramos Filho⁴², mas também posterior, alavancada exatamente no período de industrialização, quando se instalaram as grandes empresas de mineração no município.

Com relação a esse período de expansão urbana de Mariana, abordado por Fischer (1993), dois trechos de entrevistas realizadas em nossa pesquisa cabem destaque. O primeiro deles é um relato do atual Vice-prefeito de Mariana, Newton Godoy.

A cidade cresceu no meu período como secretário. A gente teve bairros como o Santo Antônio, Rosário, Galego, Cabanas, Colina, Jardim dos Inconfidentes, Vila Maquiné, ou seja, tudo que está fora do cinturão passou por nós, na gestão do João Ramos. Ele teve uma gestão de 72 a 76 se eu não me engano, depois de 83 a 89, depois de 93 a 96 e aí ele não voltou mais. Mas o João tinha uma visão moderna, apesar de ser uma pessoa de pouca cultura, mas de muita inteligência [...], ele oferecia condições urbanas pra que a cidade crescesse com alguma urbanização. Os recursos eram poucos, mas eram organizados. Então os bairros que a gente criou tinham ruas, tinham traçados, tinham serviços urbanos. Então se você oferece à comunidade uma condição de crescimento urbano organizado, ela não invade. No nosso tempo não tinha invasão. Se tivesse a gente tirava, a gente passava o trator em cima mesmo, de verdade, tirava o indivíduo e derrubava a casa, porque não é admissível que alguém possa tomar posse daquilo que não é dele, às vistas do Poder Público sem nenhuma contestação. [...] Vou te dar um exemplo. Eu não queria fazer o bairro Cabanas como ele foi feito, foi um desejo do João Ramos, eu queria fazer um loteamento com lotes grandes de 500 a 600 m², um loteamento mais elitizado, mas ele [João Ramos] queria atender o povo pobre, era sempre a busca dele e acabou ficando um loteamento mais popular, mas a gente foi até o limite que tinha segurança pra seguir com o loteamento, a encosta não foi tomada, o talvegue não foi tomado. Invadiram depois (NEWTON GODOY, Vice-prefeito de Mariana, informação oral).

O mesmo processo de criação de loteamentos pelo poder municipal é ressaltado, sob outra perspectiva, na fala da atual Presidente do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Mariana (COMPAT), Ana Cristina Maia, que é Titular do Cartório de Registro de Imóveis.

Infelizmente, Mariana enveredou por um caminho, da década de 1970 pra cá, que, na minha opinião, não foi uma escolha correta, de fazer uma expansão

⁴² João Ramos Filhos foi prefeito de Mariana por, quase ininterruptamente, 23 anos (FISCHER, 1993), tendo sido assassinado, por motivações políticas, a mando de um de seus adversários durante a disputa eleitoral em 2008.

urbana completamente aleatória, em função dos interesses políticos e econômicos locais e, com isso, ela acabou um tanto quanto desfigurada. Mas pra além de desfigurada ela ficou injusta, ficou restritiva, enfim, aquela coisa que 'o pobre tem que morar pendurada no morro, em lotezinho de 200m², sem ter verde, sem ter parque, sem ter praça, lazer, sem ter cultura, sem nada'. [...] Os principais bairros periféricos de Mariana, os mais injustos, os mais precários [...] – que são Cabanas, Alto do Rosário, Prainha, Colina de Baixo e Colina de Cima –, que são os mais populosos, foram todos planejados pelo Município de Mariana. [...] E você vê claramente que ele produziu pra rico e produziu pra pobre, completamente diferente. É no final de década de 1980, e início de 1990, que ele realmente cria uma política de expansão da cidade e cria loteamentos pra abrigar uma população crescente que mudava pra cá pra trabalhar com a mineração. Então ele fez o Cabanas primeiro, que tem quase 500 lotes de 200m² e nenhuma praça. Ele fez o Rosário com a mesma lógica [...]. Para os pobres, ele reservou a Prainha, também na beira de rio, uma área de APP [Área de Proteção Permanente] inundável que sempre deu problema. [...] E aí, pra classe média, ele fez o Rosário, a Colina. A Colina é completamente irregular, sem registro em cartório, sem nada. O Rosário (curioso, né) tem registro, mas é completamente diferente a realidade, porque limitava o tamanho do lote a 300m² pra doar e alguns lotes têm mais do que isso, então você tem um mapa com a verdade e um mapa com o dado que podia ser oficializado. E para os ricos amigos dele, ele fez o Vila do Carmo. Se você pegar lá as matrículas dos lotes, as primeiras pessoas que compraram os lotes da Vila do Carmo, 80% era funcionário da Prefeitura de quando ele era Prefeito (ANA CRISTINA MAIA, Presidente do COMPAT e Titular do Cartório de Registro de Imóveis, informação oral).

Os parcelamentos de solo para criação dos novos bairros, a partir da década de 1970, parecem de fato demonstrar práticas e políticas urbanas voltadas para incentivar a instalação das empresas mineradoras que atraíram trabalhadores para o município, mas sem garantir moradia digna a todos eles, o que também acabou favorecendo os proprietários particulares das vastas extensões de terras, como os donos da Companhia da Mina da Passagem, cujas terras foram desapropriadas pelo poder público municipal enquanto área urbana e não rural. Aqueles bairros criados e destinados às parcelas mais pobres da população, como, por exemplo, o Cabanas e o Alto Rosário (figura 12), expandiram-se (e se expandem continuamente) para as áreas de risco nas encostas, em consequência dos processos de grilagem de terra, não fiscalizadas devidamente pelo poder público local.

Figura 12: Imagens atuais dos bairros Alto do Rosário (a) e Cabanas, aos fundos (b), Mariana



a.



b.

Fonte: Autora.

Especificamente com relação à situação de propriedade das terras, Ana Cristina Maia enfatiza que:

A empresa [Companhia Mina da Passagem] tinha terrenos bastante extensos e boa parte deles adquiridos pelo próprio Município no início do século XX através de aforamento. [...] Boa parte de Mariana é cercada por propriedade da Companhia da Passagem. Vindo de Ouro Preto até Mariana, pela estrada de fora, todo aquele terreno que separa as duas estradas é deles. Aquele morro à esquerda de quem vai pra Ouro Preto (ou à direita de quem desce) também é deles. Atrás da Nossa Senhora do Carmo, passando pelo Morro Santana, Morro do Gogô, atrás da MG 129 também é tudo deles. Então fica restrita à expansão urbana, por exemplo, no Cabanas, Gameleira, próximo da rodoviária, porque é tudo da Companhia. [...] E exatamente porque não tem função, não é delimitado, não tem nem cerca, é invadido cotidianamente e diuturnamente. E o município não consegue nem barrar, nem tenta, mas não consegue porque é muita coisa. A questão fundiária aqui eu considero gravíssima: altíssimo o nível de irregularidade e uma necessidade muito grande de se revisar o plano diretor, por uma inércia que já dura mais de 10 anos, o plano diretor é de 2004 e tinha que ter sido revisto em 2009. [...] Então, você vê que tem uma cultura de especulação imobiliária, muito forte, e que empurra as pessoas cada vez mais pra periferia (ANA CRISTINA MAIA, Presidente do COMPAT e Titular do Cartório de Registro de Imóveis, informação oral).

Para Fischer (1993), tanto as intervenções de iniciativas particulares dos moradores ou do poder municipal repousam não apenas em interesses objetivos, mas também em valores que parecem refletir em desejos e anseios coletivos, relacionados a um “sistema de significados pró-modernização”. Ao concluir seu trabalho de campo que envolveu entrevistas, questionários e análises de percepção espacial da sede de Mariana (a partir de imagens de diferentes períodos históricos) com representantes dos poderes locais e moradores⁴³, a autora identificou:

[...]um sistema cultural em que ainda se encontram bem vivos os valores hierarquizantes, introjetados em nível do imaginário social durante quatro séculos de escravidão, porém dilatados pela introdução de novos valores fundamentados em práticas modernizadoras, implementadas ao longo dos últimos cem anos, aproximadamente, de vida republicana. Dessa forma, temos hoje um imaginário social fortemente marcado, de um lado, pela *valorização do moderno e do novo, na ordem econômica capitalista* e, de outro, pelos *valores hierarquizantes típicos do antigo sistema colonial* de

⁴³ Em sua pesquisa (com 61 moradores), Fischer (1993) aponta que todos os entrevistados afirmaram gostar de morar em Mariana, mas nenhum deles apresentou como justificativa seus aspectos históricos e culturais, o que é um resultado bastante significativo a ser considerado numa cidade patrimonializada. Será que, se realizadas as mesmas entrevistas hoje, com os moradores da sede de Mariana, os resultados seriam ainda estes? Deixaremos essa questão em aberto, registrando aqui nosso incentivo para que novas pesquisas sejam realizadas neste campo, entendendo que os valores patrimoniais não são inerentes aos objetos (e, no caso, ao conjunto urbano tombado), mas sim são atribuídos pelos sujeitos que deles se apropriam. E, principalmente, registrando nossa defesa a práticas e políticas públicas, que sejam o reflexo das demandas dos moradores que habitam no conjunto urbano tombado de Mariana.

privilégio, fundamentado em laços de parentesco e na mediação religiosa
(FISCHER, 1993, grifo nosso).

É inegável que a forte presença da mineração no município de Mariana vem contribuindo, desde a década de 1970, para esse sistema cultural de “valorização do moderno e do novo, na ordem econômica capitalista”. E é possível afirmar que a mineração também criou relações de poder no contexto político de Mariana que colaboram com o fortalecimento de “valores hierarquizantes típicos do antigo sistema colonial de privilégio”, também citado pela autora, na medida em que financiam as campanhas eleitorais dos políticos e partidos que reeditam, a cada eleição e gestão, as mesmas posturas clientelistas das “trocas de favor”. O apoio financeiro pelas empresas mineradoras reflete-se nas flexibilizações das leis de licenciamento ambiental para os grandes empreendimentos minerários.

Notícias mostram que as empresas mineradoras estavam entre as principais doadoras de recursos para campanhas eleitorais. Em 2014, quando era permitido o financiamento privado, um levantamento do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração apontou, ao todo, R\$ 32,7 milhões em recursos vindos de empresas mineradoras, para 15 partidos, cujos candidatos disputaram vaga na Câmara, principalmente por Minas Gerais, Pará e Bahia, maiores estados mineradores do Brasil, sendo que só a empresa Vale doou R\$ 22,6 milhões (MELLO, 2015). De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o deputado estadual Thiago Cota (PPS), filho do ex-prefeito de Mariana, Celso Cota, recebeu R\$ 113.275,72 de mineradoras em sua campanha em 2014 (MATEUS, 2019). Não por acaso, foi um dos autores da primeira versão do Projeto de Lei nº 3.676/16 sobre as construções de barragens de mineração, que favorecia as empresas mineradoras. Além disso, foi contra a proposta levada para votação, em julho de 2018, que considerava o projeto “Mar de Lama Nunca Mais”, elaborado pelo Ministério Público em conjunto com movimentos sociais ambientais e comunidades atingidas por barragens, que propunha enrijecer o licenciamento para as construções de barragens no estado de Minas Gerais.

Outro elemento que sustenta o poder da mineração em Mariana é a arrecadação dos royalties da atividade pelo Município. A Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerários (CFEM) é uma contraprestação paga à União pelo aproveitamento econômico dos recursos minerais, que é repassada aos Estados,

Distrito Federal e Municípios, a depender do local onde é realizada a exploração do minério, sendo que 65% da arrecadação é destinada ao Município onde ocorre a extração, 23% repassada ao Estado de origem da extração e 12% é destinada a União.

Conforme dados da Agência Nacional da Mineração, desde 2004 Mariana figura entre os municípios com maior arrecadação de CFEM no país. Em 2013, o município de Mariana arrecadou R\$ 36.836.427,79 (sexto município com maior arrecadação no país). Em 2014, arrecadou R\$ 82.642.145,92 (ficando em terceiro do país e segundo do estado de Minas Gerais) e, mesmo com queda, em 2015, Mariana arrecadou R\$ 73.928.117,74, segundo município brasileiro com maior arrecadação em CFEM, ficando atrás apenas do município de Parauapebas/PA.⁴⁴

A maior parcela desta arrecadação advinha, principalmente, da exploração da empresa Samarco Mineração S.A., que, em 2014, produziu 25,1 milhões de toneladas de minério, pagou R\$ 1,5 bilhão em impostos estaduais e municipais e empregava 3 mil trabalhadores diretos e cerca de 3 mil indiretos (SERRA, 2018).

Em um primeiro momento, a alta arrecadação dos royalties da mineração poderia parecer sinônimo de qualidade de vida à população que vive em Mariana, serviços de saúde e educação pública de qualidade, serviços de saneamento básico e infraestrutura urbana de qualidade, apenas para dar alguns exemplos. Entretanto, a cidade convive com indicadores sociais comparativamente baixos, particularmente no que diz respeito à desigualdade de renda e à pobreza no meio rural, o que acaba por reforçar a dependência em relação à mineração, já que, por um lado, a pobreza localizada nas áreas de interesse da mineração incentiva a instalação das atividades extrativistas e a aceitação de seus impactos, sob a lógica do racismo ambiental; e, por outro lado, as indústrias da mineração dificultam a instalação de outras atividades econômicas (MANSUR *et al.*, 2016). Onde são aplicados os recursos arrecadados de CFEM em Mariana? A falta de exigência legal sobre os setores que deveriam prioritariamente receber investimentos advindos dessa arrecadação, conjugada à estratégica falta de transparência das gestões municipais e das práticas e políticas clientelistas não nos permite responder a essa importante questão.

⁴⁴ Disponível em:

https://sistemas.dnpm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/cfem/maiores_arrecadadores.aspx. Acesso em: 22 out. 2019.

Importante destacarmos que dados de pesquisa recente divulgada pelo IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) – mostram o aumento da desigualdade social no país, sendo que o rendimento médio mensal de trabalho da população 1% mais rica aumentou e foi quase 34 vezes maior que o da metade mais pobre em 2018, que diminuiu⁴⁵. Nos momentos de crise, o desemprego aumenta, principalmente, entre a população mais pobre. E enquanto isso não é raro assistirmos ao enriquecimento de atores políticos quando estão no poder.

Assim, o quadro de inação do Estado de uma forma geral, e no caso específico de Mariana, é sem dúvida mais problemático quando são assumidas gestões municipais corruptas e clientelistas. Ainda que Mariana não seja um caso excepcional – assim como outros municípios herda essas práticas de um sistema político paternalista –, nos últimos anos, o município passou por momentos conturbados nas suas gestões municipais, principalmente entre os anos de 2009 e 2015 – 7 anos, 7 prefeitos –, conforme quadro 06. É notável práticas corruptas, como a compra de votos, além do uso ilícito de recursos públicos em campanhas eleitorais.

Quadro 06: Descontinuidades das gestões municipais em Mariana (últimos 10 anos)

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
2009	Roque Camelo (PSDM)/ Vice Therezinha Ramos (PTB) Condenado por compra de voto pelo TSE											
2010	Therezinha Ramos (PTB)					Raimundo Horta - pres. Câmara (PMDB) Condenada por gasto ilícito de verbas pelo TER						
2011	Geraldo Souza - novo pres. Câmara (PDT)							Therezinha Ramos (PTB)/ Vice Roberto Rodrigues (PTB) Revertida a decisão do TRE,				
2012	mas é cassada pela Câmara Roberto Rodrigues (PTB)										ELEIÇÕES	
2013	Celso Cota (PSDB)/ Vice Duarte Junior (PPS)											
2014	Celso Cota (PSDB)/ Vice Duarte Junior (PPS)											
2015	Celso Cota (PSDB)/ Vice Duarte Junior (PPS)						Duarte Junior (PPS) Condenado por improbidade administrativa					
2016	Duarte Junior (PPS)									ELEIÇÕES		
2017	Duarte Junior (PPS)/ Vice Newton Godoy (PSD)											
2018	Duarte Junior (PPS)/ Vice Newton Godoy (PSD)											
2019	Duarte Junior (PPS)/ Vice Newton Godoy (PSD)											

Fonte: Autora.

⁴⁵ Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25702-renda-do-trabalho-do-1-mais-rico-e-34-vezes-maior-que-da-metade-mais-pobre>. Acesso em: 23 out. 2019.

Entre 2015 e o momento presente, manteve-se à frente do poder municipal Duarte Júnior, tendo assumido a Prefeitura em meados de 2015, depois da cassação do então prefeito Celso Cota, por improbidade administrativa. Ainda em 2016, o prefeito Duarte Júnior vou alvo da Operação Primaz de Minas, realizada pelo Ministério Público, devido ao seu possível envolvimento em caso de fraude em licitação de cooperativa de transportes e compra de votos⁴⁶. Em 2017, ele foi eleito.

Segundo os dados do IBGE⁴⁷, o último censo, em 2010, contabilizou uma população de 54.219 habitantes (26.585 homens e 27.637 mulheres) no município de Mariana. Destes, 6.577 moravam no meio rural, enquanto 47.642 moravam no meio urbano. A estimativa para 2019 é de 60.724 habitantes. Em 2015, o PIB per capita era de 52.705,53 mil reais.

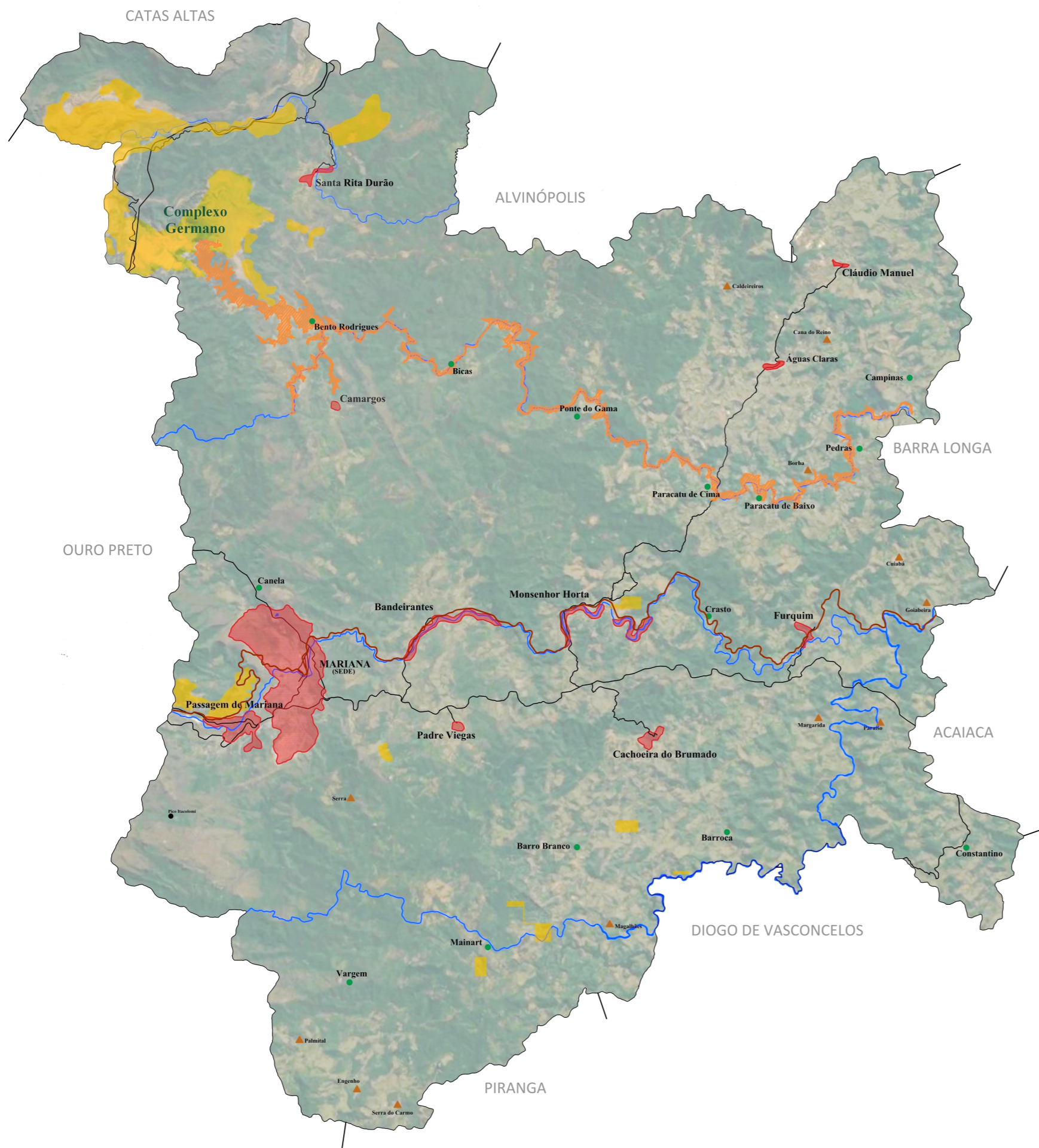
Conforme o mapa 1 (Município de Mariana), o município possui extensa dimensão territorial (1.194,208 km²), incluindo dez distritos além do distrito sede, ou seja: Santa Rita Durão, Monsenhor Horta, Camargos, Bandeirantes (antigo Ribeirão do Carmo), Padre Viegas (antigo Sumidouro), Claudio Manoel, Furquim, Passagem da Mariana e Cachoeira do Brumado e Águas Claras (elevada à categoria de distrito em 2015). Inclui, ainda, diversos subdistritos e localidades rurais (chamados também de vilas), com predominância da produção agropecuária e modos de vida fortemente relacionados com os rios e a paisagem natural. Importante ressaltarmos que esses territórios estão distantes (cerca de 40 km ou 50 km) da sede do município e, comparativamente a esta, recebem bem menos atenção do poder público, no que se refere à implementação de políticas públicas.

O mapa 1 mostra, ainda, as áreas de interesse da mineração, conforme dados coletados em 2014, assim como os principais cursos d'água que atravessam o município: rio do Carmo, Gualaxo do Norte e Gualaxo do Sul, afluentes do Rio Doce. Os rejeitos de minério percorreram o Gualaxo do Norte, desde o Complexo Germano (no canto superior esquerdo), passando por Bento Rodrigues, Camargos, Bicas, Ponte do Gama, Paracatu de Cima, Paracatu de Baixo, Borba, Pedras e Campinas, até chegar no município de Barra Longa, onde o Gualaxo do Norte encontra com o rio do Carmo, continuando o rastro da destruição.

⁴⁶ Disponível em <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2016/09/prefeito-de-mariana-sabia-de-fraude-em-licitacao-ligada-secretario-diz-mp.html>. Acesso em: 23 out.2019.

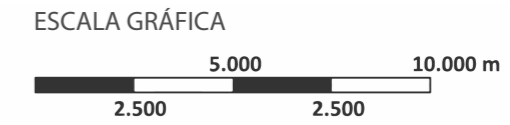
⁴⁷ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/mariana/>. Acesso em: 23 out. 2019.

MAPA 1: Município de Mariana



LEGENDA

DISTRITOS	ÁREA ATINGIDA
SUB-DISTRITOS	MINERAÇÃO
LOCALIDADES	PRINCIPAIS CURSOS D'ÁGUA
FERROVIAS	ESTRADAS PAVIMENTADAS



Ao serem questionados sobre uma possível diferenciação na aplicação das políticas públicas urbanas e/ou culturais entre a sede municipal e os distritos, subdistritos ou localidades rurais, os dois secretários municipais entrevistados, Sr. Efraim Rocha (Secretário de Cultura) e Sr. Fábio Vieira (Secretário de Obras), afirmaram que:

Os distritos, até um tempo atrás, a gente percebia que não havia, talvez, um olhar tão carinhoso quanto se tem no centro histórico de Mariana. Eu percebo que isso tem mudado especialmente pelas ações muito importantes do próprio Conselho Municipal do Patrimônio. Nós temos distritos em Mariana que são belíssimos, ricos em história, e que também sofreram muito com algum descaso (EFRAIM ROCHA, Secretário de Cultura, informação oral).

Desde que estou aqui, ao que compete a secretaria de obras, temos uma postura de manutenção essencial para o momento econômico em que estávamos vivendo. [...] então o mesmo tratamento que foi dado à sede foi dado também aos distritos. Desde que cheguei, tivemos uma questão de investimento praticamente próximo de zero, mas agora, com o trabalho do prefeito e do vice, junto com os recursos que estão chegando (isso está sendo ampliado), os investimentos e benefícios, que são trazidos para a sede também são levados para os distritos. [...] Teremos praticamente 100% do nosso esgoto tratado, com a recuperação do Ribeirão do Carmo. [...] Nas outras administrações, eu nunca vi um empenho deste, as obras são de infraestruturas estritamente necessárias e o que não é de estrutura urbana é aplicado em reformas de escola, na educação. [...] Eu vejo que a preocupação com a sede e com os distritos é muito bem equilibrada (FÁBIO VIEIRA, Secretário de Obras, informação oral).⁴⁸

Outros atores, incluindo o Vice-prefeito, observaram que há um certo abandono do poder público dos distritos, dos subdistritos e das localidades:

Sinto muita diferença. Acho que a gente está vivendo um problema muito sério nesse aspecto. Acho que precisa urgentemente do rigor do Município, da sede, atingir os distritos, porque é preciso preservar também a forma de cada distrito até pra eles sobrevivam (NEWTON GODOY, Vice-prefeito, informação oral).

Nos distritos, a política pública chega menos. Não conheço muito profundamente a realidade dos distritos de Mariana, mas me parece que o município está mais ausente de uma forma geral, talvez pelo deslocamento, porque não está na sede administrativa, mas existe previsão, chegam serviços, escolas, saúde, mas não tem a mesma abrangência. Em termo de políticas urbanas, especificamente, a gente não vê, não parece que tem uma dinâmica, mas o que também não é tão diferente da sede, têm alguns bairros que não se sabe se a Prefeitura chega e com que frequência chega (Chefe do ET- Iphan - Mariana, informação oral).

A gente nota um descaso ainda maior nos distritos. Nós temos distritos aqui muito importantes, como o de Santa Rita Durão, que tem uma história cultural

⁴⁸ A entrevista com o Sr. Fábio Vieira, Secretário de Obras e Gestão Urbana, foi realizada no dia 01 de agosto de 2019 em sua sala de trabalho, na sede da Prefeitura Municipal de Mariana (bairro Centro). Em sua apresentação ele explicou que estava a frente da Secretaria desde meados de 2017, mas já tinha uma relação com Mariana por ter trabalhado para o setor privado em obras na região, como na construção da Usina Hidrelétrica de Risoleta Neves (Candongia) e em obras de drenagem da mina de Brucutu, São Gonçalo do Rio Abaixo.

fantástica, que tem uma igreja maravilhosa, do século XVIII; o distrito de Camargos, que também tem uma igreja muito antiga; e, lamentavelmente, tem o distrito de Bento Rodrigues que foi destruído pela lama da Samarco, pelos rejeitos de minério que escaparam no rompimento da Barragem de Fundão. [...] nos distritos, eu percebo um descaso ainda maior, inclusive existem algumas ações civis públicas aqui tramitando sobre esses aspectos (GUILHERME MENEGHIN, Promotor de Justiça do MPMG - Comarca de Mariana, informação oral).

O aparente quadro de ausência do Estado, de “abandono” dos distritos, dos subdistritos e das localidades rurais, muitas vezes, pode estar associado a uma relação de dominação que se estabelece nesses territórios, onde existe um interesse das empresas mineradoras em explorar.

A barragem de minérios de rejeitos do Fundão, que rompeu em Mariana no dia 05 de novembro de 2015, fazia parte do Complexo Germano, das empresas Samarco/Vale/BHP Billiton, cuja construção se iniciou entre as décadas de 1960 e 1970. Ao passo que o subdistrito de Bento Rodrigues, localizado a cerca de 6 km do complexo minerário, teve ocupação no período colonial, no início do século XVIII. Assim, a própria instalação de uma barragem, a jusante da comunidade, evidencia uma forte relação de dominação da mineração no território. Conforme afirma uma das moradoras atingidas de Bento Rodrigues:

No Brasil, quem manda é quem tem dinheiro. [...] E tem um interesse da empresa de ficar lá, hoje seria como barragem, mas antes era pra explorar minério mesmo. [...] [Antes do rompimento] eles [Samarco] faziam todo ano um censo, então eles têm todos os dados. Eles sabiam tudo de lá, sabiam como que era minha casa, o tijolo, o telhado, quantos pés de fruta eu tinha [...] só que nunca teve conversa de comprar ou tirar a gente de lá não. [...] Teve época de ter enchente muito forte e de ter boato de arrebentar [a barragem], aí a gente chamava eles, eles iam, a gente falava que estava com medo, que ouvia que eles iam tirar a gente dali, mas eles falavam: ‘Não de jeito nenhum, lá é monitorado 24h e de maneira alguma, nós nunca pensamos em tirar vocês daqui, aqui é seus’. Então agora eles vão ter que assumir. [...] Não quiseram tirar antes, quiseram matar, mas não conseguiram matar. Então é nosso e vai continuar sendo nosso (S. Q., de Bento Rodrigues, informação oral).⁴⁹

Como demonstra a fala da moradora, a empresa incluía, em suas atividades de “planejamento”, levantamentos completos periódicos sobre o subdistrito de Bento Rodrigues e, ainda assim, não cumpriu ou sequer apresentou um efetivo plano de contingência, deixando 20 mortos e uma devastação sem precedentes nos territórios a jusante. A dominação da empresa sobre o território de Bento Rodrigues, áreas de

⁴⁹ A entrevista com S.Q., de Bento Rodrigues, foi realizada no dia 13 de agosto de 2019, em seu apartamento alugado temporariamente, no bairro Barro Preto, Sede de Mariana.

interesse para exploração minerária, era marcante desde antes do rompimento e evidencia, portanto, o fascismo territorial (SANTOS, 2007) e o racismo ambiental (ACSELRAD et al, 2009). Via de regra, a população que habita as áreas de interesse da mineração, e que sofre os maiores riscos, é majoritariamente pobre e negra. Bento Rodrigues, localidade situada imediatamente à jusante do Complexo de Germano, possui população majoritariamente negra (84%)⁵⁰, conforme pesquisa desenvolvida por Wanderley (2015).

A população dessas áreas de interesse tem na agricultura e na criação de animais os principais meios de subsistência e renda. São, na maioria das vezes, pessoas com modos de vidas fortemente vinculados à natureza, à terra e a práticas tradicionais que passam de geração a geração (figuras 13 e 14). Existem situações em que as áreas de interesse da mineração pertencem aos povos indígenas ou quilombolas e, nesses casos, as empresas incidem de forma ofensiva, ignorando as questões socioambientais e restringindo o direito de consulta livre, prévia e informada. Fica claro que a regulamentação das terras a serem exploradas e lavradas ficará a cargo das empresas interessadas e do poder público à revelia da população atingida. As empresas mineradoras exercem pressão sobre as comunidades para avançarem com a mineração sobre novas áreas e buscam realizar a compra individualizada das propriedades, como parte de uma estratégia para enfraquecer os moradores que relutam em deixar o local.

As comunidades ficam reféns das empresas que, apesar de conhecerem, ignoram os riscos e pressionam os órgãos licenciadores para que possam empreender suas operações da maneira ainda mais rápida e menos onerosa, tomando para si os territórios. As variações do valor do minério no mercado (períodos do *boom* e *pós-boom* das *commodities*) incidem em momentos de alta produção, fora da margem de segurança, significando, portanto, mais rejeitos armazenados nas barragens. Estes, por sua vez, não são fiscalizados pelo Estado, dentre outros fatores, por um processo de sucateamento dos órgãos fiscalizadores.

⁵⁰ A pesquisa de Wanderley (2015) considerou as informações do censo do IBGE (2010), para os moradores do “aglomerado rural” associado ao setor censitário do distrito de Santa Rita Durão, uma vez que Bento Rodrigues (com 492 habitantes) representava a quase totalidade da população rural de Santa Rita Durão (500 habitantes). O mesmo estudo foi realizado para Paracatu de Baixo (subdistrito do distrito de Monsenhor Horta), onde 80% da população rural se autodeclarou negra.

Figura 13: Capela de São Bento e cenas de Bento Rodrigues antes do desastre



Fonte: Fernando Mendes. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/place/Bento+Rodrigues>. Acesso em: outubro/2019.



Fonte: acervo moradores atingidos de Bento Rodrigues (cedido para a pesquisa).

Figura 14: Capela Santo Antônio e cenas de Paracatu de Baixo antes do desastre



Fonte: acervo moradores atingidos de Paracatu de Baixo (cedido para a pesquisa).

O Estado muitas vezes se torna um aliado das empresas no processo de dominação sobre os territórios, sob forte influência de alguns políticos beneficiados pelas mineradoras nas suas campanhas eleitorais e, portanto, são incapazes de romper com o modelo exploratório da mineração que somente visa à majoração do lucro em detrimento dos direitos coletivos e da justiça social e ambiental.

No estado de Minas Gerais o órgão responsável pela publicação do Inventário de Barragens do Estado de Minas Gerais – em que são listadas barragens de empreendimentos minerais ou industriais para contenção de rejeito ou água – é a Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), sendo que a fiscalização ocorre de forma complementar ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), que, conforme art. 5º da Lei Federal nº. 12.334/2010⁵¹, é o responsável pela fiscalização do plano de segurança da barragem e da revisão periódica de segurança das barragens de mineração.

Conforme Santos e Wanderley (2106), no referido inventário da FEAM, as três barragens da Samarco em Mariana – Fundão, Germano e Santarém – todas de Classe III (de alto potencial de dano ambiental e, portanto, com auditorias anuais, conforme a FEAM), tiveram sua estabilidade garantida pelo auditor. No entanto, segundo os autores, não se veem resultados no sentido de buscar a segurança, mesmo nos casos das barragens que, reincidentemente, não possuem estabilidade garantida pela FEAM, o que demonstra tanto a fragilidade da legislação como do sistema de monitoramento, com reduzido quadro técnico, estrutura e condições financeiras nos órgãos estadual e federal.

Especificamente quanto à barragem do Fundão, seu licenciamento ambiental foi aberto, em 2005, no órgão responsável – Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais (COPAM) – que integra a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), num momento de elevação do preço do minério de ferro e, portanto, de expansão estratégica da exploração pela empresa Samarco.

⁵¹ Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12334.htm. Acesso em: 23 out. 2009.

A barragem é do tipo alteada à montante, ou seja, vão sendo construídos degraus sobrepostos à estrutura original, utilizando os próprios rejeitos de minério depositados (figura 15), técnica mais barata e insegura.

Conforme Santos e Wanderley (2016), em 2005, foi apresentado o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA - RIMA), analisado pela FEAM, sendo a primeira concessão de licença para operação dada em 2008. Em 2011, foi aberto processo de pedido de renovação de licença pela empresa, concedido no mesmo ano. Em 2012, foi apresentado EIA - RIMA para otimização da barragem do Fundão, no contexto do projeto de expansão da empresa chamado P4P. Em 2013, outro EIA - RIMA foi encaminhado para “unificação e alteamento” das barragens de Fundão e Germano, significando a elevação das barragens e a reativação da barragem de Germano desativada desde 2009, para a ampliação da capacidade de armazenamento de rejeitos da empresa da forma mais barata, rápida e eficiente (aproveitando as estruturas e sistema de recirculação de água). No mesmo ano, houve um pedido de renovação de operação da barragem de Fundão. Em 2014, a licença prévia de instalação e otimização da barragem de Fundão foi concedida e, em junho de 2015, foi concedida a licença prévia de instalação para unificação de Fundão e Germano. Ainda, em julho de 2015, cerca de quatro meses antes do rompimento, a barragem do Fundão teve sua estabilidade atestada por engenheiro da empresa VogBR, apesar de terem sido realizadas obras de alteamento em desconformidade com o projeto apresentado no contexto do licenciamento ambiental (figura 16).

É possível notarmos que o processo de licenciamento foi fragmentado, o que, conforme Santos e Wanderley (2016), significa análises sem a transparência devida e os debates necessários com a sociedade. Além disso, os autores apontam que a estratégia de implementar obras mais baratas, independente dos riscos associados, condiz com o início da retração dos preços na fase pós-*boom* dos minérios e pode afetar a segurança e a qualidade das obras, como de fato se concretizou.

Figura 15: Infográfico sobre os tipos de alteamento de barragem de minério à montante (Fundão e Germano), à jusante e central

Barreira inicial

É construída para reter o rejeito que será dispensado ou a água a ser utilizada pela mineradora. Pode ser ampliada quando necessário por meio de diferentes métodos.



Barragem à montante*

O mais barato e com menor grau de segurança. A barragem é feita a partir de degraus construídos com o próprio rejeito, e erguidos a sobre a estrutura inicial.



Barragem à jusante

Construção "abraça" a barragem, a partir da parte seca, permitindo o alteamento. Estrutura entra contra os rejeitos. É mais segura, pois o reservatório é reforçado à medida que cresce.



Barragem central

Os degraus são construídos uns sobre os outros. Também há reforço da barragem inicial. Também é considerado um método mais seguro que à montante.



Fonte: "Especialistas". Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/mineradoras-têm-até-agosto-para-retirar-trabalhadores-de-área-de-risco-de-barragens-1.694767>. Acesso em: outubro/2019.

Figura 16: Alteamento da barragem do Fundão, conforme aprovado no licenciamento ambiental (a); e conforme executado (b).



a.



b.

Fonte: TV Globo. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2016/01/mudanca-na-barragem-pode-ter-contribuido-para-desastre-diz-mp.html>. Acesso em: outubro/2019.

Ainda, em 2013, o Ministério Público solicitou laudo para avaliar a revalidação da licença operacional da barragem de Fundão, que destacou algumas recomendações relativas à segurança de seu uso:

1) Recomenda-se que a condicionante de monitoramento geotécnico e estrutural dos diques e da barragem seja realizada periodicamente, com intervalo inferior a um ano entre as amostragens. 2) Recomenda-se a apresentação de um plano de contingência em caso de riscos ou acidentes. Além disso, a comprovação de efetividade do plano de contingência é condicionante, conforme deliberação Normativa Copam nº 62/2002, dada a presença de população na comunidade de Bento Rodrigues, subdistrito do município de Mariana-MG. Esta condicionante não foi mencionada nesta Revlo. 3) Recomenda-se uma análise de ruptura (*Dam-Break*), que estava prevista para ser entregue à Supram em julho de 2007, segundo PCA do projeto da Barragem de Rejeitos do Fundão. A validação do projeto final atrelada ao plano de monitoramento físico do empreendimento é de extrema importância para garantir a segurança e integridade do meio ambiente (INSTITUTO PRÍSTINO, 2013, p. 2).

O mesmo laudo chama a atenção para os fatores de insegurança advindos da relação entre a barragem de rejeitos de Fundão e as demais estruturas minerárias do Complexo da Alegria, o que demonstra o conhecimento dos riscos pela empresa:

Foi constatado, conforme parecer técnico anexo ao presente parecer, que ocorre sobreposição da ADA9 da Barragem do Fundão e da ADA da Pilha de Estéril União, da Vale S.A. Tal informação foi identificada unicamente na retificação do Projeto de Utilização Pretendida (PUP) para a área a ser desmatada. Com efeito, notam-se áreas de contato entre a pilha e a barragem, situação não recomendada para ambas as estruturas devido à possibilidade de desestabilização do maciço da pilha e da potencialização de processos erosivos. Enquanto a pilha de estéril requer baixa umidade e boa drenagem, a barragem de rejeitos tem alta umidade, pois é reservatório de água (INSTITUTO PRÍSTINO, 2013, p. 3).

Ainda assim, nenhuma providência foi tomada pelas empresas responsáveis. Segundo Santos e Wanderley (2016), o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton ilustra como as práticas corporativas e as opções técnicas de mineradoras em operação no Brasil têm sido pouco orientadas pelas agências estatais encarregadas de sua regulação pública, seja por sua inépcia financeira, técnica e operacional, seja por sua inação seletiva. Na realidade tal “inação seletiva” pode ser caracterizada como uma estratégia do Estado, mantendo o poder nas mãos das grandes empresas, o que se reforça em governos privatistas e antidemocráticos. Independentemente dos riscos sociais e ambientais, a obtenção do lucro das empresas é o que se leva em conta em primeiro lugar.

Assim, fica evidente que as empresas da mineração possuem uma relação de dominação, especialmente nas pequenas e médias cidades, *tomando* os territórios, principalmente, onde possuem interesse em lavar. Ao estudarmos o caso de Mariana, podemos notar que nem sempre as cidades patrimonializadas tornam-se palco dos interesses do mercado através dos grandes projetos de renovação (ou “revitalização”) urbana, mas sim, a partir de outras estratégias, como a exploração predatória de recursos minerais. Ainda que as ferramentas sejam outras, a lógica é a mesma: da privatização e controle territorial para o lucro e benefício dos grupos que detém o poder econômico.

É nesse contexto de dominação, de dependência e também de apropriação, de luta e de resistência que se insere o rompimento da barragem de rejeitos de minério do Fundão, em Mariana, que será abordado no próximo capítulo, especialmente, a partir das vozes de moradores atingidos das localidades de Bento Rodrigues, Camargos, Ponte do Gama, Paracatu de Cima, Paracatu de Baixo, Boba, Pedras, Campinas.

Ainda que o rompimento da barragem do Fundão seja considerado o maior desastre socioambiental do país e o maior relacionado a barragens de mineração no mundo em relação ao volume de rejeitos derramados no meio ambiente e a extensão territorial percorrida, é fundamental notar que, no início de 2019, o estado de Minas Gerais foi lócus de outro desastre-crime: o rompimento de barragem de rejeitos de minério no Córrego do Feijão, de propriedade da empresa Vale S.A., localizado no município de Brumadinho e que matou cerca de 300 pessoas. Importante notar que em diversos municípios de Minas Gerais (e de outros estados brasileiros) os moradores, até o presente momento, vivem em estado de alerta e medo constante desde o anúncio de risco de novos rompimentos, como em Congonhas e Barão de Cocais, onde diversas famílias foram deslocadas compulsoriamente e tiveram suas vidas transformadas desde então.

Nesse sentido, cabe lutarmos contra a tomada dos territórios pelos interesses do mercado e defendermos esses territórios para que sejam *tomados* pelos muitos outros, pelos moradores, pelos sujeitos e coletividades que se apropriam no cotidiano desses espaços.

3. DA CRISE AO CRIME, DO CRIME À CRISE: ROMPIMENTO E RUPTURAS

*O Rio? É doce.
A Vale? Amarga.
Ai, antes fosse
Mais leve a carga.
Quantas toneladas exportamos
De ferro?
Quantas lágrimas disfarçamos
Sem berro?*

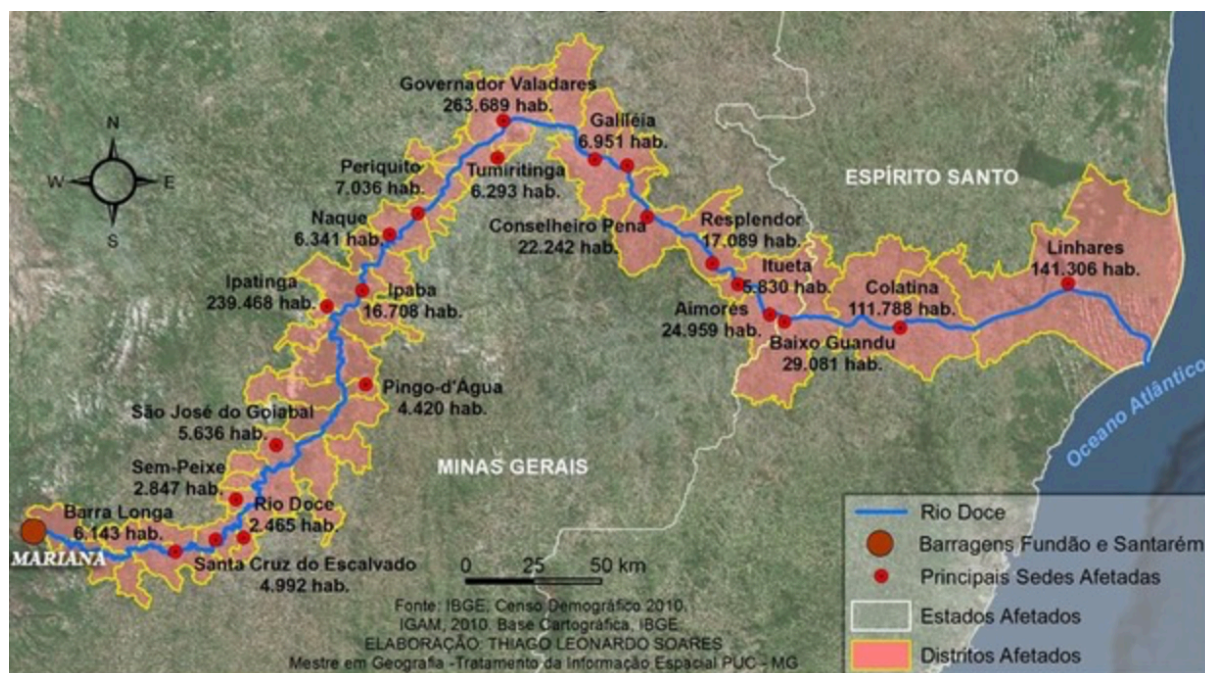
(Lira Itabirana, de Carlos Drummond de Andrade, 1983)

*A gente tinha a vida tranquila, beleza, sossegada
e essa tragédia arreventou nós tudo.
(J. G., de Pedras, informação oral).*

Cinco de novembro de 2015. Rompeu a barragem denominada Fundão sob responsabilidade das empresas Samarco Mineração S. A., Vale S. A., BHP Billiton Ltd., situada no município de Mariana, Minas Gerais, lançando com força brutal no córrego Santarém uma avalanche de mais de 40 milhões de m³ de rejeitos de minério que chegou ao rio Gualaxo do Norte, ao rio Piranga e percorreu todo o Rio Doce, atingindo diversos sujeitos e localidades dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, até desaguar no Oceano Atlântico, depois de 16 dias (figura 17). Um desastre-crime socioambiental sem precedentes no país e no mundo. Em Mariana, um distrito, sete subdistritos e uma localidade rural foram atingidos, sendo ao todo nove territórios: Bento Rodrigues, Camargos, Bicas, Ponte do Gama, Paracatu de Cima, Paracatu de Baixo, Boba, Pedras e Campinas (figura 18).

Com exceção de Bicas, onde parece não haver habitantes, em todos os demais territórios seus moradores foram gravemente impactados. Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo foram os subdistritos mais destruídos do ponto de vista material, significando o deslocamento compulsórios de centenas de famílias, enquanto nas demais localidades as casas destruídas foram pontuais, o que não quer dizer que existam atingidos “diretos” e “indiretos”. Diferentemente das hierarquias impostas pelas empresas danosas no intuito de minimizar suas responsabilidades na reparação dos danos e de criar disputas internas entre os moradores, enfatizamos que a luta por direitos nos territórios de Mariana nos ensina sobre equidade e coletividades no “ser atingido” (figura 19).

Figura 17: Trajeto da lama de rejeitos de minério pelos estados de Minas Gerais e Espírito Santo



Fonte: Mapa utilizado na ação movida contra a BHP Billiton na Inglaterra. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/desastre-de-mariana/>. Acesso em: outubro/2019.

Figura 18: Trajeto da lama de rejeitos de minério em Mariana



Fonte: Autora, sobre imagem satélite do Google Earth.

Figura 19: Ser atingido [“colagem” Jornal A Sirene]

Ser atingido

|| Ser atingido, é um sentimento que me põe a pensar o porque? Por que isso aconteceu? Ser atingido não foi uma escolha minha nem sua, mas agora a luta é nossa.

|| Ser atingido eu entendo que é a mesma coisa que a gente tomar uma pancada, tipo uma pancada de carro e tudo que está em volta se encerra. Ser atingido é as pessoas esquecerem da gente, as pessoas esquecerem que houve alguma coisa. É as pessoas esquecerem que a gente vive, a gente respira e a gente quer sobreviver, apesar de tudo.

|| Ser atingido é você perder tudo. É você ser julgado e não ter os direitos reconhecidos. A cada audiência, a cada dia você se humilhar para tentar ter seus direitos reconhecidos. Ser atingido é a pior coisa que pode acontecer com o ser humano no mundo.

|| Ser atingido é dormir lutando e acordar lutando, e isso parece não ter fim. Ser atingido é uma sensação nada agradável, mas é desafiador. Quando penso que não vou aguentar e a vontade de desistir vem, me recarrego e continuo lutando pelos nossos direitos. Mas uma coisa é certa, não desejo isso para ninguém!

|| Por ser atingido, sinto a minha alma fragmentada porque eu tinha uma vida ativa. Tinha a minha horta lá na roça, tinha o meu serviço, a minha convivência com os meus vizinhos. É muito difícil olhar para trás e ver que você perdeu tudo.

|| Ser atingido é sofrer de um mal que vai correndo a gente aos poucos. Perder tudo aquilo que você planejava, ter que aprender a viver de novo, começar do zero e ter que lutar para conquistar aquilo que você trabalhou a vida inteira.

|| Ser atingido é ter nossas vidas paradas por dois anos. Ser atingido é ter perdido tudo, assim como nós perdemos. Ter visto o avalanche de lama levar tudo. Ser atingido é ter nosso projeto de vida abandonado lá em Paracatu. Ser atingido é não poder ver nossas crianças crescendo nos nossos distritos, nos laços familiares que tínhamos. Ser atingido é estar aqui brigando por uma causa coletiva.

Fonte: Jornal A Sirene, Ed. 20, nov. 2017. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/edicoes>. Acesso em: outubro/2019.

Aprender a ser atingido

(Lemos a toda semana aprendendo. Ser atingido também requer aprendizagens. Na última edição, além da matéria completa de atingido e disse que além de cobrir o dia a dia e início de um, cobrimos todos os dias com os meus alunos de Paracatu sobre o rompimento da barragem de Fundão.



Fonte: Jornal A Sirene, Ed. 7, out. 2016. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/edicoes>. Acesso em: outubro/2019.

Ser atingida

“A lama veio e acabou com meus planos e minha paz. Tenho sessenta anos e vou esperar três anos para ter minha vida de volta.

Eu era muito feliz debaixo das árvores do meu quintal. Como alguém pode pensar que eu não tinha nada em Paracatu?

Moro numa casa confortável sim, mas que não é minha. Não tenho esperança de quase nada. E como sempre vou continuar lutando”.

A barragem na sua vida

“Não esperava um dia estar aqui em Mariana, como estou hoje. Dependendo dos outros. A barragem foi a pior coisa que aconteceu na minha vida. Trabalhei tanto, lutei tanto... Quero minha casa. Tenho muitos questionamentos. Se receber outra casa pode ser até melhor, mas igual a antiga nunca mais.”

Fonte: Jornal A Sirene, Ed. 10, jan. 2017. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/edicoes>. Acesso em: outubro/2019.

Ser atingido

Somos sujeitos de direitos e queremos ser reconhecidos como tais. Desde o 05 de novembro lutamos para que todos tenhamos a oportunidade de recuperar nossas vidas dignamente.



Fonte: Jornal A Sirene, Ed. 8, nov. 2016. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/edicoes>. Acesso em: outubro/2019.

Importante destacarmos que muitos sujeitos ao longo da bacia do rio Doce ainda não foram reconhecidos como atingidos pelas empresas responsáveis. Trata-se de uma dominação também simbólica, onde as empresas possuem o poder de definir quem é (e quem não é) atingido e, portanto, de distinguir como serão conduzidas as ações de indenização, reparação e compensação pelos danos.

Na verdade, embora o termo apareça em documentos técnicos e remeta a dimensões econômico-financeiras, a noção não é nem meramente técnica, nem estritamente econômica. Conceito em disputa, a noção de atingido diz respeito, de fato, ao reconhecimento, leia-se legitimação, de direitos e de seus detentores. Em outras palavras, estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por determinado empreendimento, significa reconhecer como legítimo – e, em alguns casos, como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária. Isto explica que a abrangência do conceito seja, ela mesma, objeto de uma disputa. (VAINER, 2008, p. 40).

Os termos utilizados para designar o rompimento da barragem do Fundão também se inserem num contexto de disputas de narrativas (MARQUES; NOGUEIRA, 2017). O termo desastre-crime, conforme explicado, pareceu-nos o mais recorrente nas falas da população atingida de Mariana, particularmente daqueles entrevistados nesta pesquisa e é, portanto, aqui utilizado. Ao ser perguntado, um dos sujeitos entrevistados, que é mudo, se comunica principalmente pela escrita e tem acompanhado e registrado a luta em seus cadernos nesses últimos quatro anos, foi seguro ao escrever na ocasião da entrevista aquelas palavras que não deveríamos utilizar, como “tragédia”, “evento”, “acidente”, “afetado”, dentre outros, e confirmou que o termo “desastre-crime”, em sua opinião, seria o mais adequado.

Também no sentido de confrontar o uso de termos como “acidente”, utilizados pelas empresas responsáveis (e incluindo alguns atores institucionais) para distorcer e tentar minimizar as dimensões e gravidade do que já que se comprovou como um crime, pesquisadores sob uma perspectiva crítica têm indicado a utilização de conceitos como “desastre sociotécnico”, uma vez que evidencia a existência de uma rede sociotécnica por trás do desastre, para além de uma avaria ou erro técnico (o que poderia ser enquadrado como “desastre tecnológico”), envolvendo “falhas da governança ambiental, produtoras de novos padrões de vulnerabilidade que expuseram, de fato, a população ao risco” (ZHOURI *et al.*, 2018, p. 40). Os autores esclarecem que o caso do rompimento da barragem do Fundão não deve ser avaliado como um “conflito socioambiental” que se “resolve” pela mediação e negociação.

O deslocamento da administração desses desastres – da esfera da investigação criminal e da judicialização para o eixo do tratamento gerencial conferido aos ‘conflitos ambientais’ ou ‘socioambientais’ – expõe tecnologias diversas de prevenção de disputas, com ênfase em acordos orientados à construção de pretensos pactos entre partes potencialmente litigantes (ZHOURI *et al.*, 2018, p. 37).

Passados quatro anos do desastre-crime (crime doloso), continuado, o processo de dominação instaurado pelas empresas responsáveis se apresenta nas mais diversas formas de violação de direitos: direito à moradia digna, direito ao reestabelecimento dos seus modos de vida, direito à informação sobre estudos e ações empreendidos pelas empresas; direito à apropriação com segurança nos territórios atingidos; direito à participação efetiva nas tomadas de decisão; direito à memória e à cultura; dentre outros.

Conforme Benson e Kirsch (2010) a análise dos padrões de comportamento das indústrias ou empresas danosas normalmente passam por três fases, da negação; do reconhecimento e acomodação; e do envolvimento estratégico, fases que para Milanez *et al.* (2018) já podem ser lidas no contexto do desastre-crime da Samarco/Vale/BHP Billiton.

Sobre a fase da negação, para Milanez *et al.* (2018) imperava, em um primeiro momento, a desinformação acerca de diversas questões, tais como: o risco de novo rompimento de barragem no Complexo Germano, onde se localiza a barragem de Fundão, além de outras duas (Santarém e Germano); a contenção do rejeito restante na barragem de Fundão; a toxicidade da lama de rejeitos; e o conhecimento prévio do risco de rompimento da barragem. Importante notarmos que no momento imediato ao ocorrido, as empresas negaram sua responsabilidade e criaram falsas narrativas em torno de um tremor de terra e, de certa forma, até o presente momento as empresas ainda insistem na postura da negação, na medida em que recorrem judicialmente a multas pelos danos ambientais. E, sobre a toxicidade da lama e os agravos à saúde da população que ainda estão expostos a esses rejeitos, notícia bastante recente denuncia que as empresas tinham conhecimento, desde março de 2019, sobre os resultados de estudo – que comprova altos índices de metais pesados na poeira que se encontra em diversas moradias situadas em territórios atingidos dos municípios de

Mariana e Barra Longa –, entretanto, sequer informaram à população atingida, muito menos foram tomadas providência sobre o tema⁵².

A fase de “reconhecimento e acomodação” segundo Milanez *et al.* (2018) pode ser identificada nas ações emergenciais de abastecimento de água em municípios ao longo da Bacia do Rio Doce e nas assinaturas de convênios com instituições de renome⁵³. E a terceira fase “de envolvimento estratégico” se inicia com a assinatura do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), sobre o qual trataremos adiante, quando há a criação da Fundação Renova que passa a assumir a responsabilidade pelo processo de identificação de atingidos e negociação das compensações e indenizações, num processo de privatização da implementação da política ambiental (SANTOS e MILANEZ, 2018).

Particularmente em Mariana é inegável a gravidade dos danos e as alterações nos modos de vida, principalmente daqueles que foram deslocados compulsoriamente ao perderem suas casas, terras, plantações, criações, fonte de trabalho e renda, formas de lazer e socialização, etc. Muitas dessas pessoas, antes, viviam em áreas com características rurais – com outras vistas das janelas, outros estímulos, outra velocidade, outros afazeres cotidianos – e estão vivendo em áreas urbanizadas na sede municipal. Ao mesmo tempo, famílias que continuam no convívio diário com os rejeitos de minério – sob suas casas, nos quintais, ruas, rios e cachoeiras – vivem em estado de alerta, incerteza e insegurança.

Sob esse contexto, percebemos pelo menos três momentos que demonstram como o desastre-crime pode ser considerado doloso e continuado. O primeiro relacionado às instalações do empreendimento minerário a montante de localidades onde já habitavam centenas de pessoas, evidenciando as práticas de fascismo territorial e de racismo ambiental, característicos das grandes empresas mineradoras. Além disso, a barragem do Fundão estava em obras de ampliação, com falhas no processo de licenciamento, não tendo recebido fiscalização adequada pelos órgãos estatais responsáveis, para além do contexto legislativo, em que leis são constantemente flexibilizadas para beneficiar as empresas, conforme já abordado.

⁵² Disponível em: <https://apublica.org/2019/11/revelamos-o-alarmante-estudo-escondido-pelo-governo-de-minas-e-pela-fundacao-renova/>. Acesso em: 05 nov. 2019.

⁵³ Conforme explica os autores um dos primeiros convênios firmados foi com o Instituto Terra, do fotógrafo Sebastião Salgado, como forma de produzir certa legitimidade e capturar parte do prestígio do fotógrafo.

O segundo momento do desastre-crime é decorrente do rompimento da estrutura em si, pois, mesmo com o conhecimento sobre a instabilidade física da barragem, a empresa Samarco mostrou-se negligente e não garantiu a segurança nos territórios atingidos, sequer foram acionadas sirenes no momento do rompimento. E, nos dias corridos após o desastre-crime, impediu acessos em alguns territórios, isolou outros, e ignorou a própria existência de danos em alguns territórios, principalmente aqueles com menor visibilidade na mídia e entre os poderes locais.

E o terceiro momento refere-se ao cenário que vem sendo estrategicamente desenhado pelas empresas Samarco/Vale/BHP Billiton desde o dia 05 de novembro de 2015, com avanços ínfimos e lentos no que se refere à reparação integral pelos danos gerados e com uma reincidência de violações de direitos que resultam na acentuação das injustiças sociais nos territórios.

3.1. O TRAJETO DOS REJEITOS DE MINÉRIOS DO FUNDÃO EM MARIANA

Do momento do primeiro tremor, por volta das 15h30, ao estrondo e à abrupta ruptura da estrutura, poucos minutos passaram-se, levando de imediato a vida de um técnico da empresa Samarco, um empregado de empresa fornecedora de produtos e doze trabalhadores de empresas terceirizadas.⁵⁴ Apenas um trabalhador arrastado pela lama de rejeitos conseguiu sobreviver e, segundo o seu relato (SERRA, 2018, p. 21): “A lama entrou pelo nariz, pelos ouvidos... fiquei com o gosto de lama na boca por três meses. A enfermeira tentou tirar a lama e limpar meus olhos, mas eu não conseguia ficar com os olhos abertos. A areia arranhava. Não sei como eu consegui sobreviver”. A lama de rejeitos de minério:

[...] ainda dentro da área industrial da Samarco, deparou-se com uma barragem menor, de água, Santarém [...]. A massa, então, misturou-se à água, o que deu mais fluidez e velocidade à avalanche [...]. O mar vermelho de lama tóxica agregou escombros das estruturas, pedras, caminhões, carros, tratores, caçambas, placas de sinalização, equipamentos, uma massa descomunal de detritos sólidos que agigantava os vagalhões e multiplicava sua capacidade de destruição de forma incomensurável (SERRA, 2018, p. 22).

⁵⁴ Foram mortos 04 motoristas, 01 servente, 01 operador de máquinas e 01 operador de escavadeira da empresa Integral Engenharia; 01 motorista da empresa Vix Logística; 02 mecânicos de manutenção da empresa Manserv; 01 sondador e 01 auxiliar de sondagem da empresa Geocontrole. Notamos que os funcionários terceirizados, que possuem as condições mais fragilizadas e instáveis de contratação, são aqueles que se encontram na “linha de frente” das “zonas de sacrifício”.

As outras pessoas que perderam suas vidas pelo impacto direto da lama⁵⁵ estavam no subdistrito de Bento Rodrigues, primeira localidade devastada pela onda de rejeitos, situado a 5,5 km a jusante de Fundão (figura 20). Dos 612 moradores, estima-se que 400 estavam em Bento naquele momento, sendo que nenhum plano de emergência com sistema de alarmes foi acionado pela empresa Samarco. A “sirene”, conforme noticiado na mídia, veio de uma das moradoras que, assim que soube, deslocou-se até Bento em sua moto (desde uma área onde estava trabalhando a cerca de 3 km de distância) e percorreu praticamente todas as ruas do povoado buzinando e implorando pra que todos corressem rumo ao morro mais próximo. Conforme depoimento (SERRA, 2018, p.23-24), a moradora gritava: *“corre que a barragem rompeu [...] Mãe, sai correndo todo mundo que a barragem estourou, senão nós vamos morrer, todo mundo. Corre que eu vou avisar o resto do pessoal”*. Os moradores de Bento assistiram perplexos do alto a todo o patrimônio construído por eles sendo levado pela lama de rejeitos. Um tempo depois, chegaram os helicópteros do Corpo de Bombeiros e da Polícia Civil e Militar para os resgates ainda possíveis, depois da devastação. À noite, totalmente ilhados, os moradores organizaram-se nas casas não afetadas pelos rejeitos, mesmo sem luz elétrica, para que todos se alimentassem. Muitos passaram a noite em claro, ainda sem acreditar naquele pesadelo e só foram “resgatados” no dia seguinte pela manhã, quando foram alojados no ginásio de esportes (Arena Mariana), localizado na sede do município, e depois realocados para pousadas e hotéis situados em diferentes bairros, de modo a desarticular o diálogo entre eles e onde já foram iniciadas as primeiras aplicações de questionários pelas empresas responsáveis.

Conforme nos mostram as figuras 21 e 22 o subdistrito de Bento Rodrigues foi arrasado pelos rejeitos de minério decorrentes do rompimento da barragem do Fundão.

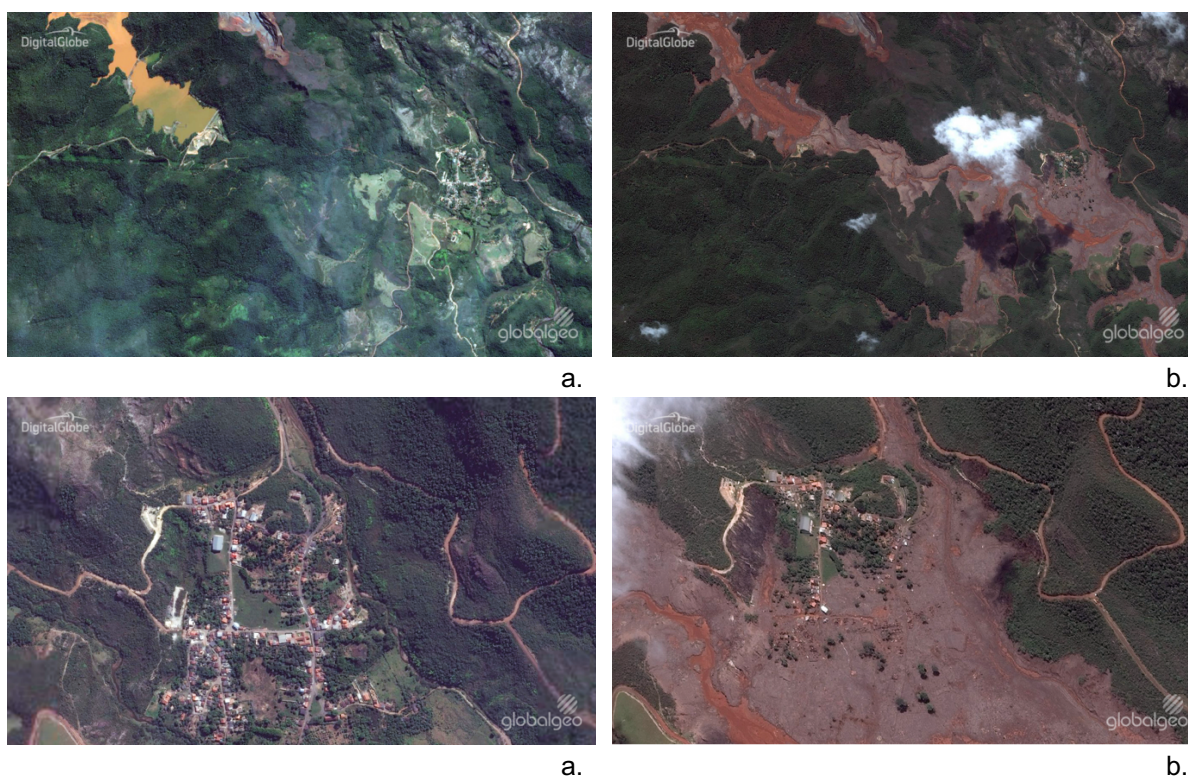
⁵⁵ Foram mortos 04 moradores de Bento Rodrigues, 01 visitante moradora de Contagem (3 idosos e 2 crianças) e houve ainda um aborto, sendo assim, foram, no total, 20 vidas perdidas pelos impactos diretos do rompimento da barragem de rejeito de minério do Fundão. Os problemas de saúde decorrentes do trauma resultaram em ainda mais vítimas, aumentando essa conta.

Figura 20: Complexo Germano e a proximidade com o subdistrito de Bento Rodrigues



Fonte: Nexo Jornal. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/especial/2016/11/04/Mariana-a-gênese-da-tragédia>. Acesso em: outubro/2019.

Figura 21: Imagens de satélite de Bento Rodrigues antes (a) e depois (b) do rompimento da barragem do Fundão



Fonte: Global Geo. Disponível em: <https://gizmodo.uol.com.br/imagens-satelite-barragem-mariana-mg/>. Acesso em: outubro/2019.

Figura 22: Bento Rodrigues tomada pelos rejeitos de minério



Fonte: Lucas Godoy (cedidas para a pesquisa).

O rompimento em si, ver o Bento destruído, já foi muito difícil, pareceu que a gente estava em outro mundo. E aquela questão também que me fazia pensar: 'Gente, a Samarco com aquela segurança toda que ela falava, exigia de nós funcionários lá dentro da empresa, deixou isso acontecer. Um absurdo! Ter uma falha?' Não foi fácil a gente conseguir ver, com a empresa que zelava tanto pelo nome. [...] Eu, como ex-funcionário, jamais imaginava que ela [a empresa] fosse construir uma barragem pra romper. [...] E no dia que a barragem rompeu tinha exatamente um ano e um dia que eu tinha aposentado e desligado da Samarco, pra eu viver a vida de aposentado em Bento Rodrigues (M. M., de Bento Rodrigues, informação oral).

Nos dias corridos após o rompimento, os moradores de Bento Rodrigues, ainda em luto, mas no ímpeto de recuperarem animais de estimação, objetos pessoais, etc., foram impedidos de entrar no território. O discurso da segurança por conta de um possível rompimento da outra barragem, de Germano, prevalecia entre as autoridades, principalmente. Contudo, o que se pôde perceber foi a falta da garantia da segurança sobre as casas e pertences dos moradores no território atingido. Em pouco tempo, como relatado pelos moradores (e como pode ser confirmado no território atingido atualmente), as casas e estabelecimentos comerciais, que não foram atingidos pela lama de rejeitos por estarem situadas em porção mais elevada do território, foram completamente saqueados. Até mesmo a Igreja Evangélica foi alvo dos saques, ao que tudo indica, só se salvando a Capela de Nossa Senhora das Mercês. Os saques foram acompanhados, ou melhor, parecem ter sido orquestrados pelas próprias empresas responsáveis pela destruição, com presença de policiais⁵⁶, conforme os relatos dos moradores:

Quantas vezes eu chegava até no alto e voltava, quantas vezes a gente chegava ali no alto, às vezes sábado chegava aqui no Bento e eles não deixavam entrar. A gente atravessou tanta lama. [...] O que tinha polícia, de segurança, vocês não têm noção. Era polícia militar, aqueles camburões que eu nunca tinha visto na minha vida. Era policiamento demais. Eles entravam e saíam com caminhão de coisa (M. S., de Bento Rodrigues, informação oral).⁵⁷

Tanque, pia, móvel, levaram tudo. Gente da região. Eles [das empresas] deixaram levar porque pensaram: 'Ah, acabou isso aí, nós vamos tomar isso pra gente' (M. Q., de Bento Rodrigues, informação oral).⁵⁸

⁵⁶ Disponível em:

https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/12/02/interna_gerais,713352/sobreviventes-da-tragedia-de-mariana-relatam-saques-em-bento-rodrigues.shtml. Acesso em: 14 out. 2019.

⁵⁷ A entrevista com M. S., de Bento Rodrigues, foi realizada no dia 27 de julho de 2019 no território atingido de Bento, antes da festa de São Bento.

⁵⁸ A entrevista com M. Q., de Bento Rodrigues, foi realizada no dia 27 de julho de 2019 no território atingido de Bento, antes da festa de São Bento.

A segunda localidade atingida foi Camargos. Ainda que não tenham sido destruídas casas no centro do distrito, cuja ocupação no período colonial é também do início século XVIII, uma das principais destruições ocasionadas pela lama de rejeitos foi a ponte da Estrada Real que liga Camargos a Bento Rodrigues e Santa Rita Durão. Desde a cachoeira, um dos principais pontos de encontro dos moradores de Camargos, avistam-se as marcas da lama de rejeitos deixadas nos troncos das árvores e às margens do rio.

No primeiro momento, foi um choque diante de toda aquela destruição, sentimento de desolamento [...]. Nos dias posteriores à tragédia, medo, insegurança, incertezas. Ficamos sem a ponte nova que interligava o nosso distrito a Bento Rodrigues e Santa Rita Durão, percurso da Estrada Real utilizado pelo policiamento que nos atende, vindo de Santa Rita. Os curiosos e saqueadores tomaram conta de Camargos. As prioridades se concentravam em Mariana. A polícia não atendia ou demorava muito. A defesa civil insistia no nosso afastamento, no afastamento de nossas casas. A segurança pública não nos atendia. [...] Por um bom tempo uma empresa contratada pela Samarco realizou encontros conosco, com o objetivo de criarmos uma agenda de desenvolvimento econômico. De certa forma influenciaram nessa crença de não sermos diretamente atingidos. Esse trabalho não gerou nenhum resultado. [...] É perceptível, o maior impacto causado ao nosso distrito foi a interrupção do percurso da Estrada Real. Antigamente não tínhamos um grande fluxo de visitantes, mas ele acontecia. [...] Por um bom tempo nem mesmo nossos parentes e amigos queriam nos visitar. [...] A pousada do Seu Dario não recebia mais visitantes, o restaurante da Vaninha entrou em crise, assim como a vendinha do Ênio (M. J., de Camargos, informação oral).⁵⁹

Em Bicas, próximo de Camargos, houve a destruição de uma Pequena Estação Hidrelétrica (PCH Bicas), instalada em 1942, não havendo moradores atingidos.

E depois os rejeitos chegaram em Ponte do Gama (figura 23). Em Ponte do Gama, não existe um adensamento de casas, mas sim sítios espaçados. A lama de rejeitos atingiu quatro casas e todos os espaços de encontro, lazer e de festas de Ponte do Gama: a igreja, o centro comunitário, o campo de futebol e a arena de cavalgadas. Conforme relatado por um dos moradores de Ponte do Gama, a lama de rejeitos “chegou a passar por cima do telhado, a onda passou em Ponte do Gama com doze metros de altura. Atingiu o centro comunitário nosso, a capela e mais quatro residências” (M. S., de Ponte do Gama, informação oral).⁶⁰

⁵⁹ A entrevista com M. J. foi realizada no dia 20 de setembro de 2019 na sede de Mariana.

⁶⁰ A entrevista com o M. S., de Ponte do Gama e integrante da Comissão dos Atingidos, foi realizada no dia 13 de setembro de 2019 em sua casa no bairro Barro Preto, Sede de Mariana.

Figura 23: Ponte do Gama tomado pelos rejeitos de minério



Fonte: Lucas Godoy (cedidas para a pesquisa).

Depois de Ponte do Gama, os rejeitos atingiram os subdistritos de Paracatu de Cima e Paracatu de Baixo. Em Paracatu de Cima, os impactos não foram reconhecidos pela empresa Samarco, principalmente naquele momento inicial pós-rompimento. Uma das moradoras relata esse período inicial:

Eu corri pra tirar meu pai e minha mãe de dentro da casa deles, quando a gente chegou na frente da nossa casa, a casa do meu pai e da minha mãe tava tampada de lama em frente à nossa. Ele [marido] foi abrir a porta pra ver como é que tava, a lama tava na nossa porta. Tudo ao redor da gente era lama, aí a gente teve que sair pelos fundos com minha sogra de setenta e tantos anos, minha mãe e meu pai de mais de oitenta, meu filho de três anos que tava com pneumonia. Saímos pelos fundos e fomos esconder na casa do vizinho de cima. [...] Durante o período que eu fiquei na nossa casa – eu, meu esposo e meus filhos – tinha aquele risco do resto do Fundão descer e Germano que era dez vezes maior tava toda trincada. [...] E tudo ao nosso redor era lama, só não entrou dentro da casa. E a gente naquela insegurança, naquele medo. A gente não dormia. A gente trocava, pra eu dormir, ele [marido] tinha que ficar acordado, e a gente ia trocando. Só que na minha vez de dormir, eu não conseguia. Tinha medo dele dormir e o negócio cair na nossa cabeça. Então foi um desespero tremendo (M .C. D., de Paracatu de Cima, informação oral).⁶¹

Seu marido reforça o relato:

Na verdade, a gente tem quatro terrenos. Um foi completamente destruído em Paracatu de Baixo, o que a gente morava em Paracatu de Cima e onde eu produzia leite que eu não conseguia chegar mais porque não tinha acesso. As pontes, as estradas, estavam interrompidas. E isso causou muito transtorno pra nós, porque a gente já tinha uma rotina na nossa vida. Acordava naquele mesmo horário, eu já saía com as marmitas, porque as pessoas que ajudavam a gente, alimentava junto com a gente. E isso tudo foi mudado de uma hora pra outra (M. D., de Paracatu de Cima, informação oral).⁶²

O casal de moradores de Paracatu de Cima explica que foi necessária muita luta para reconhecimento de suas perdas pela empresa responsável pelo desastre-crime:

[...] a Samarco não reconhecia nem eu nem o meu marido como atingidos. Nós fomos deslocados com nossa família pra esse local, mas ao mesmo tempo não era reconhecido. Eu não tinha cartão, meu marido não tinha e eles só pagavam o aluguel da casa pra gente. E aí foi uma luta pra eu conseguir ser reconhecida, eu tive que provar pra eles que eu tinha um terreno, com documento do terreno no meu nome, conta de luz e foto de tudo que eu plantava. Eu tive que provar pra eles, enquanto que a gente sabe que é inversão do ônus da prova (então a gente não tem que provar nada), mas eu

⁶¹ A entrevista com o M. C. D., de Paracatu de Cima, foi realizada no dia 16 de setembro de 2019, no escritório da Comissão de Atingidos, Sede de Mariana.

⁶² A entrevista com o M. D., de Paracatu de Cima, foi realizada no dia 16 de setembro de 2019, no escritório da Comissão de Atingidos, Sede de Mariana.

tive que provar tudo pra Samarco, do que eu tinha perdido, pra eu poder ser reconhecida (M. C. D., de Paracatu de Cima, informação oral).

Em Paracatu de Baixo (figura 24), como em Bento Rodrigues, a grande maioria das casas, escola, creche, igreja, estabelecimentos comerciais foram completamente destruídos. Tratava-se do subdistrito mais desenvolvido daquela redondeza, perto de Borba e Pedras. No caso de Paracatu de Baixo, um helicóptero com equipe da Polícia Militar conseguiu chegar um pouco antes da chegada da lama e a equipe de bombeiros percorreu o subdistrito, alertando os moradores e encaminhando-os para a parte alta onde se encontra o cemitério. Conforme relato do co-piloto da equipe de resgate, transcrito em Serra (2018, p. 31-32): “a tranquilidade do pacato distrito e de seus moradores nem de longe retratava a situação de emergência que estava instalada. [...] Em segundos, o silêncio do lugar se transformou em gritos de pavor e desespero”. Uma das moradoras de Paracatu de Baixo entrevistadas relembra com exatidão aquele momento da chegada dos rejeitos na localidade:

Eu lembro quando eles [equipe de resgate] avisou. João tava tomando banho, ele tinha chegado de Mariana. Aí eu falei: ‘Ô João passou um avião’ e parece que a casa tremeu. [...] Aí Dedé [filha] falou: ‘Mãe, eles tão falando que a barragem da Samarco estourou e é pra gente desocupar aqui, porque a casa eles dão outra, mas a vida eles não dá. E pega só os documentos’. Aí eu falei: ‘Misericórdia!’ E nessa época os meninos [filhos] trabalhavam lá. Ficou todo mundo doido. Aí Dedé foi lembrar dos meninos, aí Dedé desmaiou, foi aquela confusão e João nunca mais que saía do banheiro e eu xingando: ‘Sai João, que tão pedindo pra sair’... ‘lh, aonde, presta atenção Muié, o rio onde que tá e onde que nós tamo. [...] O guarda municipal que tirou ele de casa e ele ainda foi caçar passar no boteco. Aí ele saiu, o guarda falou: ‘Tira o carro, leva o carro’ [...]. Aí eu ainda ri dele, que ele alembrou de tudo, lembrou dos documentos, das coisa dele, tirou, ainda levou uma coberta e uns travesseiro pra dormir. Mas o principal que ele precisava lembrar ele não lembrou não, os remédio, que ele não podia ficar sem eles. Depois que ele chegou lá que ele alembrou dos remédios, aí voltou e buscou os remédios. [...] aí quando ele chegou de volta lá é que começou aquela ventania, aquele mal cheiro, porque a lama veio com mal cheiro né... nossa senhora [...] aí começou o bambu estalar e as casas caindo. E tudo escuro, porque desligou a luz. Era umas oito horas mais ou menos. Fomos pro alto, no caminho de Furquim. Tem até uma placa que eles puseram lá agora. De lá, um bocado saiu pra Furquim, um bocado saiu pra fazenda de Zezinho Salete e chegou de lá pro asfalto. Eu mesmo passei por Furquim [...] e aí fomos pra Mariana né. [...] Graças a Deus, aqui não morreu ninguém. [...] No outro dia que nós viemos aqui na subida, era tudo lama, ali onde era o bar tudo era lama, por ali afora. [...] Fiquei boba com a mão na boca assim olhando lá do alto, falei: ‘Acabou Paracatu, meu Deus do céu’. Era só chorar. [...] Eu não gosto nem de lembrar, foi um sufoco (M. S., de Paracatu de Baixo, informação oral).⁶³

⁶³ A entrevista com M. S., de Paracatu de Baixo, foi realizada no dia 18 de agosto de 2019, em visita à sua casa em Paracatu de Baixo, para onde retornou recentemente com seu marido.

Figura 24: Paracatu de Baixo tomada pelos rejeitos de minério



Fonte: Lucas Godoy (cedidas para a pesquisa).

Em Paracatu, todos se salvaram. Da parte alta, onde se reuniram primeiramente, os moradores seguiram para a sede de Mariana pelo distrito de Furquim ou passando por fazendas próximas. A equipe de resgate retornou a Bento Rodrigues, enquanto a lama seguia seu rastro de destruição por outras localidades de Mariana. Em um primeiro momento, pouco se ouviu das demais localidades atingidas, principalmente das comunidades rurais. O fato é que foram também atingidas, sem um alerta oficial prévio pelas empresas responsáveis ou por representantes do Estado, deixando várias pessoas sem energia elétrica, sem possibilidade de acesso às comunidades vizinhas para conseguir água, sem comida, sem remédios e sem informações precisas sobre o que havia acontecido e o que haveria de acontecer naquele momento e no futuro.

A próxima localidade após Paracatu de Baixo atingida pela lama de rejeitos foi Borba, uma pequena comunidade rural. Lá, a casa de uma mãe com seu filho foi completamente destruída. O rapaz recorda o momento do rompimento da barragem:

Igual no dia que essa barragem estourou. Se eles foram até Paracatu tinha que ter vindo aqui pra baixo pra avisar ué. E se não fosse *Givan*? [...] De Paracatu de Baixo pra baixo ninguém sabia de nada não. O *Givan* veio correndo e falou: 'Ó, eu ouvi um comentário lá em Paracatu que a barragem estourou, tô te falando, mas eu acho que não deve vir até aqui não, mas eu tô avisando e vou descer pra avisar o povo.' Aí acho que entrou nas Pedras, avisou alguém lá. E aí eu já fiquei com aquele grilo na cabeça: 'Será que esse trem vai vir aqui gente?' Comecei a tirar meu leite, daí a pouco a luz acabou. 'Nossa senhora, já chegou em Paracatu'. Aí acabei de tirar leite, corri, coloquei os leite no congelador, subi. Na hora que eu voltei e desci o rio, já vi aquele mundo de trem. Aí lembrei do carro e falei com Dudu, 'pega o carro lá que nós vamo tentar salvar ele'. Aí nós tava no meio do caminho, a lama já tava passando ali já. Aí falamos: 'Vamos tirar o motor'. Tenta subir com o carro. Aí amarrei embaixo do carro, 'Puxa', aí arrebentamo tudo e largamo tudo pra lá. [...] E nós não corria não! Ela [a lama] vinha subindo e nós subia. Aí parei, dali a pouco só ouvia os barulho, começava a passar as vacas. Galinha, peru, porco. Aí mãe fazia que ia desmaiar, e falei: 'Ô mãe, não tem jeito não ué, tem que aguentar'. Aí já não dava pra ver, que passou a noite. [...] lembremo dos porco. 'Ah vamo tirar eles'. Entrei [na lama] com uma marreta de uns cinco quilos e quebrei, quebrei e resgatemo uns porco. A lama tava nas cadeira... e pesada, viu? Aí na hora que passei a mão assim falei: 'Ô Déu, isso aqui num é agua não, isso é um barro fino. Tava escuro. Resgatemo seis porco, um pulou lá dentro, sumiu. Falei: 'Essa já era'. Aí passados uns quinze dias, ela apareceu de novo. Num sei como é que ela arrumou. [...] Aí outro dia lá vem Déu de novo, Déu, Helena, Genésio, enxada, pá, não sei o que mais e perguntei: 'Quê isso?' 'Vamo limpar sua casa'. 'Ô Déu, tem como limpar a casa não, [olha] a quantidade de lama? Tem como nem entrar lá não'. [...] É muita coisa que morreu. Só de galinha com pintinho, mãe deveria ter mais de 120 cabeças. E pato? Pato era o dobro. Morreu tudo (M. A. R., de Borba, informação oral).⁶⁴

⁶⁴ A entrevista com M. A. R., de Borba, foi realizada no dia 18 de agosto de 2019, na atual casa (reassentamento familiar), construída no mesmo terreno onde era a antiga casa destruída, sobre a lama

Outra moradora, que à época morava em Borba e é professora em Campinas, relata que:

[...] nós ficamos 7 dias sem energia elétrica no Borba. [...] aconteceu numa quinta-feira, no domingo, meus irmãos conseguiram chegar até o Borba passando pela mata em Furquim, que saiu por cima de Pedras. Eu vim para Mariana e retornei. Eles deixaram o carro no mato, voltei com eles para Mariana e vim buscar insulina, porque tinham duas pessoas no Borba sem insulina e que tomam insulina todos os dias, que é a Alessandra e o Clodoaldo. Vim buscar insulina, vim buscar alimentação. Eu já tinha feito compra, porque foi dia 5, mas muitos não tinham feito compra, então ficaram sem as coisas. Nós retornamos de novo, pelo alto, para socorrer (V. P., de Borba, informação oral).⁶⁵

A comunidade de Borba é ligada ao subdistrito de Pedras, também atingido pela lama. Uma das moradoras de Pedras, que teve grande parte do seu terreno com plantações destruído, relata sobre o momento imediatamente após o rompimento da barragem:

Acabou com a vida que nós tinha aqui, nossa mãe, foi horrível [...] E acho que não vai consertar nunca mais. [...] Mais de mês nós ficamos aqui como se fosse dentro de um barco, no seco. Não podia sair. Pra trazer mantimento, eles traziam de helicóptero. E as pessoas que adoeciam, também buscavam de helicóptero. Os remédios também, o helicóptero pousava no pasto do moço ali em cima.

[...] E quantas criação que nós tiramos agarrada no barro? Tinha um mês mais ou menos que a vaca de Marquinhos agarrou [...] tava aquela lama toda né. Aí Zezé viu a vaca e veio aqui gritar João pra ver se ele conseguia ajudar a tirar. Aí nós fomos, eu e João. Chega lá, como é que nós tira? Você tirava de uma parte, ela afundava da outra. E carro passando pra baixo e pra cima [possivelmente, relacionados às empresas responsáveis]. Ah, me deu uma raiva! Aí eu peguei um pau que eu tava com ele, cheguei no meio da estrada. [...] Aí falei: 'Olha lá embaixo, [olha] lá o que ocês fizeram, a vaca tá morrendo. Vim pedir ajuda procês ir lá ajudar meu marido (M. A., de Pedras, informação oral).⁶⁶

E, então, foi Campinas o último subdistrito atingido de Mariana antes da avalanche de rejeitos chegar ao município de Barra Longa, onde os estragos foram também devastadores, destruindo o distrito de Gesteira e uma grande parte central do município. Em Campinas, apesar de apenas uma casa às margens do rio ter sido destruída pela lama, toda a comunidade ficou prejudicada com a falta de acessos e

de rejeitos.

⁶⁵ A entrevista com V. P., de Borba, foi realizada no dia 08 de agosto de 2019, na Praça Gomes, Sede de Mariana.

⁶⁶ A entrevista com M. A., de Pedras, foi realizada no dia 18 de agosto de 2019, em visita à sua casa em Pedras.

de qualquer tipo de apoio pela empresa. Uma das moradoras de Campinas explica que:

Quando rompeu a barragem, foi terrível né. Foi um susto, ninguém tava esperando. Uma coisa inesperada. Aí os parentes do outro lado, você do lado de cá, sem saber o que tá acontecendo. [...] Ficou todo mundo de mãos atadas e preocupado sem saber o que fazer. Foi um desespero mesmo (F. A., de Campinas, informação oral).⁶⁷

A professora da Escola Municipal de Campinas, entrevistada, conta que:

O pai de uma aluna minha [...] queria fazer um pontilhão, encima daquela lama, para que os meninos passassem do Barreto [comunidade do município de Barra Longa muito próxima a Campinas] para Campinas. Porque, o que que aconteceu, foi novembro, né? Quando foi dezembro, já estávamos fechando o ano, então os pais só aceitavam se eu estivesse buscando os meninos de casa em casa. A princípio a gente estava fazendo o transporte com a kombi. Eu buscava o menino em Barretos e ficava em trânsito, porque eu morava em Pedras. Ia no Barreto, de casa em casa, de manhã, levava para a escola, dava a volta lá em Águas Claras, passando pelo Assis Miranda, porque a gente não tinha ponte de acesso de Pedras para Barreto. [...] Porque rompeu. A lama levou. Mesmo essa ponte de Águas Claras era provisória. Levou essa ponte de Águas Claras, levou a que ligava Pedras a Campinas, a que ligava Barreto a Campinas. Aí ficou tudo ilhado. [...] E, assim, a gente passava no meio da lama. Então eles [empresa] cortavam uma estrada para a gente passar, e a gente passava do lado de uma montanha de lama aqui, uma montanha de lama aqui, a gente passava num túnel com os alunos, porque era a rota da lama que a gente tinha que transitar (V. P., de Borba, informação oral).

O que percebemos na fala das pessoas atingidas pelo rompimento da barragem do Fundão, entrevistados nesta pesquisa, foi a ausência de ações de segurança e emergência por parte da empresa responsável pelo desastre-crime, não só no momento imediatamente anterior (no sentido de alertar e dar a assistência necessária às pessoas com tempo hábil), mas também nos dias e semanas seguintes ao ocorrido.

Os moradores de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, que perderam suas casas, foram alojados provisoriamente em um ginásio (Arena Mariana) localizado na sede do município, e depois foram conduzidos para hotéis e pousadas espalhados em diversos bairros diferentes. A estratégia das empresas de alocar os moradores em diferentes pousadas e hotéis da sede municipal já parece ter sido uma forma de desarticular o diálogo entre os moradores e, ainda sob o choque do acontecimento, a

⁶⁷ A entrevista com F. A., de Campinas, foi realizada no dia 18 de agosto de 2019, em visita à sua casa em Campinas.

empresa iniciou a aplicação de questionários que depois se mostraram uma forma de a empresa já quantificar as perdas dos atingidos sob seu próprio olhar e num contexto de fragilidade das pessoas. A necessidade de um recadastramento com todos os atingidos, como será tratado mais adiante, partindo da autodeclaração dos próprios atingidos, surge posteriormente em resistência a essa relação de dominação que a empresa buscou estabelecer desde o princípio.

Enquanto isso, as famílias das outras comunidades atingidas (figura 25 e 26), mesmo que não tenham perdido suas casas, perderam plantações, criações, ficaram ilhadas, sem comunicação e acessos adequados, podendo contar apenas com a rede de apoio e solidariedade criada pelos próprios moradores das comunidades vizinhas, para a arrecadação de alimentos, água e remédios, para o resgate de animais que mesmo depois de dias ainda tentavam sobreviver à lama, para o deslocamento das crianças e jovens para as escolas, etc.

Apesar da concentração da população nos centros urbanos, não se pode ignorar os danos causados às zonas rurais, que parece ser as mais afetadas. As atenções, no entanto, estão voltadas às cidades, a ponto de, em determinadas localidades, as zonas rurais não estarem sendo assistidas nem mesmo com água para abastecimento doméstico. A Samarco, por sua vez, se aproveita desse aspecto e se ausenta das zonas rurais, concentrando seus esforços em pontos nevrálgicos, como áreas urbanas e margens de estradas (COSTA *et al.*, 2016, p. 93).

Entre a barragem de Santarém e o barramento da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves (Candongá), os rejeitos de minério – que com toda a força carregavam os entulhos de casas, caminhões, postes, árvores (e tudo que pudesse encontrar pela frente) –, ocasionaram um estrago gigantesco em uma área de aproximadamente 2.185 hectares (1.644 hectares terrestre e 541 hectares de calhas de cursos d'água), com perda de mata atlântica estimada em 240,88 hectares (SERRA, 2018). No barramento de Risoleta Neves, localizado a 114 km do local do rompimento na divisa dos municípios Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, ficou retida a maior parte dos entulhos de grandes dimensões e, a partir daí, a lama seguiu na calha do rio Doce, continuando a devastação social e ambiental.

Figura 25: Borba e Pedras tomados pelos rejeitos de minério



Fonte: Lucas Godoy (cedidas para a pesquisa).

Figura 26: O rio Gualaxo do Norte tomado pelos rejeitos de minério



Fonte: Lucas Godoy (cedidas para a pesquisa).

Os impactos mais drásticos foram sentidos nos municípios de Mariana, Barra Longa e, em pelo menos, outros 39 municípios, muitos dos quais sofreram pela falta de água, já que eram abastecidos pelo Rio Doce. O município de Governador Valadares, por exemplo, com uma população de 280.000 habitantes, ficou uma semana sem abastecimento, o que gerou transtornos graves. No dia 12 de novembro, a lama passou pela cidade de Resplendor e atravessou a reserva indígena dos Krenak, com cinco aldeias e cerca de 450 indígenas. O rio Doce, ou Watu (como denominado pelos povos Krenak), era a fonte de pesca para subsistência, local de rituais e elemento determinante nos seus modos vida. Toneladas de peixes (em período de reprodução da piracema) e outros animais aquáticos, inclusive espécies em extinção, foram encontrados mortos e cheios de ovas não fecundadas. O Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) constatou, em relatório técnico do dia 17/11/2015, a presença em alto nível de metais pesados na água, incluindo arsênio, cádmio, chumbo, cromo, níquel, mercúrio, cobre, ferro, manganês e alumínio, em vários pontos de monitoramento (SERRA, 2018). Ao chegar ao litoral, no município de Regência, Espírito Santo, que vive, principalmente, da pesca e do turismo de praia, a lama tomou aproximadamente 373 km² do oceano – segundo Laudo da Polícia Federal nº 248/2016 – SETEC/SR/DPF/BA (SERRA, 2018) – espalhando-se com o vento tanto para o sul como para o norte e atingindo, assim, diversas unidades marinhas de conservação ambiental, como o arquipélago de Abrolhos no sul do estado da Bahia.

No município de Mariana, os danos ocasionados pelo rompimento da barragem vêm se prolongando ao longo desses quatro anos e as ações concretas de reparação e compensação ainda estão longe de se transformar em realidade. A dominação das empresas Samarco/Vale/BHP Billiton é evidente e se materializa, primeiramente, na tomada dos territórios pelos rejeitos de minério (compostos por metais pesados, conforme demonstraram diversos estudos). A partir de então se iniciou a luta da população atingida, que tem como um dos principais veículos de comunicação e denúncia o chamado *Jornal A Sirene*, construído pelos próprios atingidos e que conta com uma rede de apoio. A primeira edição foi publicada em fevereiro de 2016 e atualmente o jornal continua resistindo e está em sua 43ª edição. Alguns recortes de diferentes edições do *Jornal A Sirene* serão aqui apresentados, a exemplo da figura 27, que conta as histórias da chegada dos rejeitos nas casas de duas atingidas.

Figura 27: A chegada da lama de rejeitos [“colagem” Jornal A Sirene]



Fonte: Jornal A Sirene, Ed. 1, mar. 2016. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/edicoes>.
Acesso em: outubro/2019.



Fonte: Jornal A Sirene, Ed. 3, jun. 2016. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/edicoes>.
Acesso em: outubro/2019.

Visando garantir a reparação e compensação pelos danos gerados, distintas ações civis públicas foram movidas contras as empresas responsáveis pelo desastre-crime. Algumas das principais ações que tramitam no Brasil⁶⁸, serão aqui apresentadas, principalmente, trazendo alguns documentos gerados a partir delas. Em primeiro lugar, cabe destacarmos que, em 10/12/2015, foram instaurados pelo Ministério Público Estadual de Minas Gerais (MPMG), 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Mariana, dois inquéritos civis⁶⁹:

a) Inquérito Civil nº 0400.15.000306-1 – para garantia coletiva da indenização das vítimas pelos prejuízos materiais e morais sofridos, bem como para assegurar a reconstrução das comunidades destruídas, resgatando-lhes os vínculos sociais e comunitários e a reativação econômica, de maneira a assegurar reparação integral;

b) Inquérito Civil nº 0400.15.000307-9 – para resguardar direitos assistenciais, emergenciais ou provisórias das vítimas, especialmente auxílio financeiro e direito à moradia adequada (MPMG, 2015).

Consta em destaque no documento:

Sublinhe-se vidas devastadas, porque não foram somente casas destruídas, carros perdidos, animais mortos ou plantações perdidas: as vítimas do rompimento da barragem da SAMARCO perderam sobretudo bens imateriais, como a vida comunitária, as suas lembranças, suas histórias, sua tranquilidade, seus amigos, ou seja, bens irreparáveis, enterrados na lama, por causa das atividades irresponsáveis das rés (MPMG, 2015).

Posteriormente, através da ACP nº 0400.15.004335-6, que também tramita na Comarca de Mariana, têm sido buscadas a reparação e a compensação dos danos ocasionados pelo rompimento da barragem à população atingida de Mariana, incluindo o aluguel dos imóveis, enquanto se aguarda o reassentamento, os auxílios financeiros, o adiantamento de indenizações, a desistência da permuta dos imóveis por parte da empresa, a implementação de assessoria técnica, bem como a definição de 81 diretrizes que foram construídas pelos atingidos, juntamente com o MPMG, a equipe de assessoria técnica e o apoio de pesquisadores de universidades públicas e

⁶⁸ Há também uma ação movida na Inglaterra, por um escritório de advocacia, contra a empresa BHP Billiton. A empresa pode ser obrigada a pagar indenização no valor estimado de 5 bilhões de libras, algo em torno de R\$ 25 bilhões, a 200 mil vítimas do vazamento dos rejeitos. Em junho de 2020, o juiz decidirá em audiência se vai julgar o processo. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/vitimas-de-mariana-cobram-r-25-bi-de-mineradora-bhp-na-inglaterra/>. Acesso: 13 out. 2019.

⁶⁹ MPMG, 2015. Disponível em: https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/25/Acao%20Civil%20Publica%20-%20MPMG%20-%202%20PJ%20MARIANA%20-%20IC%200400_15_00306-1%20e%200400_15_000307-9.pdf. Acesso em: 15 out. 2019.

de movimentos sociais, sobre os modos de restituição das moradias perdidas, a retomada dos modos de vida e as condições de habitabilidade nas três modalidades de reparação: reassentamento coletivo, reassentamento familiar e reconstruções.

Em 30/11/2015, foi movida a Ação Civil Pública nº 69758-61.2015.4.3400, pela União e os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, contra as empresas Samarco Mineração S.A., Vale S.A. e BHP Billiton Brasil Ltda., que tramita na 12ª Vara da Justiça Federal de Belo Horizonte. Assim que movida a ação, as empresas responsáveis adiantaram-se para interpor recursos (os denominados “agravos de instrumento”) para buscar acordo com o Poder Público. Nesse sentido, foi assinado, em 02/03/2016, o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC)⁷⁰, a partir do qual se criou a Fundação Renova. Conforme descrito na página eletrônica da referida Fundação:

Trata-se de uma organização sem fins lucrativos, resultado de um compromisso jurídico chamado Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC). Ele define o escopo da atuação da Fundação Renova, que são os 42 programas que se desdobram nos muitos projetos que estão sendo implementados nos 670 quilômetros de área impactada ao longo do rio Doce e afluentes. As ações em curso são de longo prazo. Ao estabelecer uma organização dedicada exclusivamente ao processo de reparação, também foi criado um modelo de governança robusto, com presença de mais de 70 entidades. As respostas para cada desafio são obtidas em conjunto, sendo que nenhuma parte envolvida tem controle sobre a decisão. A Fundação Renova reúne técnicos e especialistas de diversas áreas de conhecimento, dezenas de entidades de atuação socioambiental e de conhecimento científico do Brasil e do mundo e soma hoje cerca de 7 mil pessoas (entre colaboradores próprios e parceiros) trabalhando no processo de reparação, de Mariana à foz do rio Doce (TTAC, 2016).

Assim, a fundação criada pelas empresas responsáveis pelo desastre-crime, Samarco/Vale/BHP Billiton, possui a função de implementar as ações de reparação e compensação dos danos ocasionados pelo rompimento da barragem de Fundão ao longo de toda a bacia do rio Doce, incluindo, portanto, as ações no município de Mariana. Segundo o Ministério Público Federal, o referido TTAC não garantia a reparação integral dos danos:

O MPF entende que o Termo de Ajustamento e de Transação [TTAC] celebrado entre o Poder Público e as empresas Samarco, Vale e BHP não tutela de forma integral, adequada e suficiente os direitos coletivos afetados, violando preceitos constitucionais como o princípio democrático e o princípio do poluidor-pagador. Para a Força-Tarefa, o acordo não contou com nenhuma participação efetiva dos atingidos nas negociações e limitou os

⁷⁰ Disponível em: <https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/07/TTAC-FINAL.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.

aportes de recursos por parte das empresas para a adoção de medidas reparatórias e compensatórias. Além disso, concedeu-se injustificadamente tratamento beneficiado à Vale e à BHP Billiton, vulnerando a garantia de responsabilização solidária (MPF, 2016b).⁷¹

O referido TTAC foi e ainda é alvo de muitas críticas, já que é fruto de negociações entre empresa e entes governamentais, sem participação da população atingida, mas acabou sendo “acatado” por diversos atores locais, dentre os quais a Prefeitura Municipal e o próprio Ministério Público. Conforme Zhouri et al (2016):

Tais dispositivos são mobilizados sob a justificativa da necessidade de uma ação mais célere e eficaz, em contraste com a ênfase em punições por via da judicialização, com a responsabilização dos agentes corporativos e o cumprimento das demandas colocadas pelos atingidos. Esse processo [...] realiza-se, de fato, em detrimento dos espaços e possibilidades de participação dos atingidos e apoiadores, segmentos que não foram ouvidos ou consultados quando da elaboração, por exemplo, do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta – TTAC. Tal tratamento evidencia, portanto, um equívoco e uma redução, a saber: a classificação do desastre como sendo um caso de conflito ambiental e sua restrição à esfera da negociação entre partes interessadas (ZHOURI et al, 2018, p. 37-38).

Apesar de muitos dos moradores atingidos de Mariana não considerarem a Fundação Renova legítima, acabaram se vendo sem alternativa, conforme mostra o relato abaixo:

A Renova que tá atuando aqui em Mariana. A gente não precisaria considerar ela porque ela não faz parte do processo aqui. Aqui é Vale, BHP e Samarco. Mas, enfim, a gente acabou tendo que conversar com a Renova pra conseguir resolver algumas questões (M. C. D., de Paracatu de Cima, informação oral).

Com base na assinatura desse TTAC, as empresas buscaram acordo para suspender a ACP movida pela União e Estados (o que significaria o desbloqueio de recursos das empresas), entretanto a Justiça anulou a homologação do acordo em 19/08/2016, mantendo a tramitação da ação.

Em 28/04/2016, foi ajuizada por meio da Força-Tarefa do Ministério Público Federal (MPF) a Ação Civil Pública nº 0023863-07 2016.4.01.3800⁷², contra as empresas Samarco Mineração S.A, Vale S.A. e BHP Billiton Brasil Ltd., e contra a União e os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, para que sejam obrigados a

⁷¹ Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/mpf-entra-com-acao-para-total-reparacao-dos-danos-sociais-ambientais-e-economicos-causados-pelo-rompimento-da-barragem-da-samarco-1>. Acesso em: 15 out. 2019.

⁷² MPF, 2016a. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>. Acesso em: 15 out. 2019.

reparar integralmente os danos sociais, econômicos e ambientais causados pelo rompimento. Nesse processo, o MPF juntou laudos e relatórios técnicos e fez mais de 200 pedidos. Estimou, como valor preliminar de reparação, o montante de R\$ 155 bilhões, contudo requerendo a realização de diagnóstico e valoração dos danos por meio de uma equipe técnica independente, de modo a definir os valores e o cronograma de execução das ações de reparação, recuperação e indenização socioambientais.

No contexto das investigações do MPF – depois de obterem documento interno da empresa Samarco que previa, em caso de rompimento, a possibilidade de provocar vinte mortes, dano ambiental grave e paralisação das atividades por até dois anos –, em 20/06/2016, 22 pessoas físicas ligadas às empresas Samarco Mineração S.A., Vale S.A., BHP Billiton Ltda. e VOGBR Recursos Hídricos e Geotecnia Ltda., além das 4 empresas citadas (pessoas jurídicas), foram denunciadas. E, destas, 21 pessoas físicas foram acusadas por homicídio doloso – quando se assume o risco de cometer o crime – pela morte de 19 pessoas, crimes de inundação, desabamento, lesões corporais graves e doze tipos de crimes ambientais.⁷³ A Ação Penal foi instaurada em 18/11/2016 e, conforme depoimento do Procurador da República Coordenador da Força Tarefa do MPF, José Adércio Leite Sampaio:

[...] com os depoimentos prestados percebemos que a segurança sempre esteve em segundo plano. O aumento da produção da Samarco procurou compensar a queda do valor do minério de modo a não só se manter, mas também a aumentar o lucro e os dividendos das suas acionistas Vale e BHP. Isso quando deveria ter adotado medidas para promover a segurança da barragem que pedia socorro e dava sinais de que romperia (MPF, 2016c).⁷⁴

Em outubro de 2016, no âmbito da ACP do MPMG, que tramita na Comarca de Mariana, os moradores atingidos de Mariana adquiriram um direito fundamental: assessoria técnica. A equipe multidisciplinar de técnicos foi contratada via Cáritas

⁷³ Mais especificamente, os crimes considerados são de: poluição qualificada (art. 54, §2o, I, III, IV e V da Lei 9.605/98), crimes contra a fauna (art. 29 e art. 33 da Lei 9.605/98), crimes contra a flora (art. 38, art. 38-A, art. 49 e art. 50 da Lei 9.605/98), crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural (art. 62, I, da Lei 9.605/98), crimes contra a administração ambiental (art. 68, 69 e 69-A da Lei 9.605/98), inundação (art. 254 do Código Penal), desabamento e desmoronamento (art. 256 do Código Penal) e crimes de homicídio doloso (quando se assume o risco de cometer o crime). As empresas Samarco, Vale e BHP Billiton (pessoas jurídicas) só podem ser responsabilizadas criminalmente pelos crimes relacionados à legislação ambiental, de acordo com a legislação brasileira (art. 225, §3o, de nossa Constituição). Os outros crimes são imputados a pessoas físicas, de acordo com a peça acusatória formulada pelo MPF.

⁷⁴ Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/mpf-denuncia-26-por-tragedia-em-mariana-mg>. Acesso em: 15 out. 2019.

Brasileira⁷⁵ e, conforme conta uma das assessoras que participa da equipe desde a sua formação, quando eram 12 assessores (atualmente são 24):

A assessoria técnica chega como uma conquista mesmo. [Antes] eram os atingidos negociando com a Samarco e o Ministério Público acompanhava. Mas, com o tempo, os atingidos percebem, né? E começam a demandar justamente a necessidade de técnicos também que conseguissem assessorar. [...] O próprio linguajar que a empresa usa é muito complicado e não dialoga em nada com a realidade das comunidades. Então, havia uma disparidade muito grande entre os profissionais que estavam ali defendendo as empresas mineradoras. [...] A assessoria técnica vem com uma demanda pra justamente auxiliar e equilibrar essa balança, vem como um apoio aos atingidos, assessoramento para dar condições de que as discussões ocorram par a par. [...] A gente chega num momento também de muito conflito com a cidade [...] muita repulsa dos atingidos. Inicialmente houve um acolhimento, depois eles viravam os vilões (LUANNA FERREIRA, Assessora Técnica dos Atingidos de Mariana, informação oral).⁷⁶

Como aponta o relato, no período imediatamente posterior ao rompimento da barragem do Fundão, quando as vítimas ainda iniciavam o processo de se reconhecerem como “atingidos”, as manobras das empresas responsáveis junto aos entes governamentais buscavam reforçar de diversas maneiras a relação de dominação. Isso se dava tanto nas estratégias de “negociação”, escolha dos lugares para as audiências e reuniões públicas, nos instrumentos e métodos de abordagem, na linguagem, etc. Segundo Zhouri et al (2018):

Neste momento inicial, observamos que o universo sociológico dos atingidos era bastante diverso e muitos desconheciam os procedimentos, espaços, instituições e idiomas da ‘representação’ e da ‘participação’, incluindo o significado de uma ‘comissão’ – formato comum e tido como necessário na organização dos representantes dos atingidos para o acompanhamento do processo e reivindicação de seus direitos junto aos espaços ‘formais’ do pleito (ZHOURI et al, 2018, p. 32).

Em 18 de janeiro de 2017, o Ministério Público Federal (MPF) e as empresas Samarco/Vale/BHP Billiton assinaram Termo de Acordo Preliminar (TAP), que prevê iniciativas de diagnóstico, avaliação e monitoramento socioambiental e socioeconômico, o que resultou na contratação de empresas para fazer o diagnóstico

⁷⁵ A Cáritas Brasileira é uma entidade da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e, conforme sua página eletrônica, tem como missão a “promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Sua atuação é junto aos excluídos e excluídas em defesa da vida e na participação da construção solidária de uma sociedade justa, igualitária e plural.”. Disponível em: <http://caritas.org.br>. Acesso em: 16 out. 2019.

⁷⁶ A entrevista com Luanna Ferreira, assessora técnica dos atingidos de Mariana, da equipe contratada via Cáritas Brasileira, foi realizada na sede do escritório local da Cáritas, no bairro Rosário, Sede de Mariana.

socioambiental de todos os danos decorrentes do desastre e avaliar e monitorar os programas de reparação em implementação pela Fundação Renova, através do TTAC já mencionado. Um aditivo a esse TAP, firmado em dezembro de 2017 pelo MPF e MPMG, previu a realização de diagnóstico independente sobre os danos socioeconômicos causados pelo desastre, além da disponibilização de assessorias técnicas para os atingidos de toda a Bacia do Rio Doce, ou seja, estendo a assessoria técnica para além do município de Mariana.

Em junho de 2018, a Força-Tarefa do MPMG assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)⁷⁷, conhecido como “TAC Governança”, que prevê a participação de representantes dos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão em diversas instâncias decisórias e consultivas do processo de reparação. O novo acordo modifica o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) firmado pela União, os governos de Minas Gerais e do Espírito Santo e as empresas Samarco, Vale e BHP Billiton Brasil em março de 2016.

Para buscar a garantia dos direitos, o dia a dia de reuniões demandam tempo e organização coletiva dos atingidos (especialmente daqueles que compõem a Comissão dos Atingidos de Mariana, com representantes de todas as localidades atingidas do município). Enquanto, no início do processo, o enfrentamento à Fundação Renova acontecia por meio das reuniões em Grupos de Trabalho (GTs), realizadas por temas (incluindo, por exemplo, moradia, indenização, patrimônio, etc.) e por territórios/localidades; mais recentemente, as reuniões passaram a ser focadas, principalmente, nas preparações para as audiências judiciais, que conta com a presença da juíza que cuida do caso, Sra. Marcela Oliveira de Moura, no Fórum de Mariana. Moradores atingidos explicam que, nessas audiências judiciais, de um lado estão o MP, os atingidos com sua assessoria técnica; e, do outro lado, estão os advogados e técnicos da Samarco, Vale BHP Billiton, Fundação Renova e a juíza. Conforme relatos, a juíza realiza “reuniões de alinhamento” com os advogados das empresas Samarco/Vale/BHP Billiton antes das audiências, mostrando-se parcial no processo de julgamento. Enquanto isso, os moradores lamentam que importante atora do processo nem mesmo foi conhecer o território atingido pelo desastre-crime.

⁷⁷ Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/tac-governanca>. Acesso em 15 out. 2019.

A juíza perguntou pra eles [das empresas] um dia numa audiência: ‘Qual que é o valor aproximado de uma casa na Lavoura, quanto que é o custeio?’ ‘Mais de um milhão de reais.’ [...] Agora estou pensando aqui, talvez seja por isso que a Dra. Marcela [juíza] ela fica falando ‘vocês têm que aceitar isso, porque vocês ainda vão sair no lucro’, ‘o negócio aqui é compensação não é enriquecimento’. [...] E quando você já escolheu um lado, por mais que você não acredite [que é um milhão que custa a casa], você finge que acredita (M. S., de Bento Rodrigues, informação oral).

Eu queria que ela [a juíza] conhecesse ou pelo menos ouvisse, porque a gente não pode falar nada. Eu perguntei: ‘Dra. Marcela, eu queria fazer um convite pra senhora, vamos lá em Bento, vamos conhecer, ver como que está’. Até mandei o convite da festa pra ela, mas não vem não. Mas tinha que vir, sabe? Aí você vai sentar pra uma audiência, por exemplo, se tem uma audiência amanhã, um dia antes ela senta com os advogados das empresas pra fazer um alinhamento. [...] É muito desigual (M. S., de Bento Rodrigues, informação oral).

Em acompanhamento à audiência realizada no Fórum de Mariana, no dia 17/09/2019, foi-nos possível verificar a inclinação da juíza aos interesses das empresas Samarco/Vale/BHP Billiton, com uma postura mais preocupada em “agilizar” o processo do que assegurar a reparação integral (em condições iguais ou melhores, conforme diretrizes homologadas na ação em curso) dos danos ocasionados pelas empresas. A fala de um dos atingidos de Bento Rodrigues resume a situação:

Depois que as empresas conseguiram acabar com os GTs, ficou bem mais fácil para as empresas, porque ali na audiência os atingidos não podem falar muito, somente eles com suas falas jurídicas que traz suas razões. E como a juíza nunca foi em uma área atingida não sabe nada do que está acontecendo lá fora. Ela não consegue ter a percepção do que nós estamos passando. A única coisa que ela sabe é que ela tem que acabar com a audiência até 12:00 para ela ir almoçar e também durante a audiência tem que ter o ar condicionado ligado para não sentir calor (G. P., de Bento Rodrigues, informação oral).

Com relação às indenizações para a população atingida, valores irrisórios foram pagos até o momento, principalmente, porque os valores apresentados inicialmente pelas empresas Samarco/Vale/BHP Billiton, de acordo com um processo de cadastramento realizado por eles e inadequado à situação dos atingidos, eram equivocados. Sendo assim, foi iniciado um novo cadastramento e um levantamento dos danos dos atingidos de Mariana, realizado por equipe específica da assessoria técnica vinculada à Cáritas Brasileira, que começou seus trabalhos em Mariana em outubro de 2016. Uma das moradoras atingidas que participou da reformulação do cadastro explica que:

Eu e meu marido saíamos oito horas da manhã pra trabalhar na reformulação do cadastro, enfrentando pessoas de BHP, de Vale, de Renova. Cadastro que eles tinham elaborado através da Sinergia, que não tinha nada a ver com o povo da nossa região aqui, com perguntas muito maliciosas. Tipo o único cultivo que tinha no cadastro deles era o açaí e nossa região não tem açaí. Então quer dizer que se eu não cultivava açaí, não cultivava nada? Só tinha essa opção. Então foi umas mudanças que nós tivemos que ir fazendo, na lista de bens. [...] Quando eu fui perguntada se minha casa era de cômodo, eu respondi que sim, porque não sabia que casa de cômodo significava cortiço (M. C. D., de Paracatu de Cima, informação oral).

A partir do processo de cadastramento foram elaborados “dossiês” para cada pessoa atingida de Mariana, nos quais estão elencados todos os danos sofridos, materiais e imateriais. E, também, a partir de uma contratação da Cáritas (assessoria técnica dos atingidos), foi desenvolvida uma “Matriz de Danos” que, por sua vez, valora cada item que apareceu no processo de cadastramento. O trabalho buscou, assim, uma valoração justa das indenizações para cada atingido, frente às propostas apresentadas pelas empresas que, recorrentemente, buscam reduzir danos. Sobre a Matriz de Danos, o coordenador da equipe de assessoria técnica dos atingidos, ligado à Cáritas, explica que:

É uma matriz muito grande, complexa, que tenta abarcar todos os danos que os atingidos tiveram, que não é pouco, nós estamos falando de terreno, de casa, de veículo e também nós estamos falando de garfo de lenço, coisas pequenas que precisam estar previstas também dentro desta matriz, né? Trabalho construído com os atingidos, então foram feitos grupos focais, foram feitas várias discussões com eles, inclusive, pra entender o que eles entendiam como dano e pra valorar estes danos, para além da valoração, metodologias de valoração, justificando o porquê da valoração (GLADSTON FIGUEIREDO, Coordenador Assessoria Técnica Atingidos de Mariana, informação oral).⁷⁸

Conforme documento elaborado pelo Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG):

Tal matriz constitui dispositivo que goza de plena confiança e legitimidade entre as vítimas, qualidade fundamental para a consecução de transações extrajudiciais seguras e efetivas. Outrossim esta mesma matriz representa expediente imprescindível para balizar a formação do juízo das vítimas acerca das propostas de indenização que lhes forem apresentadas pela Fundação Renova. O cadastramento a partir da (auto)declaração de suas perdas e danos segundo metodologia e unidade de análise distintas daquelas praticadas pela Fundação Renova ampliou significativamente a

⁷⁸ A entrevista com Gladston Figueiredo, Coordenador da equipe de assessoria técnica dos atingidos de Mariana (equipe contratada via Cáritas Brasileira), foi realizada no dia 02 de agosto de 2019, no escritório da Cáritas, bairro Rosário, Sede de Mariana.

possibilidade de reconhecimento judicial de outras espécies de danos sofridos (GESTA, 2018).⁷⁹

Quanto à reparação daqueles que perderam a moradia, os moradores de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo ainda aguardam os reassentamentos coletivos nos terrenos denominados “Lavoura” (onde será o reassentamento de Bento Rodrigues) e “Lucila” (onde será o reassentamento de Paracatu de Baixo). De 3.000 atingidos de Mariana, aproximadamente 1.000 foram deslocados compulsoriamente e estão morando em imóveis alugados pela Fundação Renova, principalmente, na sede municipal⁸⁰. Existem moradores também de outras localidades que tiveram suas casas e terrenos destruídos e, nesses casos, nem todos já decidiram pelo reassentamento familiar (reconstrução da casa no mesmo terreno ou em outro terreno na própria localidade de origem). Essas questões serão tratadas mais adiante.

O deslocamento compulsório de parte da população atingida de Mariana – principalmente dos moradores de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, mas também de outras localidades – associado às alterações nas dinâmicas territoriais em Camargos, Ponte do Gama, Paracatu de Cima, Pedras, Borba e Campinas – resultam em um processo de desterritorialização imposto pelas empresas responsáveis pelo desastre-crime e deve ser cuidadosamente acompanhado no dia a dia, junto aos atingidos.

Trata-se de um processo em curso e, portanto, em constante mudança. Nesta tese, são levantadas algumas questões que surgem quando vemos de perto a luta cotidiana da população atingida, pela garantia de seus direitos constantemente violados, como da moradia digna em seu sentido amplo, ou seja, que considera, dentre outras questões, os modos de vida e laços comunitários rompidos.

Recortes do Jornal A Sirene (figuras 28 a 32) de distintas edições, mostram como os modos de vida nos territórios atingidos pelos rejeitos guardavam relação com o brincar na rua e nos espaços comuns, com o contato com os rios e cachoeiras, com as criações de animais, com a produção agrícola e o plantio, com o cozinhar no fogão de lenha, dentre outros.

⁷⁹ Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2018/10/representacao-gesta-reparacao-mariana.pdf>. Acesso em: 20 out. 2019.

⁸⁰ Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2019/04/rompimento-barragem-lama-vale-samarco-mariana-bento-rodrigues-minas-gerais> Acesso em: 20 out. 2019.

Figura 28: Modos de vida I [“colagem” Jornal A Sirene]



Eu gosto de brincar de futebol, de vôlei, peteca, pingue-pongue, olho-de-boi e panelinha. Eu costumo brincar com meus amigos da escola. Brinco de futebol todos os dias. Fora da escola, não brinco muito. A gente mora longe, não tem como a gente se encontrar, senão no futebol. Mas, antes, a gente tinha o costume de se encontrar.

Fonte: Jornal A Sirene, Ed. 21, dez. 2017.
Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/edicoes>.
Acesso em: 20 out. 2019.



Fonte: Jornal A Sirene, Ed. 39, jun. 2019.
Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/edicoes>.
Acesso em: 20 out. 2019.

Parece que a fruta é mais gostosa quando a gente come em cima do pé.

As conversas de calçada

É raro comprar, por exemplo, chuchu... A gente não comprava chuchu lá no Bento, sabe? A gente pegava do pé que tinha em casa. Agora, tem que comprar, essa é a diferença, que, antes, pegava de graça...

Fonte: Jornal A Sirene, Ed. 42, out. 2019.
Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/edicoes>.
Acesso em: outubro/2019.



Fonte: Jornal A Sirene, Ed. 22, jan. 2018.
Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/edicoes>.
Acesso em: 20 out. 2019.

"Meu pai fez ele [banco] de pedra, debaixo de um pé de manga, um na frente e outro atrás. Tinha dois pés, agora estão mortos, né? E os bancos tapados. Toda folguinha minha, eu ficava lá deitada de perna pra cima. Dá uma saudade da minha praça, era tão limpinha. Eu fugia de casa e ia pra essa casa que tinha uma cancela, entrava devagarinho e ia lá dentro pro quarto ficar com Dona Augusta e ela ficava lendo pra mim umas coisas antigas que tinham lá. Todo mundo conhecia todo mundo. A gente podia dormir com a janela aberta e todo mundo morava perto. Eu via todo mundo, todo dia. Os vizinhos, a gente gritava um e outro do muro. Dona Penha me gritava de lá, eu gritava ela de cá.

Quase toda reunião que tinha era na praça. Quando tinha festa, o som e as brincadeiras também eram na praça. Era o point, né? Minha irmã tinha uma televisão lá na parede do bar. Tinha uma bandeira do Cruzeiro de um lado e do Galo de outro, e, se pusessem a do Cruzeiro primeiro, a gente brigava. Se tinha a do Galo primeiro, a gente também brigava. Até isso tinha. No outro dia, tava todo mundo bem. Hoje, a gente nem vê graça no futebol mais. Não tem graça de brincar mais, porque a gente não vê quase ninguém.

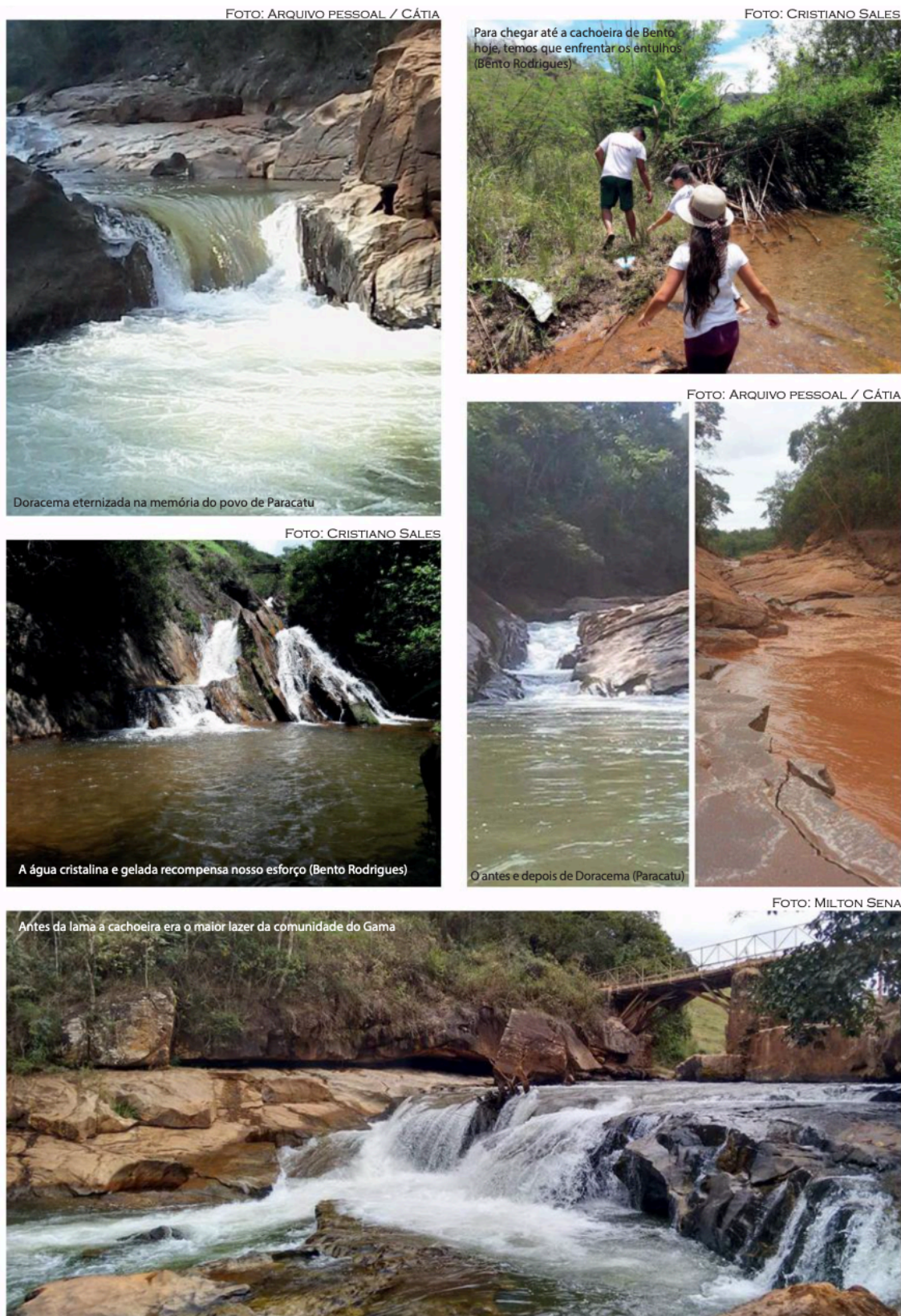
Fonte: Jornal A Sirene, Ed. 20, nov. 2017.
Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/edicoes>.
Acesso em: outubro/2019.

Nossas praças



Fonte: Jornal A Sirene, Ed. 0, fev. 2016.
Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/edicoes>.
Acesso em: 20 out. 2019.

Figura 29: Modos de vida II [“colagem” Jornal A Sirene]



Fonte: Jornal A Sirene, Ed. 12, mar. 2017. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/edicoes>. Acesso em: 20 out. 2019.

Figura 30: Modos de vida III [“colagem” Jornal A Sirene]



Fonte: Jornal A Sirene, Ed. 17, ago. 2017.
Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/edicoes>.
Acesso em: 20 out. 2019.



Fonte: Jornal A Sirene, Ed. 32, nov. 2018. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/edicoes>. Acesso em: 20 out. 2019.

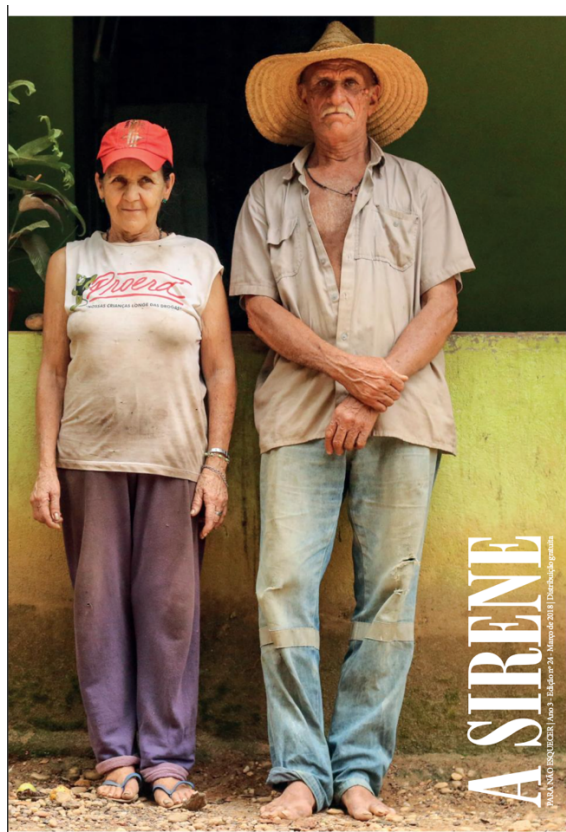


Fonte: Jornal A Sirene, Ed. 3, jun. 2016. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/edicoes>.
Acesso em: 20 out. 2019.



Fonte: Jornal A Sirene, Ed. 21, dez. 2017. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/edicoes>. Acesso em: 20 out. 2019.

Figura 31: Modos de vida IV [“colagem” Jornal A Sirene]



Fonte: Jornal A Sirene, Ed. 24, mar. 2018.
Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/edicoes>.
Acesso em: 20 out. 2019.



Vera Lúcia é uma mulher muito ligada à terra. Seu trabalho e lazer sempre estiveram relacionados com capina, com corteção de lenha, com plantio de horta, flores e frutas.

Fonte: Jornal A Sirene, Ed. 10, jan. 2017. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/edicoes>. Acesso em: 20 out. 2019.



Fonte: Jornal A Sirene, Ed. 24, mar. 2018.
Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/edicoes>.
Acesso em: 20 out. 2019.

Ser da roça

Sim, morar na roça é passar por vários perrengues, um mais pesado que o outro. Mas, no fim das contas é superá-los e dar graças a Deus por mais uma dificuldade vencida. Por um sorriso no rosto e continuar vivendo. E uma coisa eu falo com toda honestidade do mundo: morar na roça é bão demais.

A gente explica

“O que a gente olha na roça é o entender. Às vezes as palavras saem errado, mas dá pra entender”

Kaé - Atingido de Bento Rodrigues

Fonte: Jornal A Sirene, Ed. 17, ago. 2017. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/edicoes>. Acesso em: 20 out. 2019.



Desde 2015 os atingidos(as) precisam contar com o cartão de auxílio-reparação e, de lá pra cá, as mudanças e as adaptações fazem parte do cotidiano das famílias. O que é sobreviver com uma reparação? O que é viver à mercê de burocracias e (não) reajustes? O que é receber um salário que antes não se recebia, ou melhor, do qual não se dispunha? O que é compreender que, mesmo diante dessas dificuldades, existem outras pessoas que não têm nem isso pra reclamar?

Fonte: Jornal A Sirene, Ed. 25, abr. 2018. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/edicoes>. Acesso em: 20 out. 2019.



Jardim vertical construído na Escola Municipal de Paracatu de Baixo, em Mariana.

Fonte: Jornal A Sirene, Ed. 8, nov. 2016. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/edicoes>. Acesso em: 20 out. 2019.

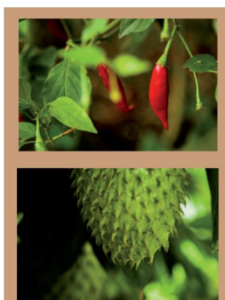
Figura 32: Modos de vida V [“colagem” Jornal A Sirene]



Fonte: Jornal A Sirene, Ed. 32, nov. 2018. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/edicoes>. Acesso em: 20 out. 2019.



Fonte: Jornal A Sirene, Ed. 32, nov. 2018. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/edicoes>. Acesso em: 20 out. 2019.



Fonte: Jornal A Sirene, Ed. 1, mar. 2016. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/edicoes>. Acesso em: 20 out. 2019.



Fonte: Jornal A Sirene, Ed. 26, mai. 2018. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/edicoes>. Acesso em: outubro/2019.

Minha vida lá

A memória é uma forma de viver e de refazer o passado, de lembrar fatos ocorridos e de sentir, no presente, as condições que dão sentido a uma vida. Trata-se de um modo de configurar a identidade de alguém ou de uma comunidade, um jeito singular de habitar um espaço e, ainda, de projetar expectativas para o futuro. Os atingidos, cada um a seu modo, guardam histórias que foram construídas nas comunidades às quais pertencem. A onda de lama foi forte, mas não o bastante para diminuir essas recordações. É desse lugar que muitos tiram energia para enfrentar um cotidiano de adversidades.

Fonte: Jornal A Sirene, Ed. 20, nov. 2017. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/edicoes>. Acesso em: 20 out. 2019.

3.2. DESTERRITORIALIZAÇÃO E RUPTURAS NOS MODOS DE VIDA

Viver em Bento era tudo de bom, ali eu tive infância, eu tive juventude, tive tudo. E eu estava passando isso tudo pra minha filha, a gente fazia piquenique, ia na cachoeira, tomava banho de rio, capinava, buscava lenha. Tudo que eu fiz, ela estava fazendo, até isso ser interrompido no dia 05 de novembro. A gente andava a cavalo, esse tipo de coisa, é viver mesmo, ter contato com a terra, com a natureza, com o mato. A gente tinha cachoeira, água pura, a mata [...] e foi tudo destruído (S. Q., de Bento Rodrigues, informação oral).

A filha da moradora desse relato tinha apenas sete anos quando a barragem de Fundão rompeu e destruiu sua casa, a cachoeira, o banho de rio, a terra, a natureza, o mato, a água pura, o espaço onde “ela andava a cavalo, bicicleta, na rua, livre”, como explica sua mãe.

Ela era livre, brincava na rua, tinha os pés de manga, a gente podia ficar à vontade ali, a casa do pai dela era mais embaixo num sítio grandão que tinha de tudo: boi, cavalo, galinha, porco, tudo quanto é tipo de fruta que você pode imaginar, então a gente não precisava comprar. Então faz muita falta pra ela hoje. Aqui ela tá presa dentro de um apartamento. Ela tinha duas casas e hoje ela não tem nenhuma, fora os tios que moravam tudo perto. E agora a gente perdeu um pouco o contato. Só Maria [uma das irmãs] que está aqui no mesmo prédio. [...] Lá era tudo interligado, não tinha muro não tinha nada, porta não ficava fechada, a gente ia entrando, tinha toda essa liberdade. [...] Agora a gente se encontra mais nos fins de semana lá em Bento, a gente vai quase todo fim de semana (S. Q., de Bento Rodrigues, informação oral).

A liberdade que a mãe tanto valorizava no cotidiano da filha, de brincar na rua, de pegar manga do pé, de conviver com os animais, de entrar nas casas das tias livremente, sem muro, já não existe mais. Hoje, mãe e filha moram em um apartamento alugado temporariamente pela empresa, próximo à área central na sede do município de Mariana, onde foi realizada a entrevista para esta pesquisa. No sofá de sua atual sala, nossa conversa começou com ela apontando duas imagens que cuidadosamente imprimiu e pendurou na parede. Uma delas mostrava a fachada da sua antiga casa em Bento Rodrigues, onde ela, as seis irmãs e um irmão nasceram e foram criados. A outra imagem mostrava o piso com antigas lajes de pedra:

Ele está lá e eu pretendo trazer pra minha [nova] casa [...] tem um metro e pouquinho de lama em cima dele, mas está lá direitinho [...] Minha casa era do século XVII, bem antes da Igreja [Capela de São Bento], porque a primeira igreja foi destruída por um raio e depois construíram aquela que tinha lá. Minha casa era um casarão que os tropeiros pernoitavam para seguir no outro dia o caminho da Estrada Real. [...] A cancela que ainda existia lá [na casa] dava direto pra porta da Sacristia da Igreja, então a gente era vizinho de São Bento. Hoje tá bem longe, a igreja vai estar bem longe da gente [no reassentamento] (S. Q., de Bento Rodrigues, informação oral).

Além da esperança em resgatar as antigas lajes de pedra, possivelmente um dos únicos elementos “sobreviventes” da sua casa – “rugosidades” para Santos (2008) – a fala da moradora deixa transparecer o seu orgulho em ter sido vizinha de São Bento, o padroeiro da comunidade. Tanto o sobrado como a capela foram destruídas pela lama de rejeitos, deixando apenas os pisos em pedra e em madeira, respectivamente. A Capela e a praça, um dos principais espaços de convívio entre os moradores do pacato vilarejo, aparecem em falas de recordação de outros moradores de Bento Rodrigues:

A gente sempre saía pra jogar bola ou às vezes na praça, ali em frente à igreja, Capela de São Bento, e tinha também o campinho [...]. Na hora do sol quente mesmo a gente almoçava, dava um intervalo e a gente ia pro rio nadar. [...] Porque nosso terreno é muito perto do rio né, nosso terreno divide com o rio, então foi sempre assim (M. M., de Bento Rodrigues, informação oral).

O futebol, o contato com o rio, com as árvores frutíferas (tão raras nos centros urbanos) e com a natureza, de uma forma geral, faziam parte do cotidiano em Bento, do modo de viver, de se divertir e de se socializar e, portanto, são elementos do espaço vivido colocado por Lefebvre (1991) em sua tríade da produção do espaço.

Viver em Bento era muito bom, pois não tinha a preocupação com os meus irmãos em serem atropelados, assaltados ou envolvidos em coisas erradas. Podia sair pra fora pra trabalhar, voltava, estava tudo bem, pois querendo ou não a comunidade era como se fosse família. [...] Lá a gente tinha os pés de goiaba, manga e árvores para deitar por baixo da sombra e se refrescar neste calor. Tínhamos as cachoeiras e principalmente Água Santa que era um local muito especial para mim [...] Tínhamos também o campo de futebol onde a gente brincava e um poço atrás dele que também usávamos para virar pirueta. Período de manga, jabuticaba que estava no Bento, então, eu praticamente almoçava manga. Eu adoro manga! [...] Dá uma tristeza vê que tudo desapareceu no rejeito sem deixar vestígio (G. P., de Bento Rodrigues, informação oral).⁸¹

Em Paracatu de Baixo, a quadra da escola era ponto central para a comunidade e, principalmente, as crianças e jovens usavam-na em qualquer momento do dia e da noite. Lá podiam brincar à vontade e praticar esportes, como relata uma moradora:

A quadra é um ponto chave pra comunidade. Não sei se quando voltar [reassentamento] vai continuar sendo um ponto chave, mas todas as crianças brincavam na quadra e, por ser zona rural, não tinha horário pra acabar com a brincadeira. Tinha horário pra começar porque tinha aula né, então depois que acabava a aula não tinha muito horário pra terminar porque era tudo muito próximo. A quadra não era fechada, nunca foi. A escola usava, mas era de livre acesso pra comunidade, então eles podiam usar à vontade. [...] E

⁸¹ A entrevista com G. P., de Bento Rodrigues, foi realizada no dia 17 de setembro de 2019, na Praça Gomes Freire, Sede de Mariana.

sempre tinha adulto, sempre tinha um pessoal na rua, nunca que ficava a praça completamente vazia. [...] Paracatu é uma comunidade que gosta demais de esporte. Futebol, atletismo, que foi uma coisa que foi interrompida. Não parece tanto porque nem era com os adultos, era com as crianças mesmo (A. P., de Paracatu de Baixo, informação oral).⁸²

A moradora de Pedras confirma esse cotidiano, já que para chegar a sua casa, em Pedras, ela passa por dentro de Paracatu:

Em Paracatu as crianças eram tudo acostumado a ficar na rua, jogando bola. Todo dia que você passava lá a rua tava cheia, todo mundo conhecia todo mundo. Uma criançada na escola! [...] Agora passar lá dói o coração da gente. [...] Era uma Paracatu e tanto (M. A., de Pedras, informação oral).

Outra moradora de Paracatu de Baixo relembra que o bar do seu marido era ponto de encontro da comunidade e, desde o rompimento, as pessoas deixaram de se encontrar. A casa, que também vivia cheia, de familiares, amigos, vizinhos que eram “meio família”, de repente ficou vazia:

No trevo que vai pra Furquim tinha o bar do meu marido. Lá vivia cheio também. À noite Carlinhos fechava cedo e o pessoal vinha, ligava o som. [...] Deu uma reviravolta na vida da gente, não encontro com ninguém mais. [...] Uma fazia uma coisa diferente, aí dava pro outro. Igual aqui ó, Seu Agostinho morava aqui, quase dentro do terreiro, M. morava lá. Eu conversava com M. daqui da varanda, ela sentada lá e eu daqui. Ela gritava que tinha feito um negócio gostoso, aí eu ajudava ela. [...] Aqui era todo mundo meio família né. E dia de domingo a casa tava cheia. Eu tenho doze filhos, seis netos, aí ficava cheio, vinha os amigos também e aí ficava a casa cheia. [...] Agora diminuiu. Não tem lugar de ir né? Aí eles vêm, vai e vem, e não fica. Não tem onde ir, não tem bar. Mudou bem a vida da gente (M. S., de Paracatu de Baixo, informação oral).

Com relação à adaptação das crianças e jovens de Paracatu que, como relatado, podiam brincar livres na quadra e ruas do subdistrito antes do rompimento, a professora e moradora conta que:

É bem diferente a relação deles com tudo que aconteceu, porque alguns nem têm muita lembrança. São crianças pequenas, de nove anos. Eles falam muito de Paracatu, sentem muita saudade, muita vontade de voltar pra lá, mas acho que é mais aquele sonho que as pessoas passam pra eles e um pouco de lembrança do que eles tinham lá. [...] E com os maiores sempre foi mais complicado, sofreram mais e não se conformam. E mesmo as crianças, muitos falam que querem voltar, correr livre, subir em árvore, nadar no rio. Aqui na escola eles têm um “espaço verde”, têm uma grama sintética. [...] Alguns ainda insistem, eu falo que são os resistentes, que ainda insistem que ter um cachorro, insistem em ter um gato, aí tem uma planta num vaso, numa latinha e vai plantando né, numa vasilha descartável, num PET. [...] A gente tinha um grupo de jovens. O grupo de jovens a gente não conseguiu manter.

⁸² A entrevista com A. P., de Paracatu de Baixo, foi realizada no dia 13 de agosto de 2019, na sede da Escola Municipal de Paracatu de Baixo, Sede de Mariana.

Uma coisa que a barragem conseguiu destruir por 'n' fatores, falta de local, mudança de vida né, cada um vai cuidar das suas coisas, vai estudar, vai trabalhar e ficou tudo mais complicado. [...] Apesar de ter diminuído os encontros com as pessoas, a gente ainda consegue se encontrar de vez em quando, pra alguma festa de aniversário (A. P., de Paracatu de Baixo, informação oral).

A entrevista com a professora de Paracatu foi realizada na nova sede da Escola Municipal, na sede de Mariana. O processo de realocação das escolas municipais tanto de Bento Rodrigues como de Paracatu de Baixo, para a sede, não foi fácil. Depois do rompimento, ainda no fim de 2015, os alunos de ambas as escolas se juntaram com os alunos da Escola Dom Luciano, localizada no bairro Rosário (sede), onde, primeiramente, foram recebidos com apoio. Contudo, depois de poucos meses, os alunos de Bento e Paracatu passaram a ser chamados por alguns colegas de “pés de lama”, como conta a diretora da escola de Bento Rodrigues em depoimento para reportagem do BBC, publicada em 30/10/2017⁸³. A mesma reportagem mostra que essa situação estava relacionada a uma onda maior de preconceitos que se instalou na sede de Mariana após algum tempo do rompimento. Principalmente liderado por um grupo de moradores e comerciantes com o lema “Somos Todos Samarco”. A população atingida, que ainda tentava se reestabelecer emocionalmente pelas perdas (materiais e imateriais), foi culpada por outros moradores pela paralisação das atividades da empresa Samarco e o aumento do índice de desemprego. A ausência de empatia do grupo “Somos Todos Samarco” espalhou-se em notas de jornais locais, em cartazes nos comércios e até mesmo passeatas foram realizadas no centro da cidade.

A professora da Escola Municipal de Paracatu conta que foi necessária muita mobilização, das mães, pais, alunos e professores, para encontrarem um lugar adequado na Sede.

Nós fomos pro Rosário primeiro, ficou Bento, a própria escola do Rosário e Paracatu, a gente estava coabitando lá. Isso foi só no finalzinho de 2015. Quando foi 2016, no início, a gente já tinha conseguido uma escola no Gogô, era um prédio que tinha sido desativado [...] ficamos 2016 e metade de 2017. Aí foi necessário vir pra cá por causa da distância. O que acontecia: às vezes a criança precisava dos pais, passava mal, dava uma febre né? Sei lá, se tinha um problema de alguma forma ou às vezes não queria ficar e o pai não deslocava em tempo hábil [...] então foi uma das reivindicações mesmo. Montaram uma comissão escola, pais e professores [...] então a gente andou bastante [...] até que uma mãe passando aqui viu o espaço e indicou [A. P., de Paracatu de Baixo, informação oral].

⁸³ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41798753>. Acesso em: 23 out. 2019.

Em Campinas, ainda que a escola municipal não tenha sido destruída pelos rejeitos, após o desastre-crime, uma decisão arbitrária e autoritária (acompanhada do discurso da redução de gastos) da Prefeitura Municipal de Mariana no fim de 2018, obrigou as crianças e jovens do sexto ao nono ano a se deslocarem para a escola situada no distrito de Águas Claras, que fica a 9 km de distância. Isto ocorreu num de ausência de transporte público entre distrito e subdistrito e de condição socioeconômica da população que não permite um deslocamento rápido em caso de emergência com a criança, por exemplo. No subdistrito de Campinas, ficaram apenas as crianças até o quarto ano. Como explica uma moradora, mãe de duas meninas, uma delas recém transferida para a escola de Águas Claras:

Agora a escola é só até o quinto ano. [...] Aí já viu, vai pra Águas Claras, as notas ficam horríveis. Nossa, Deus. Eu tenho pra mim que nenhum passa de ano. Tudo horrível, o boletim tá uma vergonha. [...] Quando tava aqui era outra coisa, as notas eram maravilhosas, os professores também tinham atenção totalmente voltada pra eles, e eles já estavam acostumadas com aqui, com os professores daqui. Quando mudou, acabou. Aí um dia quer ir, outro dia não quer ir. Aí não quer ir você tem que obrigar a ir, aí é aquele desespero todo. [...] E se acontece alguma coisa, só de tarde é que fica sabendo (F. A., de Campinas, informação oral).

A Escola Municipal de Campinas é sem dúvida uma das principais referências para seus moradores, enquanto lugar de troca e produção de conhecimento e enquanto ponto de encontro entre os pais, alunos, professores, funcionários, em eventos escolares e festas comemorativas. Assim, para além de possíveis consequências no aprendizado das crianças que não têm se adaptado à nova escola, a Prefeitura foi responsável por uma ruptura grave no cotidiano de todos os moradores de Campinas, ao desestruturar e enfraquecer a escola enquanto espaço de encontro. Para ilustrar este fato, podemos citar o evento comemorativo ao dia da consciência negra, ocorrida em 24 de novembro de 2018, envolvendo os alunos, pais, professores e funcionários e que mostrou a extrema relevância do trabalho ali desenvolvido, atrelado ao histórico de ocupação daquele território habitado majoritariamente por população negra e a ressignificação cotidiana das referências culturais (figura 33).

Figura 33: Comemoração do dia da consciência negra na Escola Municipal de Campinas



Fonte: Autora.

A professora da escola municipal e moradora atingida de Borba confirma a resistência da comunidade de Campinas com as mudanças definidas pela Prefeitura Municipal de Mariana:

Eles foram muitos resistentes porque a estrada não oferece condições. O transporte na época de chuva é muito difícil. Foram do sexto ao nono para lá [...] até os meninos já reclamaram, não se adaptaram. [...] Eles já estão acostumados ali. É o lugar deles. [...] Foi muito complicado, muita resistência. No início do mês de fevereiro, no mês em que voltamos às aulas, os pais ficaram quase um mês sem mandar os meninos pra Águas Claras porque eles não estavam aceitando, mesmo assim a prefeitura não acatou, falou que iria chamar o Conselho Tutela, uma vez que estavam dando transporte, escola. [...] E foi através de ameaça que eles mandaram esses meninos para a escola (V. P., de Borba, informação oral).

E não foi apenas na Escola Municipal de Campinas que ocorreram mudanças após o rompimento, uma vez que a comunidade é quase no limite do município de Mariana com o município de Barra Longa, ou seja, distante da sede municipal, e com poucos residentes.

Transporte de vez em quando eles falam que vão cortar, que não tem passageiro, que aqui é muito longe. Eles falam que quem enchia o ônibus era o povo de Paracatu. Aqui nunca teve passageiro suficiente pro ônibus passar aqui não. Aí de vez em quando eles falam em cortar (F. A., de Campinas, informação oral).

A moradora explica que desde o rompimento da barragem de Fundão:

[...] Mudou demais. Mudou pra pior né? O que tinha hoje não tem mais. O movimento que tinha antes não tem mais, a escola que tinha antes, hoje não tem mais. Acabou tudo. As festas que tinha antes, hoje acabou. Até o médico que tinha antes hoje não tem mais. O atendimento como era não tem mais. Ficou totalmente diferente, hoje é um lugar mais vazio, parado (F. A., de Campinas, informação oral).

Tanto Campinas, como Pedras, Borba e Paracatu de Cima são localidades com modos de vida rurais. São famílias que moram em sítios (ou fazendas) e sempre mantiveram um dia a dia pacato, até o rompimento da barragem de rejeitos do Fundão. “A gente tinha a vida tranquila, beleza, sossegada e essa tragédia arrebentou nós tudo” (J. G., de Pedras, informação oral), lamenta o morador atingido de Pedras. “Cada um tinha sua casinha, tinha sua horta. [...] aqui levou o canavial todo, os peixes foram tudo embora” (M. A., de Pedras, informação oral), completa sua esposa.

A entrevista com o casal de moradores de Pedra durou quase uma tarde inteira, tamanha era a vontade de seguir a prosa. Os lamentos e reivindicações revezavam com risos que foram acompanhados pelo cafezinho feito no fogão de lenha e a broa de fubá com erva doce. Depois da conversa no banco de madeira da cozinha, bem perto do fogão de lenha, o casal mostrou no quintal a área atingida pela lama de rejeitos. J. G. apontava triste para as suas terras às margens do Gualaxo, onde muitas árvores e plantações de cana foram destruídas.

Paguei setenta reais numa muda de cedro, aí ela lá deitada no chão. Morreu. A gameleira ali também. [...] Ô menina, eu falo com ocê, coitado de mim. E num é só eu não, é muita gente. Prejuízo foi imenso, acabou com tudo que nós tinha aqui. Eu vou mostrar procê até onde era meu canavial. [...] Meu canavial vinha até aqui, acabou com tudo. Aí o rio mudou de lugar. A cana foi tudo embora. Olha a marca do rejeito aí no pau [...] A gente tinha a vida muito boa aqui, tranquila (J. G., de Pedras, informação oral).⁸⁴

A conversa com o outro casal, moradores de Paracatu de Cima, foi realizada na sede do escritório da Comissão dos Atingidos (já que eles tinham outra reunião agendada na sede naquele mesmo dia).

[...] até hoje a gente vive num lugar completamente diferente do nosso. Ao redor da nossa casa é uma bagunça, não tem lugar onde prender os porcos, e a gente sempre criou porco, [...] galinha, frango, lá no sítio onde era meu e do Marino, onde a gente morava. [...] No momento que a gente mudou, tivemos que vender tudo, quase de graça as cabras, os porcos, porque não tinha onde colocar. Não tinha como sobreviver os bichos lá, morreu um tanto, deu uns problemas nos porcos e até hoje tem essa bagunça lá, as cabras não tem onde ficar, os porcos ficam solto ao redor da casa, suja todo o terreiro e a gente limpa. Não é a vida que a gente tinha antes né? A gente sofreu esse deslocamento físico compulsório e continua sendo até hoje como se a gente tivesse sido deslocado naquele momento, porque a gente não conseguiu encontrar o nosso mundo, que a gente vivia antes (M. C. D., de Paracatu de Cima, informação oral).

M. C. D. só teve direito ao cartão auxílio-financeiro seis meses depois do rompimento e apenas seus dois filhos entraram como dependentes nessa época (o que significava um salário mínimo e 20% desse valor a mais para cada filho). Seu marido precisou entrar na justiça para ter o direito ao auxílio, o que só aconteceu em 2019, próximo de se completarem quatro anos do rompimento. Mesmo assim, colocaram-no como dependente de sua esposa, ainda que tenha conseguido provar a perda dos meios de produção do leite e as demais formas de subsistência e de

⁸⁴ A entrevista com J.G., de Pedras, foi realizada no dia 18 de agosto de 2019, em visita à sua casa em Pedras.

geração de renda anteriores. Reforçando o relato de sua esposa, que virou companheira de luta:

A gente não sabia se era melhor a lama ter destruído a casa também, porque a Samarco reconhecia só quem tinha perdido a casa, entendeu? A gente não tinha perdido a casa, mas a gente tinha perdido os modos de vida, a gente tinha perdido o nosso universo onde a gente vivia. [...] Eu comecei produzindo solteiro, produzindo dez litros, aí passou pra trinta, fui me aperfeiçoando, fazendo inseminação artificial, fui fazer meu próprio gado, até eu chegar lá. Fui subindo os degraus (M. D., de Paracatu de Cima, informação oral).

O casal entrevistado de Paracatu de Cima morava em um terreno onde plantavam, criavam cabra, porco, galinha, nas palavras de M. C. D., viviam “da colheita do que a gente plantava e do que a gente produzia também. Carne, ovo, leite a gente nunca comprava” (M. C. D., Paracatu de Cima, informação oral).

Em Borba, cuidar das plantações e criações era também predominante no cotidiano de uma mãe e seu filho, que tiveram a casa e todo o terreno atingido pelos rejeitos da barragem. A mãe recorda saudosa como era viver em sua antiga casa, antes de ter sido destruída pela lama:

Ah, antes era uma maravilha, né, nossa senhora! Antes a gente tinha alegria, agora não. Acordava, ia mexer com minhas criação, minha horta. Eu gostava de plantar minha horta. [...] A horta foi tudo embora. Só cebola na época de arrancar, se arrancasse tudo dava uns trinta quilos. Foi tudo embora. Repolho, pimenta (M. R., de Boba, informação oral).⁸⁵

Tinha fogão de lenha, era gostoso pra daná. Forno de assar broa. Tem forno ali, mas não esquenta não. [...] Tô cansada de falar com *eles*, eu quero meu forno. Tô assando merenda na panela. Sabe como é que é não? Cê põe a merenda na panela e põe uma tampa com brasa em cima (M. R., de Borba, grifo nosso, informação oral).

Mãe e filho mudaram-se recentemente para a nova casa, reconstruída sobre a lama de rejeitos do mesmo terreno, por diferentes empresas que foram sendo contratadas e descontratadas ao longo dos quase quatro anos desde o rompimento e a destruição.

Tem nem seis meses que nós estamos morando aqui não. Nós mudamos pra aqui em março [...]. Uma firma ficou seis meses e não conseguiu fazer a fundação, aí sumiu [...] arrancou tudo. A empresa faliu e levou tudo embora. [...] Aí veio outra e ficou até agorinha mesmo e não terminou não. E sumiram. Disseram que é outra firma que vai vir pra cá (M. A., de Borba, informação oral).

⁸⁵ A entrevista com M. R., de Borba, foi realizada no dia 18 de agosto de 2019, em visita à sua casa em Borba.

No troca-troca de empresas, muitos equipamentos e ferramentas necessários para o cuidado das plantações e criações foram roubados: “Motor [...] na faixa de uns 15 mil. [...] Eles falaram que não tem culpa de nada não, que roubo tá tendo em tudo quanto é lugar” (M. filho, de Borba, informação oral).

A “casa velha”, que, segundo o filho, “era divertida demais, [a gente] fazia brincadeira, comia bastante, bebia bastante” (M. A., de Boba, informação oral), não deixou vestígios. No lugar dela existe atualmente uma grande área aterrada (sem pavimentação, que constava no projeto) e um sistema de fossa séptica para a coleta dos efluentes da residência, mas que parece ter sido instalado sem dar as orientações de manutenção ou funcionamento para os moradores: “disse que se tampar o buraco a catinga volta pra dentro de casa” (M. A., de Boba, informação oral), explica o filho um pouco confuso, enquanto aponta para a quantidade de mosquitos que acumulava próximo à primeira caixa coletora.

As reclamações sobre a nova casa, que segundo os moradores ainda não está completa e em conformidade com o projeto arquitetônico acordado por eles, incluem, por exemplo, a proximidade com o arruamento de terra batida que faz com que a poeira entre na casa e na varanda onde fica o novo fogão de lenha (sem forno): “Janela é difícil a gente abrir, por causa da poeira que entra”, conta M. A. “A poeira não acaba não” (M. A., de Boba, informação oral).

Por sorte, os acabamentos puderam ser escolhidos por M. A., que se orgulha dos elogios recebidos pela escolha na combinação das cores. Por outro lado, lamenta a escolha das janelas que não possuem trilho na parte inferior e, portanto, ficam soltas.

Ainda sem a horta, sem o curral, sem a pavimentação da parte inferior e com um muro construído de forma diferente do que o esperado por eles, M. R. resume: “Eu queria minha casa igual ela era lá embaixo. O pior eu acho é que quando tava lá embaixo ia muita gente lá em casa, agora não, agora não vem ninguém aqui, nem meus filhos [...] Eu desgostei da minha vida, não gosto de sair de casa mais, tô desgostosa mesmo” (M. R., de Boba, informação oral).

A casa visitada em Borba, assim como outras que podem ser vistas no caminho até Pedras e Campinas, está inserida na modalidade “reassentamento familiar”, dentro do processo de reparação obrigatório às empresas responsáveis pelo desastre-crime. Especificamente no caso da família visitada em Borba, conforme

relato acima, o reassentamento foi feito no mesmo terreno da antiga casa destruída, sobre a lama de rejeitos. Conforme explica o coordenador local da equipe de assessoria técnica dos atingidos de Mariana, contratada via instituição Cáritas Brasileira:

A gente divide em reassentamento coletivo e familiar. Reassentamento coletivo é Bento e Paracatu. O reassentamento familiar tem a possibilidade da reconstrução do imóvel e tem a possibilidade do que a gente está chamando de 'compra assistida', que é: o atingido escolhe uma nova área, um novo terreno [nova casa que] pode ser fora de Mariana (GLADSTON FIGUEIREDO, Coordenador Assessoria Técnica Atingidos de Mariana, informação oral).

Com relação ao reassentamento familiar, o casal atingido de Paracatu de Cima explica que foi uma luta muito grande para adquirirem esse direito. A princípio só se falava no reassentamento coletivo das comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, enquanto para as famílias que perderam suas casas nas outras localidades, a reconstrução seria sempre no mesmo terreno, sobre a lama de rejeitos. O casal relata com detalhes uma reunião em que o responsável pela Defesa Civil da Prefeitura de Mariana, juntamente com a empresa Samarco, deram apenas instruções alarmantes de como proceder num caso de novo rompimento das barragens do Complexo Germano, mas não mostraram o estudo de *dam break* (isto é o que mostra em mapa a mancha da área atingida no caso de um novo rompimento de barragem e vazamento de rejeitos).

O povo da região lá, ninguém sabe onde vai passar [o *dam break*]. O que eu exigia pra Samarco junto com a Defesa Civil é que eles colocassem piquete onde vai passar pra pessoa ter noção do que vai acontecer. [...] Eles estão reassentando famílias dentro da lama, no mesmo lugar. O reassentamento só existia de Bento e Paracatu e não falava em reassentamento familiar. A única opção do povo da zona rural era fazer no mesmo terreno, sem saber desse mapa do *dam break*. [...] E esse reassentamento familiar foi uma luta muito grande que nós tivemos pra conquistar. Pra gente conquistar esse reassentamento foi muito difícil, foi fácil não (M. C. D., de Paracatu de Cima, informação oral).

O estudo atualizado do *dam break*, conforme explica o coordenador da equipe de assessoria técnica dos atingidos, nunca foi de fato apresentado.

Eles [empresas] apresentaram um estudo de *dam break* e isto já tem uns 2 anos, sabidamente este estudo está desatualizado, precisava ser atualizado [...] mas até hoje não apresentaram [outro estudo]. Da mesma forma que a gente não tem nenhuma avaliação com relação à toxicidade do terreno. É seguro continuar lá? Visivelmente já tem casos, já tem pessoas que fizeram exame com altíssimas contaminações de metais pesados no sangue, em função do convívio com o rejeito, tanto aqui como em Barra Longa

(GLADSTON FIGUEIREDO, Coordenador Assessoria Técnica Atingidos de Mariana, informação oral).

Segundo Gladston Figueiredo, as dúvidas quanto à situação de segurança interferem nas decisões dos moradores das localidades rurais sobre o reassentamento familiar:

Nas últimas reuniões com as comunidades rurais, as que são do reassentamento familiar, eles falaram que querem uma definição sobre a compensação pra ver o que q vale à pena. Eu quero saber qual é a regra de compensação pra ver: 'Vale a pena eu continuar na zona rural?', 'Eu vou pra área urbana?'. Mas pra isso eu tenho que estabelecer a regra de compensação e que, infelizmente, a gente não avançou nisso, na perspectiva da construção de grupos de trabalho e a solução que está sendo apresentada é a da judicialização (GLADSTON FIGUEIREDO, Coordenador Assessoria Técnica Atingidos de Mariana, informação oral).

A falta de estudos efetivos e ações da empresa que garantam a segurança e a saúde a todos aqueles que habitam a jusante do Complexo Germano (muitos dos quais ainda vivendo na área de *dam break* e em casas reconstruídas pela própria empresa sobre a lama de rejeitos) é alarmante. Também não há informações precisas sobre o início do processo de descomissionamento das barragens do Complexo Germano ou um prazo para a conclusão dessa ação, tão necessária e urgente.

Notícias recentes informam que os processos de descomissionamento das 43 barragens a montante, existentes em Minas Gerais – e que conforme a Lei “Mar de Lama Nunca Mais” deveriam ser descomissionadas em até três anos a partir da data de publicação da lei –, deverão atender agora à Resolução nº 4, de 15/02/2019⁸⁶, da Agência Nacional de Mineração, que estabelece diferentes intervalos de tempo para a descaracterização dessas estruturas de risco, de acordo com o tamanho de cada uma delas e variando entre 15 de setembro de 2022, 2025 e 2027. As barragens do Complexo Germano estão entre os 25% dos casos que não serão descomissionadas no prazo de três anos, conforme reportagem do Estado de Minas.⁸⁷

No caso de Mariana, ao que parece, o Poder Público não emitiu documentos que questionem sobre o descomissionamento das barragens do Complexo de

⁸⁶ Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/63799094/do1-2019-02-18-resolucao-n-4-de-15-de-fevereiro-de-2019-63799056. Acesso em: 24 out. 2019.

⁸⁷ Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/08/14/interna_gerais.1077308/minas-pode-dar-mais-tempo-para-empresas-descomissionarem-barragens.shtml. Acesso em: 24 out. 2019.

Germano, ao passo que a Defesa Civil do Município, com apoio da empresa Samarco e outros parceiros, organizou um simulado de ocorrência de novo rompimento de barragem recentemente, em 21/09/2019, com as comunidades de Camargos, Ponte do Gama, Paracatu de Baixo, Paracatu de Cima, Borba, Pedras e Campinas, conforme matéria no site oficial da Prefeitura de Mariana.⁸⁸

Morador de Ponte do Gama conta que lá a decisão foi de manter a comunidade naquele local e reconstruir ou reformar o centro comunitário, a igreja, o campo de futebol e a arena de cavalgadas, espaços importantes de sociabilidade que foram atingidos diretamente pela lama. A decisão e a execução das obras por parte da empresa foram mais rápidas em comparação à morosidade do processo de reparação nas outras comunidades. Por outro lado, com equívocos graves, como relata o morador:

O campo tá todo fechado. Eles chegaram até a refazer, mas em cima da lama, aí não tem como usar, entendeu? Você tem que molhar aí as pessoas ficam com o pé todo preto de lama. Ou a poeira de lama. [...] E uns falam que é tóxico, outros falam que não é, então vai acreditar em quem? Uma certeza a gente tem, as árvores morrem, a vegetação. Mas ao mesmo tempo você não tem a comprovação. Os estudos que chegam pela empresa falam que não, os estudos feitos em particular pelos movimentos sociais falam que sim. As universidades em si, a maioria não fez um estudo que seja definitivo. E é uma questão muito importante pra gente, pra gente fazer com o quê que a gente tá lidando e como né. [...] Por exemplo, a nossa comunidade não quis mudar de lugar, quis que fosse reconstruída ali mesmo no local. Já reconstruiu o centro comunitário, a capela, a área nossa comunitária já reconstruiu (M. S., de Ponte do Gama, informação oral).

Antes restrito apenas às famílias das localidades de Ponte do Gama, Paracatu de Cima, Borba, Pedras e Campinas, o reassentamento familiar (incluindo a compra assistida) também passou a ser uma opção para os moradores de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo que não quiserem ir para os reassentamentos coletivos. E, ainda, existe a opção da pecúnia, ou seja, de receber em dinheiro.

As pessoas atingidas de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo estão em sua maioria morando na sede de Mariana ou em distritos próximos, em casas ou apartamentos alugados, e muitos estão esperando pelos reassentamentos coletivos das comunidades. As obras destes dois reassentamentos, de Bento e Paracatu, ainda estão bastante atrasadas, especialmente as da segunda. Enquanto no terreno da

⁸⁸ Disponível em: <http://www.mariana.mg.gov.br/noticia/5571/moradores-de-distritos-de-mariana-participarao-de-simulado-de-rompimento-de-barragem>. Acesso em: 24 out. 2019.

“Lavoura”, onde será reassentada a comunidade de Bento, ocorreram algumas obras de contenção, aberturas de vias, pavimentações parciais, mas pouco sinal das casas, em Paracatu, as obras se encontram apenas no início das aberturas das vias no terreno chamado “Lucila”.

É um procedimento padrão, que é demorar com as negociações de reassentamento... pra que depois, as pessoas cansadas, exauridas, elas aceitem qualquer proposta... E muito, obviamente, a Renova não tem interesse em fazer o reassentamento... e se fizer quanto menos gente ir pro reassentamento melhor, fica mais barato, depois é menos gente, menos conflito. Obviamente, a Renova vai ter que se responsabilizar pelo asfalto que vai... que não vai estar bom ... a gente sabe como estas coisas são feitas, os encanamentos, os esgotos que estourarem... as rachaduras que por ventura vierem nas casas, isto tudo ela vai ter que ser responsabilizada por um tempo... então, tudo que ela menos quer é um grupo de moradores, tudo junto no mesmo local, cheio de problemas pra ela ir resolvendo... então... isto é que ela não quer. E é muito, mas muito mais fácil, obviamente pra ela, fazer uma indenização, a pessoa assina um termo de quitação integral e ela nunca mais vai ver esta pessoa na vida... Então, ela vai atrasando os processos para que as pessoas desistam do reassentamento. E é triste, lamentável, mas a gente precisa dizer que é uma tática eficiente! As pessoas fazem isto. Muitos atingidos que a gente conversa diz: ‘Eu não quero ir pro reassentamento, eu quero receber esta indenização logo e sumir e não quero ficar aqui’ (GLADSTON FIGUEIREDO, Coordenador Assessoria Técnica Atingidos de Mariana, informação oral).

No caso do reassentamento coletivo de Bento Rodrigues (figura 34), um dos primeiros entraves no processo está relacionado à escolha do terreno. Antes do rompimento, Bento Rodrigues era um subdistrito assentado em terreno sem grande variação topográfica, onde predominavam casas de um pavimento, com quintais e espaços entre lotes bastante arborizados, com acesso fácil aos córregos e quedas d’água e pontos de visadas para a Serra do Caraça que criavam uma atmosfera própria. As três áreas apresentadas pela Fundação Renova possuíam características distintas da área original de Bento Rodrigues, principalmente, no que se refere à topografia (mais acentuada) e à carência de recursos hídricos. Contudo, sem uma discussão aprofundada, a área da “Lavoura” foi escolhida pelos moradores.

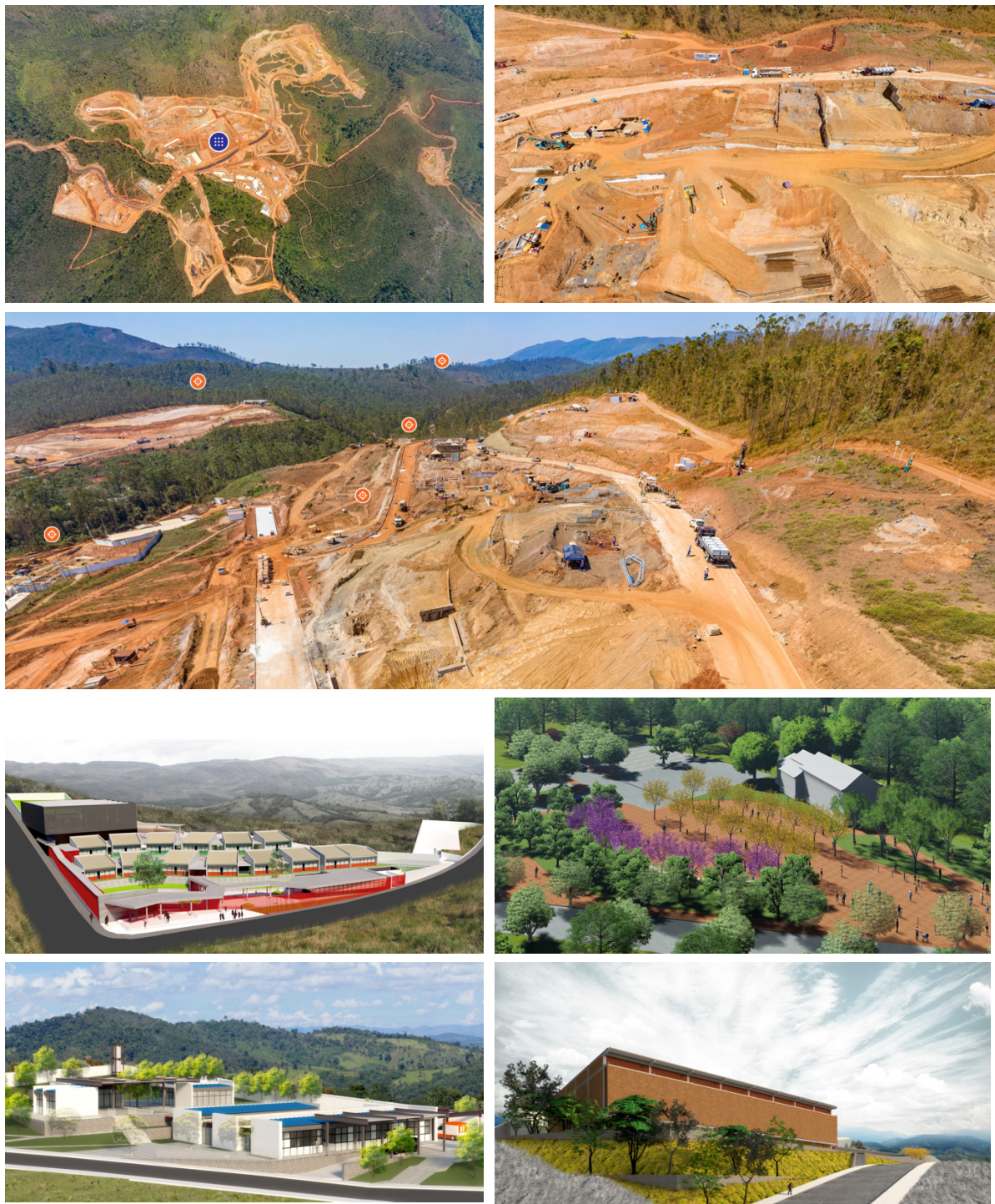
Quanto ao projeto urbanístico é importante ressaltar que a elaboração do mesmo antecedeu a finalização do processo de cadastro junto aos moradores, cadastro este, realizado pela assessoria técnica da Cáritas Brasileira e que, com o tempo, foi sendo aprimorado, incluindo em sua metodologia as cartografias sociais. Neste sentido, o projeto urbanístico precisou de passar por diferentes revisões ao longo dos últimos anos, incluindo a necessidade de remanejamento de lotes particulares. A princípio, a implantação dos lotes deveria obedecer a relação de

vizinhança, conforme solicitado pelos moradores, mas depois de iniciado o processo de elaboração dos projetos arquitetônicos das casas e quando os próprios moradores notaram as dificuldades de aproveitamento do terreno com grande variação de nível, o parâmetro da relação de vizinhança foi flexibilizado. Quanto aos equipamentos públicos, os projetos foram elaborados com pouco debate junto à comunidade, em apresentações simultâneas e linguagem técnica pouco acessível. Alguns destes equipamentos se transformaram em edificações de grandes proporções, locados nas áreas mais planas e voltados para o atendimento das demandas do poder municipal.

No caso do reassentamento coletivo de Paracatu de Baixo (figura 35) o terreno “Lucila” foi o escolhido entre as opções apresentadas pela Fundação Renova por conta da sua localização, no caminho da área original de Paracatu. Contudo, também as condições topográficas e hídricas se tornaram complicadores desde o início da elaboração do projeto urbanístico e ainda hoje geram debate, uma vez que as os estudos e soluções técnicas apresentados pelas empresas parecem divergir da realidade, uma área com escassos recursos hídricos. Mesmo que o processo de elaboração dos projetos urbanístico e arquitetônicos de Paracatu de Baixo tenha sido iniciado posteriormente ao de Bento Rodrigues, as discussões em audiências públicas mantiveram o modus operandi das empresas com metodologias que possibilitam pouca interação e participação efetiva dos moradores nas tomadas de decisão. Por conta da morosidade nos reassentamentos coletivos que afetam principalmente a população mais idosa (figura 36) e que, conforme o coordenador da assessoria técnica, faz parte da estratégia da empresa para diminuir o número de pessoas no reassentamento, muitos moradores de Bento e Paracatu estão desistindo e começando a negociar com a empresa o recebimento do valor da casa em pecúnia. Outros, de Paracatu de Baixo, decidiram continuar no território atingido (figura 37).

Em Ponte do Gama, Paracatu de Cima, Borba e Pedras nem todos os moradores já definiram se irão optar pelos reassentamentos familiares no mesmo local de origem. Como no início deste processo as ações tomadas pelas empresas não foram conduzidas com participação, transparência, e não foram acompanhadas pela assessoria técnica, muitas famílias optaram por este tipo de reassentamento (figura 38), muitas vezes sem ter as informações precisas sobre possibilidades de novos rompimentos das barragens ou sobre a toxicidade dos rejeitos, sendo que algumas estão atualmente insatisfeitas com as novas casas já concluídas.

Figura 34: Imagens recentes das obras de reassentamento coletivo de Bento Rodrigues e simulações dos equipamentos comunitários



Fonte: Fundação Renova. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/reassentamentos/bento-rodrigues/>. Acesso em: 20 out. 2019.

Figura 35: Imagens recentes das obras de reassentamento coletivo de Paracatu de Baixo e simulações dos equipamentos comunitários



Fonte: Fundação Renova. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/reassentamentos/paracatu-de-baixo/>. Acesso em: 20 out. 2019.

Figura 36: Os atrasos e dúvidas quanto aos reassentamentos coletivos [“colagem” Jornal A Sirene]

Quanto tempo dura a espera?

“Ter esperança” e “estar à espera” são expressões que fazem parte da vida dos(as) atingidos(as) pelo crime da mineradora Samarco (Vale e BHP Billiton). São mais de três anos após o rompimento da Barragem de Fundão. A espera para retornar ao próprio lar tem sido dolorosa, sobretudo para aqueles(as) que estão em um tempo de vida no qual se deveria ter conforto e tranquilidade.

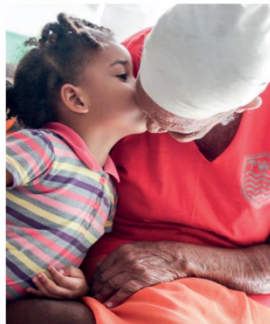
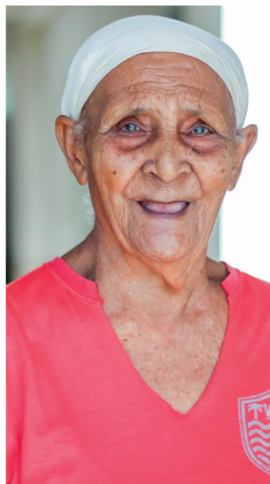
POR EFIGÊNIA BENTO E ORIDES DA PAIXÃO DE SOUZA (DIRCE)
COM APOIO DE LARISSA PINTO E RAFAEL FRANCISCO



Morei 35 anos no Bento, eu achava que ia terminar os meus dias lá. Foi o único lugar em que pude comprar um pedacinho de terra pra chamar de meu. Na minha casa tinha terreiro, horta, árvores. Era uma vida muito tranquila. Nós somos da roça, a gente não se acostuma fácil. Quero é que arrumem um lugar pra gente ficar tranquilo igual ao Bento. Eles dizem que, em até um ano, a gente volta. Se Deus ajudar, e eu viver até lá, tenho esperança de que vou voltar pra minha casinha. A gente não espera só pra gente, mas para os que vêm. Assim como eu fui feliz na minha vida, eu espero que meus filhos e meus netos também sejam.

Orides da Paixão de Souza (Dirce),
moradora de Bento Rodrigues

Reassentamento? Até hoje nada!



Vivi quase 50 anos em Paracatu. Eu nasci e fui criada na roça. Tenho uma saudade da minha casa, lá eu vivia muito bem. Aqui não tem lugar de plantar nada. É tudo cimento e a casa não é nossa. Lá eu tinha horta na porta de casa, era uma senhora horta. No meu quintal tinha um pé de rosa que era a coisa mais linda. Meu fogão era à lenha, pintado de cor de rosa. O dia inteiro tinha café quentinho. Antes de chegar aqui, eu nunca tinha cozinhado em fogão à gás. Quando deito na cama, eu perco o sono. Penso no tanto que quero voltar para minha casa. Vai fazer quatro anos que estamos nessa peleja. Quando eu voltar para casa, a primeira coisa que vou fazer é passar um café quentinho. Eu ainda tenho esperança.

Efigênia Bento, moradora de Paracatu de Baixo

Fonte: Jornal A Sirene, Ed. 37, abr. 2019. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/edicoes>. Acesso em: 22 out. 2019.

Em quatro anos, um tijolo

Às vésperas de completar quatro anos do rompimento da barragem da Samarco, Vale e BHP Billiton, a Fundação/Samarco comemora a colocação do primeiro tijolo da primeira casa do reassentamento de Bento Rodrigues, em Lavoura. Após anos de divergências e de projetos malfeitos pela Fundação, o marco evidencia que o momento não é de comemoração, e sim de luta pelos próximos passos nas obras do novo Bento.

Nas audiências, a gente vê que as opiniões dos atingidos não são levadas em consideração. Estamos na audiência meramente como instituição figurativa, sem poder de voz. Eu percebo que nós estamos sendo usados para validar algo que já está previamente definido. O que as empresas vêm sempre pregando - isonomia, imparcialidade -, isso não tem acontecido. A gente lamenta, porque é um processo reparatório, não é nada que seja feito a título de bonificação, como se fosse algo que se faz para alegrar as pessoas, por assim dizer. O reassentamento é um ato de reparação por algo que foi retirado de forma criminoso, e essa reparação não tem sido feita de forma justa. A gente lamenta por esse espaço não ser democrático. Mas vamos continuar na luta, a gente não vai desistir.

Fonte: Jornal A Sirene, Ed. 41, set. 2019. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/edicoes>. Acesso em: 22 out. 2019.

Um tiro no escuro

Nós conversamos com os melhores engenheiros da Samarco e desde o início eles nos disseram que iria caber lá, mas é visível que não cabe. Além disso, na maquete que foi apresentada, com a realocação de casas e ruas, vimos que muita coisa estava errada, como por exemplo a Rua Furquim que está dividida. Acho que um dos maiores problemas, logo quando começamos a tratar com a empresa, foi a falta de uma Assessoria Técnica conosco, para nos informar de como todo o processo deveria ser. Foi como ter dado um tiro no escuro, e agora é que nós estamos tendo um conhecimento maior sobre Lucila e outras questões.

Fonte: Jornal A Sirene, Ed. 12, mar. 2017. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/edicoes>. Acesso em: 22 out. 2019.

Figura 37: Por que decidem ficar? [“colagem” Jornal A Sirene]

Paracatu que FICA

- Nós continuamos a viver em Paracatu de Baixo.
- O nosso lar não é mais a mesma coisa, mas permanecemos aqui.
- Convivemos diariamente com o que a lama deixou.
- O valor das nossas casas não pode ser medido em dinheiro.
- A verdade é que não queremos sair daqui, porque nossas histórias de vidas e as memórias também não saíram.



João Banana, 64 anos

- Nasci e cresci aqui.
- Acredito que quando a pessoa nasce no lugar é igual um ramo de uma árvore que se fixa ali, e a barragem fez essa separação, arrancou os ramos da terra.
- Eu quero continuar aqui, mesmo quando “Paracatu Novo” sair, quero ficar aqui. Nós éramos tudo junto e agora estamos que nem folha no vento, fica voando pelo campo afora.



Dona Beniga, 68 anos

- Moro desde sempre em Paracatu.
- Fico lá em Mariana e cá, porque tenho medo deles pegarem as minhas coisas.
- Prefiro aqui, porque sempre tem alguma visita aqui na minha casa. Voltei pra não ficar sozinha.

Fonte: Jornal A Sirene, Ed. 16, jul. 2017. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/edicoes>. Acesso em: 20 out. 2019.

Entregaram aqui em casa um jornal da Renova com uma foto dos meus pais na varanda da casa que a fundação reconstruiu no meio do barro. A imagem estava mostrando para as pessoas que os meus pais estavam super felizes, que a casa era uma maravilha, quando, na verdade, a casa nem construída para idosos foi. O arquiteto que projetou a casa ou é incompetente ou nunca fez uma casa para idosos porque, se você ver o tanto de escadas que tem na casa...

Eles não falam a verdade, os meus pais estão no meio da lama tóxica, cheia de metais pesados, e a Renova só mostra aquela fachada bonita. Para a Fundação, está uma maravilha. Essa é a diferença, os jornais da Renova são cheios de máscaras e mentem, mas o Jornal A Sirene expõe a realidade que a gente vive sem rodeios e fala a verdade. Esse é o nosso jornal, o jornal dos atingidos.

Maria do Carmo D'Ángelo,
moradora de Paracatu de Cima



Pertencimento.

A gente foi nascido e criado na roça, é o lugar mais sossegado. Tudo que nós precisamos, aqui tem. Quando eu fiquei viúva, meu filho peleejou para me levar pra Mariana, mas não fui. Minha “memória” não dá pra morar na cidade. Aí a gente fica aqui na roça, que tem os vizinhos, mas, nesse meio tempo, a gente está meio pobre de vizinhos.

Geralda Joana Gonçalves,
Paracatu de Cima

Fonte: Jornal A Sirene, Ed. 39, jun. 2019. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/edicoes>. Acesso em: 20 out. 2019.

Fonte: Jornal A Sirene, Ed. 32, nov. 2018. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/edicoes>. Acesso em: 20 out. 2019

Figura 38: Reassentamentos familiares concluídos em Paracatu de Cima (a), entre Paracatu e Borba (b, c), em Borba (d), em Pedras (e) e Campinas (f)



a.



b.



c.



d.



e.



f.

Fonte: Autora.

3.3. PATRIMÔNIO CULTURAL NO CONTEXTO DA REPARAÇÃO E COMPENSAÇÃO

O recorte temático do patrimônio cultural na análise do processo de reparação e de compensação pelos danos resultantes do rompimento da barragem do Fundão demonstra que foram executadas ações desde o momento imediato ao desastre-crime, tendo à frente diferentes órgãos, instituições ou empresas, mas poucas parecem ter partido das demandas dos moradores que se sentem pertencentes àqueles territórios.

O primeiro destaque deve ser dado às ações capitaneadas pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), cujas informações entre 05/11/2015 e 30/01/2018 podem ser acessadas na página eletrônica do MPMG⁸⁹. Logo nos dias imediatamente posteriores ao rompimento da barragem, entre os dias 06 e 17 de novembro de 2015, a equipe “SOS Patrimônio”, formada por servidoras do MPMG e técnicos em conservação e restauro do Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais (CECOR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), realizou uma série de visitas técnicas, especialmente ao território atingido de Bento Rodrigues, e elaborou notas técnicas para a construção de um “diagnóstico dos distritos e bens culturais atingidos”, que incluiu fichas específicas de quatro templos religiosos: Igreja São Bento (Bento Rodrigues, Mariana), Capela Nossa Senhora da Conceição (Gesteira, Barra Longa), Igreja das Mercês (Bento Rodrigues, Mariana), Capela de Santo Antônio (Paracatu de Baixo, Mariana). Os documentos elaborados compuseram o Inquérito Civil nº MPMG-0024.15.016419-2, referente aos “danos ao patrimônio cultural decorrentes do rompimento da barragem da Samarco, distrito de Bento Rodrigues, Mariana/MG”. Para além do resgate de peças e fragmentos de peças encontrados em meio à lama de rejeitos (que, nessa primeira ação junto ao MPMG, contabilizou 310 peças), foram removidos os bens móveis que integravam a Capela de Nossa Senhora das Mercês (Bento Rodrigues), em 19/11/2015, não atingida pelos rejeitos por estar implantada em cota mais alta do subdistrito. O material resgatado foi levado, nesse momento, para a reserva técnica do Museu Arquidiocesano de Arte Sacra de Mariana, onde foi numerado e etiquetado.

⁸⁹ Trata-se de uma linha do tempo destacando as principais ações empreendidas pelo MPMG desde o dia 05/11/2015. Contudo, a última atualização é de 30/01/2018. Disponível em: <http://patrimoniocultural.blog.br/rompimentodabarragem/>. Acesso em: 24 out. 2019.

Em 27/11/2015, foi instaurado o Inquérito Civil Público MPMG nº 0024.15.017332-6, na Comarca de Belo Horizonte, para a apuração dos danos ao patrimônio cultural causados pelo rompimento da barragem de Fundão e, em 30/11/2015, foi assinado o Termo de Compromisso Preliminar (TCP) entre o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e as empresas Samarco/Vale/BHP Billiton, visando às medidas emergenciais mínimas. Conforme o documento constam seis obrigações à empresa:

- 1) Estabelecer, no prazo de 10 (dez) dias, contato com a Arquidiocese de Mariana, a fim de planejar e executar as medidas previstas no Termo de Compromisso;
- 2) Contratar, no prazo de 10 (dez) dias, equipe de *arqueólogos* para realização de monitoramento permanente de todas as atividades desenvolvidas nas *localidades de Bento Rodrigues, Gesteira e Paracatu*, com mobilização imediata, bem como elaboração no prazo de 15 (quinze) dias, de projeto de *resgate de bens* desaparecidos;
- 3) Remeter mensalmente ao Ministério Público os relatórios de monitoramento arqueológico;
- 4) Realizar capacitação prévia para todos os operários envolvidos nas atividades desenvolvidas nas *localidades de Bento Rodrigues, Gesteira e Paracatu*, a fim de esclarecer sobre a existência de bens culturais na área e sobre os procedimentos de prevenção de danos que devem ser adotados;
- 5) Comunicar imediatamente ao Ministério Público e à Arquidiocese de Mariana achado de qualquer bem cultural remanescente dos *templos religiosos objeto deste acordo*;
- 6) Em relação às *Capelas de São Bento e Nossa Senhora das Mercês (Bento Rodrigues), Santo Antônio (Paracatu) e Nossa Senhora da Conceição (Gesteira)*, protegidas como patrimônio cultural municipal, uma vez autorizado pela Defesa Civil e viabilizado o acesso de pessoas e equipamentos a essas localidades:
 - a) estruturar, no prazo de 10 (dez) dias, barreira física (tapume) no perímetro do imóvel com o objeto de prevenir a ocorrência de furtos e ações de vandalismo;
 - b) Contratar equipe técnica habilitada (integrada, pelo menos, por *engenheiro, arquiteto e conservador-restaurador*) para realizar *diagnóstico estrutural e dos elementos artísticos da edificação*, bem como a atualização do *inventário* da edificação e dos bens móveis e integrados, apresentando relatório ao Ministério Público no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, com *indicação das medidas técnicas a serem adotadas*, com cronograma de execução;
 - c) estruturar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, em parceria com a Arquidiocese de Mariana, a reserva técnica do Museu de Arte Sacra de Mariana, a fim de assegurar condições adequadas de guarda e armazenamento das peças sacras que para lá foram levadas;
 - d) estruturar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, *plano de restauração*, a ser executado por meio de equipe técnica com reconhecida expertise na área, integrada por conservadores-restauradores das peças sacras e bens integrados dos templos;
 - e) Efetuar o ressarcimento dos valores abaixo, referentes a honorários técnicos da equipe responsável pelos levantamentos nos imóveis, objeto deste acordo, no prazo de 15 (quinze) dias (TCP, 2015, grifo nosso).⁹⁰

⁹⁰ Disponível em: <http://patrimoniocultural.blog.br/rompimentodabarragem/>. Acesso em: 24 out. 2019.

Alguns aspectos merecem destaque nas obrigações definidas no TCP, particularmente: 1) o foco nos bens móveis de arte sacra; e 2) a restrição às localidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, em Mariana; Gesteira, em Barra Longa; e, especificamente, aos 04 templos religiosos católicos dessas três localidades; 3) a ausência de exigências no sentido de criar mecanismos de transparência sobre as ações das empresas (os relatórios são encaminhados apenas ao MP e à Arquidiocese, quando as peças são de procedência da Igreja); 4) o entendimento de “resolução” de danos no campo do patrimônio cultural restrito a profissionais com “reconhecida *expertise*”, sem construir instrumentos e instâncias de decisão nos quais os moradores atingidos são protagonistas.

Atualmente um dos focos principais das empresas responsáveis pelos desastre-crime continua sendo os bens móveis de arte sacra. Foi alugado um imóvel em Mariana, pela Fundação Renova, para acondicionamento adequado das peças e fragmentos, não apenas daqueles encontrados pela equipe “SOS Patrimônio”, mas também os encontrados pelos arqueólogos que foram contratados via empresas: primeiramente via Samarco e, posteriormente, via Fundação Renova. E, desde então, são contratadas empresas no ramo da conservação e restauro de bens artísticos móveis e integrados para elaboração de inventário e projetos de conservação/restauro, assim, mantendo a atenção no acervo nos 04 templos religiosos das três localidades (Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira), ao que tudo indica, sem aprofundar o debate sobre os significados atribuídos pelos moradores atingidos a estes bens (e outros de natureza material e imaterial). Relatório datado de fevereiro de 2018, elaborado pela empresa Estilo Nacional (contratada pela Fundação Renova) e encaminhado ao Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Mariana (COMPAT), contabiliza, sob a guarda da reserva técnica, mantida pela Fundação Renova, um total de 2.040 peças, das quais 416 são da Capela de São Bento (Bento Rodrigues), 289 da Capela de Nossa Senhora das Mercês (Bento Rodrigues) e 869 da Capela de Santo Antônio (Paracatu de Baixo). Os serviços relacionados aos bens móveis de arte sacra mobilizaram diferentes empresas e equipes de profissionais ao longo dos últimos quatro anos e o valor total de investimento não foi encontrado na página eletrônica da Fundação Renova.

Conforme o relatório final do “Diagnóstico Preliminar dos Bens Culturais Identificados no Território Atingido em Mariana pelo Rompimento da Barragem de

Fundão”, o foco inicial na arte sacra pelo Ministério Público deve-se, sobretudo, à situação de insegurança gerada pela possibilidade de rompimento da barragem de Germano e à onda de saques que rondava e acabou ocorrendo nas localidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, entretanto, não sendo justificada a manutenção da ênfase neste eixo de atuação e restrito apenas às três localidades, Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira (PÓLEN, 2017).

O referido Diagnóstico Preliminar foi desenvolvido por uma equipe multidisciplinar contratada pela empresa Pólen Consultoria e viabilizado através de Termo de Referência elaborado pela Cáritas Brasileira, visando, portanto, subsidiar a assessoria dos atingidos de Mariana⁹¹. O relatório final informa ser este um desdobramento das conclusões levantadas em dois documentos produzidos pelo Ministério Público: o Relatório de avaliação dos efeitos e desdobramentos do rompimento da barragem de Fundão em Mariana/MG, elaborado pela Força Tarefa em fevereiro de 2016; e o Relatório da Comissão Extraordinária de Barragens, elaborado em junho de 2016. O trabalho assumiu, principalmente, duas frentes:

O primeiro refere-se à análise das ações de reparações desenvolvidas pela empresa Samarco Mineração S.A. e pela Fundação Renova entre o final de 2015 e o início de 2017 relacionadas aos bens culturais desta região. O segundo refere-se à composição de um inventário preliminar (amostral) sobre o conjunto dos bens culturais materiais e imateriais atingidos direta e indiretamente no território do Gualaxo do Norte. A elaboração deste diagnóstico contribuirá, seguindo o texto do Termo de Referência, para a reflexão e revisão das ações de reparação ora em curso e das futuras ações de compensação relacionadas aos Bens Culturais atingidos de forma indireta pelo rompimento da Barragem de Fundão (PÓLEN, 2017, p. 5).

Assim, além da crítica sobre o escopo restrito à arte sacra (e arqueologia vinculada), o referido diagnóstico da Pólen (2017) levanta uma questão fundamental: trata-se de um território, ou melhor, territórios atingidos em Mariana, não estando os danos restritos apenas aos subdistritos que tiveram a maior parte das casas destruída pela lama de rejeitos. Por outro lado, ao segmentar o relatório por campos de conhecimento técnico – a saber, Geografia, História, Arqueologia, Arquitetura, Museologia, Antropologia – o Diagnóstico Preliminar produziu informações detalhadas

⁹¹ Além de apresentado aos atingidos de Mariana, o relatório final foi encaminhado ao Ministério Público e aos órgãos de preservação do patrimônio cultural em nível estadual (Iepha) e federal (Iphan), contudo, não se pode afirmar que o documento subsidia a elaboração de documento por estes órgãos, por exemplo, nos contextos de análises de processos de licenciamento ambiental, quando os empreendedores encaminham relatórios e estudos sobre o impacto ao patrimônio cultural (EPIC/RIPC).

sobre pré-existências e danos dentro de cada campo, mas nem sempre tais informações foram cruzadas e relacionadas, dificultando tomadas de decisão por parte dos atingidos, que têm sido, cada vez mais, demandados por atores externos no que se refere a ações no campo do patrimônio cultural.

Pouco tempo depois de divulgados os resultados do diagnóstico preliminar da Polén (2017) o eixo da Antropologia foi incorporado pela Fundação Renova, resultando em uma contratação de empresa para elaboração do “Plano de salvaguarda dos bens de natureza imaterial impactados pelo rompimento da barragem do Fundão”, que foi incluído no “Programa de preservação da memória histórica, cultural e artística”, um dos 42 programas definidos no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC)⁹² assinado em 02/03/2016, no âmbito da Ação Civil Pública nº 69758-61.2015.4.3400 que, conforme já mencionado, foi movida em 30/11/2015, pela União e os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, contra as empresas Samarco Mineração S.A., Vale S.A. e BHP Billiton Brasil Ltda. No TTAC, tal programa está restrito a Bento Rodrigues e a Paracatu de Baixo, em Mariana, e à Gesteira, em Barra Longa, sob a mesma perspectiva do Termo de Compromisso Preliminar citado anteriormente. Entretanto, o Plano de Salvaguarda em elaboração via Fundação Renova propõe um escopo mais ampliado, abrangendo as localidades atingidas de: Camargos, Ponte do Gama, Paracatu de Cima, Paracatu de Baixo, Pedras, Borba e Campinas (Mariana/MG); distrito-sede, Barreto e Gesteira (Barra Longa/MG); Nova Soberbo, Vianas, Limoeiro (Florestinha), Pedra do Escalvado, Sagrado Coração de Jesus (Merengo) e Jerônimo (Santa Cruz do Escalvado/MG); distrito-sede, Matadouro e Santana do Deserto (Rio Doce/MG).

Ainda que deva ser considerado o avanço na ampliação territorial da proposta, existe a possibilidade de se tornar apenas mais um meio das empresas quantificarem e gerarem planilhas e relatórios acerca das referências culturais, a partir de novas demandas de oficinas/reuniões com os moradores atingidos que há quatro anos lutam pelas ações de reparação e compensação, sem evidenciar resultados práticos no dia a dia destes moradores. Caminhando em paralelo, não percebemos reverberações deste levantamento das referências culturais nos projetos de reassentamento coletivo (Bento Rodrigues ou Paracatu de Baixo) e familiar (Paracatu de Cima, Borba, Pedras

⁹² Disponível em: <https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/07/TTAC-FINAL.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.

ou Campinas), onde há imposições de novos modos de vida que desconsideram a importância dos cursos d'água e dos espaços verdes arborizados entre lotes, por exemplo. E nem mesmo percebemos reverberações no sentido de agilizar as reparações/compensações nos espaços de sociabilidade atingidos pelo rompimento da barragem do Fundão. Em Ponte do Gama a reparação foi parcial e duvidosa, ainda restando reconstituição do campo de futebol e arena. Em Pedras o campo de futebol destruído pelos rejeitos também ainda não foi reconstituído e o time precisa se deslocar para um campo em outra localidade. Em Campinas, após o rompimento da barragem do Fundão, a escola passou por alterações que afearam negativamente toda a dinâmica do subdistrito e não se vê nenhuma ação das empresas. Como referências culturais serão preservadas se grande parte das crianças foram obrigadas, em reflexo do desastre-crime, a se deslocarem todos os dias de seu território de origem?

Outro acontecimento inicial sob a perspectiva institucional do patrimônio cultural atingido pelo rompimento da barragem em Mariana refere-se à deliberação pelo COMPAT do tombamento da Capela de Nossa Senhora das Mercês (Bento Rodrigues), em 07/04/2016, e dos núcleos urbanos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, em 28/04/2016. O processo de tombamento não foi adiante via Prefeitura Municipal de Mariana e, desde então, também não foi iniciado pelo Conselho um processo de diálogo com os moradores atingidos. Concomitantemente, através do ICOMOS e da Escola de Arquitetura da UFMG foi elaborada, em um primeiro momento, uma “Carta de Significância” e, em maio de 2019, foi divulgado um Dossiê de Tombamento de Bento Rodrigues⁹³, que se apresenta tendo vínculo com a deliberação do COMPAT:

Como sabia que para a preservação efetiva dos sítios protegidos ainda havia muito a ser feito, o COMPAT procurou, então, o Ministério Público Estadual, que, por sua vez, acionou o Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS/BRASIL), momento em que começa nossa participação direta nesse processo, que se estende desde o final de 2015 (ICOMOS et al, 2019).

O Dossiê de Tombamento apresenta no final do documento uma lista de 39 diretrizes ou “deveres”⁹⁴. Dentre os apontamentos levantados referentes a essas

⁹³ Disponível em: <http://patrimoniocultural.blog.br/wp-content/uploads/2019/06/DOSSIE-BENTO-ICOMOS-2019.pdf>. Acesso em: 28 out. 2019.

⁹⁴ Todas as 39 diretrizes utilizam o verbo “deverá”.

diretrizes do documento, podemos ressaltar: 1) o documento determina a criação de um Comitê Gestor, responsável pelas tomadas de decisão e gestão futura do sítio, com 10 membros, contudo sem maioria garantida de moradores de Bento Rodrigues (ao menos 1 representante dos grupos – moradores, Fundação Renova, Prefeitura de Mariana, COMPAT, IEPHA, IPHAN; e somando 1 representante da empresa Samarco em nível consultivo), fortalecendo uma relação de dominação já estabelecida no território; 2) o documento determina a criação de um museu, um memorial da tragédia e a “preservação das ruínas das edificações como se encontram, bem como a marca dos rejeitos sobre as mesmas”, sem que tenha havido um debate aprofundado, incluindo todos os moradores e considerando as diferentes demandas sobre a apropriação no território e, inclusive, as possibilidades de alterações constantes dessas demandas; 3) o documento determina melhorias, reforços e monitoramento referentes à possibilidade de novos rompimentos, considerando as barragens e cavas ainda existentes na região que possam afetar novamente Bento Rodrigues, sem de fato exigir o descomissionamento e eliminação total da situação de risco. A título de exemplo, a diretriz 14 parece apontar para uma perspectiva de turismo da tragédia:

Deverão ser preservadas as visadas para a Serra do Caraça e Pico do Inficionado, bem como a *visual do caminho dos rejeitos desde a barragem de Fundão*. Esta última visual não deverá sofrer nenhum tipo de tratamento de forma a embelezar o rastro de destruição que os rejeitos causaram, até o momento de sua chegada no povoado. Deverá ser garantido que a visão das barragens desde o povoado exista, para que os futuros *visitantes possam ver e sentir a presença e a curta distância do perigo que aquela comunidade estava sujeita em sua vida diária*, embora a comunidade não tivesse ciência disso (ICOMOS, 2019, grifo nosso).

Em ambos os casos, a deliberação pelo COMPAT e o Dossiê de Tombamento elaborado pelo ICOMOS e UFMG, fica claro que o instrumento *tombamento* não foi definido pelos moradores atingidos, a partir de um processo de construção coletiva da ideia de patrimônio cultural pelos sujeitos pertencentes àquele território. O tombamento foi definido *a priori*, sem um diálogo prévio com os moradores atingidos com relação ao uso e à apropriação do território e possíveis implicações relacionadas aos diferentes tipos de instrumentos de proteção patrimonial.

Nas propostas de tombamento até agora colocadas, ainda que possamos associar as intenções de proteção do patrimônio cultural com uma resistência ao controle das empresas de mineração sobre o território, a forma exógena que vem sendo conduzidos os processos demonstram que a utilização do instrumento pode

acabar legitimando outras formas de poder sobre o território e não garantem o que os moradores permaneçam se apropriando daqueles espaços, inclusive, porque se eximem do importante debate sobre a garantia de segurança, relacionada ao descomissionamento das estruturas do Complexo Germano e à toxicidade dos rejeitos que se encontram ainda ali contaminando o solo e o ar. Neste sentido, entendemos que o tombamento de Bento Rodrigues (ou de outros territórios do Gualaxo do Norte), se mantida uma condução exógena, dificilmente resultaria em uma efetiva preservação do patrimônio cultural em seu sentido mais amplo.

Especificamente, sobre as definições de uso e apropriação do território, é importante retomarmos alguns documentos chaves que compõem as ações civis públicas movidas contra as empresas Samarco/Vale/BHP Billiton pela União e Estado ou pelo Ministério Público, apresentadas anteriormente. Tais documentos foram elaborados no início do processo (ainda em 2015 e 2016), possivelmente, em meio a pressões das empresas em buscar “apagar” o desastre-crime.

No TTAC, tal programa está restrito a Bento Rodrigues e a Paracatu de Baixo, em Mariana, e à Gesteira, em Barra Longa, sob a mesma perspectiva do Termo de Compromisso Preliminar citado anteriormente. Na cláusula 103, item ‘b’, consta a “criação de Memorial em Bento Rodrigues, em entendimento com a comunidade”.⁹⁵ Ao que parece, a intenção do Ministério Público também tem sido de manter a criação de um memorial e/ou museu de território, mesmo sem as garantias concretas da segurança no território e sem conduzir um processo efetivamente a partir dos anseios dos moradores.

No que se refere à Ação Civil Pública nº 0023863-07.2016.4.01.3800⁹⁶, ajuizada pelo MPF, vale destacar que o trecho que trata do patrimônio cultural impactado (MPF, 2016a, p. 50-54) inclui descrição e fotos de três igrejas diretamente atingidas pelos rejeitos: Capela de São Bento (Bento Rodrigues), Capela de Santo Antônio (Paracatu de Baixo) e a Capela de Nossa Senhora da Conceição (Gesteira, Barra Longa). Mais adiante no documento, o item VII.5. descreve a necessidade da “Criação de Memorial em Bento Rodrigues”:

⁹⁵ Nota-se que o termo utilizado é “memorial” e consta apenas o território de Bento Rodrigues, não incluindo outras localidades. Disponível em: <https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/07/TTAC-FINAL.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.

⁹⁶ Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>. Acesso em: 15 out. 2019.

Nesse sentido, o desastre oriundo do rompimento da barragem de Fundão, que, dentre as inúmeras consequências, dizimou o subdistrito de Bento Rodrigues, ceivando além de vidas a história pessoal de todas as famílias que lá residiam, merece ser lembrado como um episódio de agressão à vida, à sociedade, ao meio ambiente e à dignidade humana, que não pode se repetir. Para tanto, é necessário preservar o subdistrito, nas condições encontradas após a passagem da lama de rejeitos, e desenvolver a infraestrutura necessária para que o local se transforme em um centro de reflexão a respeito da necessidade de observarmos o princípio constitucional do desenvolvimento sustentável. [...] Considerando todos os fatos expostos na presente demanda, é inegável a pertinência histórica e cultural de se transformar a área do subdistrito de Bento Rodrigues em um memorial, a partir de projeto a ser aprovado mediante concurso com ampla participação popular (MPF, 2016).⁹⁷

A discussão em torno do memorial (ora Museu de Território), em Bento Rodrigues, acaba assumindo contornos intimamente ligados aos poderes instituídos, nunca tendo sido iniciado, até o presente momento, um processo de construção de proposta de uso pós-rompimento para o território que fosse de fato a partir daqueles que ali viveram e constituíram suas memórias e histórias.

Ainda que não tenha sido apresentado oficialmente pela Fundação Renova, parece já ter sido contratado um projeto para a Capela de São Bento (em Bento Rodrigues) sem o diálogo prévio com os moradores, assinado por uma arquiteta reconhecida de Belo Horizonte, em parceria com a empresa Estilo Nacional (empresa atualmente contratada pela Fundação Renova para as ações no campo do patrimônio), conforme divulgado recentemente nas mídias sociais, de livre acesso, da arquiteta (figura 39). Ao que tudo indica o projeto arquitetônico não foi elaborado a partir do diálogo com os atingidos, não tendo sido recebida nenhuma versão de projeto para conhecimento da equipe de assessoria técnica dos moradores atingidos.

Acima de tudo, temos que receber nossas casas. Temos que ter mais conhecimento de todo o processo, mais participação e voz. Correm para apresentar documentos que muitas vezes os atingidos e proprietários dos imóveis atingidos não tem conhecimento, acabam deixando a decisão com órgãos públicos e nós, que perdemos tudo, principalmente nosso chão sagrado, nossas casas... Até hoje, quatro anos, nada. Só papéis, reuniões, mídia em favor das empresas. É uma falta de respeito conosco, somos trabalhadores, seres humanos, e estamos sofrendo. Cada dia mais a dor não passa e sim, só aumenta. Até quando vão tampar os olhos para a verdade? (JORNAL A SIRENE, 2019)⁹⁸.

⁹⁷ Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>. Acesso em: 15 out. 2019.

⁹⁸ Relato de morador transcrito no Jornal A Sirene, ed. 41, set. 2019. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br>. Acesso em: 22 out. 2019.

Figura 39: Imagem do projeto para as ruínas da Capela de São Bento (Bento Rodrigues), divulgado em 13/10/2019 em mídia social de livre acesso



vasconcellosjo



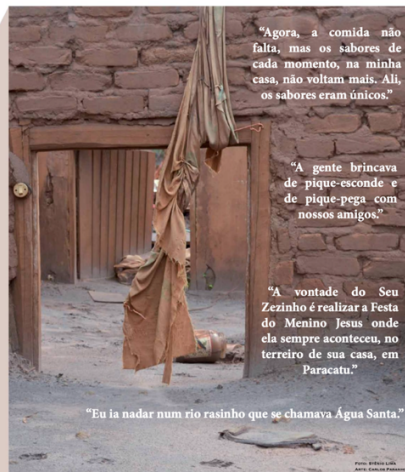
Fonte: https://www.instagram.com/p/B3k5tN1IBQw/?utm_source=ig_web_copy_link

Figura 40: O debate em torno do patrimônio cultural [“colagem” Jornal A Sirene]

Por que tombou?

POU FRANCINI, PASCALE, E MÔNICA BASTOS
COM APOIO DE RAFAELMORAES LIMA, ANA CAROLINA MOTA E LUCIANA MOURA

“Tombamento de Joré” é o nome de um filme brasileiro que apresenta as memórias de uma pequena cidade que seria tombada pelo Iphan. O filme mostra a luta dos moradores locais contra o tombamento, que seria imposto sem a participação deles. O filme é uma crítica ao processo de tombamento e à falta de diálogo com a comunidade local.



“Agora, a comida não falta, mas os sabores de cada momento, na minha casa, não voltam mais. Ali, os sabores eram únicos.”

“A gente brincava de pique-esconde e de pique-pega com nossos amigos.”

“A vontade do Seu Zezinho é realizar a Festa do Menino Jesus onde ela sempre aconteceu, no terreiro de sua casa, em Paracatu.”

“Eu ia nadar num rio rasilho que se chamava Água Santa.”

POU JANAINA FLORES, LUCIANA MOTA E MARIA CECILIA ALVES
COM APOIO DE JULIANA CARVALHO E WILSON ARCANDELO



Fonte: Jornal A Sirene, Ed. 8, nov. 2016. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/edicoes>. Acesso em: 22 out. 2019.

Fonte: Jornal A Sirene, Ed. 41, set. 2019. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/edicoes>. Acesso em: 22 out. 2019.

“ Lá no bento...

a gente tinha o que fazer, não precisa de internet pra passar o tempo.
a casa era nossa, essa não é.
eu tinha liberdade e segurança, aqui não.

Tenho medo

desse novo Bento virar um centro histórico pra turista passear. ”

Fonte: Jornal A Sirene, Ed. 41, set. 2019. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/edicoes>. Acesso em: 22 out. 2019.

3.4. DESCAMINHOS DO EMPREENDEDORISMO URBANO NOS PROJETOS DA RENOVA-ÇÃO

No plano de crescimento, senhores, nós temos certamente que promover o aumento da *competitividade* de Mariana, buscando aumento de investimentos diversificados externos [...] fortalecer a cadeia produtiva mineral. Senhores, Mariana tem uma vocação mineral: sim ou não? Senhores, é um ativo da cidade e essa vocação obviamente pode ser ainda mais explorada.

O que eu vou dizer pra vocês, talvez alguns vão concordar, outros não. O *acidente* ocorrido na barragem do Fundão, obviamente teve as proporções que todos nós sabemos, mas em termo de *recall* mundial da *marca Mariana* se gastaria bilhões de dólares pra fazer esse recall de nome Mariana. Concordam ou não? Obviamente associado a um evento negativo. E infelizmente, essa é a verdade. Mas o globo conheceu o nome Mariana. Correto? (Transcrição de fala em audiência pública, em 27/07/2017, grifo nosso).⁹⁹

O impactante trecho da fala transcrita acima é de um porta-voz do Programa “Mariana Presente Futuro”, na ocasião de apresentação do programa em audiência pública, no dia 27 de julho de 2017. Esse programa, que originalmente se chamava “Mariana 2030”, teve início em 2015, antes do rompimento da barragem de Fundão e, conforme informa notícia no site oficial da Prefeitura Municipal, em 20/10/2015, foi “construído de forma coletiva entre a Samarco, a Prefeitura de Mariana e as lideranças empresariais e sociais do município. [...] A iniciativa inédita em Minas Gerais servirá para orientar de forma estratégica e sustentável os rumos do município para os próximos 15 anos” (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA, 2015).¹⁰⁰

O lançamento oficial desse programa – que na descrição acima já demonstra aspectos evidentes do empreendedorismo e *marketing* urbanos, próprios do planejamento estratégico e da lógica da “cidade-mercadoria” – estava previsto para ocorrer em novembro de 2015, mas precisou ser adiado (e acabou sendo renomeado, antes se chamava “Mariana 2020-2030”) por conta do rompimento da barragem de Fundão, sob responsabilidade justamente da empresa que protagonizava a elaboração do programa.

⁹⁹ Transcrição de trecho da fala do porta-voz do Programa “Mariana Presente Futuro”, representante da Fundação Renova, em audiência pública promovida pela Fundação Renova e Prefeitura Municipal de Mariana, para apresentação do Programa, em 27/07/2017. A fala foi coletada para fins desta pesquisa por meio de gravação de áudio.

¹⁰⁰ Disponível em: <https://www.mariana.mg.gov.br/noticia/2859/mariana-tera-plano-inedito-para-desenvolvimento-sustentavel-ate-2030>. Acesso em: 22 fev. 2018.

Conforme o documento que descreve o programa constante no site da Prefeitura de Mariana, o “Mapa Estratégico” define três eixos (Gestão Pública, Crescimento e Desenvolvimento) que integram um total de 16 objetivos estratégicos. O eixo “Gestão Pública” inclui, por exemplo, projetos para a qualificação dos gestores públicos; para a captação de investimentos privados, estaduais, federais e internacionais; para a informatização de processos municipais; e para o desenvolvimento de marketing do programa e das ações. No eixo “Crescimento”, em que um dos quatro objetivos é “fortalecer a cadeia produtiva mineral”, os projetos estão mais voltados ao fortalecimento dos setores industriais e empresariais no âmbito econômico. Dentro do terceiro eixo “Desenvolvimento”, que inclui objetivos como “Desenvolver a consciência coletiva para a mudança de comportamento, visando alcançar o TOP 10 de IDH”, os projetos abrangem diversas áreas, como Saúde, Educação, Patrimônio (Turismo), Urbanismo, Saneamento Básico, Mobilidade e Segurança. Dentre os projetos existem, por exemplo, a construção de um “Shopping Cultural do Turismo”, a preparação para uma candidatura da Praça Minas Gerais como patrimônio mundial e o incentivo a eventos esportivos, além de um projeto de incentivo à regularização fundiária e à urbanização da periferia cujo objetivo principal, conforme a descrição, “consiste em atacar a criminalidade”.

A lógica da “tolerância zero” à criminalidade desvinculado a projetos sociais fica mais explícito no projeto relacionado à segurança pública denominado “Janelas Quebradas e sentinela a postos”:

Baseado na teoria “Broken Windows Theory”, utilizado pelo departamento de segurança de alguns sistemas americanos, este projeto objetivará quebrar o ciclo vicioso em que a desordem e a degradação geram criminalidade, reforçando a relação existente entre esses três elementos. Este projeto terá duas entregas principais: a revitalização e limpeza do município de Mariana, bem como o combate a pequenas transgressões como: lixo jogado no chão, alcoolismo em locais públicos, pequenos roubos e desordens. O objetivo é criar uma comunidade limpa, ordenada e respeitosa às leis e códigos básicos da convivência social humana. Além disso, busca-se criar unidades sentinelas dentro de cada comunidade no sentido de propiciar o zelo ao patrimônio do município e com isso impedir a degradação e criminalidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA, 2017a).¹⁰¹

¹⁰¹ Disponível em:

http://www.pmmariana.com.br/uploads/prefeitura_mariana_2018/Mariana%202020.pdf. Acesso em: 22 out. 2019.

A última notícia veiculada nos sites oficiais da Prefeitura e da Fundação Renova (que parece ter assumido o programa no lugar da empresa Samarco) é de meados de 2017, momento do lançamento.¹⁰² Atualmente, escuta-se pouco sobre esse programa, se ele está ou não em desenvolvimento pelos setores público e privado, mas algumas ações no município podem estar relacionadas à lógica estratégica difundida no programa, como: o armamento da guarda municipal¹⁰³ e o aumento das ações policiais na Praça Gomes Freire (Jardim) e contra pichações; e a multiplicação dos eventos esportivos, dentre outros.

Em referência ao aumento dos eventos na cidade, o Promotor de Justiça, Sr. Guilherme Meneghin, relata que “temos uma ação civil pública, que foi ajuizada esse ano, onde a gente exige que o município regulamente o uso desses espaços, porque ele vai autorizando eventos indiscriminadamente e não controla esses eventos” (GUILHERME MENECHIN, Promotor de Justiça, informação oral). O Vice-prefeito, Sr. Newton Godoy, defende que “Mariana não precisa da mineração pra sobreviver, cultura, turismo e esporte mantêm essa cidade viva, é só a gente transformar a mentalidade das pessoas e é isso que a gente está tentando mostrar quando a gente faz um empreendimento como esse de Camargos” (NEWTON GODOY, Vice-prefeito, informação oral). Da forma como foi explicado na entrevista realizada, o referido empreendimento parece ser uma iniciativa privada em terreno comprado pelo Vice-prefeito no distrito de Camargos:

Posso dar o exemplo da situação de Camargos, que é onde eu tenho uma propriedade e estamos fazendo um outro projeto lá também. O distrito vai ser todo organizado [...] a gente está lutando pra transformar lá num distrito como Lavras Novas. A gente está fazendo via iniciativa privada um centro de eventos, uma fazendinha que a gente comprou, que vai receber ciclistas, motociclistas, jipeiros, festival culinário, artesanato. Não é público, é privado. Vamos fazer uma pista de *'downhill'* dentro do terreno, vamos fazer uma pista de minicross pra crianças, vão ter uns chalezinhos. [...] A ideia é a gente usar a culinária de lá, a pousada de lá, dar vitalidade ao município (NEWTON GODOY, Vice-prefeito, informação oral).

¹⁰² Disponível em: <http://www.mariana.mg.gov.br/noticia/3986/mariana-tera-programa-de-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 22 out. 2019.

¹⁰³ Disponível em: <http://www.jornalpanfletus.com.br/noticia/220/pedido--acadepol-para-treinar-a-guarda-municipal-no-processo-de-armamento--oficializado-durante-audincia-da-cmara-municipal-de-mariana?print=1>. Acesso em: 22 out. 2019.

Outro tema abordado no Programa “Mariana Presente Futuro” é a educação, contendo a proposta de “projetar escola modelo de educação infantil e fundamental”, que inclui as seguintes atividades:

1. Elaborar o Programa de identificação, seleção e visita a escolas modelo;
2. Definir o modelo de gestão - 100% pública ou parceria com iniciativa privada;
3. Adequar e aprovar nova legislação, caso necessário;
4. Buscar parcerias;
5. Elaborar o plano pedagógico;
6. Elaborar plano de capacitação para os professores e gestores;
7. Construir coletivamente as regras de conduta da escola - frequência, sistema de avaliação, periodicidade de reuniões com pais, etc.;
8. Elaborar o plano de remuneração dos profissionais da educação - valores e indicadores de performance a serem utilizados para remuneração (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA, 2017a).¹⁰⁴

No âmbito educacional do município, o coordenador da assessoria técnica dos atingidos explica que recentemente “A [Fundação] Renova contratou uma empresa pra fazer o plano curricular das escolas [...] o prioritário, aquilo q é papel do poder público [...]. O plano pedagógico do município é feito por esta empresa, contratada pela Samarco”. O coordenador aponta para uma possibilidade de imposição da narrativa das empresas sobre o desastre-crime e sobre a supremacia da mineração para o município, uma vez que, em sua opinião, a Fundação Renova:

[...] foi criada pra ludibriar o povo, né?! Esta é que é a verdade. Pra enganar os atingidos e fazer uma cortina de fumaça. Porque aí deixa de ser as empresas que foram responsáveis pelo crime, é a Renova, uma outra coisa, embora a gente saiba que é tudo a mesma coisa, são os mesmos profissionais, inclusive (GLADSTON FIGUEIREDO, Coordenador Assessoria Técnica Atingidos de Mariana, informação oral).

As impressões dos moradores atingidos sobre Fundação Renova também seguem no mesmo sentido:

Eles são treinados pra te enganar, pra mentir, pra te passar a perna. Eu estou te atendendo na minha casa, mas eu não gosto deles aqui não. Se eu chegar na minha casa e tiver alguém da Renova, eu morro. Porque aqui é o lugar que pelo menos eu preciso descansar, preciso esquecer deles. Nas reuniões tudo bem, eu tenho que encarar, porque é minha sina (S. Q., de Bento Rodrigues, informação oral).

Eles [Fundação Renova] têm uma frase que eles usam assim, eu gosto muito até de discutir ela: ‘você vai ter que ter algo igual ou melhor do que você tinha.’ Então as pessoas partem do princípio do que é melhor, mas o que é melhor pra elas. E não é o melhor às vezes para a pessoa, pro atingido, sabe? [...] Só a comunidade que vai saber, as próprias pessoas que vão saber. E um fator agravante é que tem gente que está falando em nome da comunidade e às vezes nem é da comunidade. Tem muito porta-voz falando

¹⁰⁴ Disponível em:

http://www.pmmariana.com.br/uploads/prefeitura_mariana_2018/Mariana%2020.pdf. Acesso em: 22 out. 2019.

em nosso nome e não é, entendeu? Isso tudo dificulta o processo (A. P., de Paracatu de Baixo, informação oral).

O difícil é aguentar a enrolação deles. Porque ela te abre o diálogo, mas não cumpre e nem sustenta o que fala. E enrola. E reunião, mais reunião e reunião. E de concreto mesmo é muito pouco (M. S., de Ponte do Gama, informação oral).

A postura da Fundação Renova foi o motivo para alguns dos atingidos já terem desistido de participar das reuniões. Como conta a moradora de Borba, “nós fomos umas três vezes em Mariana. De tanta falação eu não aguentava ficar na sala, aí saía pra fora. Fui em três reunião. Não abri minha boca pra falar um ‘A’” (M. R., de Borba, informação oral). O filho complementa:

Eles apanhavam nós cinco e meia ali no trevo. Sabe que horas a gente ia chegar aqui? Mais de meia-noite, uma hora da manhã ué. [...] lá deixando todo mundo até chegar aqui. E era assim, o que falava nessa reunião, na outra semana falava tudo de novo, aí chegava na outra [semana], o mesmo que falou nessas duas, falava de novo. ‘Mãe, quer saber de uma coisa? Eu não volto mais não’. E até hoje não voltei mesmo não (M. A., de Borba, informação oral).

A mesma insatisfação com a quantidade de reuniões improdutivas que interferem nas atividades cotidianas dos moradores aparece na fala da moradora de Pedras:

Eu não vou mais em reunião lá em Mariana não. Teve vez de ir e eles não queriam me trazer de volta não. Falei: ‘gente, mas ocês me buscaram, eu não pedi pra vir não, vocês que quiseram que eu viesse. [...] Ah, muito desaforo. [...] aí ninguém tá indo mais não. Aqui a gente levanta quatro e meia, cinco horas todo dia, porque muitos têm uma vaquinha, aí tira o leite e o leiteiro passa aqui com o caminhão oito horas. Se o leite tiver no ponto vai, se não tiver fica. E quem não tem lugar de guardar? Eu diria que perde tudo né? O leite é pouco, aí ele azeda, se tiver o queijo azeda também. Aí fica por isso mesmo né. Agora a gente vai pra essas reunião lá, fica até dez, onze horas da noite, chega em casa, até que vai comer alguma coisa pra dormir, que horas que já é? Pra levantar no outro dia cedo? E é todo dia. Pra nós aqui não tem domingo, nem feriado, nem nada. O horário é o mesmo, quatro e meia, cinco horas, todo dia (M. A., de Pedras, informação oral).

Importante pontuarmos que as críticas com relação à atuação da Fundação Renova não se restringem aos moradores atingidos. Os atores institucionais entrevistados nesta pesquisa, representantes de poderes locais, também apontam a ineficiência na reparação e na compensação dos danos.

Conforme o relato do Promotor de Justiça que moveu a Ação Civil Pública via MPMG:

Eu particularmente não tenho nada contra os funcionários, as pessoas físicas da Renova. Eu quero deixar isso muito claro, porque tem sim pessoas muito comprometidas e experientes. Mas ela foi um desastre. Ela tem uma estrutura burocrática muito grande que não funciona, que atrasa tudo. Ela não concede os pleitos das vítimas e nós temos que judicializar frequentemente. [...] A Fundação Renova não é eficiente, não funciona corretamente, ela causou mais danos para as vítimas. Ela não é célere, ela não tem políticas claras de atuação e, na minha opinião, ela foi um desastre para a comunidade atingida. Um completo desastre. Acredito que ela tem que melhorar muito para atender os interesses, os anseios, dos atingidos. Outra coisa que eu acho interessante é que o orçamento, até o momento, da Fundação Renova, quase três anos de existência, foi de 6 bilhões de reais. 6 bilhões e 290 milhões de reais. Como que uma entidade, com 6 bilhões, não conseguiu fazer quase nada até hoje? Para onde que está indo esse dinheiro? A máquina da Renova consome muito mais do que a reparação dos direitos das vítimas. É um negócio absurdo. E a gente percebe que essa ineficiência duplica o sofrimento dos atingidos. Esse é um grande problema que nos causa, particularmente, uma sensação revoltante. Tanto dinheiro indo pra lá, estamos falando de 6 bilhões, e pouco realmente vindo para quem precisa (GUILHERME MENEZHIN, Promotor de Justiça, informação oral).

Sobre a visão da Presidente do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAT) com relação à Fundação Renova:

Eu tenho muitas críticas sobre a atuação da Fundação Renova. Em primeiro lugar, ela vem para atuar essencialmente em relação com a comunidade, porém com uma mentalidade corporativa [...] Então existe um discurso 'Ah, nós vamos entregar melhor do que estava antes'. São incapazes, portanto, de compreender que ninguém quer nada melhor, o que as pessoas querem é o mais parecido possível com o que era antes. Então, falta um pouco de sensibilidade ali, eu acho, justamente em razão desse perfil muito empresarial que a Fundação tem. Ao mesmo tempo [...] ela tem uma atuação muito parecida com o Estado, porque ela é lenta na solução dos problemas, ela é burocrática. Ela tem uma série de níveis de aprovação de decisão. Então, na Renova é tudo muito demorado. E isso numa cidade que tá com urgência das urgências, das urgências de se reerguer. Então eu sou muito crítica à atuação da Fundação Renova. Mas tenho que reconhecer que hoje ela está muito melhor do que quando começou a atuar (ANA CRISTINA MAIA, Presidente do COMPAT, informação oral).

Na opinião da então Chefe do Escritório Técnico do Iphan em Mariana:

Pelo pouco do que acompanho do trabalho, e mais recentemente, eu entendi que dentro dessas governanças várias que foram criadas, gera um processo burocrático enorme, uma tramitação e uma quantidade de instâncias de aprovação enormes [...] pensando que seria uma obrigação a reparação direta e imediata das pessoas, principalmente que foram removidas das suas casas, ficaram completamente sem casas, indenizações. Não conheço a fundo a atuação, mas entendo que precisaria ser um pouco mais efetiva e, principalmente, mais ágil em relação à reparação, numa lida direta com as pessoas (Chefe do ET- Iphan - Mariana, informação oral).

Para os atores da Prefeitura Municipal de Mariana entrevistados:

A Renova foi uma estrutura criada muito engessada, ela não tem funcionado com a velocidade que deveria. Eu acho até que ela foi danosa. Se a Samarco tivesse ficado a frente desse reassentamento, ele já teria acontecido. [...] O sistema que foi criado, também, para as decisões, que são as câmaras técnicas do CIF, é uma instância administrativa. As decisões saem da câmara técnica, o CIF delibera e nem sempre o conselho da Renova acata, então as coisas têm acontecido na área judicial (FÁBIO VIEIRA, Secretário de Obras, informação oral).

Eu acho que a Fundação Renova [...] foi criada em um modelo novo, que não tinha nenhuma experiência para trás. Então se colocou executivos, especialmente na área de mineração, para administrar a fundação. Fez-se planos mirabolantes demais, buscou-se coisas grandiosas para um primeiro momento, enquanto as coisas pequenas que estão ao nosso lado poderiam ser feitas com muito mais eficiência. Colocou-se um quadro muito exigente, de altos profissionais, quando se precisavam de pessoas que conhecessem um pouquinho mais a realidade das pessoas. Vejo que foi um tempo muito difícil de relacionamento, especialmente porque você começava a relacionar um tema com uma pessoa, daí a pouco essa pessoa ia para outro setor, era transferida ou já não estava mais na Fundação Renova e tudo começava de novo e nada tinha um fim (EFRAIM ROCHA, Secretário de Cultura, informação oral).

A minha visão é que ela foi criada (está tentando consertar) com o conceito errado. Pessoas de qualidade intelectual, profissional vieram mal orientados. Não vieram fazer o que se precisava fazer. Isso está mudando um pouco porque a Renova cansou de apanhar e apanhar com justa razão, por fazer aquilo que a gente não quer. A Prefeitura, o Município, sempre esteve do lado deles no sentido de facilitar as coisas, a gente passou os projetos na frente por estar envolvido o reassentamento de pessoas (NEWTON GODOY, Vice-prefeito, informação oral).

As críticas da Prefeitura Municipal de Mariana com relação à atuação da Fundação Renova no município parecem estar gerando alguns resultados em forma de investimentos para “reerguer o município”, diferentemente do quadro de atrasos relacionados à reparação dos danos ocasionados aos atingidos.

Em meados deste ano, foi divulgado um aporte financeiro estimado em R\$ 100 milhões para ações de compensação pelo desastre-crime em Mariana, conforme anunciado em solenidade comemorativa do Dia de Minas, em 16/07/2019, com a presença do atual governador do Estado, Romeu Zema, e divulgado no documento “Hora de Avançar – Carta Aberta à População de Mariana” (FUNDAÇÃO RENOVA, 2019b). Segundo esse documento, o recurso será destinado às seguintes ações: revitalização da Praça Gomes Freire (Jardim); aportes para incentivar o turismo; reativação e fortalecimento da cooperativa de laticínios; implementação da Casa do Empreendedor; aquisição da infraestrutura necessária e assessoria técnica para elaborar o Georreferenciamento e o Plano Diretor de Mariana; construção do

Aterro Sanitário de Mariana; reforma e ampliação do Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil (CAPSij).¹⁰⁵

A proposta “*revitalização*” do Jardim, que pode ser considerado o exemplo mais emblemático de espaço *vivido* de Mariana, tem causado estranhamento dos moradores locais pelo alto custo (R\$ 3 milhões), pelas propostas – que incluem substituição total da pavimentação, construção de banheiros e de palco fixo, remoção de espécies arbóreas, instalação de sistema de câmaras, etc. – e pela falta de participação prévia da população durante a elaboração dos estudos preliminares.¹⁰⁶ Os protestos dos moradores resultaram em uma audiência pública para tratar do tema, em 01/10/2019, quando o prefeito registrou em fala seu comprometimento em desenvolver o projeto em conjunto com a população. Resta saber se irão incluir os mais diversos grupos sociais que se apropriam da praça Gomes Freire, como os jovens que moram nos bairros periféricos do município e ocupam o Jardim, especialmente aos domingos, ou se a “participação/consulta” ficará restrita aos moradores e comerciantes do entorno. Em que medida as empresas, seguindo a lógica do empresariamento e marketing urbano, estariam dispostas a considerar o dissenso e os conflitos na “ação cartão-postal”?

Outra preocupação é de que o contexto do desastre-crime e consequente (e precedente) crise sejam utilizados pelos poderes dominantes (empresa e Estado) para benefício de interesses particulares de uma minoria. Como nos casos das recentes alterações do zoneamento e do perímetro urbano do município que, se aproveitando das necessidades de alterações para os reassentamentos (de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo), acabaram privilegiando proprietários particulares de glebas (localizadas ao norte do perímetro urbano da sede). Ainda que não seja o foco deste estudo, é importante apontar que as alterações ocorreram em desconformidade com o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) e com o Plano Diretor Urbano e Ambiental de Mariana, que determinam a necessidade de ampla participação popular em revisões periódicas e estudos de impactos específicos para tais alterações. Curiosamente, a própria Fundação Renova é a responsável pela

¹⁰⁵ Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/noticia/hora-de-avancar-carta-aberta-a-populacao-de-mariana/>. Acesso em: 22 out. 2019.

¹⁰⁶ Disponível em: <https://jornalvozativa.com/noticias/materia-especial-revitalizacao-da-praca-gomes-freire-nem-comecou-e-ja-causa-polemica-em-mariana-mg/>. Acesso em: 22 out. 2019.

revisão do Plano Diretor de Mariana. Na fala do Prefeito, Duarte Júnior, conforme matéria disponível no site oficial da Fundação Renova:

É um avanço. Algo que vinha sendo discutido com a Fundação Renova, e chegamos neste momento em que a proposta se torna realidade. Com esses estudos, além de conseguir demonstrar no Plano Diretor qual é o futuro que queremos para Mariana, também poderemos legalizar os terrenos do município. É um trabalho que vai deixar um grande legado. É isso que queremos fazer com a Renova: entregar serviços que deixam legado e bem-estar para a nossa população, demonstrando que tanto a Fundação quanto município tem responsabilidade para enfrentar esse problema pós-rompimento da barragem de Fundão (FUNDAÇÃO RENOVA, 2019a).¹⁰⁷

O filósofo italiano Giorgio Agamben (2004) sugere que o “estado de exceção” é instaurado quando se busca instituir o excepcional como regra, apresenta-se forma legal daquilo que não pode ter forma legal, ou seja, criando uma terra de ninguém entre o direito público e o fato político e entre a ordem jurídica e a vida. Assim, algumas iniciativas da Fundação Renova no município de Mariana podem ser percebidas sob esse contexto de exceção instaurado após o rompimento da barragem de rejeitos do Fundão justificado pelo discurso da crise.

As empresas responsáveis pelo desastre-crime – entendendo que a Fundação Renova é parte integrante da Samarco/Vale/BHP Billiton – tornaram-se protagonistas nos caminhos, ou melhor, descaminhos do empreendedorismo urbano na cidade de Mariana.

Na contramão, defendemos a possibilidade de um desvio. Propomos reconhecer os conflitos, os dissensos, a troca social, os modos de vida dos territórios atingidos, as formas de sobrevivência e a resistência (ou r-existências), para questionar os modelos e práticas hegemônicas e para refletir sobre a necessidade de processos horizontalizados e coletivos que garantam os direitos e a autonomia da população atingida.

¹⁰⁷ Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/noticia/plano-diretor-e-mapa-cartografico-de-mariana-mg-serao-revisados/>. Acesso em: 22 out. 2019.

4. ESSE CANTO É NOSSO: FESTA E DIREITO À APROPRIAÇÃO NO TERRITÓRIO ATINGIDO

Saudade. A gente sente a necessidade de estar aqui.

Se a gente não tivesse fazendo o que a gente faz hoje, que é vir final de semana e ficar aqui, eu garanto pra vocês que eu não estaria aqui mais, eu já tinha morrido. E assim como eu, várias outras pessoas.

As pessoas não entendem o que é você pertencer ao lugar.

(M. S., de Bento Rodrigues, informação oral).

No Brasil e no mundo, existem inúmeros rituais que são capturados na reinvenção da cidade espetacularizada. Entretanto, outras diversas festas e práticas socioculturais, do sagrado ao profano, resistem a esses processos e, ao se apropriarem dos espaços comuns, fortalecem os vínculos identitários e o sentimento de pertencimento dos moradores com os seus territórios. Espalhadas por diversos cantos, muitas dessas práticas mostram a coexistência entre campo e cidade, a exemplo das congadas, das folias de reis, da capoeira, do jongo e, inclusive, das festas e procissões religiosas, que resistem à ordem dominante e sugerem as experiências corporais nos territórios. Podemos dizer que tais festas sobrevivem há séculos e são responsáveis por encontros, trocas entre diferentes grupos sociais e pela ressignificação constante dos espaços.

Ainda que as festas no território atingido pelos rejeitos de minérios ganhem atenção principal nesta pesquisa, é importante notarmos que a relação entre a festa e a apropriação dos espaços comuns é registrada no município de Mariana desde os primórdios de sua ocupação, no período setecentista, com destaque para as manifestações ligadas à religiosidade católica que, no ato das procissões nas ruas, propiciam o encontro com os *muitos outros*, um rito coletivo.

Ao analisar o principal documento que registra a solenidade em comemoração à posse do primeiro Bispo de Mariana, Dom Frei Manoel da Cruz, em 1748 – “Aureo Trono Episcopal”, de autoria anônima –, Tinhorão (2000) observa, para além dos aspectos das “festas de rua”, a demonstração da forte influência da Igreja e a ênfase nos sonetos, discursos e sermões nas descrições da época sobre o evento, devido à chegada de grupos letrados na recém-criada cidade. Como descrito no próprio documento, “pelo decurso de oito dias sucessivos [...] saíam de tarde pela Cidade

toda várias máscaras, diferentes nos trajes, e na jocosidade dos gestos, os quais em graciosos bandos, e poesias, que espalhavam ao povo, ansiavam por célebre estilo a futura festividade” (TINHORÃO, 2000, p. 112). Segundo Vasconcellos (1938), armaram-se as janelas de ricas tapeçarias e cobriram-se as ruas de areia, espadana e flores. O que predominaria no desfile seria, portanto, a pompa barroca das alegorias ladeadas com pedras preciosas, representando o poder da Igreja Católica, ainda que o mesmo documento descrevesse a vinda dos trabalhadores escravizados que aproveitavam os dias santos para virem dos “Arraiaes de fora” e entravam “pela cidade formados em duas alas, com bandeiras, tambores e instrumentos e cantos a seu modo” (TINHORÃO, 2000, p. 113).

Sobre o contexto geral das procissões religiosas no Brasil colonial, Tinhorão (2000) indica uma progressiva passagem da representação ritual para formas quase declaradas de diversão coletiva, o que se daria por uma espécie de “transbordamento das festas litúrgicas do calendário religioso do interior das igrejas para as ruas” (TINHORÃO, 2000, p. 67) e que é bastante presente no momento presente (figura 41).

Colocada sempre à margem das festividades públicas de caráter oficial, das quais participava apenas na condição de espectador, seria nas solenidades religiosas – especialmente em certas procissões – que a *gente comum* dos primeiros centros urbanos coloniais estava destinada a encontrar oportunidade de figurar como personagem ativa (TINHORÃO, 2000, p. 67, grifo nosso).

Contudo, é fundamental destacar que as relações de poder sempre estiveram presentes na apropriação dos espaços, públicos e privados. Com relação às festas nas ruas, por exemplo, os mecanismos preventivos e repressivos de controle pelas autoridades governamentais nos espaços públicos aumentavam significativamente, como forma de disciplinar o meio social, contra focos de rebeliões e insurreições. O art. 23 das Posturas Policiais de Mariana, em consideração à Lei de 1º de outubro de 1828, informava que eram:

[...] proibidos nesta Cidade e Arraiais do Termo ajuntamentos de homens e mulheres para batuques e outros fins ainda mais perniciosos e ofensivos à moral Pública, devendo serem multados em dois mil e quatrocentos réis pela primeira vez, pela segunda o duplo, e seis dias de cadeia cada um dos indivíduos que for achado em tais ajuntamentos, e que der casa sofrerá sempre a pena dobrada (ARAÚJO, 2004, p. 94).

Figura 41: As festas como tradição em Mariana



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico da Casa Setecentista (AHCS), Mariana/MG.



Fonte: Acervo dos moradores atingidos de Bento Rodrigues (cedida para a pesquisa).

Atualmente, em Mariana, existem festas que *sobrevivem* há séculos, especialmente aquelas ligadas às festividades da religião católica que incluem procissões, como: a Semana Santa (que celebra do *Domingo de Ramos* ao *Domingo de Páscoa* a *Paixão, Morte e Ressurreição de Jesus Cristo*); Festa do Divino Espírito Santo (que celebra, *50 dias após o domingo de Páscoa, no domingo de Pentecostes, a descida do Espírito Santo sobre os apóstolos de Jesus Cristo e Maria, sua mãe*); Corpus Christi (que celebra, *na quinta-feira seguinte ao domingo da Santíssima Trindade, que é o domingo seguinte ao de Pentecostes, o Corpo de Cristo*), além das festas dedicadas aos padroeiros e a Nossa Senhora Aparecida, dia 12 de outubro, que são celebradas em diversas localidades do município e não apenas na sede. Essas festas e procissões ligadas à religiosidade católica podem ser consideradas uma experiência corporal dos territórios, seguindo um ritual cheio de símbolos que ressignificam os espaços comuns a partir do encontro coletivo nos mesmos. Não raro, percebemos o sincretismo e adaptações contemporâneas que variam em cada território. Cada canto tem suas “marcas” e elas se apresentam no momento das festas.

Documentos históricos do século XVIII falam em festas de rua, danças e cavalhadas, além da presença de negros tocando flautas, oboés, órgãos e violinos, numa mistura de música sacra e profana, como sugerem os relatos “cousas da alegria”. Tais manifestações de sincretismo religioso podem ser observadas até hoje, nas festas populares dos diversos distritos de Mariana (FERREIRA, 2009, p. 16).

As missas e procissões, que ocorrem em comemoração aos santos padroeiros, por exemplo, preservam características, como a coletivização dos trabalhos entre os moradores da comunidade e a oferta da comida aos participantes da festa. O horário varia de acordo com o término da missa, mas há sempre um almoço, uma janta ou, como se diz na roça, uma “jantarada”. Os laços desses moradores com seus territórios (de moradia/origem) e o sentimento de pertencimento são fortalecidos com as festas tradicionais.

[...] o uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a *Festa* (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem, além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro) (LEFEBVRE, 2011, p. 12).

O sentido da festa no urbano, colocado por Lefebvre (2011), ganha destaque na pesquisa de Marcos Felipe Sudré Souza (2013) que resultou no livro “A festa e a cidade: experiência coletiva, poder e excedente no espaço urbano”. Para Souza

(2013), o entendimento da festa (e do sujeito na festa) é importante, uma vez que as resistências contemporâneas parecem não passar mais pelo marco moderno que formou os movimentos sociais de outrora, mas carregam consigo um tom lúdico, não apenas a essência da vida urbana, mas também o elemento para a construção de uma cidadania efetiva. Assim, enquanto “espaço de possibilidades, as alternativas trazidas pela Festa permitem reconsiderar até mesmo o papel do consumo e a relação que ela cria com o excedente econômico” (SOUZA, 2013, p. 86). Conforme o autor, a festa é um fenômeno prenhe dos *modos de vida* que, no caso contemporâneo, seria um misto de rural e urbano em diálogo contínuo e que Lefebvre (1991) discute ao falar da gênese camponesa da festa.

Como sugere Souza (2013), a compreensão da festa talvez seja útil para se (re)pensar sobre os instrumentos de participação que vêm sendo utilizados ao longo dos últimos anos no campo da gestão e do planejamento urbanos. Cabendo compreender a festa, assim, como elemento articulador do “direito à cidade, como meio pelo qual é possível atingir a vivência urbana por completo” (SOUZA, 2013, p. 117). Vale ressaltarmos que o direito à cidade, defendido por Lefebvre (2011), não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais (ou cidades patrimonializadas, em estudo nesta pesquisa), mas está associado à apropriação do espaço urbano pelos sujeitos sociais:

Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada. Pouco importa que o tecido urbano encerre em si o campo e aquilo que sobrevive da vida camponesa conquanto que “o urbano”, lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização prático-sensível (LEFEBVRE, 2011, p. 117-118).

O pesquisador José Guilherme Cantor Magnani (1998), na Introdução do livro “Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade”, resultante de sua pesquisa de doutoramento, identifica que as formas de diversão da população marginalizada podem “constituir uma via de acesso ao conhecimento dos valores, da maneira de pensar e do modo de vida dos trabalhadores” (MAGNANI, 1998, p. 19). Para o autor:

O lazer está nos antípodas daquilo que se considera o lugar canônico da formação da consciência de classe, ocupa uma parte mínima do tempo do trabalhador e não apresenta implicações políticas explícitas. Atividade marginal, instante de esquecimento das dificuldades cotidianas, lugar enfim de algum prazer – mas talvez por isso mesmo possa oferecer um ângulo inesperado para a compreensão de sua visão de mundo: é lá que os trabalhadores podem falar e ouvir sua própria língua (MAGNANI, 1998, p. 30).

Entendemos que experiências etnográficas das festas, onde os “muitos outros” sujeitos sociais se apropriam dos espaços comuns, permitem uma apreensão e uma leitura espacial a partir da escala do corpo, de “dentro e de perto”, em contraposição às leituras macroterritoriais ou de sobrevoo, que podem ser consideradas de “fora e de longe” (MAGNANI, 2002). É sob essa lógica que pretendemos perceber as festas que ocorrem nos distritos, subdistritos ou localidades rurais de Mariana, onde se dá a apropriação dos espaços de modo diferente, comparada à que ocorre na sede do município.

Além das falas dos entrevistados sobre as festas, a participação em algumas delas foi fundamental enquanto método de pesquisa – o que chamamos de “experiências etnográficas” –, uma vez que assistir às missas, acompanhar as procissões, a queima de fogos, partilhar os almoços e “jantas” junto com os moradores, observando seus modos de organização e autogestão foi fundamental para o entendimento de que a apropriação nos territórios atingidos é um direito que vem sendo violado continuamente pelas empresas e que compõe o dia a dia de luta dos moradores de Mariana.

Procuramos sintetizar no mapa 2 (Sobre-vivências e re-existências) as nossas impressões sobre o cotidiano nos territórios atingidos em Mariana e nossas afetações advindas, principalmente, do acompanhamento das festas que fazem parte deste cotidiano e fortalecem o sentimento de pertencimento dos moradores atingidos.

A festa, enquanto ferramenta potente de luta pelo direito à apropriação e, conseqüentemente, pelo direito à memória e ao patrimônio cultural em seu sentido amplo, do “mundo da vida”, também pode ser percebida em diversas matérias de do Jornal A Sirene, conforme podemos observar nas figuras 42 a 46.

MAPA 2: Sobre-vivências e re-existências

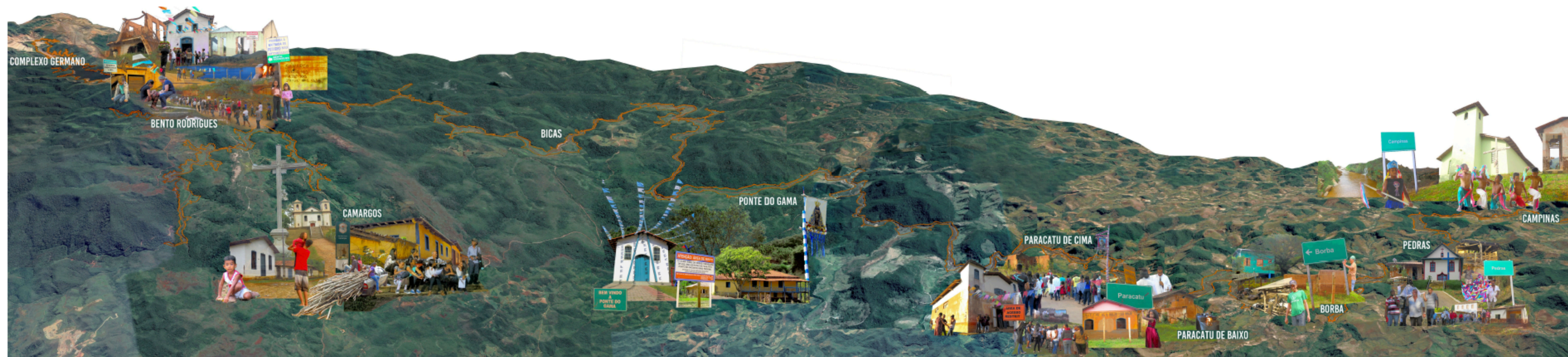


Figura 42: As festas e a importância de retorno aos territórios atingidos, em 2016 [“colagem” Jornal A Sirene]



Festa de Nossa Senhora das Mercês

POR MÔNICA SANTOS
COM O APOIO DE MARIA DAS GRAÇAS QUINTÃO SANTOS

FOTO: CRISTIANO JOSÉ SALES



Moradores voltaram ao território de Bento Rodrigues 10 meses após o acontecido.

Na festa de Nossa Senhora das Mercês deste ano, tivemos momentos de grandes emoções, de muitas alegrias por estarmos celebrando em nossa Capela, percorrendo nossas ruas e nos sentindo novamente em casa. Ao mesmo tempo, nos sentimos tristes pela destruição de tudo o que levamos uma vida toda para construir e pela incerteza sobre o futuro da nossa comunidade. Mas seguimos em frente, com fé e esperança de que a intercessão de Nossa Senhora junto a seu filho Jesus nos alimentará de força para que a justiça seja feita, e para que possamos continuar realizando essa festa todos os anos no nosso Bento.

Festa do Menino Jesus de Paracatu

POR LUZIA QUEIROZ
COM O APOIO DE FERNANDA TROPIA

A festa do Menino Jesus sempre gerou movimentação. Na véspera, todos se preocupam com os preparativos, a decoração, a limpeza interna e externa da Igreja de Santo Antônio, a chegada da banda musical, a participação do congado e da folia de reis, a novena, o almoço – que era gratuito, os fogos de artifício, o hasteamento da bandeira e o show que finalizava o sábado. No dia seguinte, no domingo, era belíssimo o coral que ressoava majestoso no interior da igreja, emocionando a todos. Depois, realizava-se a procissão pela rua enfeitada de flores, junto com a banda, o congado e a folia, e, em

seguida, acontecia o almoço oferecido por Seu Zezinho. Tinha futebol nos dias de festa também! Este ano o ambiente foi outro, não por falta de empenho do Seu Zezinho e de outros, mas porque a sensação era de que faltava alguma coisa: o nosso Paracatu de Baixo, como o conhecíamos. A igreja encontra-se interditada, e ao seu redor ainda são vistos os estragos deixados pela passagem do rejeito sobre as nossas ruas e casas. O cenário ainda é triste, mas também é nosso, e a celebração da festa do Menino Jesus neste ano serviu para reforçar os nossos laços de pertencimento com

Paracatu de Baixo. Como disse o Sr. Servaldo: “Pelo menos a festa do Menino Jesus se realizou e a comunidade não passou em branco. A festa não morreu”. É isso mesmo: assim como a festa, Paracatu não passará em branco e continuará vivo.



Paracatu celebra o seu padroeiro no local atingido.

Festa do Gama

POR MADALENA DAS DORES
COM O APOIO DE MILTON SENA

Só de pensar que não poderia mais ter a festa na praça, de pensar que não teria mais a praça, já foi motivo de ficar triste. Mas quando filaram que a festa ia acontecer, foi uma das melhores notícias. Ficou parecendo que seria a primeira vez. De fato, cada ano é uma nova sensação, uma nova expectativa, e

como sempre muito boa. Só que dessa vez está sendo diferente. É como se a festa nem existisse mais, e está renascendo de novo. Depois dos fatos ocorridos em novembro de 2015, muita coisa mudou completamente. Pensei que não teria mais a nossa praça, pensei que não teria mais a nossa capela para podermos fazer nossas missas. Imaginei que tudo que tinha lá ia ficar perdido. Mas ainda no dia de hoje, tudo se ajeitando e caminhando para a melhora, para mim é uma coisa inexplicável a

volta da festa. Não a volta em si, porque ano passado ela aconteceu, mas podemos dizer que é uma volta, e isso está alegrando muitas pessoas. Gente que eu via com o rosto triste hoje estou vendo com um grande sorriso. A nossa festa está sendo melhor porque, além de homenagear Nossa Senhora Aparecida, é surpreendente a sensação de ter de volta nossa praça para continuar nossas tradições, nesse lugar onde eu e muita gente vimos um cotidiano devastador, por vários pensamentos, achamos que tinha acabado.

Fonte: Jornal A Sirene, Ed. 7, out. 2016. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/edicoes>. Acesso em: 22 out. 2019.

Céu de esperança

POR ZEZINHO DE PARACATU E BRÊNIO LIMA
COM APOIO: ARLANDE DUARTE E SILVANY DOLZ

História, fé, tradição e cultura se unem por um bom motivo em Paracatu de Baixo e arredores da Capela de Santo Antônio quase completamente destruída pela lama da Samarco e que segue interditada.

A Festa do Menino Jesus é uma das principais manifestações culturais de Paracatu de Baixo e sobrevive há 40 anos. Outra tradição local é a Folia de Reis, que corre por mais de séculos. Instrumentos e vestimentas usados na folia foram levados pela lama, mas a memória afetiva criada em torno da tradição e a vontade em mantê-la permanecem.

Índio do Patrimônio, seu Zezinho, é um dos principais defensores dessas duas heranças. Para arrecadar dinheiro para a Festa do Menino Jesus, que acontece em setembro, seu Zezinho e seu grupo saíram com a Folia passando por Marabá dos Heróis, Campinas, Povo do Gama, Figueira e redondezas.

Em outros locais, a Festa do Menino Jesus é realizada em dezembro, próximo ao nascimento de Cristo. Em Paracatu, a data foi alterada para setembro, para evitar que a chuva atrapalhasse as comemorações. A vontade de Seu Zezinho é realizar a Festa onde ela sempre aconteceu, no terreno de sua casa, em Paracatu. Seu desejo é mantê-la grandiosa. Quer ver o povo celebrar, com lanternas, na data recobrada.

O professor Marcos Paulo de Sousa Miranda defende o caso de seu Zezinho. O coordenador da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Histórico de Minas Gerais segue pressionando a Samarco para que a Capela seja entregue aos moradores.

Seu Zezinho pôde vir a igreja por dentro dos tapumes, mas por fora das paredes. As obras de retirada da lama seguem a passo lento. Os arqueólogos ainda buscam por peças sacras enterradas a mais de 1 metro e meio de lama ao redor da Capela.

Até lá, a Folia não para. Seu Zezinho e seu grupo, composto por filhos de Águas Claras e Paracatu, se apresentam em outros eventos, como o Festival da Vida em Minas. Guardaram suas sazonas e a Samarco iniciou a entrega de alguns instrumentos que sua lama levou. Foram oito banhos, três sazonas, oito pandeiros, três chás, nove rolos, violão. Seu Zezinho segue esperançoso. Quer de volta a casa, a Capela e seguir mantendo a tradição que defende com garra há 40 anos.

“Essa bandeira tava lá, a enchente passou, levou os instrumentos, as outras bandeiras, levou tudo... Ela tava num plástico. Tudo foi embora, ela não foi e nem ficou barro nela”.

Fonte: Jornal A Sirene, Ed. 3, jun. 2016. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/edicoes>. Acesso em: 22 out. 2019.

Declaração de amor a Paracatu

POR ANGÉLICA PROENÇA
COM O APOIO DE FERNANDA TROPIA

FOTO: CAROLINE HENRI

Quando a Paracatu de Baixo levou uma parte de seus moradores ao exilado no dia 3 de novembro de 2016, um ano do rompimento da barragem de Fundão. Todos demonstraram muita solidariedade, algumas pessoas emocionadas choraram e cantaram de expressões tradicionais acompanharam sua saída. Luciana Gonçalves afirmou: “Não deixarei de ir Paracatu, pois pude ser resgatado por todo mundo, mas eu não esqueço do meu”.

Os moradores levaram cantinas, varas e fôrmas, e cearam o tempo ao lado da igreja de Santo Antônio, que estava isolada por muros. Assim mantiveram a tradição de desceitas fazerem cões unidos para pedir a Deus a ajuda em sua caminhada de difícil subida. Segundo Claudiane, “a situação que estamos vivendo é muito complicada. Só com a ajuda de Deus conseguimos superar”. E apontou para as ruas da sua frente: “Em alguns cantões, pediram-se as fôrmas como...”

“O meu Paracatu” é 15 anos “Paracatu é minha amor”. É assim faz 15 anos “Paracatu, não amamos você, como você ama a gente, vamos lutar para te voltar. O meu”.

“Moramos Paracatu mas fomos deslocados. E claro, não deixamos as tradições e manifestações de reconhecimento e de vitória por não se esquecer.”

Algumas moradores aproveitaram o momento para dançar as duas para lutar pelo reconhecimento. Foi assim com Daniela, moradora de Paracatu, “foi após de todos e muito tempo, mas não vamos mais. Ninguém vai nos levar para não se esquecer. Quando as pessoas se unem em defesa do bem comum, as chances de vitória são maiores”. Ao final, rezaram a oração do Pai Nosso de mãos dadas, simbolizando a união e participação de cada presente.



Figura 44: Festas, fé e tradição em 2018 [“colagem” Jornal A Sirene]



FOTOS: DANIELA FELIX E WANDER CAMPOS



No poster: “Este é o padroeiro desta comunidade. Santo e fiel a Deus, foi escolhido para ser o dono desta igreja, e pai desta comunidade. Paracatu de Baixo”

Fonte: Jornal A Sirene, Ed. 28, jul. 2018. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/edicoes>. Acesso em: 22 out. 2019.



FOTO: WANDER CAMPOS

Fonte: Jornal A Sirene, Ed. 28, jul. 2018. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/edicoes>. Acesso em: 22 out. 2019.



Fonte: Jornal A Sirene, Ed. 22, jan. 2018. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/edicoes>. Acesso em: 22 out. 2019



LARISSA PINTO

Continuamos fazendo as festas, a mesma coisa. Nós temos uma Folia de Reis, aí a gente passa nas comunidades tocando. Teve a festa do Menino Jesus, no dia 12 de setembro. Fizemos um almoço para mil pessoas lá embaixo. Só com dinheiro da Folia, não é dinheiro da Samarca. Agora, teve a festa de Nossa Senhora Aparecida. A comunidade junta todo mundo e ajuda.

Elias Geraldo de Oliveira, Paracatu de Baixo

Fonte: Jornal A Sirene, Ed. 32, nov. 2018. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/edicoes>. Acesso em: 22 out. 2019.

Por que voltar?

Andar por Bento Rodrigues é encarar o efeito do descaso e da crueldade das grandes empresas. A marca do rejeito de minério, que devastou a comunidade há três anos e cinco meses, ainda permanece no que restou de Bento. Apesar disso, o retorno dos(as) atingidos(as) à comunidade significa mais que experimentar o trauma iniciado naquele mês de novembro de 2015. Voltar a Bento Rodrigues se tornou um ato de luta e resistência.

POR MARINALDA APARECIDA SILVA MUNIZ E MARCOS MUNIZ (MARQUINHOS)
COM APOIO DE LARISSA PINTO E RAFAEL FRANCISCO

Para nós é difícil voltar, mas é uma forma de manter a nossa fé aqui. Até porque é muito difícil conviver em outra comunidade e participar de festividades, como a da Semana Santa, em outros lugares. Fora daqui somos meros espectadores. Nós voltamos para relembrar, para viver aqueles momentos que nós vivíamos aqui.

Bento não vai ser uma página virada e nunca vai ser substituído. Temos o objetivo de manter as atividades aqui, principalmente as religiosas.

É em Bento Rodrigues que estão as nossas memórias. Eu, por exemplo, nasci aqui. Os meus pais e os pais deles também nasceram nesse lugar. Bento Rodrigues é único. Despedir de Bento, depois que passamos esses dias de celebração, é viver a angústia, a espera, mais uma vez.

Marinalda Aparecida Silva Muniz,
moradora de Bento Rodrigues

Voltar significa resistência, além de demonstrar que gostamos daqui. Bento Rodrigues é o lugar onde planejamos viver. Eu peço a Deus para viver muitos dias depois que o reassentamento acontecer. Quero ver onde vamos chegar.

Bento Rodrigues é um patrimônio e não podemos perder esse lugar. Dentro dos diques têm currais de pedras, tem história. Os meus pais e meus avós estão sepultados aqui. É o lugar onde vivemos.

Se não frequentássemos aqui, desde o início, eles teriam feito o que quisessem com o lugar. O Ministério Público e até as empresas sabem que tem um número significativo de pessoas que não desejam que Bento seja deixado de lado. Então, a nossa permanência e a nossa volta são para mostrar resistência. Vamos continuar celebrando as festividades em Bento Rodrigues.

Marcos Muniz (Marquinhos),
morador de Bento Rodrigues



Fonte: Jornal A Sirene, Ed. 28, mai. 2019. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/edicoes>.
Acesso em: 22 out. 2019.

Celebrar no nosso território

FOTOS: JOICE VALVERDE, JULIANA CARVALHO, LARISSA PINTO E WIGDE ARCANDELO

Neste mês de setembro, a fé e a união estiveram presentes na Festa do Menino Jesus, em Paracatu de Baixo, e na Festa de Nossa Senhora das Mercês, em Bento Rodrigues. Em ambas as festividades, foram celebradas missas nas igrejas tradicionais das comunidades e, depois, os fiéis seguiram em procissão carregando as imagens santas pelas ruas atingidas. Apresentações de Congado, de Folia de Reis e Associações Musicais, formados por atingidos e religiosos de outras comunidades da região, entoaram um canto de resistência e força. Ao continuarem acontecendo nos territórios atingidos, os encontros reforçam não só a manutenção da tradição religiosa, como também simbolizam pertencimento.

POR: MARIA DA CRUZ GONÇALVES E SIMÁRIA QUINTÃO
COM APOIO DE: JOICE VALVERDE, JULIANA CARVALHO E WIGDE ARCANDELO.

A importância de nós estarmos aqui é de pertencimento. Bento é nosso e a gente quer continuar as nossas festas aqui, não tem sentido ser em outro lugar. Igual o padre falou na igreja, né: “várias formiguinhas juntas derrubam um elefante”. Nós somos as formiguinhas e a empresa é o elefante, e ela tenta nos esmagar de todas as formas. Não consegui e, agora, tenta tirar isso da gente. A gente ama esse lugar, vem todos os fins de semana, e é daqui que a gente encontra paz e tira força.

Simária Quintão, moradora de Bento Rodrigues



As festas não são mais como antigamente, mas é muito importante voltar, porque é a nossa comunidade e queremos todo mundo unido. Antes, todos os anos, eu participava, ajudava a cozinhar. Quando estávamos indo na procissão, eu até comentei: “que saudade de quando tinha festa e a gente ficava até de tarde aqui. Depois, fomos para nossas casas, para, mais tarde, voltar. A gente ia para o bar do Carlinhos, da Tia Laura”. Hoje, acabou, temos que ir embora.

Maria da Cruz Gonçalves, moradora de Paracatu de Baixo



Fonte: Jornal A Sirene, Ed. 42, out. 2019. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/edicoes>. Acesso em: 22 out. 2019.



EDITORIAL

POR LUZIA QUEIROZ, PARACATU DE BAIXO

Hoje temos treinamentos para correr da lama de rejeitos caso uma barragem rompa. Mas, quando as empresas tinham que ter se preocupado com isso, não se preocuparam. Fazemos o treinamento com uma sirene que toca sem haver rompimento. Tem gente que corre porque rompeu, outras correm à toa porque a sirene tocou errado, e eles dizem que foi um “pequeno” problema. Tem horas que ficamos com aquela coisa na cabeça: será que a barragem vai chegar de novo onde estamos? Teremos tempo de correr? Quem já teve que correr, tem o temor da sirene, quem não correu, tem o temor dela tocar, e quem não acredita, um dia, vai ver o terror da sirene chegar. Com isso, vamos adoecendo aos poucos.

Quantos(as) mais terão que ser mártires para poder provar que esse sistema é errado? Que a vida não é só dinheiro? Quantos(as) mais vão chorar a morte dos seus(suas) filhos(as), de familiares? A mineração deve existir, mas com consciência e respeito às comunidades.

O crime da Vale, em Brumadinho, foi uma catástrofe, matou muita gente. A senhora da capa desta edição, dona Artila, é moradora de Córrego do Feijão e foi atingida duas vezes. Nos anos 1980, perdeu sua comunidade inteira, Escontendas, em Brumadinho, para a construção da barragem de água da Copasa. Em 2019, perdeu sua filha, sua neta e parte significativa de sua comunidade.

É por isso que precisamos ocupar os nossos territórios. Hoje, Artila não pode mais voltar à sua terra porque, graças à ganância, Escontendas não existe mais. Para aqueles que conseguem, a volta ao território atingido tem que ser maciça. Temos que cultivar esse espaço porque é nele que está o nosso álbum de fotografia, a nossa memória. Então, sejamos guerreiros que resistem e retornam ao território porque é lá que a gente se sente bem, é assim que buscamos energia para sobreviver e enfrentar o desconhecido. Temos, sim, que preservar a natureza e as ruínas de nossas comunidades. Temos que continuar preservando a cultura, tombar e fazer dessas ruínas um importante marco, um lugar onde as pessoas venham e entendam que ali tinha uma cultura, uma arte, uma preservação e um povo muito feliz. E esse povo vai continuar, enquanto puder, assim como sua descendência, cultuando e falando sobre aquele lugar maravilhoso que, um dia, existiu e, hoje, não existe mais, mas que não pode ser enterrado de vez pela ganância e por aqueles que acham que dinheiro é tudo na vida. Nem tudo é dinheiro.

Fonte: Jornal A Sirene, Ed. 28, mai. 2019.
Disponível em:
<http://jornalasirene.com.br/edicoes>.
Acesso em: 22 out. 2019.

4.1. COSTURANDO FERIDAS NOS REENCONTROS FESTIVOS

Então esse desastre acontece todo dia, todo mundo adoecendo, com problemas de depressão, eu fiquei com síndrome do pânico, fui descobrir isso meses depois. Eu comecei a passar mal, dava tonturas, falta de ar e eu achava que ia morrer, toda esquisita. E fui descobrir isso, a síndrome do pânico, quase um ano depois. E a depressão foi uns seis meses. Eu mesma consegui perceber o tanto que eu chorava, o tanto que ficava em desespero, às vezes, pensando o que vai ser da minha vida amanhã. E até hoje eu acordo ainda de manhã, assusto e pulo da cama, com medo que eu não podia ter dormido (M. C. D., de Paracatu de Cima, informação oral).

A fala da moradora demonstra como o desastre-crime da Samarco/Vale/BHP Billiton renova-se a cada dia e afeta drasticamente a saúde mental das pessoas atingidas de Mariana. A pesquisa “Prismma - Diagnóstico de Saúde das Famílias Atingidas pelo Rompimento da Barragem de Fundão em Mariana” (NAVES et al, 2018)¹⁰⁸, realizada pelo Núcleo de Pesquisa e Vulnerabilidade em Saúde (Naves) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), juntamente com a Cáritas Brasileira, que presta assessoria aos atingidos, identificou, a partir de entrevistas entre os dias 15 e 17 de novembro de 2017, com 271 atingidos das localidades de Bento Rodrigues, Ponte do Gama, Paracatu de Cima, Paracatu de Baixo, Borba, Pedras, Campinas, que: 28,9% dos entrevistados sofrem de depressão; 32% sofrem de transtorno de ansiedade generalizada (três vezes maior que a média brasileira, segundo a Organização Mundial da Saúde - OMS); 12% demonstraram sintomas de transtorno de estresse pós-traumático; 16,4% apresentaram comportamento suicida (sendo que destes 6,7% tiveram ideação suicida e 1,8% haviam tentado se matar no mês anterior às entrevistas); 5,8% declararam dependência com álcool e 20% de tabaco (dos quais 24,4% declararam que a dependência piorou após o rompimento da barragem). Sendo importante destacar, quanto à amostragem, que do total de entrevistados: 64% foram mulheres; 77,4% se declaram pretos ou pardos; 58,7% não possuem ensino fundamental completo; 82,7% informaram ter renda até três salários mínimos.

Mesmo que a nossa pesquisa não tenha sido do tipo quantitativa, vale ressaltar que falas relacionadas à depressão, tristeza e doenças vinculadas ao estresse pós-desastre foram recorrentes, sendo que nas nossas entrevistas não foram feitas perguntas direcionadas neste sentido.

[...] dentro da luta toda que nós viemos passando, eu adquiri várias doenças, depressão – eu tomo três antidepressivos –, fiquei diabético, eu tomo três

¹⁰⁸ Disponível em: https://ufmg.br/storage/3/5/1/4/3514aa320d36a17e5d5ec0ac2d1ba79e_15236492458994_644662090.pdf. Acesso em: 17 out. 2019.

comprimidos pra pressão, porque minha pressão ficou alta (M. D., de Paracatu de Cima, informação oral).

Conforme a pesquisa Prisma (2018), os sintomas de depressão, ansiedade e estresse pós-traumático encontraram prevalência significativa entre crianças e adolescentes, que demonstraram sofrer com delírios e alucinações (7%) e dificuldades para dormir (52%). Alguns deles (19,5%) disseram ter pesadelos recorrentes relacionados ao desastre. As falas do casal entrevistado de Paracatu de Cima explicam que tanto a filha como o filho tiveram problemas como os apontados na pesquisa.

Ela [filha] está com depressão. O nosso filho pequeno também precisou de tratamento com psicólogo. [...] Ele ficou com tanto medo de chuva que até na escola quando começa ele esconde embaixo da mesa. Ele não tinha esse problema. Ele relacionou o rompimento, a lama descendo, com uma enchente, então ventou um pouquinho ele já começa a chorar. Ele precisou de tratamento por um longo tempo (M. C. D., de Paracatu de Cima, informação oral).

Meu filho hoje tem trauma de chuva porque ele relacionou o rompimento da barragem com uma enchente. Começou a tropejar e ele já esconde (M. D., de Paracatu de Cima, informação oral).

O estudo aponta, ainda, um alto índice de sintomas de transtorno de estresse pós-traumático entre os jovens (82%). Em sua entrevista, a moradora de Paracatu de Baixo conta: “Eu tenho uma menina que não era magrela como é não, começou a fazer tratamento, entrou em depressão” (M. S., de Paracatu de Baixo, informação oral).

Ao explicar o motivo de ter diminuído as idas às diversas reuniões semanais que ocorrem dentro do processo de reparação e de compensação, outra moradora de Paracatu de Baixo afirma que:

Eu não sou da comissão, mas já tive uma participação muito ativa nas reuniões. Hoje não tanto porque eu comecei a desenvolver uma depressão e aí estava me fazendo muito mal participar e resolvi parar. Eu já estou voltando, mas assim, mais devagar (A. P., de Paracatu de Baixo, informação oral).

Com relação aos eventos decorrentes do rompimento da barragem, o estudo Prisma (2018) informa que: 82,7% dos entrevistados tiveram prejuízo de renda/moradia; 82,7% foram desalojados compulsoriamente; 79,6% tiveram danos à moradia; 72,9% precisaram desocupar o local onde estavam com urgência; 69,3%

consideraram que houve ameaça direta à sua própria vida; 62,7% responderam já ter sofrido algum tipo de discriminação; e 46,7% disseram que perderam familiares ou amigos.

Não foi só aquilo ali, passou, pronto acabou. Não é dinheiro que vai recuperar tudo aquilo. Porque a memória, aquela imagem, ficou. Aquele impacto de se ver pessoas sofrendo, criações. Eu que sou muito apaixonada com criação, não tem como, sabe? Via morrendo e deixava, porque não tinha como. Não é com casas e dinheiro que eles vão repor ou que vai apagar essa imagem que ficou, que deixou marcas (V. P., de Borba, informação oral).

O desalojamento compulsório, que é citado por 82,7% dos entrevistados da pesquisa Prisma (2018), significou para os atingidos uma drástica alteração nos modos de vida. Há quatro anos, cerca de 316 núcleos familiares¹⁰⁹, que antes viviam em subdistritos ou localidades rurais e possuíam modos de vida relacionados ao contato com a natureza, plantio de hortas, criação de animais, etc., estão vivendo na sede de Mariana, ou seja, no centro urbano do município, convivendo com outras dinâmicas, estímulos e sistemas de exploração. Conforme a fala de uma moradora de Paracatu que retornou recentemente à sua casa em Paracatu:

Eu vim pra cá porque meu marido não se dá com a cidade. Aí ele veio pra cá e eu vim ficar com ele. Aí nós ia pra roça, plantava roça e nos fins de semana os meninos vinha. Quando eles não vinha a gente ia pra lá. Aí assim a gente foi levando a vida. Mas agora a gente fica direto. [...] Eles [filhos] foram reformar a casa lá aí ficaram dois meses direto aqui, aí depois que reformou, pro Carlos ir pra escola, levou eles embora pra lá de novo. Elas não queriam ir não, queriam ficar aqui [...] as meninas não gostam da cidade. É diferente demais, nó, muito, muito. Aqui você grita um, grita outro, aqui elas andam de cavalo, leva menino de bicicleta. É cavalo, bicicleta, moto, carro. E lá é preso né? Lá não tem nem com quem conversar. [...] Antes tomava banho de rio, tinha a cachoeira lá embaixo, mas que agora ficou feia né, não é mais como era não, [a lama] levou as pedras, tudo (M. S., de Paracatu e Baixo, informação oral).

A moradora conta também sobre o aumento do índice de gravidez entre meninas jovens que saíram de Paracatu e foram morar na sede do município: “o que tinha de menina que hoje foi pra Mariana e é mãe de família [...] era tudo criança [...] Arrumou namorado lá [na sede]” (M. S., de Paracatu de Baixo, informação oral).

Para o morador de Paracatu de Cima entrevistado, o rompimento da barragem de rejeitos trouxe também rompimentos familiares.

E quando a gente resolveu morar em Paracatu, assim que eu casei, eu comprei um pedacinho na mão do meu sogro, fiz a casa, a gente morava há vinte e tantos anos ali, de frente pro meu sogro, meus meninos foram criados

¹⁰⁹ Conforme informado por Luanna Ferreira, assessora técnica dos atingidos de Mariana.

assim com parceria, ficavam com meus sogros, ficavam com a gente. Então nossos meninos tinham um vínculo muito grande com os avós [...] e meu sogro tem 86 anos. Depois do rompimento eu nunca mais fui lá no Natal. [...] a mineração aqui em Mariana já domina o subconsciente de muitas pessoas. O pai trabalha na mineração, o filho sonha em trabalhar e por aí vai. Na casa da minha sogra tinham pessoas que dependem da mineração, então começou a ter um atrito, uma divisão (M. D., de Paracatu de Cima, informação oral).

É sob a perspectiva da possibilidade dos (re/des)encontros que pretendemos observar as festas que vêm ocorrendo no território atingido de Paracatu de Baixo desde o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão nas localidades de Ponte do Gama, Pedras e Campinas nas falas dos entrevistados. Uma das entrevistas da nossa pesquisa conta que:

Em 2016, a gente não conseguiu fazer a de Santo Antônio, porque estava todo mundo meio atordoado ainda, mas quando foi a de setembro, que é do Menino Jesus, a gente fez. Em 2017 as duas já aconteceram lá. [...] E uma coisa que a comunidade brigou muito foi pra ter a igreja pra velório, pra que ela continuasse sendo mantida, pra que tivesse essa liberdade. [...] Desde então já foram veladas algumas pessoas na igreja. E no começo teve problema até porque algumas pessoas não conseguiram ser veladas aqui [na Sede] e não tinha como velar. [...] As pessoas não abriram mão mesmo de fazer a festa lá. Em setembro agora vai ter do Menino Jesus. [...] Não pode deixar perder né? Você vê que a gente com a resistência mesmo já vai mantendo (A. P., de Paracatu de Baixo, informação oral).

Assim, a primeira festa ocorrida em Paracatu de Baixo depois do desastre-crime, como mencionado na fala de A. P., foi dedicada ao Menino Jesus. A matéria “*Céu de esperança*”, incluída na Edição nº 3 do Jornal A Sirene (junho/2016), explica:

A Festa do Menino Jesus é uma das principais manifestações culturais de Paracatu de Baixo e sobrevive há 46 anos. Outra tradição local é a Folia de Reis, que corre por mais de séculos. Instrumentos e vestimentas usados na Folia foram levados pela lama, mas a memória afetiva criada em torno da tradição e a vontade em continuá-la permanece (JORNAL A SIRENE, 2016).¹¹⁰

A matéria conta dos desejos do Seu Zezinho de Paracatu, um dos maiores defensores da tradição. Mesmo tendo perdido todos os instrumentos com a lama de rejeitos – oito bumbos, três sanfonas, oito pandeiros, chic-chic, reco-reco, violão –, ele não perdeu as esperanças em retomar a festa do Menino Jesus, com fartura e no terreiro de sua casa, onde sempre aconteceu. Carregando a bandeira da Folia de Reis de Paracatu, ele diz: “Essa bandeira tava lá, a enchente passou, levou os

¹¹⁰ Jornal A Sirene, ed. 3, jun. 2016. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br>. Acesso em: 20 out. 2019.

instrumentos, as outras bandeiras, levou tudo... Ela tava num saco plástico. Tudo foi embora, ela não foi e nem ficou barro nela” (JORNAL A SIRENE, 2016).¹¹¹

Para arrecadar o dinheiro da festa, a Folia de Reis passava por Monsenhor Horta, Campinas, Ponte do Gama, Furquim e redondezas. Ou seja, fazia o chamado “giro” pelas comunidades o que contribuía para fortalecer ainda mais os vínculos entre as comunidades. Os giros, ou deslocamentos entre comunidades em momentos festivos ou não, são experiências especialmente significativas entre os moradores das localidades rurais.

Atualmente, tanto a festa do Menino Jesus, como a festa de Santo Antônio, padroeiro da Capela, e a de Nossa Senhora da Aparecida, de certa forma, ocorrem com horários para começar e para terminar, uma vez que a maioria dos moradores de Paracatu de Baixo está morando na sede de Mariana e, portanto, precisa se deslocar em ônibus, fretados pela Fundação Renova. A festa de Santo Antônio é, sem dúvida, uma das mais importantes de Paracatu de Baixo, por ser a celebração do padroeiro da Capela.

No dia 13 de junho de 2019, a festa de Santo Antônio (figura 47), realizada no período da tarde no território atingido de Paracatu de Baixo, foi acompanhada no intuito de observarmos como os moradores atingidos se organizavam e participavam, passados quatro anos desde o desastre-crime. O número de ônibus estacionados logo na chegada do subdistrito já mostrava que muitos dos moradores faziam questão de celebrar a festa ali e, possivelmente, buscavam também o (re)encontro com os familiares e amigos, antigos vizinhos, que, por estarem morando de forma dispersa na sede municipal, possuem dificuldades de se reunirem.

Primeiro, os participantes foram recebidos com a tradicional Folia de Reis de Paracatu de Baixo, quando ocorreu o levantamento do mastro com a bandeira de Santo Antônio no adro da Capela de Santo Antônio. Depois teve uma missa celebrada pelo pároco da Paróquia de São Caetano no interior da Capela, que ainda guarda as marcas da lama de rejeitos em suas paredes, interna e externamente (sendo que, internamente, foram instaladas proteções com placas de acrílico).

¹¹¹ Relato de morador transcrito no Jornal A Sirene, ed. 3, jun. 2016. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br>. Acesso em: 20 out. 2019.

Figura 47: Festa de Santo Antônio, Paracatu de Baixo [16/06/2019]



Fonte: Autora.

Antes da benção final do padre, a procissão, carregando a imagem de Santo Antônio sobre o andor, percorreu a principal rua do subdistrito, até próximo da colina onde se encontra o cemitério e em meio às ruínas dos imóveis atingidos pelos rejeitos. Por fim, a “janta” preparada cuidadosamente pelas moradoras de Paracatu de Baixo foi também servida por elas na quadra da comunidade (cujo piso estava protegido com tablados de madeira). Os moradores presentes de Paracatu e das demais localidades reuniram-se na quadra para jantar e acompanhar o grupo musical que tocava, formado por integrantes da comunidade de Paracatu.

Outra festa em Paracatu de Baixo que sempre conectou os moradores das diversas localidades do entorno é a dedicada a Nossa Senhora Aparecida. Nesta, ocorrem as carreatas que percorrem as diversas comunidades da região, levando a imagem de Nossa Senhora na carroceria de um dos veículos. Um dos principais organizadores dessa festa faleceu neste ano em um acidente de moto. Sua mãe, uma das entrevistadas nesta pesquisa, explicou:

eu não tenho a intenção de sair daqui porque vai fazer quatro meses que eu perdi um filho e ele falava assim ‘ô mãe, deixa todo mundo ir pra lá e nós dois vamos ficar aqui’. [...] Ele nunca falou que ia mudar pra lá e agora ele tá ali né [referência ao cemitério localizado na parte alta do subdistrito] (M. S., de Paracatu de Baixo, informação oral).

Para além das idas a algumas festas no território atingido de Paracatu de Baixo, para buscarmos entendê-las enquanto experiências de (re)encontros, algumas foram também acompanhadas em localidades onde os rejeitos não resultaram no deslocamento compulsório coletivo.

A primeira delas foi no distrito de Camargos. O convite recebido para a festa do Santo Cruzeiro (figura 48) – uma das mais tradicionais do distrito juntamente com a festa de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da Igreja – veio de uma moradora que, delicadamente, confeccionou uma pequena cruz igual àquelas que se têm nas portas das casas de Camargos.

Figura 48: Festa da Santa Cruz, Camargos [01/05/2018]



Fonte: Autora.

Sobre as festas do distrito de Camargos, conforme explica a mesma moradora que me fez o convite, entrevistada mais de um ano depois:

Nossas duas festas são diretamente ligadas à Igreja Católica. A principal é a festa de Nossa Senhora da Conceição, a nossa padroeira. Ela é realizada no segundo final de semana do mês de dezembro. No sábado, após a cerimônia religiosa, sempre há uma retreta, seguida de um show musical oferecido pela Prefeitura. No domingo, missa e procissão. Com certeza diminuiu muito o número de frequentadores. Considerando a proximidade vinham de Bento Rodrigues muitas pessoas para prestigiarem a nossa comemoração. A segunda festa é a de Santa Cruz. Ela acontece geralmente no primeiro sábado do mês de maio. Ela nos traz muitos visitantes, amigos, parentes. Mas com certeza cada ano posterior ao rompimento é menor a presença dos nossos maiores frequentadores, os vizinhos de Bento Rodrigues. É uma festa animada. Após as cerimônias religiosas, acontece a distribuição de caldos, canjicas e pipoca. Os ingredientes e o preparo são oferecidos pelos moradores. As portas e alguns espaços públicos são enfeitados. Eu recolho as cruces das portas das casas e dos espaços públicos para revesti-las novamente. Realizo esse trabalho com muito prazer. O cruzeiro de cima é enfeitado pelo festeiro, as ruas pelos moradores. Há um grande envolvimento da comunidade (M. J., de Camargos, informação oral).

A festa do Santo Cruzeiro de Camargos, acompanhada para esta pesquisa, ocorreu no dia 05 de maio de 2018. A chegada ao distrito deu-se ainda no fim da tarde de sábado, a tempo de se ver o pôr do sol do alto do adro da Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Na entrada, a festa já se fazia presente, com diversas cruces coloridas, enfeites de flor e lanternas confeccionadas com garrafas plásticas em mastros de bambu ao longo das duas principais ruas do distrito. A festa teve início com uma concentração em frente à casa do “festeiro”¹¹², aguardando a chegada da Sociedade Municipal Santa Cecília (Banda de Passagem de Mariana) e a apresentação da bandeira pela família do “festeiro”. A comunidade em procissão, carregando velas e acendendo as lanternas pelo caminho, seguia lentamente seus passos: ora cantando em coro as orações dos seminaristas que guiavam a procissão, ora no ritmo da banda que vinha logo atrás tocando. Ao final, os participantes comeram os tradicionais caldos, canjicas e pipoca, enquanto ouviam o show em um palco montado próximo ao Cruzeiro.

Em Ponte do Gama, a retomada das festas e das formas de lazer e de sociabilidade dos moradores foi uma das principais preocupações após o desastre-crime, já que a lama destruiu exatamente os principais espaços de encontro: a igreja,

¹¹² Nome dado ao morador/família que durante um ano guarda a bandeira do santo celebrado em sua casa, para, então, no dia da festa carregá-la ao longo da procissão até o mastro no qual ocorre o seu hasteamento.

o centro comunitário, o campo de futebol e a arena de cavalgada. Foi a festa de Nossa Senhora Aparecida que levou um dos entrevistados e sua esposa a se mudarem para Ponte do Gama, depois da aposentadoria. Conforme ele conta:

O que levou a gente pra lá foi que lá tem a tradição de festeiro, na época da festa da padroeira. Em 2014, a gente foi escolhido pra ser os festeiros, então em julho de 2014 a gente arrumou um lugarzinho lá pra ficar pra festa e continuamos lá. A padroeira é Nossa Senhora Aparecida, 12 de outubro (M. S., de Ponte do Gama, informação oral).

No último dia 12 de outubro, ocorreu a tradicional festa de Nossa Senhora em Ponte do Gama. A festa é descrita detalhadamente no relato:

O dia principal é dia doze, mas a gente começa com a novena e tem um pessoal que já participa com a gente há anos, no dia seis tem as Pastorinhas de Bandeirantes, que já é o sétimo ano consecutivo que eles vão lá com a gente. Eles fazem um teatro, vai as mulheres com terço. A gente é de uma comunidade muito religiosa né, então tem a festa. Hoje a gente mantém só isso, antigamente a gente tinha essa festa religiosa, mais a social. Hoje em dia não tem mais a social, só a religiosa mesmo, aí se restringe ao pessoal que participa. Hoje em dia não enche, antigamente tinha romaria pra lá. Vinha gente de toda região. Ali você tá perto de Águas Claras, Monsenhor Horta, você tá perto de Fonseca. Então já tinha aquele costume do pessoal todo ir pra lá. [...] Tem uma tradição que é o almoço, gratuito [...] sempre pra quatrocentas pessoas, no dia da festa. A gente já tem a tradição do pessoal que faz. As cozinheiras, se trocar, dá briga, elas já têm aquela tradição, é o 'pago' delas pra Nossa Senhora. Então já tem as cozinheiras tradicionais. Elas fazem questão de fazer, não pode ir pra outra pessoa. É tradição mesmo do lugar (M. S., de Ponte do Gama, informação oral).

O morador conta que, em maio de 2015, logo depois de fundada a Associação de Moradores, a comunidade conseguiu apoio para a execução de obras para reforma da igreja e do centro comunitário, feitas em formato de mutirão pelos moradores e inauguradas em 12 de outubro de 2015. Em menos de um mês, a lama de rejeitos destruiu ambas as edificações recém-reformadas pelos próprios moradores. A introdução da matéria “Projetando esperança”, incluída na Edição nº 2 do Jornal A Sirene (abril de 2016), apresenta o contexto do início do ano de 2016:

Sábado à tarde. Na cozinha, a broa, a brevidade, o queijo e o café esperam pelos poucos moradores do Gama. Sem a praça, a igreja e a associação comunitária, destruídas pela lama, o quintal de dona Terezinha acolhe os vizinhos ansiosos para discutir a reconstrução. Todos querem de volta a igreja. Alguns, uma antena de celular; outros, apenas o calçamento que diminua a poeira da estrada. A cachoeira hoje marrom e estéril é a grande dúvida: será um dia recuperada? (JORNAL A SIRENE, 2016).¹¹³

¹¹³ Jornal A Sirene, ed. 2, abr. 2016. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br>. Acesso em: 20 out. 2019.

As incertezas eram também com relação à continuidade das festas, como segue explicando a matéria:

Aqui tem a festa Gamense ausente. O pessoal todo vem e reúne lá embaixo. Esse ano a gente tá tentando fazer cavalgada e refazer a festa, mas a gente sabe que vai ter uma certa dificuldade, entendeu? Porque a gente não tem mais o local da festa, pelo menos por enquanto. [...] Nosso projeto não é muita coisa. A gente quer tudo de novo: a nossa praça, no mesmo lugar, com igreja, salão comunitário, arena para cavalgada. Um dos motivos que fizemos isso é para reforçar a área de lazer, que era a nossa praça, para tentar de novo conquistar a autoestima de todos, como nós que moramos aqui e também daquelas pessoas que sempre vem na nossa comunidade para não dar espaço para ficarmos lembrando do fato que ocorreu (JORNAL A SIRENE, 2016).¹¹⁴

Passados mais de três anos dessa edição do jornal, a arena para a tradicional festa de cavalgada ainda não foi reconstituída em Ponte do Gama, apenas a igreja e o centro comunitário, contudo com grades de proteção que quase escondem a pequena capela ao fundo. O poste com refletores (que curiosamente possui formato de cruz) também compete com a cruz da capela que foi reconstituída exatamente como era, conforme pedido dos moradores. O campo de futebol, que a princípio foi refeito no mesmo local (sobre os rejeitos), também aguarda uma solução em terreno adequado que permita o futebol sem lama e poeira.

Ponte do Gama era um local festivo, um local bacana, a gente tinha várias festas, como cavalgada, Gamense ausente. Hoje perdura só a festa de Nossa Senhora, que é a padroeira. As outras não se faz mais, devido à população ao redor e as pessoas consideram lá como uma área contaminada. Então você não tem mais público pra festa, não tem mais pessoas pra festa (M. S., de Ponte do Gama, informação oral).

A moradora de Pedras entrevistada também lamenta como o desastre-crime e, particularmente, o distanciamento dos moradores de Paracatu de Baixo, que foram deslocados compulsoriamente para a sede municipal, afetaram as festividades das localidades rurais:

[...] agora muita gente mora lá [na sede] e nem vem aqui. [...] As pessoas mudaram também sabe. [...] Nas festividades que tinham aqui, de santo, diminuiu muito o número de gente. Em Paracatu, que é uma roça próxima que tinha muita gente, agora não tem quase ninguém, tem umas cinco ou seis pessoas. Mas vinha muita gente comemorar com a gente. Agora todo mundo mora em Mariana, aí fica mais difícil de vir pra cá. Então vai distanciando, né (M. A., de Pedras, informação oral).

¹¹⁴ Relato de um morador transcrito do Jornal A Sirene, ed. 2, abr. 2016. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br>. Acesso em: 20 out. 2019.

Uma moradora de Borba também concorda e lamenta o esvaziamento e os desencontros com os moradores de Paracatu de Baixo:

Paracatu, por ser maior, as pessoas participavam em festas em Pedras, em Campinas, então a gente sofreu o impacto dessa queda, dessa manifestação deles. Então esse convívio que a gente tinha, nós éramos muito ligados, tanto que conheço muita gente de Paracatu [...]. Nós vimos todo mundo crescendo e, de repente, vimos todo mundo sumindo. Com esse impacto da barragem, realmente, o psicológico e até o financeiro, devido as compras entre os municípios [...]. Na hora de marcar as festas religiosas (levávamos em conta), um participava da festa do outro, dava movimento na festa do outro. E hoje em dia, a gente chega nas festas e pensa 'nossa, tá vazio'. Até em Mariana a gente vê, aquele povo que vivia unido, a gente não vê mais isso, tá cada um por si. Aquele gostoso da zona rural, que era todo mundo unido, todo mundo se conhecia, acabou (V. P., de Borba, informação oral).

Na tarde do dia 13 de outubro de 2019, a festa dedicada a Nossa Senhora Aparecida em Pedras (figura 49) reuniu seus moradores, bem como vizinhos das localidades de Borba, principalmente. Primeiro ocorreu uma missa celebrada pelo pároco da Paróquia de São Caetano, depois a procissão, que seguiu na única rua da localidade até uma antiga fazenda. O sol quente não impediu que os moradores e fiéis revezassem-se para levar os dois andores que carregavam as imagens de Nossa Senhora, uma delas vinda da carreato realizada pelos moradores de Paracatu de Baixo no dia anterior. Atrás da procissão, a Sociedade Musical de Monsenhor Horta acompanhava nas retretas. Depois, na antiga escola (hoje centro comunitário com sala para atendimento médico semanal), a mesa estava posta para a partilha da comida, preparada e servida pelos moradores.

Figura 49: Festa de Nossa Senhora Aparecida, Pedras [13/10/2019]



Fonte: Autora.

4.2. AS FESTAS E A LUTA PELA NÃO-DESAPROPRIAÇÃO

A primeira festa de São Bento eles [empresas] fizeram lá [na sede de Mariana]. Aí um colega da gente, na hora da missa, falou assim: 'no dia 28 eu vou soltar uns foguetes lá no Bento'. Aí, eu falei: 'Você não vai sozinho'. Nós arrumamos um grupo no 'zap' e combinamos. Viemos umas 53 pessoas, de crianças até pessoas de oitenta e tantos anos. Eles [empresas] puseram um monte de pedra pra gente não passar, mas nós passamos, graças a Deus passamos, chegamos aqui umas quatro e meia. Fizemos uma procissão saindo lá de cima, fizemos a celebração aqui [ruínas da Capela de São Bento], soltamos o foguetório, fizemos a partilha e a partir daí nós pensamos: 'Nós vamos dormir aqui'. [...] Dormimos no meio da rua na primeira noite (M. Q., de Bento Rodrigues, informação oral).

Conforme a moradora de Bento Rodrigues relata, no fim de julho de 2016, a primeira festa de São Bento celebrada no território tomado pela lama de rejeitos que devastou o subdistrito, em cinco de novembro de 2015, foi um ato de resistência. Não bastava reconstituir as manifestações culturais na sede do município, onde temporariamente estava (e ainda está) morando a população de Bento. Para eles, a procissão, a celebração, o foguetório e a partilha só faziam (e fazem) sentido no território ao qual pertencem.

Outra moradora conta que, no carnaval de 2017, dormiu num container junto às ruínas da Capela de São Bento com seu primo. Terminadas as orações e os discursos, "nós dois dividimos um colchonete e dividimos uma coberta, um calor insuportável, pernilongo voando pra tudo quanto é jeito [...]. Mas foi a melhor noite" (M. S., de Bento Rodrigues, informação oral).

A "retomada" do território pelos moradores de Bento não foi fácil, tamanho o controle das empresas Samarco/Vale/BHP Billiton sobre o mesmo. E apesar desse controle ter sido justificado com a retórica da segurança, nos dias logo após o rompimento, conforme abordado anteriormente, as empresas responsáveis pelo desastre-crime (e contando com a presença de policiais militares, de acordo com os relatos) acompanharam os saques às casas e estabelecimentos comerciais que não foram atingidos pelos rejeitos, por estarem localizadas na área mais alta do subdistrito (figura 50). Importante lembrarmos que, nos primeiros dias e semanas após o desastre-crime, a população de Bento Rodrigues foi impedida de entrar na área. Até houve tentativas, mas todas as entradas estavam bloqueadas pela empresa e por policiais.

Figura 50: Bento Rodrigues após os saques [27/07/2019]



Fonte: Autora.

A Capela das Mercês, localizada na parte alta não afetada diretamente pelos rejeitos, parece ter sido a única salva dos saques, sendo que, logo nos primeiros dias após o rompimento, o MPMG capitaneou uma frente de resgate de bens móveis sacros, tanto pertencentes ao acervo dessa Capela, como da Capela de São Bento, que foram carregados pela lama.

Em visita ao local, atualmente, é possível perceber que os saques às casas e estabelecimentos comerciais não incluíram apenas móveis e demais pertences internos à casa, mas janelas e portas inteiras, fiação elétrica, telhados (telhas e estrutura), dentre outros elementos construtivos que, para serem levados, certamente, foram necessárias várias pessoas, máquinas e caminhões para o transporte.

A gente reconstituiu a casa de uma das nossas irmãs que foi saqueada logo depois do rompimento. A gente não entrava e os bandidos saqueavam, saíam com caminhão. Tem várias gravações desses caras saindo com caminhão cheio, sabe? Mas a gente entende que a empresa mandou, porque não era viável pra ela ficar com as casas inteiras lá. O pessoal da empresa não é bobo, eles deviam pensar 'se ficar casa inteira eles vão voltar'. [...] Pra ela foi viável demais. Ficava exército, polícia militar, tudo lá. Nós não conseguíamos entrar. E o pessoal saía cheio de trem, carregando tudo [...]. A princípio, a gente dormia na rua, nos carros, em barraca, casa dos outros aberta, dormimos na casa de [T.] sem janela por um bom tempo. Depois decidimos colocar janela, mas improvisada. [...] Aí nisso a gente foi roubado umas cinco ou seis vezes [...] pra poder assustar a gente, mas não assustou (S. Q., de Bento Rodrigues, informação oral).

Foi assim, apropriando-se do território atingido em resposta a uma necessidade de se reconectarem com o espaço e os laços comunitários rompidos – e a partir da autogestão e da autoconstrução – que surgiu o grupo denominado “Loucos pelo Bento”. As festas religiosas, festas juninas, aniversários e os simples encontro de fim de semana são motivos para o retorno dos moradores que passaram por um deslocamento compulsório e estão atualmente vivendo em imóveis alugados pela Fundação Renova na sede do município, enquanto aguardam o reassentamento coletivo no terreno denominado “Lavoura”. Na matéria *“Direitos rompidos”*, da Edição nº 16 do Jornal A Sirene (julho de 2017), existe um relato de uma integrante do grupo que explica:

Sempre que possível, vamos pra lá [Bento Rodrigues] tentando resgatar não as coisas materiais, mas as nossas vidas. Combinamos as nossas ações e sempre nos reunimos nos finais de semana. Das casas que a lama desarrumou, já arrumamos duas. Colocamos portas e janelas naquilo que se tornou nosso refúgio. A festa de São Bento, de Nossa Senhora das Mercês, o Réveillon, o Carnaval, a Semana Santa, a nossa festa junina, são atos que conseguimos realizar e que nos fizeram nos sentir em casa. Lá, extravasamos o sentimento que fica guardado dentro de nós. Temos, desde

o início, o intuito de lutar pela manutenção de nossas tradições e pela recuperação de nossas memórias, que, mesmo soterrada pela lama, são nossas. E também queremos mostrar ao mundo o quanto amamos aquele lugar, onde nascemos e passamos a maior parte de nossas vidas, e que não estamos dispostos a abrir mão dele. Estamos apenas resistindo porque essa luta nos fortalece. Juntos, o nosso grupo “Loucos pelo Bento” pretende vencer com a ajuda de Deus, pois a nossa fé é o que nos dá força (JORNAL A SIRENE, 2017).¹¹⁵

Assim, mesmo com todas as dificuldades e a situação de insegurança, os moradores não desanimaram e insistiram na retomada do território, tendo a festa como importante ferramenta de luta. Incluída na Edição nº 4 do Jornal A Sirene (jul. 2016), a matéria “Seu Filomeno: a festa dentro de um homem” descreve como eram as festas dedicadas ao santo padroeiro, São Bento, antes da Capela ter sido destruída pela lama, deixando apenas as fundações e os muros de pedra e pisos em campos de madeira.

As festas realizadas em Bento Rodrigues eram, assim, marcadas por reencontros: dos fiéis com as imagens, das famílias com seus parentes, dos devotos com sua fé. Eram momentos de reflexões sobre a vida, realizadas no interior da igreja, mas também de celebração através das danças que varavam a madrugada num antigo sobrado que o tempo tratou de levar. Orações e folias cruzavam de ponta a ponta o calendário religioso da localidade: Festas de São Sebastião, de São José, de Nossa Senhora das Dores, de São Bento, de Maria Concebida, do Sagrado Coração de Jesus, de São Benedito, de Nossa Senhora das Mercês e do Menino Jesus. Entre todas, uma tinha um lugar especial: a festa do padroeiro, São Bento [...]. Na madrugada do dia 21 [de março], às quatro da manhã, começava a alvorada que era acompanhada pelo lançamento dos foguetes, pelo dobre do sino e pelo som da banda local. Às 10 da manhã, celebrava-se uma nova missa, e, em seguida, o povo se juntava em frente à igreja para ver a retreta. À tarde, ocorria uma nova procissão, e o ritual terminava com a benção do Santíssimo (JORNAL A SIRENE, 2016).¹¹⁶

Outro morador, que era festeiro de São Bento, confirma que a animação da festa vinha de longa data:

Essa festa de São Bento, em julho, esteve enterrada se eu não me engano em 83. Em 84 ela começou e aí depois disso ela não deixou ter. A de Nossa Senhora das Mercês, logo depois da reforma dos nos 70, bem no iniciozinho, até o ponto de ter reinado. [...] Muitas das vezes eu ouvi meu pai contar como que era a festa na época deles. Festa, baile [...], intervalo da festa eles iam pro baile que era num sobrado de lá (M. M., de Bento Rodrigues, informação oral).

¹¹⁵ Jornal A Sirene, ed. 16, jul. 2017. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br>. Acesso em: 20 out. 2019.

¹¹⁶ Jornal A Sirene, ed. 4, jul. 2016. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br>. Acesso: 20 out. 2019.

Em 30 de julho de 2016, a festa de São Bento foi celebrada em Bento Rodrigues, assim como foi adquirido o direito de sepultamento no cemitério do território atingido, por reivindicação dos moradores. Tanto a festa como o direito ao sepultamento “são formas de continuar uma tradição e de mostrar a quem pertence aquele chão e o que deve ser feito dele. Manifestações de esperança, resistência e força” (JORNAL A SIRENE, 2016).¹¹⁷

Contudo, a conquista dos atingidos de Bento Rodrigues da retomada do território coincidiu com outra estratégia da empresa. Conforme matéria veiculada no G1, em 03/06/2016, a Samarco foi flagrada desmatando uma área de 1,3 km de mata atlântica, deixando boa parte da madeira já cortada à beira de um barranco, e aterrando um trecho do córrego Santarém. A empresa, que foi embargada pela Polícia Militar e também acusada de invasão de propriedade, já estava preparando o terreno para a construção do chamado dique S4, sem ter adquirido licença prévia, com a justificativa de reter o carreamento dos rejeitos pelo rio Gualaxo do Norte e bacia do rio Doce.

Para o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), a construção do dique significava uma ameaça para o meio ambiente e para o patrimônio cultural. O Promotor de Justiça, Marcos Paulo de Souza Miranda, naquele momento, coordenava a Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais e afirmou:

É uma inversão de valores. É uma destruição causada pela empresa num patrimônio que não é dela e que depois ela se apropria como se fosse gestora. Essa tragédia tem que ser um marco na história de Minas Gerais. Não para acabar com a mineração, mas para acabar com a mineração irresponsável e para acabar com a afronta com o poder constituído. Porque é isso que nós estamos presenciando já há quase sete meses no caso da Samarco (G1, 2016a).¹¹⁸

Dias depois, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (Iphan) também se pronunciou contrário à construção do dique S4, pois alagaria muros em pedra que compõem o conjunto do adro da Capela de São Bento. Tais elementos remanescentes do período setecentista foram citados na deliberação pelo tombamento do núcleo de

¹¹⁷ Jornal A Sirene, ed. 5, ago. 2016. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br>. Acesso: 20 out. 2019.

¹¹⁸ Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2016/06/samarco-e-flagrada-desmatando-area-de-mata-atlantica-em-mg.html>. Acesso em: 20 out. 2019.

Bento Rodrigues, em reunião do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Mariana (COMPAT), em abril de 2016. Entretanto, a empresa não ofereceu outro estudo locacional para as estruturas, nem para o COMPAT, Iphan ou MP, mas sim apresentou uma proposta de procedimento (sem comprovada eficiência) de “envelopamento” dos muros em pedra em resposta ao documento de indeferimento do Iphan.¹¹⁹ Enquanto isso, o que restava das casas da população de Bento não receberia qualquer ação protetiva por parte das empresas.

Assim, em 20 de setembro de 2016, a empresa Samarco recebeu o aval do Governo do Estado, que assinou um decreto “de emergência” para a construção do dique S4, sem o diálogo e consentimento de muitos moradores e proprietários das terras do Bento, o que significou o alagamento de grande parte da área que fora atingida pela lama. Ou seja, destruindo pela segunda vez o que restava das moradias das pessoas depois de menos de um ano do desastre-crime. Estrategicamente, a empresa buscou, individualmente, os proprietários das terras que seriam alagadas ou onde seriam construídas as estruturas do dique, propondo indenizações irrisórias, segundo relatos. Mas, evidentemente, quanto mais pessoas assinassem essa indenização, menos pessoas a empresa teria para lidar num futuro próximo.

[...] quando a Samarco quis as áreas do dique S4, para a construção do dique e sondagem, eu fui contra. Porque jamais eu vou deixar construir dique, isso aqui vai virar uma barragem! Fazer uma barragem vai engolir o resto (M. M., de Bento Rodrigues, informação oral).

A preocupação expressa na fala de que Bento pudesse virar uma grande barragem não era um caso isolado, mas corroborava diversos protestos que questionavam sobre a possibilidade de obras alternativas, como aquela apresentada pelas empresas Samarco/Vale/BHP Billiton, que não significassem uma nova destruição dos remanescentes.

Nesse sentido, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) ajuizou uma ação civil pública, em 28/09/2016, questionando a construção do dique S4 nos termos apresentados pela empresa. Porém, no fim de dezembro de 2016, pouco depois de completado um ano do desastre crime, os três promotores mais atuantes na força-tarefa criada pelo MPMG para investigar o caso – Marcos Paulo de Souza Miranda

¹¹⁹ Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/parecer-do-iphan-pode-barrar-construção-de-dique-para-conter-lama-da-samarco-1.390395>. Acesso em: 20 out. 2019.

(Coordenador da Promotoria do Patrimônio Cultural e Turismo), Carlos Eduardo Pinto e Mauro Ellovitch (Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente - Caoma) – foram removidos dos seus cargos. Os três postos foram ocupados pelos promotores Rômulo de Carvalho Ferraz e Andressa de Oliveira Lanchotti, no Caoma, e Giselle Ribeiro de Oliveira, na Promotoria de Defesa do Patrimônio Cultural, conforme noticiado pela Agência Brasil.¹²⁰

No decreto assinado pelo então Governador Fernando Pimentel, a empresa teria três anos para descomissionar o dique S4, retornando ao cenário anterior. Cabe ressaltar que esse prazo venceu recentemente, em 20 de setembro de 2019, e, até o momento, não houve ação das empresas Samarco/Vale/BHP Billiton no sentido de remover as estruturas e desalagar a área, continuando, portanto, alagada uma grande parte de Bento Rodrigues (figura 51).

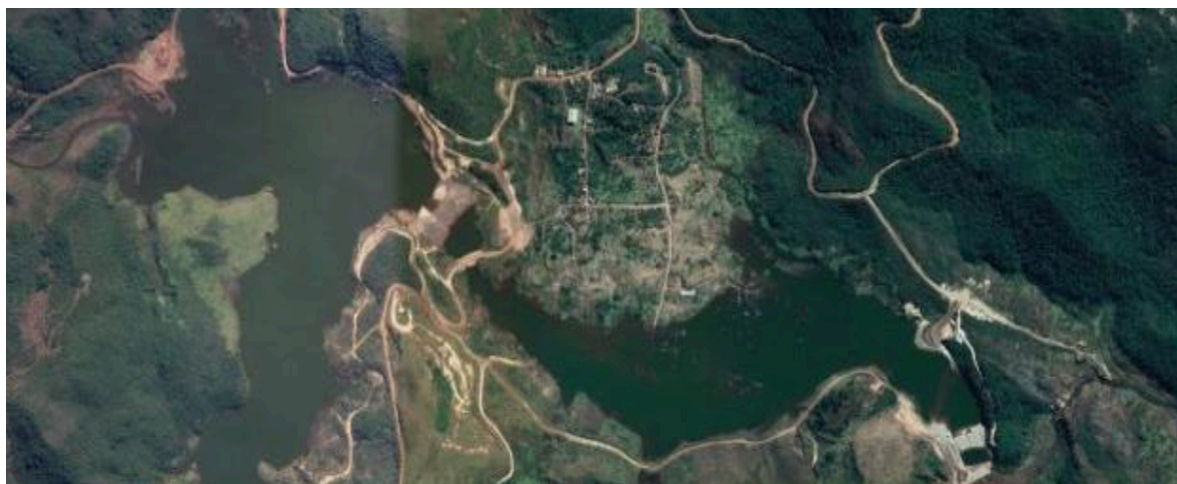
Conforme noticiado, as empresas tinham o interesse em prorrogar o prazo de descomissionamento¹²¹ e uma possível decisão favorável do atual Governador era uma das maiores preocupações dos moradores entrevistados para esta pesquisa pouco antes da data de término estipulado no decreto.

O pessoal do dique S4 [que tiveram suas terras alagadas ou danificadas pela construção do dique S4], que assinou, já vendeu o terreno pra eles [Samarco]. [...] Quando existe uma cláusula de que vai descomissionar [o dique] em setembro de 2019, podendo prorrogar se precisar, mas sem te pagar mais nada, você vendeu o terreno pra eles. [...] A maioria já vendeu, acho que são nove escrituras que sobraram. [...] Apesar da SEMAD [Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável] já ter falado que não tem utilidade nenhuma mais, a gente entende que eles vão querer prorrogar por uma questão financeira, pela ganância (S. Q., de Bento Rodrigues, informação oral).

¹²⁰ Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-12/promotores-do-mp-de-minas-que-investigavam-tragedia-em-mariana-sao>. Acesso em: 15 out. 2019.

¹²¹ Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/09/14/interna_gerais,1085164/samarco-tenta-manter-dique-em-bento-rodrigues-que-tem-de-ser-desmontad.shtml. Acesso em: 15 out. 2019.

Figura 51: Bento Rodrigues tomado e alagado depois do dique S4



Fonte: Google Maps (2019). Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/preview>. Acesso em: outubro/2019.



Fonte: Autora.

Mais recentemente, foi veiculada a notícia de uma minuta de Termo de Ajustamento de Conduta, que seria supostamente assinada pelo MPMG, MPF, tendo como compromissários as empresas Samarco, Vale, BHP Billiton e Prefeitura Municipal de Mariana e, como interveniente, o Governo de Estado.¹²² O documento divulgado possui 42 páginas e, dentre vários aspectos que causam estranhamento, está a inserção de projetos da Prefeitura de Mariana anteriores ao rompimento, como o “Estrada Parque – Caminhos da Mineração” e a definição de desapropriação das terras de Bento Rodrigues pelo Município de Mariana.

A gente fica com pé atrás [...] desapropriar? Dependendo do que for feito ali, pra eu entrar, eu vou ter que pagar? [...] aquilo ali [Bento] é nossa memória, eu vejo que não pode ser dessa forma. Tanto é que em audiência, aquela questão que a empresa vinha impondo, permuta (entregou a casa na Lavoura e lá seria deles), agora nós conseguimos: permuta não, não vai ter permuta! E aí eles vêm com desapropriação? [...] Pelo prazo do decreto, três anos vence agora dia 20 e justamente agora que está pra acontecer esse TAC, essa conversa do pessoal [sobre desapropriação]. É uma preocupação pra gente sim. A gente sabe como é difícil lidar com as empresas né, com quem tem o Capital. Eles acham que só o dinheiro vai resolver. Mas a gente vê que não é bem assim. É ruim pra gente, é doloroso? É. Mas se Deus quiser nós vamos conseguir. [...] Pra gente ter aquele espaço nosso. Porque nossa memória e nossa vida está toda ali. E até mesmo pra mostrar o que uma empresa pra minerar causou né. E que sirva também de exemplo para as outras (M. M., de Bento Rodrigues, informação oral).

Conforme a fala do morador, a proposta de “permuta” – ou seja, de negociação na qual a empresa, ao entregar uma nova casa no reassentamento, ficaria com a propriedade do antigo terreno no território atingido – já tinha sido alvo de debate e a negação da proposta entre os atingidos já era fato consumado. Mas, nesse momento, a desapropriação aparecia com uma outra roupagem, vinda do Poder Público e atrelada à preservação do patrimônio cultural e à criação de um Museu de Território e/ou Memorial, conforme já determinado nas ações movidas pelo Ministério Público

Após a polêmica gerada pela referida minuta de TAC, o MPMG convocou uma reunião pública realizada no dia 12 de setembro de 2019, em Mariana, com o objetivo de discutir a destinação de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. A reunião versou, principalmente, sobre o descomissionamento do dique S4 e os representantes dos poderes instituídos esquivaram-se da suposta elaboração de TAC sobre a destinação de uso dos territórios. Tiveram falas oficiais os representantes do Governo de Estado,

¹²² Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2019/09/proposta-de-desapropriacao-surpreende-moradores-de-mariana/>. Acesso em: 15 out. 2019.

da Prefeitura Municipal de Mariana, do MPMG e da empresa Eicon, que presta consultoria para o MPMG no que se refere às estruturas de mineração remanescentes no Complexo Germano. Na ocasião o Procurador da Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais deixou claro que não há previsão por parte do Estado em prorrogar a requisição administrativa concedida pelo Estado à empresa Samarco:

Esse prazo finda agora dia 21 de setembro de 2019. O Estado já tomou a decisão de não renovar essa requisição administrativa. A Samarco procurou o Estado recentemente, pretendendo mais três anos pra cumprir as obrigações que assumiu lá atrás e não cumpriu. E nós não vemos a viabilidade jurídica, não há legalidade em se fazer uma nova requisição, porque não existe hoje um perigo público iminente identificado lá atrás e também porque a época da requisição foi assinado lá atrás com a Samarco e as acionistas um termo de ajustamento de conduta que previa várias obrigações, inclusive, a de descomissionar o dique S4. (Procurador da Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais, informação oral).¹²³

Especificamente com relação ao dique S4 (que comporta cerca de 1 milhão de m³ de rejeito), o engenheiro que representada a empresa de consultoria do MP explicou que existem três alternativas de descomissionamento: de remoção total, parcial ou não remoção. Sendo que a remoção da estrutura deve considerar a remoção e tratamento dos rejeitos do reservatório e, evidentemente, os tempos são variáveis. O engenheiro também informou sobre a segurança das estruturas do Complexo Germano. Contudo, nenhum ator institucional presente se pronunciou sobre o descomissionamento (das barragens de Fundão, Santarém e Germano) ou sobre a remoção dos outros diques existentes no complexo (diques “cela”, “tulipa”, “celinha”; diques S1 e S3).

Todos os poderes constituídos naquela reunião pública esquivaram-se do suposto TAC sobre a destinação de uso de Bento Rodrigues, contudo, não foram enfáticos na defesa do descomissionamento total do dique S4, mesmo com diversos pronunciamentos de atingidos que evidenciaram ser este o anseio da maioria. E também não esclareceram sobre uma possível toxicidade dos rejeitos de minério ou quaisquer planos de remoção ou manejo desses rejeitos que garanta a completa segurança dos moradores.

Afinal: como falar em usos e apropriação nos territórios atingidos na forma como se encontram se a poeira dos rejeitos de minério pode causar danos à saúde

¹²³ Áudio gravado *in loco* para fins desta pesquisa. A reunião pública foi realizada no dia 12/09/2019.

da população, como parece demonstrar estudo recente contratado pelas próprias empresas responsáveis pelo desastre-crime?¹²⁴

De todo modo, o recado dos atingidos tem sido claramente contrário à permuta ou desapropriação das terras em Bento Rodrigues e contrário à manutenção do dique S4 que significou o alagamento de grande parte do território e sua transformação em uma nova barragem. Os protestos dos moradores contra o dique não refletem apenas uma afirmação pelo direito à propriedade privada, mas pelo direito à apropriação do território por eles, que se sentem pertencentes àquele lugar. O reassentamento coletivo em outro local não tira deles o desejo de retorno a Bento Rodrigues. Resta saber como e quando as empresas garantirão essa apropriação com total segurança, sem mais danos à saúde dos moradores.

Sob o contexto do direito à apropriação do território, as duas festas acompanhadas no território atingido de Bento Rodrigues durante este ano foram percebidas como momentos de luta dos moradores pela apropriação no território.

A primeira delas, ocorrida durante os dias 27 e 28 de julho de 2019 foi dedicada ao São Bento, santo padroeiro do subdistrito (figura 52). Na chegada em Bento no dia 27 à tarde, pudemos perceber que alguns dos moradores, do grupo “Loucos pelo Bento”, já estavam ali desde cedo organizando a festa: preparando as comidas, iluminando e enfeitando as ruas do percurso da procissão com bandeiras coloridas e preparando o local da celebração, ou seja, as ruínas da antiga Capela de São Bento que se encontram protegidas por uma tenda e um tablado.

A festa se iniciou no fim da tarde na única casa de Bento Rodrigues que ainda se encontra em possibilidade de uso, uma vez que os próprios moradores reconstituíram as janelas e portas, saqueadas logo após o rompimento da barragem. No entanto, como a energia elétrica foi cortada pelas empresas responsáveis pelo desastre como forma de inibir a ocupação dos moradores no território, atualmente os moradores precisam de geradores para cozinhar e organizar a festa. Até mesmo o chuveiro do banheiro foi confeccionado pelos moradores e a água é esquentada no fogão de lenha que fica aos fundos, no quintal da casa. Depois de uma primeira reza nessa casa, os moradores seguiram em procissão, juntamente com a banda de

¹²⁴ Disponível em: <https://apublica.org/2019/11/revelamos-o-alarante-estudo-escondido-pelo-governo-de-minas-e-pela-fundacao-renova/>. Acesso em: 05 nov. 2019.

Passagem de Mariana, até as ruínas da Capela, preparada com altar e a imagem de São Bento envolta com arranjos de flores. Depois da celebração, da queima de fogos e da “retreta” da banda em frente ao acesso da Capela, a procissão seguiu até a quadra, na parte alta do território, onde os moradores se reuniram para jantar.

A festa dedicada à Nossa Senhora das Mercês neste ano ocorreu entre os dias 21 e 22 de setembro. A celebração no domingo, dia 22 (figura 52), iniciou-se à tarde com a missa na Capela das Mercês. Depois da missa os moradores em procissão percorreram as principais ruas do subdistrito carregando a imagem de Nossa Senhora das Mercês e de Santo Antônio, um em casa andor, e foram também acompanhados pela banda. Depois do retorno à Capela para a benção final do padre e a descida da bandeira e do mastro, com queima de foguetes, os moradores seguiram para o almoço servido na quadra da comunidade.

Como podemos perceber, as festas seguem um rito e os moradores, mesmo com todas as dificuldades impostas violentamente pelas empresas (Samarco/Vale/BHP Billiton/ Fundação Renova), continuam buscando manter estes ritos nos territórios atingidos.

A festa autogerida pelos moradores de Bento Rodrigues desde o rompimento, como ato de resistência, ensina-nos que, a partir da troca, do conflito e do dissenso, será possível construir o debate sobre as possibilidades de usos. Usos que precisam ser o reflexo dos anseios das pessoas que pertencem àquele território para garantir a continuidade da apropriação, com segurança, sem colocar a saúde das pessoas em risco.

Eu não quero nem museu de território, nem memorial, nem tombamento, nem nada. Eu quero aquilo ali. Poder entrar e sair a hora que eu quiser, fazer o que eu quiser, porque eu estou no que é meu, entendeu? (S. Q., de Bento Rodrigues, informação oral).

[...] mesmo destruído, lá [Bento], pra gente, é o melhor lugar do mundo. E a gente quer manter lá. [...] Depois que o juiz liberou, aí sim. Hoje, ninguém segura a gente. A gente vai o dia que quer, fica o dia que quer, só não vai mais porque a gente trabalha. [...] Se a gente pudesse, morava lá. Nosso objetivo não era Lavoura, mas sabemos que lá eles não vão deixar (S. Q., de Bento Rodrigues, informação oral).

Figura 52: Festa de São Bento, Bento Rodrigues [27/07/2019]



Fonte: Autora.

Figura 53: Festa de Nossa Senhora das Mercês, Bento Rodrigues [22/09/2019]



Fonte: Autora.

Assim, antes da apresentação dos projetos de “memorial” (ou “museu de território”) – termo que aparece em diferentes documentos, como na ACP movida pelo Ministério Público e no TTAC gerado no âmbito da ACP movida pela União e Estados –, talvez fosse mais viável reconhecer qual o uso as pessoas que pertencem àquele território querem fazer daquele espaço e como possibilitar, inclusive, a diversidade e flexibilidade de usos. Um processo de construção coletiva que assuma como ponto de partida os conflitos, os dissensos e o aspecto mutável e de constante ressignificação no campo do patrimônio cultural.

E simplesmente a gente ia chegar do alto e ver a barragem e falar: ‘Ah, é aqui que era Bento Rodrigues’. [...] ia virar uma grande barragem. [...] Do jeito que está ali a gente pelo menos consegue andar, a gente consegue fazer as festividades, a gente leva as pessoas dentro das ruínas de São Bento, a gente entra, lembra de muitas coisas. [...] quando você entra, anda, você consegue ver (M. M., de Bento Rodrigues, grifo nosso, informação oral).

O relato acima do morador é emblemático no que se refere às relações de dominação e apropriação do território atingido. O receio da transformação de Bento Rodrigues em uma grande barragem denuncia a dominação das grandes empresas da mineração responsáveis pelo desastre-crime. Enquanto o sentimento de pertencimento àquele território – que mais do que marcas de lama está impregnado de histórias e memórias de seus moradores – mostra-se no seu desejo em andar, fazer as festividades, levar as pessoas nas ruínas da Capela devastada, entrar, lembrar-se de muitas coisas. Afinal, é a partir da apropriação daquele território pelos seus moradores que se apreende o espaço, acessam-se as histórias e memórias que estão ali impregnadas e constroem-se as narrativas.

Como diz Michel de Certeau (1998, p. 176), “essa história começa ao rés do chão, com passos”. A história não termina aqui. É na luta pelo direito à experiência coletiva de troca e debate (dissensual) dos sujeitos sobreviventes e resistentes que encontramos os caminhos emancipatórios nas cidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Qual o campo de forças estabelecido a partir do imbricamento entre cultura e território nas cidades patrimonializadas? Em que medida as relações de dominação são engendradas nos territórios e evidenciadas em situações de conflito? Como reconhecer as vivências, sobrevivências, existências e resistências que contrariam a ordem hegemônica e sugerem a luta por direitos e justiça social nas cidades? Cabe agora, a título de considerações finais, retornar às questões que nortearam esta pesquisa, assim como o objetivo central: investigar a relação dialética entre dominação e apropriação nas cidades e territórios, considerando que, em uma cidade *tombada*, ou seja, patrimonializada, os territórios são *tomados*, ora pelos interesses do mercado, ora pelos sujeitos e coletividades que vivenciam e apropriam-se dos espaços no cotidiano.

No primeiro capítulo, abordamos a problemática da tese, partindo do imbricamento entre os conceitos de cultura e território e trazendo referenciais teóricos de distintos campos do conhecimento – Arquitetura e Urbanismo, Geografia, Sociologia, Antropologia, Filosofia –, dada a complexidade do tema. Ao sugerirmos que os territórios nas cidades patrimonializadas (ou não) são tomados pelos interesses do mercado, enfatizamos, primeiramente, a dominação refletida nos grandes projetos de renovação urbana, tendência que, na esteira do neoliberalismo, é importada de modelos implantados nos países do Norte e na qual a cultura e o patrimônio cultural, via de regra, tornam-se instrumentos da ordem hegemônica, visando, muitas vezes, à gentrificação e a um turismo dirigido a grupos mais abastados. Nessas experiências, os consensos são forjados e os cenários são eleitos para serem espetacularizados, iluminados, visibilizados.

De forma dialética, existem outras expressões de dominação, de tomada dos territórios pelos interesses do mercado, com singularidades nas pequenas e médias cidades, no estado de Minas Gerais. Tal dominação demonstra-se na implantação dos empreendimentos da mineração que, ao eleger as áreas de interesse para exploração, coloca esses territórios à sombra. Ou seja, nesses casos, a estratégia consensual da ordem dominante não é a de visibilizar cenários, mas de ocultar, tornar opaco, invisibilizar “cantos”, demonstrando um contexto de racismo ambiental, colocando pessoas e o meio ambiente em risco e construindo um quadro de dependência entre as empresas mineradoras e os municípios, também fator de risco.

A última seção do primeiro capítulo teórico, sugeriu o reconhecimento dos territórios tomados, ou apropriados, pelos sujeitos e coletividades. Nesse sentido, trouxe como aporte teórico reflexões acerca das vivências e resistências que caminham para a construção de debates e ações contra-hegemônicas nas cidades, não apenas no plano teórico, mas também a partir da discussão de experiências práticas, a exemplo de propostas no campo do planejamento territorial. Na contramão dos modelos hegemônicos, em que o *modus operandi* é baseado nas estratégias consensuais, entendemos como pontos fundamentais o reconhecimento do dissenso, do conflito e as trocas sociais entre os muitos outros sujeitos sociais que se apropriam dos territórios em suas vivências cotidianas.

Ainda que o primeiro capítulo tenha abordado a problemática da tese por um viés essencialmente teórico, é importante notarmos que os conceitos e referenciais para embasar as reflexões foram definidos a partir da realidade prática (práxis) e do tempo presente. Ou seja, foi a partir da vivência no município de Mariana que percebemos a importância de investigar outras formas de dominação que não aquelas mais evidentes nas cidades patrimonializadas. Mariana é um exemplo típico de cidade patrimonializada e vem sendo explorada pela mineração, carregando marcas das relações de dominação em diferentes momentos históricos e, particularmente na contemporaneidade, quando se torna palco de um desastre-crime socioambiental sem precedentes no Brasil e no mundo: o rompimento da barragem de rejeitos de minério denominada Fundão, sob responsabilidade das empresas Samarco/Vale/BHP Billiton, em cinco de novembro de 2015.

O segundo capítulo apresentou o histórico de formação de Mariana, município definido como estudo de caso e, mesmo que não tenha sido descrito em minúcias, revelou dois momentos chaves por propiciarem o levantamento de importantes questões: o primeiro foi o processo de patrimonialização do conjunto urbano de Mariana, em 1938, que coincidiu com a gênese da institucionalização da proteção ao patrimônio cultural no Brasil e foi, portanto, o momento de representação da cidade *tombada*. Pode ser considerado um processo de institucionalização que forjou consensos em torno da criação de uma identidade nacional e considerou-se, portanto, fundamental, aprofundar o debate sobre a patrimonialização das cidades hoje, frente às dinâmicas contemporâneas que estão em constante alteração e ressignificação pelos muitos e diversos sujeitos. Entendemos como importante, a problematização das ideias e narrativas em torno do campo patrimonial, construídas pelos atores

institucionais que participam atualmente das ações de preservação em Mariana e revelar os conflitos e dissensos presentes nessa arena política.

O segundo momento chave relacionado à formação de Mariana, iniciou-se com a implantação das empresas mineradoras a partir da década de 1970, quando ocorreu uma expansão e um adensamento urbano na sede do município, acompanhados por um esvaziamento dos distritos, subdistritos e localidades rurais. Tal esvaziamento corroborou as estratégias das empresas mineradoras de ocultar, invisibilizar, não apenas os riscos que a atividade causa, mas também os próprios territórios onde era feita a exploração. É esta a realidade dos distritos, subdistritos e localidades rurais de Mariana que foram atingidos pelo rompimento da barragem de rejeitos de minério do Fundão. São territórios, muitas vezes, “esquecidos” pelos poderes públicos, o que colabora com o processo de dominação da mineração.

Com relação aos caminhos metodológicos traçados, é importante destacarmos que, para além do referencial bibliográfico e técnico que abordou as dinâmicas territoriais de Mariana – principalmente em sua sede – e de matérias jornalísticas recentes, as entrevistas aos atores institucionais locais que participam das atuais tomadas de decisão, foram fundamentais para uma leitura institucional do município no tempo presente. Mais uma vez, vale reforçarmos os conflitos e os dissensos, no sentido de entendermos que a dialética dominação-apropriação entremeia os muitos sujeitos. Esse capítulo também já introduziu algumas falas dos atingidos, para provocar reflexões sobre os saberes historicamente marginalizados no campo político, no técnico e no da produção do conhecimento. E foram essas vozes que ganharam destaque no capítulo subsequente.

O terceiro capítulo abordou o desastre-crime, que não se mostra só premeditado, como também continuado. Nesse sentido, a primeira parte mostrou, principalmente a partir das falas dos moradores atingidos, como a “chegada” da lama de rejeitos de minérios atingiu cada um dos distritos, subdistritos ou localidades rurais de Mariana: Bento Rodrigues, Camargos, Bicas, Ponte do Gama, Paracatu de Cima, Paracatu de Baixo, Pedras e Campinas. No fim dessa sessão, foram apresentadas as principais ações civis públicas movidas contra as empresas e alguns documentos gerados no âmbito dessas ações que esclarecem aspectos relacionados aos processos de reparação e de compensação em curso desde então. Prosseguimos com o olhar dos moradores atingidos sobre a desterritorialização e as rupturas nos seus modos de vida. Enquanto antes prevalecia um cotidiano fortemente atrelado às

práticas agrícolas e pecuárias, ao contato com os rios, cachoeiras e ao meio natural de uma forma geral, hoje centenas de famílias – majoritariamente de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo – estão vivendo na sede urbana do município, aguardando os reassentamentos coletivos, ainda muito longe de se tornarem realidade. A situação de reassentamento familiar no mesmo terreno tomado pela lama de rejeito foi também colocada em discussão, a partir de falas de moradores de Borba. De uma forma geral, as empresas Samarco/Vale/BHP Billiton/Fundação Renova engendram em Mariana um quadro de dominação e contínua violação de direitos, dentre os quais o direito à apropriação dos territórios atingidos. Além disso, ignoram rupturas nos modos de vida pré-existentes, ignoram a autonomia dos moradores quanto a diversas definições, como no uso (presente e futuro) dos territórios atingidos, bem como ignoram a destruição de importantes espaços de sociabilidade que foram devastados pelos rejeitos e, até o momento, não reconstituídos.

Considerando ser uma pesquisa que tratou de questões no campo do patrimônio cultural, optamos por abordar como esse tema insere-se nos processos de reparação e de compensação em curso no município de Mariana. Mesmo com os desafios em se aprofundar na leitura sobre esses processos, por estar em curso e em constante transformação, levantamos questionamentos quanto ao caráter exógeno (e não endógeno) da maior parte das ações no campo do patrimônio cultural. Quando muito, os moradores são convidados a participarem de processos com viés técnico e com referências, métodos e instrumentos pré-estabelecidos, mas não são protagonistas na construção de uma ideia própria sobre o que é patrimônio, o que proteger, por que proteger, como proteger, etc. Por parte da empresa, por exemplo, é clara a estratégia em marcar a relação de dominação quando contrata uma profissional de renome para elaborar um projeto de intervenção na Capela de São Bento (Bento Rodrigues) sem nenhum diálogo prévio com os moradores que cuidaram daquele bem por tantos anos. Da mesma forma, privilegiar ações reparativas ou compensatórias nos bens materiais móveis e imóveis representativos da religiosidade católica, de forma desassociada de discussões sobre apropriação e ressignificação, reafirma o modelo hegemônico da patrimonialização brasileira, implantado na década de 1930, já alvo de inúmeras críticas, conforme expresso na própria Constituição Federal de 1988.

Outra discussão proposta neste capítulo estava relacionada aos descaminhos do empreendedorismo da Fundação Renova, criada pelas empresas

Samarco/Vale/BHP Billiton para a reparação e compensação dos danos ocasionados pelo desastre-crime. A Fundação vem assumindo um papel de protagonista em diferentes campos, a exemplo da elaboração dos planos pedagógicos das escolas públicas, da revisão do plano diretor do município e da requalificação urbana do espaço público com maior apropriação pelos moradores no centro histórico, o chamado “Jardim” (Praça Gomes Freire). O quadro de dependência entre empresas mineradoras e município, devido à arrecadação dos royalties, agora se reverte num outro tipo de “dependência”. Reforçou-se, ainda, a ideia de que quem define atualmente quais serão as ações compensatórias no município, e como serão implantadas, não são moradores, mas sim atores institucionais específicos.

Dialeticamente, práticas sociais cotidianas nos territórios atingidos pelo rompimento da barragem do Fundão em Mariana puderam ser apreendidas, enquanto experiências de troca social, conflito e dissenso entre os diferentes grupos sociais e enquanto instrumentos de luta e resistência. As falas dos moradores atingidos, coletadas nas entrevistas, bem como recortes de reportagens do Jornal A Sirene – principal ferramenta de comunicação pública da população atingida – revelaram-nos outras “ideias” de cidade e de território que partem dos sujeitos e grupos sociais que se apropriam no cotidiano dos espaços. São esses “muitos outros” os protagonistas, que sobrevivem e resistem nos territórios *tomados* pela mineração.

A festa, inserida no cotidiano dos territórios atingidos de Mariana e momento essencial de encontro de corpos nos espaços comuns e, portanto, de *apropriação*, reafirma o sentimento de pertencimento dos moradores atingidos e o desejo pelo reestabelecimento dos modos de vida devastados. A festa foi, portanto, investigada numa perspectiva de *experiência etnográfica* nas diversas localidades atingidas. Em Paracatu de Baixo, cuja população foi deslocada compulsoriamente para a sede municipal, a festa é o momento do (re)encontro, enquanto, nas localidades de Ponte do Gama, Pedras e Campinas, os moradores lamentam as rupturas nos vínculos sociais e afetivos, o esvaziamento e o isolamento ocorridos em suas festas e, inclusive, o aumento da violência decorrente desse isolamento. Já, em Bento Rodrigues, a festa é uma ferramenta de luta contra a desapropriação ou a tomada do território atingido por atores externos, quer seja a empresa, que possivelmente, vislumbra transformar aquele espaço numa grande barragem; quer sejam entes institucionais, que parecem mais preocupados em explorar um turismo de tragédia.

Com todas as dificuldades de se fazer pesquisa no atual contexto brasileiro, e abordando uma realidade complexa, conflitual, em constante transformação e infindável de informações e afetações possíveis, esta tese não teve a pretensão de trazer verdades ou proposições. Levantamos e discutimos questões para contribuir com o debate em torno das relações de dominação e apropriação, particularmente, nas pequenas e médias cidades patrimonializadas no Brasil. Além disso, pretendemos incentivar cada vez mais investigações centralizadas nos sujeitos – e em suas práticas de apropriação e ressignificação cotidiana –, tanto no campo do patrimônio cultural, como nos campos do planejamento territorial e/ou da gestão e produção dos espaços. Particularmente no que se refere ao desastre-crime ocorrido em Mariana e ao contínuo refreamento de direitos engendrado no município, num contexto de disputas simbólicas, pretendemos enfatizar a importância da autonomia dos moradores atingidos nas tomadas de decisão dentro dos processos de reparação e compensação, o que exige mecanismos para a garantia do protagonismo destes sujeitos e a total transparência e diálogo horizontalizado das empresas e entes públicos na condução de suas ações, diferentemente do que está sendo traçado até o momento. Dentre os vários direitos que compõe a luta diária dos atingidos na cidade de Mariana, destacamos o direito à apropriação dos territórios, direito que tem sido constantemente violado pelas empresas mineradoras, desde a tomada do território pela exploração dos minérios, ao derrame dos rejeitos destruindo modos de viver e à constante reafirmação da relação de dominação que continua a gerar incertezas e inseguranças para muitos e lucro para poucos. Neste sentido, evocamos os conflitos, confrontos, disputas, festas, encontros, troca social, vivências e resistências nas multipliCidades.

*Tantas cidades no mapa... Nenhuma, porém, tem mil anos.
E as mais novas, que pena: nem sempre tão lindas.
Como fazer uma cidade? Com que elementos tecê-la? Quantos fogos terá?
Nunca se sabe, as cidades crescem,
mergulham no campo, tornam a aparecer.
O ouro a dissolve, restam navetas de ouro.
Ver tudo isso do alto: a ponte onde passam os soldados
(que vão esmagar a última revolução)
o pouco onde trocar de animal; a cruz arcando o encontro dos valentes;
a pequena fábrica de chapéus; a professora que tinha sardas...
Esses pedaços de ti, América, partiram-se na minha mão.
A criação espantada
não sabe juntá-los.*

[trecho do poema América, de Carlos Drummond de Andrade, 1945]

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Mariana, novembro de 2015: a genealogia política de um desastre. In: ZHOURI, A. (Org.). *Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*. Marabá-PA: Editorial iGuana, 2018.

ACSELRAD, Henri. Discursos da sustentabilidade urbana. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n.1, Rio de Janeiro, maio, 1999. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/27>. Acesso em: 29 out. 2019.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília; BEZERRA, Gustavo. *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Geramond, 2009.

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGÊNCIA BRASIL. *Promotores do MP de Minas que investigavam tragédia em Mariana são substituídos*. Publicação em 07 dez. 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-12/promotores-do-mp-de-minas-que-investigavam-tragedia-em-mariana-sao>. Acesso em 15 out. 2019.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS. *Renda do trabalho do 1% mais rico é 34 vezes maior que da metade mais pobre*. Publicação em 16 out. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25702-renda-do-trabalho-do-1-mais-rico-e-34-vezes-maior-que-da-metade-mais-pobre>. Acesso em: 23 out. 2019.

AGÊNCIA NACIONAL DA MINERAÇÃO. *ANM publica nova norma para barragens de mineração*. Publicação em 12 ago. 2019. Disponível em: <http://www.anm.gov.br/noticias/anm-publica-nova-norma-para-barragens-de-mineracao>. Acesso em: 24 out. 2019.

AGÊNCIA NACIONAL DA MINERAÇÃO. *Resolução nº 4*. Publicação no Diário Oficial da União em 15 fev.2019. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/63799094/do1-2019-02-18-resolucao-n-4-de-15-de-fevereiro-de-2019-63799056. Acesso em: 24 out. 2019.

AGÊNCIA PÚBLICA. *Revelamos o alarmante estudo escondido pelo Governo de Minas e pela Fundação Renova*. Publicação em 04 nov. 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/11/revelamos-o-alarmante-estudo-escondido-pelo-governo-de-minas-e-pela-fundacao-renova/>. Acesso em: 05 nov. 2019.

ANDRADE, Carlos Drummond. *As impurezas do branco*. Rio de Janeiro: Livraria Olympio Editora, 1974.

ANDRADE, Carlos Drummond. *Menino Antigo*. Rio de Janeiro: Livraria Olympio Editora, 1973.

ANDRADE, Carlos Drummond. *A rosa do povo*. Rio de Janeiro: Livraria Olympio Editora, 1945.

ANDRADE, Carlos Drummond. *Alguma Poesia*. Belo Horizonte: Ed. Pindorama, 1930.

ARANTES, Antônio. O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana. *Revista Habitus*. Goiânia, v. 4, n. 1, p. 425-435, 2006

ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARAÚJO, Patrícia. Uma cidade em cena: folganças carnavalescas na Mariana do século XIX. In: GONÇALVES, Andrea; OLIVEIRA, Ronald (org.). *Termo de Mariana: história e documentação vol II*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. *Ensaio sobre o conceito de cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BBC. *Sobreviventes de desastre de Mariana sofrem preconceito, e moradores pedem volta da Samarco*. Publicação em 30 out. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41798753>. Acesso em: 23 out. 2019.

BDMG. *Economia Mineira: diagnósticos e perspectivas*. Belo Horizonte, v. VI., 1989.

BRASIL. Congresso. *Lei nº 12.334*. Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens e altera a redação do art. 35 da Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e do art. 4o da Lei no 9.984, de 17 de julho de 2000. Brasília, DF, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2010/Lei/L12334.htm. Acesso em: 23 out. 2019.

BRASIL. Congresso. *Lei nº 10.257*. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 29 out. 2019.

BRASIL. Constituição. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09 ago. 2019.

BRASIL. Congresso. *Decreto-lei nº 25*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília, DF, 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm. Acesso em: 09 ago. 2019.

BRASIL. Constituição. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 1934. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 09 ago. 2019.

BRAUDEL Fernand. História e Ciências Humanas. A longa duração. In: BRAUDEL F. *Escritos sobre a história*. São Paulo, Perspectiva, 1978.

CALABARE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.

CAMPOS, Helcio. *Transformações urbanas recentes em Tiradentes: Anos 80 e 90 do século XX*. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, USP. São Paulo, 2006.

CARSALADE, Flávio. Dualidades patrimoniais. *Revista Oculum*. Campinas, mai./ago., 2017. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/view/3870>. Acesso em: 27 out. 2019.

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 45, jul., 1996.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHAUI, Marilena. *Cidadania Cultural: o direito à cultura*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHAUI, Marilena. *Conformismo e resistência*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2014.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 4ª ed. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

CHUVA, Márcia. Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002. Iphan 1937 - 2017. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 35, 2017.

COSTA et al. A Tragédia Do Rio Doce: A Lama, O Povo e a Água. Relatório de Campo e Interpretações Preliminares Sobre as Consequências do Rompimento da Barragem de Rejeitos de Fundão (Samarco/Vale/Bhp). *Revista do Departamento de Geografia/Programa de Pós-graduação em Geografia*. UFMG - Edição Especial. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEBORD, Guy. Relatório sobre a construção de situações e sobre as condições de organização e de ação da tendência situacionista internacional. In: JACQUES, P. (org.). *Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *A sobrevivência dos vagalumes*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

DUSSEL, Enrique. *Ética da Libertação na idade da globalização e da exclusão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

ESTADO DE MINAS. *Mineradoras financiam políticos*. 15 nov., 2015. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/15/interna_gerais,708080/mineradoras-financiam-politicos.shtml. Acesso em: 08 out. 2019.

ESTADO DE MINAS. *Sobreviventes da tragédia de Mariana relatam saques em Bento Rodrigues*. 02 dez. 2015. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/12/02/interna_gerais,713352/sobreviventes-da-tragedia-de-mariana-relatam-saques-em-bento-rodrigues.shtml. Acesso em: 14 out. 2019.

ESTADO DE MINAS. *Mineradoras podem ter mais tempo para desmontar barragens do mesmo modelo de Brumadinho*. Publicação em 14 ago. 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/08/14/interna_gerais,1077308/minas-pode-dar-mais-tempo-para-empresas-descomissionarem-barragens.shtml. Acesso em: 24 out. 2019.

ESTADO DE MINAS. *Samarco briga por dique em Bento Rodrigues que tem de ser desmontado*. Publicação em 14 set. 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/09/14/interna_gerais,1085164/samarco-tenta-manter-dique-em-bento-rodrigues-que-tem-de-ser-desmontad.shtml. Acesso em: 15 out. 2019.

ESTADO DE MINAS. *Superintendente do Iphan em Minas é exonerada e prefeitos de cidades históricas tentam reverter decisão*. 26 set. 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/09/26/interna_gerais,1088156/superintendente-do-iphan-em-mg-e-exonerada-e-prefeitos-tentam-reverter.shtml. Acesso em: 24 out. 2019.

FERNANDES, Edésio. *Direito Urbanístico e política urbana no Brasil*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

FERNANDES, Edésio. *Política Urbana na Constituição Federal de 1988 e além: implementando a Agenda da Reforma Urbana no Brasil*. *Fórum de Direito Urbano e Ambiental*, Belo Horizonte, v. 7, n. 42, p. 48-57, Nov./dez., 2008.

FERREIRA, Lorene; FERREIRA, Luiz. *Festas Religiosas: uma manifestação cultural de Mariana*. Ouro Preto: Editora ETFOP, 2009.

FISHER, Mônica. *Mariana: os dilemas da preservação histórica num contexto social adverso*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1993.

FORBES. *Blacklisting Venice to save it from too many tourists and too few venetians*. 29 mai. 2017. Disponível em:

<https://www.forbes.com/sites/ceciliarodriguez/2017/05/29/blacklisting-venice-to-save-it-from-too-many-tourists-and-too-few-venetians/#949f2281e505>. Acesso em: 16 fev. 2018.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Mariana: gênese e transformação de uma paisagem cultural*. Dissertação (Mestrado). Instituto de Geociências. Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais. Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG. Belo Horizonte, 1995.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/MinC/Iphan, 2017.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana*. Belo Horizonte, 1974.

FUNDAÇÃO RENOVA. Publicação em 22 mar. 2019a. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/noticia/plano-diretor-e-mapa-cartografico-de-mariana-mg-serao-revisados/>. Acesso em: 22 out. 2019.

FUNDAÇÃO RENOVA. Hora de Avançar – carta aberta à população de Mariana. Publicação em 16 jul. 2019b. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/noticia/hora-de-avancar-carta-aberta-a-populacao-de-mariana/>. Acesso em: 22 out. 2019.

FRIEDMANN, John. *Planificación em el ámbito público*. Madrid: Ministerio para las Administraciones Públicas, 1991.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1978.

GESTA. Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais. Belo Horizonte: UFMG, 2018. Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2018/10/representacao-gesta-reparacao-mariana.pdf>. Acesso em: 20 out. 2019.

GONÇALVES, Andréa Lisly. Algumas perspectivas da Historiografia sobre Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.

GONÇALVES, José Reginaldo. *A retórica da perda*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.

G1. Samarco é flagrada desmatando área de mata atlântica em MG. Publicação em 03 jun. 2016a. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2016/06/samarco-e-flagrada-desmatando-area-de-mata-atlantica-em-mg.html>. Acesso em: 20 out. 2019.

G1. Prefeito de Mariana sabia de fraude em licitação ligada a secretário, diz MP. 09 set. 2016b. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2016/09/prefeito-de-mariana-sabia-de-fraude-em-licitacao-ligada-secretario-diz-mp.html>. Acesso em: 23 out. 2019.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. X Encontros de Geógrafos da América Latina. Anais [...]. São Paulo, USP, p. 6774-6792, 2005.

Disponível em:

<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Conceptuales/19.pdf>. Acesso em: 14 out. 2019.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 2007.

HARVEY, David. *Cidades Rebeldes*: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes Editora, 2014.

HOJE EM DIA. Parecer do Iphan pode barrar construção de dique para conter lama da Samarco. Publicação em 09 jun. 2016. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/parecer-do-iphan-pode-barrar-construção-de-dique-para-conter-lama-da-samarco-1.390395>. Acesso em: 20 out. 2019.

HOLLOWAY, John. *Carck Capitalism*. New York: Pluto Press, 2010.

HOLSTON, James. Espaços de cidadania insurgente. *Cidadania. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 24, p. 243-253, 1996.

HOLSTON, James. *Cidadania insurgente*: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ICOMOS et al. Dossiê de Tombamento de Bento Rodrigues. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <http://patrimoniocultural.blog.br/wp-content/uploads/2019/06/DOSSIE-BENTO-ICOMOS-2019.pdf>. Acesso em: 28 out. 2019.

INSTITUTO PRÍSTINO. *Referente à Revalidação da Licença Operacional da Barragem de Rejeitos do Fundão*. SAMARCO MINERAÇÃO S/A, 2013. Disponível em:

<http://www.meioambiente.mg.gov.br/images/stories/URCS_SupramCentral/RioVelhas/69/9.1-laudo-tecnico.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2015.

JACKSON, Peter. *Maps of Meaning: an introduction to cultural geography*. London: Unwin Hyman, 1989.

JACQUES, Paola. *Apologia da deriva*: escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

JACQUES, Paola. Zona de tensão: em busca de micro-resistências urbanas. In: JACQUES, Paola; BRITTO, Fabiana (org.). *Corpocidade*: debates, ações e articulações. Salvador: EDUFBA, 2010.

JACQUES, Paola. *Elogio aos errantes*. Salvador: EDUFBA, 2012.

JACQUES, Paola; JEUDY, Henri. *Corpos e cenários urbanos*. Salvador: EDUFBA, 2006.

JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das Cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

JORNAL A SIRENE. Ed. 2, abr. 2016. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br>. Acesso em: 22 out. 2019.

JORNAL A SIRENE. Ed. 3, jun. 2016. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br>. Acesso em: 22 out. 2019.

JORNAL A SIRENE. Ed. 4, jul. 2016. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br>. Acesso em: 22 out. 2019.

JORNAL A SIRENE. Ed. 5, ago. 2016. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br>. Acesso em: 22 out. 2019.

JORNAL A SIRENE. Ed. 16, jul. 2017. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br>. Acesso em: 22 out. 2019.

JORNAL A SIRENE. Ed. 41, set. 2019. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br>. Acesso em: 22 out. 2019.

JORNAL PANFLETUS. Pedido à ACADEPOL para treinar a guarda municipal no processo de armamento é oficializado durante audiência da Câmara Municipal de Mariana. Publicação s/d. Disponível em: <http://www.jornalpanfletus.com.br/noticia/220/pedido--acadepol-para-treinar-a-guarda-municipal-no-processo-de-armamento--oficializado-durante-audincia-da-cmara-municipal-de-mariana>. Acesso em: 22 out. 2019.

JORNAL VOZ ATIVA. Matéria Especial: Revitalização da Praça Gomes Freire nem começou e já causa polêmica em Mariana-MG Publicação em 27 set. 2019. Disponível em: <https://jornalvozativa.com/noticias/materia-especial-revitalizacao-da-praca-gomes-freire-nem-comecou-e-ja-cao-polemica-em-mariana-mg/>. Acesso em: 22 out. 2019.

LE GOFF, Jacques. Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1988.

LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1991.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Centauro, 2011.

LEROY, Jean Pierre. Flexibilização de direitos e justiça ambiental. In: ZHOURI, A.; VALENCIO, N. (Orgs.). *Formas de matar, de morrer e de resistir*: Limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LIMA, Kleverson. Relatório de História. In: POLEN. *Diagnóstico Preliminar dos Bens Culturais Identificados no Território Atingido em Mariana pelo Rompimento da Barragem de Fundão*. Mariana, 2017.

MAGNANI, José Guilherme. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.17, n. 49, p.11-29, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092002000200002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 14 out. 2019.

MAGNANI, José Guilherme. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

MANSUR *et al.* Antes Fosse Mais Leve a Carga: introdução aos argumentos e recomendações referente ao desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. In: ZONTA, M.; TROCATE, C. (org.). *A questão mineral no Brasil Vol. 2: Antes Fosse Mais Leve a Carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton*. Marabá: Editorial Iguana, 2016.

MARIANA. *Programa Mariana Presente e Futuro: Unir para Crescer*, v. 1, jul., 2017. Disponível em: http://www.pmmariana.com.br/uploads/prefeitura_mariana_2018/Mariana%2020.pdf. Acesso em: 16 out. 2019.

MARICATO, Ermínia. Brasil, *Cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2013.

MARQUES, M; NOGUEIRA, S. De quem é essa terra? Os impactos sócio-espaciais da mineração pós-rompimento da barragem de Fundão em Mariana/MG. XVII ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, *Anais[...]*, São Paulo, 2017.

MARX, Murilo. *Cidade no Brasil: Terra de quem?* São Paulo: Ed. USP/NOBEL, 1991.

MATEUS, Bruno. Mineradoras bancaram 102 deputados eleitos por Minas Gerais em 2014. *O Tempo*. jan., 2019. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/politica/mineradoras-bancaram-102-deputados-eleitos-por-minas-gerais-em-2014-1.2129410>>. Acesso em: 08 out. 2019.

MOTA, Camila. Sobreviventes de desastre de Mariana sofrem preconceito, e moradores pedem volta da Samarco. *BBC News*. out., 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41798753>>. Acesso em: 12 out. 2019.

MENESES, Ulpiano. A Cidade como Bem Cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. *Patrimônio: atualizando o debate*. Rio de Janeiro: Iphan, 2006.

MENESES, Ulpiano. Repovoar o patrimônio cultural urbano. In: *Patrimônio: desafios e perspectivas. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 36, 2017.

MERLEAU-PONTY, M. *Conversas-1948*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MILANEZ, B.; SOUZA, T.; CARNEIRO, K.; ROLAND, M. LOSEKANN, C. In: Losekann, C. e MAYORGA, C. (Orgs.) *Desastre na bacia do Rio Doce: desafios para a universidade e para instituições estatais*. Rio de Janeiro: Folio Digital; Letra e Imagem, 2018.

MIRAFETAB, Faranak. Insurgent planning: situating radical planning in the globalsouth. *Planning Theory*. v. 8, n. 1, 2009.

MORAES, Fernanda. A rede urbana das Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, USP. São Paulo, 2006.

MOTTA, Lia. A Sphan em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. n. 22, 1987.

MONTE-MOR, Roberto. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. *Revista Paraense de Desenvolvimento*. Curitiba, n. 111, p. 09-18, jul./dez., 2006.

MPMG. 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Mariana/MG. *Inquéritos Civis n. 0400.15.000306-1 e n. 0400.15.000307-9*. 2015. Assinatura em 10 dez. 2015.

Disponível em:

https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/25/Acao%20Civil%20Publica%20-%20MPMG%20-%202%20PJ%20MARIANA%20-%20IC%200400_15_00306-1%20e%200400_15_000307-9.pdf. Acesso em: 15 out. 2019.

MPF. *Ação Civil Pública n. 0023863-07.2016.4.01.3800.2016*. Assinatura em 28 abr. 2016a. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>. Acesso em: 15 out. 2019.

MPF. *MPF entra com ação para total reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem da Samarco*. Publicação em 03 mai. 2016b. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/mpf-entra-com-acao-para-total-reparacao-dos-danos-sociais-ambientais-e-economicos-causados-pelo-rompimento-da-barragem-da-samarco-1>. Acesso em: 15 out. 2019.

MPF. *MPF denuncia 26 por tragédia em Mariana (MG)*. Publicação em 20 out. 2016c. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/mpf-denuncia-26-por-tragedia-em-mariana-mg>. Acesso em: 15 out. 2019.

NASCIMENTO, Alexandre. Recife, a noiva da revolução: entre os circuitos espaciais da inclusão/exclusão e a resistência urbana contemporânea. *Revista Brasileira de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos*. v.17, n. 3, p. 49-67, set./dez., 2015.

NEVES *et al.* *PRISMMA: Diagnóstico de Saúde das Famílias Atingidas pelo Rompimento da Barragem de Fundão em Mariana*. Belo Horizonte: Corpus, 2018.

Disponível em:

<https://www.dropbox.com/s/xcf9eipofg3qd9y/Relatorio%20PRISMMA.pdf?dl=0>.

Acesso em: 17 out. 2019.

NOVAIS, Pedro. *Uma estratégia chamada "Planejamento Estratégico": deslocamentos espaciais e atribuição de sentidos na Teoria do Planejamento Urbano*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.

O ESTADO DE S. PAULO. Dinheiro de obra em favela foi para o Museu do Amanhã.

26 abr. 2017. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,dinheiro-de-obra-em-favela-foi-para-museu-do-amanha,70001752056>.

Acesso em: 06 jun. 2019.

PASSOS, Flora. O espetáculo dos espaços públicos: vivências e expressões culturais na Zona Portuária do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos*, v.16, n. 2, p.81-96, nov., 2014.

PASSOS, Flora Lopes; COELHO, Polyana; DIAS, Adelaide. (Des)territórios da mineração: planejamento territorial a partir do rompimento em Mariana, MG. *Cadernos MetrÓpole*, v.19, n. 38, p. 269-297, 2017.

PEIXOTO, Paulo. Tudo o que é sólido se sublima no ar: políticas públicas e gestão do patrimônio. In: CYMBALISTA, Renato; FELDMAN, Sarah; KUHL, Beatriz. *Patrimônio Cultural: memórias e intervenções urbanas*. São Paulo: Annabkume, 2017.

PEREIRA, J. *et al. Zoneamento Ecológico-Econômico de Minas Gerais: Índices de fatores condicionantes do ZEE para mineração no estado de Minas Gerais*. Lavras: UFLA, 2008.

PIAUÍ. Vítimas de Mariana cobram R\$ 25 bi de mineradora BHP na Inglaterra. 13 set. 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/vitimas-de-mariana-cobram-r-25-bi-de-mineradora-bhp-na-inglaterra/>. Acesso: 13 out. 2019.

PÓLEN. *Diagnóstico Preliminar dos Bens Culturais Identificados no Território Atingido em Mariana pelo Rompimento da Barragem de Fundão*. Mariana, MG: 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA. Mariana terá plano inédito para desenvolvimento sustentável até 2030. Publicação em 20 out. 2015. Disponível em: <https://www.mariana.mg.gov.br/noticia/2859/mariana-tera-plano-inedito-para-desenvolvimento-sustentavel-ate-2030>. Acesso em: 22 out. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA. Mariana Presente Futuro: unir para crescer (Resumo Geral). Publicação em 27 jul. 2017a. Disponível em: http://www.pmmariana.com.br/uploads/prefeitura_mariana_2018/Mariana%2020.pdf. Acesso em: 22 out. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA. Município terá programa de desenvolvimento sustentável. Publicação em 01 ago. 2017b. Disponível em: <http://www.mariana.mg.gov.br/noticia/3986/mariana-tera-programa-de-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 22 out. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA. *Moradores de distritos de Mariana participam de simulado de rompimento de barragem*. Publicação em 19 set. 2019. Disponível em: <http://www.mariana.mg.gov.br/noticia/5571/moradores-de-distritos-de-mariana-participacao-de-simulado-de-rompimento-de-barragem>. Acesso em: 24 out. 2019.

RABELLO, Sônia. *O Estado na Preservação de Bens Culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro: Iphan, 2009.

RIBEIRO, Ana Clara. Dança de sentidos: na busca de alguns gestos. In: JACQUES, Paola; BRITTO, Fabiana (org.). *Corporalidade: debates, ações e articulações*. Salvador: EDUFBA, 2010.

RIBEIRO, Ana Clara. Homens Lentos, Opacidades e Rugosidades. *Redobra*. Salvador, n. 9, p. 58-71, 2012. Disponível em: <http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2012/04/redobra9_Homens-Lentos-Opacidades-e-Rugosidades.pdf> Acesso em: 14 out. 2019.

SÁNCHEZ, Fernanda. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. 2. ed. Chapecó: Argos, 2010.

SÁNCHEZ, Fernanda. *Cidade Espetáculo: política, planejamento e city marketing*. Curitiba: Palavra, 1997.

SANT'ANNA, Márcia. A cidade-patrimônio no Brasil: lições do passado e desafios contemporâneos. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Iphan 1937-2017, n. 35, 2017.

SANT'ANNA, Márcia. *Da cidade monumento à cidade documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil – 1937-1990*. Salvador: Oiti Editora, 2014.

SANT'ANNA, Márcia. A Recuperação do Centro Histórico de Salvador: origens, sentidos e resultados. *Revista de Urbanismo e Arquitetura – RUA*, v. 6, n. 1, 2003. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3231>. Acesso em: 13 out. 2019.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: *Revista Crítica de Ciências*, 63, out. 2002. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Sociologia_das_ausencias_RC_CS63.PDF. Acesso em: 13 ut. 2019.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal. *Revista Novos Estudos*, n. 79, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n79/04.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2018.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.; SILVEIRA, M. *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Milton. *Da Totalidade ao Lugar*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, Milton. *Ensaio sobre a Urbanização Latino-Americana*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

SANTOS, Milton et al. O papel ativo da Geografia: Manifesto. XII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, Florianópolis, jul., 2000.

SANTOS, Rodrigo; MILANEZ, Bruno. A construção do desastre e a “privatização” da regulação mineral: reflexões a partir do caso do vale do rio Doce. In: ZHOURI, A. (Org.). *Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*. Marabá: Editorial iGuana; ABA, 2018.

SANTOS, Rodrigo; WANDERLEY, Luiz. Dependência de Barragem, Alternativas Tecnológicas e a Inação do Estado: repercussões sobre o monitoramento de barragens e o licenciamento do Fundão. In: ZONTA, M.; TROCATE, C. (org.). *A questão mineral no Brasil Vol. 2: Antes Fosse Mais Leve a Carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton*. Marabá: Editorial iGuana, 2016.

SASSEN, Saskia. *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2016.

SERRA, Cristina. *Tragédia em Mariana: a história do maior desastre ambiental do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SIMÃO, Cristina. Diferentes olhares sobre a preservação das cidades: entre os dissensos e os diálogos dos moradores com o patrimônio. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROURB-UFRJ). Rio de Janeiro/Ouro Preto, 2017.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. *De volta à cidade*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2006.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas; a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOUZA, Leonardo Andrade de. *Diagnóstico do meio físico como contribuição ao ordenamento territorial do município de Mariana*. Dissertação (Mestrado). Departamento de Engenharia Civil. Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Ouro Preto, 2004.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

SOUZA, Marcos Felipe. *A festa e a cidade: experiência coletiva, poder e excedente no espaço urbano*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

SUL21. Proposta de desapropriação surpreende moradores de Mariana. Publicação em 10 set. 2019. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2019/09/proposta-de-desapropriacao-surpreende-moradores-de-mariana/>. Acesso em: 15 out. 2019.

TAC. Termo de Ajustamento de Conduta. Assinatura em 25 jun. 2018. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/tac-governanca>. Acesso em: 15 out. 2019.

TANAKA, Gisele. Planejamento e Conflitos Sociais: reflexões a partir lutas urbanas. XVII ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, São Paulo, *Anais[...]*, 2017.

TINHORÃO, José Ramos. *As festas no Brasil colonial*. São Paulo: Editora 34, 2000.

TTAC. Termo de Transição e Ajustamento de Conduta. Assinatura em 02 mar. 2016. Disponível em: <https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/07/TTAC-FINAL.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

VAINER, Carlos. Conceito de "Atingido": uma revisão do debate. In: ROTHMAN, F. (Org.). *Vidas Alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. 1 ed. Viçosa: UFV, 2008.

VIÑAS, Salvador Muñoz. *Teoría contemporánea de la restauración*. Madrid: Editorial Síntesis, 2004.

VASCONCELLOS, Salomão de. *Marianna e seus Tempos – Era Colonial 1703-1797*. Belo Horizonte: Graphica Queiroz Breyner, 1938.

VASCONCELLOS, Salomão de. *Breviário Histórico Turístico da Cidade de Mariana*. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, 1947.

VELHO, Gilberto. Antropologia e Patrimônio Cultural. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 20, 1984.

WANDERLEY, L. J. Índícios de Racismo Ambiental na Tragédia de Mariana: resultados preliminares e nota técnica. *Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS)*. Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, 2015.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

WISNIK, José Miguel. *Maquinação do Mundo: Drummond e a Mineração*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ZHOURI, Andrea *et al.* O desastre no Rio Doce: entre as políticas de reparação e a gestão das afetações. In: ZHOURI, A. (Org.). *Mineração, violências e resistências*:

um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. Marabá: Editorial iGuana; ABA, 2018.

ZUKIN, Sharon. *Landscapes of Power: From Detroit to Disney World*. Los Angeles: University of California Press, 1991.

ZUKIN, Sharon. *The culture of cities*. Oxford: Blackwell, 1995.

ZUKIN, Sharon. *Naked City: the death and life of authentic urban places*. Oxford: University Press, 2010.

ZONTA, Marcio; TROCATE, Charles. *Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton*. Marabá: Editorial Iguana, 2016.